

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

DENYS SILVA NOGUEIRA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO ESPETÁCULO EM JERICOACOARA-CE

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

DENYS SILVA NOGUEIRA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO ESPETÁCULO EM JERICOACOARA-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Fani
Alessandri Carlos

Ana Fani Alessandri Carlos
Orientadora

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2016

Ficha Catalográfica

Nogueira, Denys Silva

A produção do espaço do espetáculo em Jericoacoara-CE / Denys Silva Nogueira ; Orientadora Ana Fani Alessandri Carlos. – São Paulo, 2016.

195 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Produção do espaço. 2. Jericoacoara. 3. Turismo. 4. Sociedade do Espetáculo. 5. Geografia urbana. 6. Políticas Públicas. I. Carlos, Ana Fani Alessandri, orient. II. Título.

Aos meus pais Dawis e Maria, que
abriram as portas e janelas da vida para
que eu pudesse ver e viver a grandeza do
mundo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Dawis e Maria, sem os quais jamais poderia ter sonhado em realizar esta pesquisa. O imenso e incondicional apoio dedicado a mim foi a ponte para que junto com a pós-graduação eu pudesse ter uma nova experiência em minha vida. Credito todo o amadurecimento com que enfrento os desafios da vida aos dois.

À Kamilla, pelo companheirismo, amor, cuidado e imensa compreensão de todas as drásticas mudanças em nossas vidas durante todo o processo de mestrado. Admiro-a pela mulher, guerreira, sonhadora e doce que é. Agradeço-lhe ainda pela importante contribuição a esta pesquisa na realização dos trabalhos de campo e coleta de dados.

Ao meu irmão David, que ao viver um semelhante momento tanto acadêmico quanto a experiência de ser migrante acabou nos aproximando de uma maneira inteiramente nova. Hoje é certo que me vejo de várias maneiras em sua pessoa.

À professora Ana Fani, pelos intensos debates e conversas informais, além da confiança em meu trabalho desenvolvida ao longo desses anos na pós-graduação.

Ao grande amigo Gilmar Soares, que com toda sua “marra” é, no fundo, uma pessoa extremamente solidária e companheira. Os longos dias de debates e discussões acaloradas, acompanhados sempre por provocações construtivas jamais serão esquecidos. E à Aline Novais, pela sinceridade e sorrisos. Com ambos, muito aprendi com a experiência do morar.

Aos amigos de longa data Bolinha, Diego, Dodó, Emílio, Hinácio, Humberto, Junior, Lucas, Marcelo, Netto, Ricardo e aos “Thiagos” Hans, Faustino e Cabeça, que sempre se fizeram presentes mesmo a distância e pelas provocações, que no fim acabam por nos fazer refletir ainda mais.

Aos amigos do GECA: Marcel Di Angelis, Sócrates Menezes, Manoel Fernandes, Erivaldo, Carlos Henrique, Paulo Godói, Rerisson Costa, Rildo, Ana Maria e Raimundo Jucier. Todos a seus modos me marcaram e me ensinaram uma um universo novo da vida, repleto de compreensão, seriedade teórica, sorrisos e companheirismos. Com vocês entendi a ideia de irmandade.

Aos amigos e amigas Roger, Samuel, Bigode, Felipe Pulgão, Léia, Priscila, Claudia, Sandro, Willian, Fábio e Netto, pelos bons e divertidos momentos que nos suspendem de uma certa organização do cotidiano.

Aos amigos que ganhei de presente, Thiago, Yuri, Rodrigo e Lelê, que mesmo com toda correria da rotina cotidiana acabavam encontrando um sábado para um bom churrasco.

Ao amigo Felipe da Rocha, que solidariamente contribuiu de maneira central com a pesquisa na elaboração do material cartográfico.

Aos amigos e amigas Amisterdan, Danilo, Eider Cavalcante, Fernanda e Diegão pelas conversas, cervejas e trocas bibliográficas.

Aos colegas do grupo de orientação Renan, Elisa, Fabiano, Luís, Genovan e Rafael, que por meio dos debates coletivos contribuíram com minha pesquisa.

Às professoras Rita Cruz e Isabel Alvarez, pelas importantes contribuições durante o exame de qualificação e em sala de aula.

À todos aqueles moradores da Vila de Jericoacoara, que compartilharam de muito bom grado um pouco de suas experiências de vida e memórias.

Ao Wagner Cardoso, Chefe do Parque Nacional de Jericoacoara, por ter recebido a mim e minha equipe no alojamento do ICMBio.

À Fapesp, pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

As transformações socioespaciais ocorridas na vila de Jericoacoara (Ceará) nos últimos trinta anos marcam o avanço da modernidade com as características da sociedade urbana, onde o fenômeno do turismo é o principal mediador do processo de produção espacial. A passagem de uma comunidade de pescadores para um “destino turístico” mundialmente conhecido é também a passagem do lugar de consumo para o consumo do lugar. Nesse sentido, nossa pesquisa procurou se debruçar sobre os termos da produção do espaço da Vila, contextualizados pela emergência das relações espetacularizadas mundialmente em íntima realização com o plano do lugar. De um lado, o plano econômico apresenta as características da reprodução das formas do capitalismo alterando os conteúdos da vida social. A atividade central nesse processo é o turismo, enquanto mediador do reino da mercadoria, objetiva e subjetivamente, ou seja, a constituição do turismo no lugar se desenvolve com uma base material – produzindo uma paisagem artificial facilmente comercializada – e uma ideológica – onde a imagem do lugar é vendida pelo marketing, alterando os significados e ritmos locais. De outro lado, o plano do político revela as garantias desta configuração através da forma política do Estado e da forma jurídica, regulando o espaço e prolongando o reino da propriedade privada por meio das políticas urbano-turísticas. A esses dois planos soma-se o plano do vivido, a realização da vida cotidiana, que abriga e acentua as contradições do nível global no âmbito do lugar. A expulsão “passiva” da população que tradicionalmente habitava a Vila ou sua integração “colonizada” nas novas atividades econômicas altera progressivamente os referenciais locais, gerando estranhamentos com o espaço, o tempo e a memória, que passam a serem repostos como mercadorias. Esse contexto, marca a expansão imensa da pobreza com que a vida cotidiana vai se aprofundando na homogeneização das relações sociais mundiais, caracterizada por contradições entre classes sociais.

Palavras-chave: Produção do espaço, Turismo, Espetáculo, Vida cotidiana, Jericoacoara.

ABSTRACT

The socio-spatial transformations occurred in the village of Jericoacoara (Ceará) in the last thirty years mark the advance of modernity with the characteristics of urban society, where the tourism phenomenon is the main mediator of the space production process. The passage of a fishing community for a “tourist destination” globally known is also the passage of the place of consumption to the consumption of place. In this sense, our research sought to dwell on the terms of the production of the space of the Village, contextualized by the emergence of spectacularized relationships worldwide in intimate realization with the plan of the place. On the one hand, the economic plan presents the characteristics of the reproduction of capitalist forms changing the contents of social life. The central activity in this process is tourism, as a mediator of commodity realm, objectively and subjectively, ie, the establishment of tourism in the place develops with a material basis – producing an artificial landscape easily marketed – and ideological – where the image of the place is sold by marketing, changing meanings and local rhythms. On the other hand, the political plan reveals guarantees this setting through the political form of the state and the legal form regulating the space and extending the realm of private property by means of urban-tourism policies. On these two plans, sum up the plan lived, the realization of everyday life, that home and accentuates the contradictions of the global level within the place. The “passive” expulsion of the population that have traditionally inhabited the Village or their integration “colonized” in new economic activity gradually changes the local references, generating estrangements with space, time and memory, which start to being replaced as commodities. This context, marked the expansion of the immense poverty with that everyday life deepens the homogenization of global social relations, characterized by contradictions between social classes.

Keywords: Production of space, Tourism, Spectacle, Everyday life, Jericoacoara.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Vila de Jericoacoara	25
Figura 2 – Divisão da função das edificações entre comercio e moradia/hospedagem	32
Figura 3 – Pousadas em Jericoacoara	33
Figura 4 – Hotéis de luxo em Jericoacoara	34
Figura 5 – Vista interna do Essenza Hotel	34
Figura 6 – Aglomeração de automóveis.....	36
Figura 7 – Pessoas em direção a Duna do Pôr do Sol.....	39
Figura 8 – Turistas na Pedra Furada em Jericoacoara	41
Figura 9 – Barraquinhas de dinks durante a noite	43
Figura 10 – Desembocadura da Rua Principal no mar na década de 1980	62
Figura 11 – Desembocadura da Rua Principal no mar em 2014	62
Figura 12 – Marketing turístico do reveillon de Jericoacoara.....	75
Figura 13 – Capa da matéria da Revista Geográfica Universal sobre Jericoacoara.....	80
Figura 14 – Capa da matéria e da revista Viaje Mais	81
Figura 15 – Momentos da expansão do tecido urbano no litoral cearense	107
Figura 16 – Imagem positiva do Sol vendida pelo Estado	109
Figura 17 – Polos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável	114
Figura 18 – Expansão do tecido urbano proporcionado pelas 3 fases do PRODETUR.....	120
Figura 19 – Arborização e ruas sem pavimentação em Jericoacoara	133
Figura 20 – Relação entre o PIB e o PIB per capita de Jijoca de Jericoacoara (2007-2011).....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produto Interno Bruto do Município de Jijoca de Jericoacoara, por setor (%) – 2006-2011	27
Quadro 2 – Número de empregos formais no município de Jijoca de Jericoacoara, por atividade – 2013	27
Quadro 3 – Crescimento do número de turistas em Jericoacoara, via Fortaleza – 2009-2012	28
Quadro 4 – Passeios turísticos ofertados.....	37
Quadro 5 – Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos do Ceará: 1997-2008	116
Quadro 6 – Praias cearenses preferidas pelos turistas	177
Quadro 7 – Calendário anual de eventos de Jijoca de Jericoacoara	178

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Tecido urbano através das vias de acesso no Litoral Oeste	121
Mapa 2 – Delimitação do Parque Nacional de Jericoacoara e vias de acesso.....	131
Mapa 3 – Vila de Jericoacoara	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECI	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAF	Cooperação Andina de Fomento
CODITUR	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará
DETRAN-CE	Departamento de Transito do Ceará
ECG	Equipe Central de Gestão
ED	Equipes Descentralizadas
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
PDDUs	Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
PDIT-CE	Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNJ	Parque Nacional de Jericoacoara
PPP	Parceria Público Privada
PRODETRIS-CE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará
PRODETUR-CE	Programa de Ação para o Turismo no Ceará
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEBRAE-CE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado
SEMACE	Secretaria de Meio Ambiente do Ceará
SENAC-CE	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Ceará
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UH	Unidade de Hospedagem
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A PAISAGEM URBANA DE JERICOACOARA	19
1.1 Debate sobre a paisagem urbana.....	19
1.2 Morfologia urbana.....	23
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JERICOACOARA	45
2.1 Os termos da produção do espaço.....	45
2.2 A ideologia turística espetacular	65
2.3 A reprodução capitalista do espaço urbano	85
3 ESTADO E NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO DE JERICOACOARA	104
3.1 Estado e Planejamento urbano-turístico: a formação do tecido urbano litorâneo cearense	104
3.2 Direito e regulação ambiental: as particularidades do turismo em Jericoacoara	129
4 A VIDA COTIDIANA DE JERICOACOARA	156
4.1 Memória e sociabilidade.....	156
4.2 Máscaras da cotidianidade.....	167
CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS.....	187

INTRODUÇÃO

Na tentativa de compreender as transformações modernizadoras em seu contexto contraditório em Jericoacoara, situada no litoral oeste do Ceará (município de Jijoca de Jericoacoara), cerca de 310 km de Fortaleza, produzindo um espaço voltado para o turismo na lógica da reprodução dos espaços espetaculares, é que formulamos o objetivo central de nossa pesquisa. O esforço de exposição que apresentamos aqui figura como um passo adiante no entendimento da realidade de um lugar que tem seu espaço reproduzido apresentando uma tendência à destruição de seus referenciais tradicionais, no movimento de transformação do espaço em mercadoria, através de imagens repletas de significados, símbolos e sinais. Deste modo, de comunidade tradicionalmente pesqueira a polo de turismo internacional, este lugar redefine-se num conjunto mais amplo de relações estabelecidas e articuladas ao plano do mundial.

Nossa hipótese é a de que o espaço de Jericoacoara, enquanto espaço voltado inteiramente para o turístico, reproduz as relações mundiais espetaculares para o âmbito mais íntimo da vida cotidiana local, gerando contradições específicas, como entre o uso e a troca, transformações e permanências, global e o local. Esse processo, que aponta para a produção do espaço como mercadoria, realiza-se no plano da vida cotidiana. Como mediação, nos deparamos com a constituição de uma imagem elaborada pelo *marketing*, que vende a Vila no âmbito mundial. As imagens que aparecem nos meios de comunicação, no mundo da moda e da estética dos “estilos de vida, demonstram a passagem da produção para a reprodução das relações sociais de produção, onde a lógica do valor e da forma-mercadoria adentram, impiedosamente, a vida cotidiana, transformando-a completamente através de padrões sociais sistematizados, produzindo um modo específico de sociabilidade, de ser e estar no mundo. Hoje, não se compra e vende apenas produtos, mas comportamentos, relacionamentos, linguagens e, no nosso caso, o próprio espaço.

A porta de entrada para nossa compreensão das relações sociais em Jericoacoara é a noção de produção o espaço. Assim, o pensamento que procura exprimir por completo a relação espaço-sociedade deve partir de uma noção mais rica que a da organização dos objetos no espaço, de um formalismo “puro”. A noção de

produção do espaço abre o leque para as perspectivas que procuram a *unidade superior*, a totalidade.

Nessa perspectiva, a noção de produção do espaço iria além da reunião simplória dos objetos sobre o espaço. Ele concentra as cidades e os campos, os locais de trabalho e habitação, as praças e os monumentos, o privado e o público, o programado e o espontâneo do cotidiano (da vida privada e familiar às festas de rua).

O espaço produzido como mercadoria aprofunda a tendência à abstração do trabalho humano. Considerando que o espaço é trabalho humano acumulado historicamente ao ser equiparado no processo de troca ele tem os diferentes trabalhos (suas diferenças sociais e históricas) na condição de equivalente. Com isso não queremos dizer que troca-se espaço por espaço, assim como não se produzem sapatos para serem trocados por outros sapatos. O dinheiro ao assumir a posição de equivalente universal do processo de troca passa a integrar o objetivo geral da produção. Trocam-se sapatos por dinheiro, assim como espaços por dinheiro. Mas o dinheiro é apenas a expressão superficial do valor. E este não se revela essencialmente de imediato. “O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social” (MARX, 2013, p. 149).

Como procedimento de análise, partimos, no primeiro capítulo, da materialidade com que se apresenta o espaço e o lugar por meio da descrição da paisagem de Jericoacoara, enfocando os aspectos físicos, os movimentos diários e as formas de organização da vida local. Partir do fenômeno, em sua aparência formal abre o caminho para adentrar as particularidades que compõem o conteúdo social. Desse modo, mais especificamente, pretende-se compreender os processos socioespaciais das transformações ocorridas/ocorrentes a partir do processo de modernização, introduzido de forma célere pela atividade turística neste espaço, ou seja, investigar o processo de reprodução das relações sociais de produção do espaço de Jericoacoara enquanto espetáculo, o que exigirá compreender o contexto local em suas relações intrínsecas com as escalas regional e mundial. Portanto, em nosso segundo capítulo, nos dedicamos a tarefa de mergulhar no movimento que vai da produção à reprodução do espaço local com uma mediação que lhe é próprio: o turismo.

O mundo moderno têm na forma-mercadoria as bases da constituição de sua sociedade. Através da forma da troca e da equivalência o processo de industrialização

extrapola a empresa capitalista, chegando à produção do espaço. Isso quer dizer que o espaço entra na lógica do valor, passando a ser comprado e vendido como qualquer outra mercadoria. Essa lógica se opõe ao surgimento de uma nova problemática, a urbana ao mesmo tempo em que aponta sua urgência. Esse momento marca todo o contexto de nossa pesquisa, pois é justamente quando a urbanização tende a englobar toda sociedade que as relações de produção deixam de se restringir a indústria tradicional, expandindo todas as formas características da modernidade para a vida privada. O espetáculo se repõe a todo momento na vida cotidiana, capturando os fragmentos separados do homem com o homem e do homem com a natureza.

As fragmentações na vida social dos indivíduos se tornam ao mesmo tempo fragmentações no espaço social: tempo e espaço de trabalho, tempo e espaço de lazer, tempo e espaço de habitar, portanto, espaço-tempo da vida cotidiana. O turismo surge nesse contexto de reprodução das relações sociais voltadas para o espaço-mercadoria e, conseqüentemente, o consumo desenfreado dele. Tal fenômeno significa a própria ampliação da acumulação do capital, revelando a constituição do espaço abstrato. Jericoacoara encontra-se nessa encruzilhada articulada pela forma política estatal, que simultaneamente é derivada da forma-mercadoria e tenta a todo custo se expandir para todas as relações sociais. Cabe esclarecer que o objetivo do trabalho não se restringe a mostrar a degradação do espaço e do tempo através do fenômeno turístico, mas sim como tal atividade altera drasticamente as relações sociais. O que tem relação direta com a produção do espaço.

A ideologia do espetáculo vem se mundializando a cada dia. Todavia, esse processo aponta para uma contradição central do processo de reprodução do espaço entre a existência da propriedade privada dos lugares (definindo acessos) e a apropriação (pelo uso) desse espaço, ou seja, uma produção do espaço social e coletiva e uma apropriação privada do mesmo (CARLOS, 2012). Nesse sentido, a lógica da valorização adentra na relação espacial, tornando-a mercadoria e, conseqüentemente, inserindo-a no circuito da troca alterando a vida cotidiana de Jericoacoara.

No capítulo 3, a tessitura da proposta de investigação sobre a produção espacial de Jericoacoara, imediatamente, exige uma reflexão sobre a atuação da atividade turística na zona costeira cearense e os seus desdobramentos no campo das políticas desenvolvidas e dos discursos implementados a partir das transformações

socioespaciais. Na região nordeste esse processo desenvolve-se dominando e expropriando comunidades tradicionais, transformando os lugares em “paraísos artificiais”, fazendo com que a própria vida seja mediada, pela fascinação automatizada das mercadorias e imagens. Com isso a compreensão da noção de espetáculo ganha importância fundamental, para a compreensão deste momento da produção espacial.

Nesse sentido, é importante entender a conjuntura de criação de políticas públicas voltadas para a transformação do espaço litorâneo nordestino em mercadoria, ainda do final da década de 1970: a Política de Megaprojetos Turísticos e Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE)¹. Entretanto, somente o último vai desenvolver ações no estado do Ceará e apenas no final da década de 1980. Contudo, o governo do Ceará, não tardou em desenvolver uma política própria específica, o Programa de Ação para o Turismo no Ceará (PRODETUR-CE), que foi, na verdade, uma compatibilização entre uma política que já vinha sendo desenvolvida no estado, intitulada Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral Cearense (PRODETRIS-CE), e um programa nacional, captando, assim, recursos nos âmbitos estadual, regional e nacional.

Não nos apegamos, no entanto, a uma característica muito comum nos trabalhos sobre o turismo feitos na ciência geográfica: realizar uma crítica ao planejamento procurando “novas” formas, melhores e mais adequadas de realizá-lo. Com isso, procuramos nos afastar da análise que vê nas contradições sociais dos lugares apenas formas mal elaboradas do planejamento.

Por fim, no último capítulo, procuramos adentrar um terreno incomum e de difícil compreensão: o cotidiano. Nesse sentido, no plano do lugar, a vila de Jericoacoara, depara-se, hoje, com uma inquestionável realidade urbana: sua transformação em “destino turístico”, no processo mais amplo de acumulação capitalista na contemporaneidade. Isso quer dizer que seu tempo e espaço estão ligados ao processo de produção e reprodução da vida em escala mundial. Todavia, as particularidades não foram destituídas, apenas são mais difíceis de serem apreendidas nesse contexto globalizado. A relação do local com o mundial é constante e nem sempre harmônica, podendo revelar contradições no processo de produção do espaço, integrando-o e desintegrando-o. Todavia, a funcionalização e sufocamento do uso do

¹ Ver CRUZ (2002).

espaço, que tende à reprodução do capital mundial, só se realizam no local, no plano do espaço vivido, onde as particularidades passam a constituir o mundo da mercadoria.

O espaço social, enquanto abstração concreta, apresenta-se, na contemporaneidade, com uma forma de três aspectos: homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Tal forma relaciona-se com um conteúdo que lhe é próprio, conformando a forma-valor. Dessa relação, que não é direta, mas cheia de mediações, o cotidiano sofre ataques cruciais de cima e de baixo, de uma ordem distante e de uma ordem próxima. Esse processo, orientado pela reprodução das relações sociais capitalistas, instaura a cotidianidade, lugar do controle e vigilância da vida social, das relações de sociabilidade. Atrelado diretamente ao mesmo processo, o espaço se torna lugar da acumulação, reino da mercadoria que engloba até mesmo a vida cotidiana.

Que arapuca heim Jericoacoara!

1 A PAISAGEM URBANA DE JERICOACOARA

Achar palavras para aquilo que se tem diante dos olhos – quão difícil pode ser isso! Porém, quando elas chegam, batem contra o real com pequenos martelinhos até que, como de uma chapa de cobre, dele tenham extraído a imagem.
Walter Benjamin

1.1 Debate sobre a paisagem urbana

A descrição como ponto de partida aponta para um importante momento do fenômeno que se investiga a partir da Geografia. Insuficiente, essa descrição fenomênica contribui para a compreensão da produção do espaço enquanto relações sociais imediatas, entretanto, não quer dizer que seja uma percepção do senso comum. Assim, os laços entre o homem e seu lugar, as formas espaciais, com suas disparidades, monumentos e fluxos são ocupações iniciais da pesquisa.

Procuramos realizar a descrição fenomênica no movimento em que aparece constituindo o conceito de paisagem enquanto dimensão da produção do espaço que apesar de aparecer, de início, como algo “caótico” não se limita apenas a condição. Na verdade, se apresenta como processo histórico e social da formação espacial do presente. Nesse sentido, a paisagem se coloca no nível do aparente, como elemento visível do real simultânea e contraditoriamente existindo como forma histórica, com determinações reais específicas da sociedade. O objetivo do estudo da paisagem é a compreensão do processo de reprodução do espaço e dos conteúdos que abrigam as formas. Assim como cada espaço foi produzido com as características sociais do seu tempo histórico – dos modos de produção –, a paisagem também carrega algumas particularidades das relações de produção em sua imediaticidade. Ela é obra humana, ou melhor, social, fruto da relação sociedade-natureza, mediada pelo trabalho. O domínio do homem sobre a natureza transforma o mundo em algo humano, revela o espaço que por sua vez vai sendo produzido em cada momento da história de acordo com os níveis do desenvolvimento das forças produtivas, pautado pelas “necessidades humanas” de cada período correspondente.

Todavia, a paisagem está relacionada diretamente com a percepção através dos sentidos. Para Santos (2014) os volumes, odores e sons compõem a paisagem, mas o sentido privilegiado é, sem dúvida, a visão.

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão – pelo homem – das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência (SANTOS, 2014, p. 68).

O autor considera que a formação de uma paisagem não se dá instantaneamente, mas sim por *acréscimos* de momentos diferentes do passado. Desse modo, ela possui em si um movimento histórico como resultado das ações de gerações passadas. No entanto, de acordo com sua análise, é no presente que a paisagem perde seu movimento, sendo apenas “[...] a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia” (SANTOS, 2014, p. 79). Pois o movimento do presente estaria concentrado no espaço, assim, a paisagem se resumiria ao trabalho morto, enquanto o espaço conteria tanto o trabalho morto – enquanto formas geográficas –, quanto o vivo.

Em outra obra, Santos (2012, p. 103) considera a paisagem como um “[...] conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Para ele a paisagem seria um *sistema material* caracterizada pela *distribuição de formas-objetos* com um *conteúdo técnico específico*. Para ele é uma imagem imobilizada no presente, mas que permite *rever as etapas do passado*. Uma espécie de mistura de formas do passado com funções sociais do presente, ou em outras palavras seria uma *história congelada* com funções vivas.

Entretanto, a análise da paisagem não deve ser entendida apenas como o relato daquilo que é possível abarcar com os olhos, ou mesmo como um conjunto de “formas puras” sobre o espaço. Menos ainda, deve se resumir a condição lógica de produto da história, ou acúmulo de *ações de agentes sociais*. Ela também produz e reproduz a história, mostra em suas formas os traços da vida social como acumulação de tempos.

Não existem formas “puras”, intocáveis e intocadas, e é justamente sobre a *impureza* que os objetos possuem diante do toque humano que Neruda (1979, p. 69) fala em *Sobre una poesía sin pureza*:

Es muy conveniente, en ciertas horas del día o de la noche, observar profundamente los objetos en descanso: Las ruedas que han recorrido largas, polvorientas distancias, soportando grandes cargas vegetales o minerales, los sacos de las carbonerías, los barriles, las cestas, los mangos y asas de los instrumentos del carpintero. De ellos se desprende el contacto del hombre y de la tierra como una lección para el torturado poeta lírico. Las superficies usadas, el gasto que las manos han infligido a las cosas, la atmósfera a menudo trágica y siempre patética de estos objetos, infunde una especie de atracción no despreciable hacia la realidad del mundo.

La confusa impureza de los seres humanos se percibe en ellos, la agrupación, uso y desuso de los materiales, las huellas del pie y de los dedos, la constancia de una atmósfera humana inundando las cosas desde lo interno y lo externo.

Así sea la poesía que buscamos, gastada como por un ácido por los deberes de la mano, penetrada por el sudor y el humo, oliente a orina y a azucena salpicada por las diversas profesiones que se ejercen dentro y fuera de la ley.

A paisagem é, portanto, uma dimensão imprescindível, enquanto momento da produção do espaço, como expressão material do movimento da história no lugar. Ela contém, de um lado, as formas concretas do espaço² e, de outro, o movimento da vida cotidiana, ambos estão em trânsito no processo de reprodução da vida social (CARLOS, 2007a; 2008). Essa perspectiva supera a descrição tradicional de paisagem como mero instante do campo da visão, ou melhor, como quadro ou fotografia estática ou mesmo a ideia da *transparência conceitual*, que carrega mal entendidos entre essência e aparência.

O espaço urbano escancara de uma só vez a inseparabilidade dos momentos constitutivos da paisagem. O dinamismo da vida urbana aparece de imediato na paisagem, considerando tanto as formas do espaço construído quanto os movimentos diários da vida cotidiana³. Entretanto, a sua análise não é algo fácil de fazer. Há uma dificuldade inicial (em nós, pesquisadores) em olhar para os aspectos das coisas que nos aparecem como simples ou familiar. A importância de se voltar para esses aspectos nos permite perceber coisas que simplesmente nos pareciam ocultas por estarem sempre à vista.

² HARVEY (2006) denomina de “ambiente construído” tais formas concretas.

³ Pode causar algum estranhamento ao leitor que tenha conhecimento primário de Jericoacoara o fato de estarmos apresentando um debate sobre o espaço e a paisagem urbana, devido a Vila ser, por vezes, considerada com uma localização rural. Mais adiante apresentaremos os motivos dessas categorias relacionadas ao lugar.

Carlos (2008) aponta dois movimentos para a análise da paisagem urbana, visando à superação da descrição de uma imagem simples e da mera localização. O primeiro é a *decomposição* da paisagem, que parte do sítio urbano e visa a apresentação sincrônica dos fatos. O segundo é o da *recomposição* dos elementos da paisagem a partir do processo de reprodução do espaço. Nesse sentido, a paisagem contém o duplo movimento do vivo e do morto acumulado. De um lado é trabalho humano materializado, incorporado a um espaço já produzido, e de outro apresenta o movimento incessante das pessoas, expressando uma diversidade de sentimentos, motivações, emoções, etc.⁴ “Morta”, ela ainda está lá, exposta através de suas formas que compõem a morfologia. Simultaneamente, ela também está “viva” e não só através do trabalho vivo, mas pelos deslocamentos, fluxos, sons, cheiros, cores e memórias.

O interessante da paisagem urbana está no fato de que ela recebe nosso cheiro, forma e suor. Marcas de nossa presença. Ela é humana não porque a habitamos e damos movimento, mas essencialmente porque a produzimos histórica e socialmente. Isso quer dizer que está carregada de memórias sustentadas pelos gestos e morfologias de gerações inteiras que por ali passaram. É, assim, marca do tempo histórico que toca os vivos com os mortos⁵. Muitas vezes ao pedirmos para que alguém encare e descreva uma paisagem urbana ouvimos sua percepção sobre as formas espalhadas sobre o espaço, suas cores e similaridades arquitetônicas, belezas ou preferências, mas dificilmente ouvimos sobre o movimento que ela apresenta naquele instante e que está bem a sua frente, mas passa despercebido: a vida cotidiana.

Gógol (2013a) ao descrever a Avenida Niévski (em livro de mesmo nome) apresenta-a com as diferenças da paisagem no decorrer da hora do dia, pois apesar das formas serem as mesmas, a dinâmica da vida cotidiana altera a constituição da paisagem. Benjamin (2012) ao descrever suas experiências em Nápoles relata a alteração dos *ritmos da vida* de acordo não só com as horas do dia, mas também de acordo com os dias da semana.

⁴ Barbosa (2004, p. 26) ao trabalhar a paisagem urbana de Aracati (município localizado no litoral leste do estado do Ceará) aponta para uma dimensão simbólica. Para a autora “Essa simbologia encontra-se expressa nas fachadas dos prédios, no traçado das ruas, nos monumentos e até mesmo, na própria estrutura interna das residências, dos templos religiosos e das edificações públicas, todos esses objetos emitem, enfim, uma linguagem peculiar daquela sociedade que os criaram”.

⁵ Na mesma relação que permite o trabalho morto, corporificado ser constantemente material para o trabalho vivo, que continua o processo de produção do espaço.

Nesse sentido, a paisagem urbana estaria mais próxima da ideia de cena do que de cenário. Ela contém para além do movimento histórico da produção do espaço (ou apresenta um ponto específico da história do espaço) um movimento diário. Não apenas as formas em toda sua grandiosidade, mas também os percursos cotidianos, da vida social que animam e compõem as paisagens. Portanto, a paisagem contém, também, o movimento da vida, das relações sociais cotidianas, da reprodução do homem.

Em outro sentido, ela poderia ser compreendida como um “casaco” que recobre o espaço: possui forma e se movimenta quando vestida, além de ter produção humana e de estar carregada de memórias. Assim, a paisagem – do mesmo modo que um casaco – possui marcas do uso (*puídos*), que Stallybrass (2012, p. 66) considera como a própria *memória*, “esses puídos lembram o corpo que tinha habitado a vestimenta. Eles memorizavam a interação, a constituição mútua, entre pessoa e coisa. Mas da perspectiva da troca comercial, cada puído ou ‘memória’ consistia uma desvalorização da mercadoria”.

De certa maneira, a paisagem revela e esconde. De modo mais específico, o que a paisagem urbana de Jericoacoara faz questão de exibir? E o que ela tenta, desesperadamente, ocultar aos olhos dos que ali passam? Acreditamos que essas são questões fundamentais a serem pensadas por aqueles que estudam os espaços produzidos com vista para o turismo.

Esse espaço concreto inscrito na paisagem possui significados próprios que permitem a investigação dos processos produtivos do mesmo. Descobrir o que não aparece de antemão nessas formas materializadas em Jericoacoara (os monumentos, as ruas, as casas e os estabelecimentos comerciais, etc.) foi o esforço realizado através do mergulho na história do espaço, a partir de sua forma atual.

1.2 Morfologia urbana

A paisagem urbana de Jericoacoara apresenta a primeira vista um espaço aberto, com uma brisa refrescante, sol revigorante e cheiro forte do mar. Tudo em uma harmonia e paz cativantes. Na praia, que se volta para a orientação do leste, a areia

branquinha une-se ao mar calmo⁶. À esquerda o sol reluz na Duna do Pôr do Sol e à direita a ponta continental cercada pelo mar.

O tom colorido das formas arquitetônicas (fachadas dos prédios) junto ao intenso movimento de pessoas aquarelam a vista facilmente dando uma sensação de euforia e entusiasmo, simultaneamente, o brilho tonificante do sol e o branco das roupas dependuradas e exibidas nas vitrines das lojas dão a sensação de leveza e bem estar (camisas escritas “Eu ♥ Jeri”, saídas de banho, saias de todos os tamanhos e feitas geralmente de algodão cru, etc.).

Passada a euforia do contato inicial, é possível notar ao parar em qualquer rua ou recanto de Jericoacoara, dois sons que chamam bastante atenção. O primeiro é marcado pelos vários sotaques e línguas distintas, às vezes o inglês, o francês, o italiano, o espanhol e outras que não conseguimos decifrar a origem. O segundo é o “som do incomodo”, o barulho dos automóveis não para um só minuto durante o dia: quadricíclos, *buggys*, motos, caminhonetes e outros⁷.

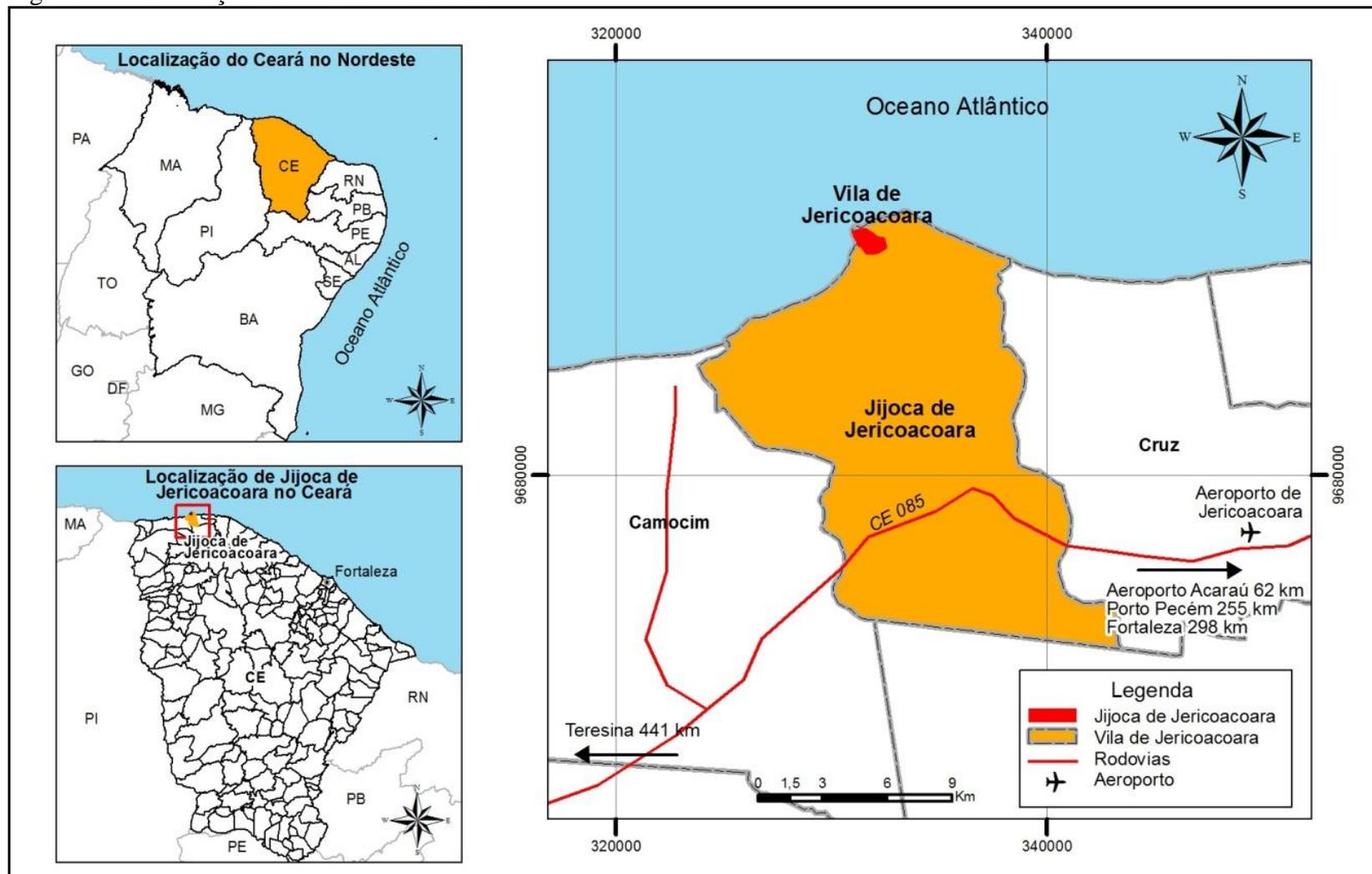
Jericoacoara é uma das praias que mais atrai turistas no estado do Ceará. Possui um alto fluxo de visitantes nacionais e internacionais, apesar de estar a aproximadamente 300 km da capital Fortaleza, no município de Jijoca de Jericoacoara, no Litoral Oeste do estado. É uma pequena vila litorânea cercada por campos de dunas, com morfologia natural de uma ponta que avança em direção ao mar⁸, o que a faz ter, à margem direita, ondas fortes e uma praia rochosa e, à margem esquerda uma praia com águas calmas e de baixa profundidade, que é exatamente para onde a vila está voltada (Figura 1).

⁶ Lembramos-nos de um dos contos de Cavalcante (2010, p. 75), *Dois homens e uma mulher numa ilha*, ao fazer a descrição de um ponto do mar caribenho com grande semelhança ao de Jericoacoara: “Mar de ondas mansas e brilhantes, parecendo ter sido enceradas. Arrebentação sem grandes rugidos. Não que fosse uma verdadeira lagoa, mas com grande semelhança ao espumar do champanhe, chiando sutilmente quando derramado”.

⁷ Pensando um pouco mais sobre o “incomodo” som dos automóveis é possível que esteja tão arraigado ao cotidiano dos visitantes que possa passar facilmente despercebido, tendo em vista que a esmagadora maioria dos turistas emana das grandes cidades. No entanto, percebemos que a maioria dos entrevistados (em sua maioria antigos moradores) não está completamente adaptada ao som, causando-lhes às vezes irritações. O cotidiano e a realidade afetam os ouvidos de modos distintos e estranhos. Aqueles que nasceram e cresceram ouvindo o som da agitação do mar agora tiveram de acostumar seus ouvidos ao som irritante dos motores dos automóveis e das músicas que atravessam a noite. Restou-lhes ainda o vento constante.

⁸ “A ponta é sustentada pelo afloramento rochoso do substrato cristalino pré-cambriano, chamado popularmente de ‘serrote’” (ARRUDA, 2007, p. 10-11).

Figura 1 – Localização da Vila de Jericoacoara



Autor: Denys S. Nogueira

O verde das árvores e o branco da areia são marcas naturais do lugar, mas isso não significa que o mesmo não seja urbano, pois até mesmo os conteúdos mais característicos das cidades são cada vez mais frequentes. A sobrevivência das marcas naturais deve-se a existência de leis de proteção ambiental, fato, este, que não é difícil perceber devido às várias placas e propagandas desde o percurso entre a sede do município de Jijoca de Jericoacoara e a praia do distrito de Jericoacoara, além das propagandas turísticas (folhetins e panfletos) e dos adesivos nos carros⁹. A influência das leis de proteção ambiental remetem a uma história do espaço local¹⁰. Atualmente, Jericoacoara, está cercada pelo Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), que abrange além de uma grande parte do município de Jijoca de Jericoacoara, a Praia do Preá no município de Cruz (ao leste) e o mangue do Rio Guriú no município de Camocim (ao oeste), totalizando 8.416,08 ha.

Considerando a população de Jijoca de Jericoacoara, com uma estimativa de 18.616 habitantes (IBGE, 2015), cerca de 5.556 vivem em núcleos urbanos¹¹ (IPECE, 2014). Jericoacoara concentra aproximadamente 2.400 habitantes¹², pouco mais de 43% da população urbana do município. A Vila possui uma importância econômica ímpar para o município, sendo a principal fonte de renda e empregos, superando até mesmo a sede. O setor de serviços lidera a economia com 79,70% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, seguido pela indústria (maciçamente de transformação¹³) com 11,51% e, por último, pela agropecuária com 8,79% (IPECE, 2014). Atrelado a uma taxa de urbanização de 32,68% em 2010 (IPECE, 2014) é digno de nota, ainda, a tendência crescente do setor de serviços e a diminuição da agropecuária, conforme o Quadro 1.

⁹ Existe uma forte imagem de “destino” de ecoturismo construída sobre Jericoacoara.

¹⁰ Primeiro, em 1984 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) que englobava toda a área da Vila. Posteriormente, em 2002 a criação do Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ) redefine a lei da APA, deixando de fora apenas a Vila. Veremos com mais detalhe a história da normatização do lugar no capítulo 3.

¹¹ Apenas a sede municipal e a vila de Jericoacoara são considerados como núcleos urbanos.

¹² A dificuldade na obtenção de dados confiáveis referentes a Jericoacoara é algo já constatado em pesquisas anteriores, como a realizada por Molina (2007), que trabalhou com um dado populacional de 2.328 habitantes na Vila no ano de 2006. Tanto a Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara quanto o Governo do Estado do Ceará (em suas respectivas secretarias de turismo) possuem dificuldades na organização, sistematização e disponibilidade dos dados de pesquisas sobre o lugar.

¹³ Das 41 indústrias ativas no município apenas 1 é de construção civil, todo o restante é de transformação.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto do Município de Jijoca de Jericoacoara, por setor (%) – 2006-2011

Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agropecuária	14,50	10,10	10,13	8,50	7,68	8,79
Indústria	12,10	13,30	13,30	12,94	13,61	11,51
Serviços	73,40	76,60	76,58	78,56	78,71	79,70

Fonte: IPECE, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Apesar de o número dos empregos formais do município apontar para o predomínio da administração pública (ver Quadro 2) – o que é muito comum nos pequenos municípios – é no setor de serviços que se concentram a maioria dos trabalhadores e em especial na vila de Jericoacoara, devido ao turismo¹⁴, que mascara a paisagem pontuada por pousadas, hotéis, agências de viagens, bares, restaurantes, lojas, mercados e estabelecimentos de diversos serviços disponíveis para o consumo dos turistas.

Já em Jijoca de Jericoacoara os serviços variam entre os bancários (que ainda estão ausentes na Vila), de saúde, segurança, energia, iluminação pública, coleta de lixo, saneamento básico, de transportes, hospedagem, educação, correios, etc.

Quadro 2 – Número de empregos formais no município de Jijoca de Jericoacoara, por atividade – 2013

Atividades	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	2.205	1.006	1.199
Extrativa Mineral	–	–	–
Indústria de Transformação	28	17	11
Serviços Industriais de Utilidade Pública	–	–	–
Construção Civil	3	3	-
Comércio	228	108	120
Serviços	866	467	399
Administração Pública	1.080	411	669
Agropecuária	–	–	–

Fonte: Adaptado de Ministério do Trabalho *apud* IPECE, 2014.

No entanto, é importante dizer que apesar da variedade de serviços que se apresentam em Jericoacoara, os moradores nativos raramente ocupam os melhores cargos. Nascimento (2014, p. 175) afirma que:

¹⁴ É muito comum, ainda, ver trabalhadores informais ligados ao setor de serviços e comércio, especialmente quando se trabalha com o fenômeno turístico.

Os serviços prestados por nativos em Jericoacoara na cadeia produtiva do turismo, são jardineiros, vigias, auxiliares de serviços gerais, camareira, ajudantes de cozinheiro. O perfil para ocupar esses postos é simples, como ter ensino fundamental e idade adulta, que comprometa a responsabilidade por necessidade do emprego para sustentar família, atentando-se para as necessidades do trabalhador. Nesse caso, nem sempre há o objetivo de promover o sustento das famílias, mas impor condições às necessidades de sobrevivência, cativando assim o trabalhador. Os cargos supracitados são na maioria das vezes invisíveis, uma vez que a vigilância em grande parte dos empreendimentos é noturna, e o serviço de quarto quando os clientes não se encontram nas UHs¹⁵. Há ainda outros serviços que podem operar com a mão de obra de nativos, como: recepção de hotéis, garçons e auxiliares administrativos. Excetuando garçom que nem sempre é cobrada qualificação, mas boa aparência física do trabalhador, os cargos de recepcionistas e auxiliares administrativos podem ser ocupados por jovens nativos, de boa aparência, com algum conhecimento em línguas estrangeiras, com o ensino médio regular ou profissionalizante concluído ou cursando.

A importância econômica que Jericoacoara representa não se limita a relação com o município de Jijoca de Jericoacoara. Com o turismo ocupando mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado e sendo a Vila ao lado de Canoa Quebrada (litoral leste) e de parte da Região Metropolitana de Fortaleza os maiores responsáveis pela atração turística do estado, o Governo do Estado do Ceará vem dedicando uma atenção especial ao lugar já há algumas décadas. É, sem dúvida, o principal ponto da Macrorregião do Litoral Oeste do estado, considerado pelo próprio Governo como a “joia da coroa”¹⁶.

Em pesquisa realizada pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR) o número de turistas que se dirigem para a Vila aumenta a cada ano. No Quadro 3 podemos acompanhar esse crescimento entre os anos de 2009 e 2012, aumentando também a média da permanência no local.

Quadro 3 – Crescimento do número de turistas em Jericoacoara, via Fortaleza – 2009-2012

Município	Número de turistas				Permanência (dias)	
	2009	2010	2011	2012	2009	2012
Jijoca de Jericoacoara	90.080	144.189	166.351	187.817	5,4	8,6

Fonte: SETUR, 2014a.

¹⁵ Unidades de Hospedagem.

¹⁶ Denominação dada pelo Ex-Secretário Ivo Gomes, que atuou como chefe do Gabinete do Governo do Estado do Ceará, durante o Governo Cid Gomes (www.setur.ce.gov.br/noticias/novas-regras-para-o-transito-em-gericoacoara/?searchterm=jeri).

A relação do lugar com a metrópole cearense marca o desenvolvimento do fenômeno turístico como elemento-chave da produção do espaço local. Fortaleza aparece como o grande “portão de entrada” para os turistas no estado¹⁷, atrelado ao fato de o aeroporto de Jericoacoara, com obras iniciadas em maio de 2011, ainda não estar pronto.

Desse modo, o *tecido urbano* a partir de Fortaleza se espalha, espalhando-se principalmente, pelo litoral cearense, redefinindo espaços e relações cotidianas¹⁸. As segundas residências (ou as casas de veraneio) marcaram o início da ocupação do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) por práticas ligadas ao lazer desde a década de 1960, expandindo-se posteriormente para localidades mais distantes, principalmente no litoral leste do estado, a partir da década de 1980. Já a década de 1990 mostra o avanço em direção ao Litoral Oeste. É importante notar que essa expansão do *tecido urbano* no litoral cearense está ligada ao desenvolvimento de projetos turísticos, como o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). Isso quer dizer que não se trata de um processo espontâneo de urbanização, mas sim do desenvolvimento de planos pensados e realizados através de uma forma política (estatal)¹⁹.

Porém, o processo de urbanização do litoral cearense não acontece simultaneamente nem com as mesmas características. Existem descontinuidades, mesmo das formas urbanas. A paisagem urbana de Fortaleza não pode ser comparada com a das outras cidades litorâneas do estado. Existem particularidades históricas e sociais em cada um dos núcleos urbanos dessas cidades. Nesse sentido, o acesso à vila

¹⁷ O aeroporto Internacional Pinto Martins tem um peso grandioso nesse sentido. No entanto, a construção do Aeroporto Regional Orlando Bezerra de Menezes (antigo Aeroporto Regional do Cariri) no município de Juazeiro do Norte (Sul) a partir da década de 1980 (o ano da construção é 1954, mas operava somente como pista de pouso para voos particulares, possuindo terminal de passageiros somente em 1981) e do Aeroporto Dragão do Mar no município de Aracati (Leste) em 2012, que, em paralelo com o de Fortaleza, recebem voos regulares alteram em certa medida o ingresso no estado. O Aeroporto Internacional de Jericoacoara, que fica no município de Cruz (Oeste), aproximadamente 22 km de distância da vila de Jericoacoara, ainda está em construção, tendo previsão de inauguração ainda no ano de 2015. Cada um desses aeroportos compõe uma localização estratégica para o projeto de abertura do território cearense ao aceleramento da reprodução do capital.

¹⁸ É preciso considerar ainda que do plano dos conteúdos a urbanização apresentou uma relação muito maior do que a partida de Fortaleza em direção ao restante do litoral, isso quer dizer que a ligação de das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro com os diversos pontos do litoral cearense foi intensa, expandindo relações desses grandes núcleos urbanos devido serem os maiores emissores de turistas do país. No entanto, do ponto de vista da forma urbana Fortaleza exerceu sua centralidade perante o processo de urbanização.

¹⁹ Veremos com maior aprofundamento esse processo no capítulo 4.

de Jericoacoara, partindo de Fortaleza, é, geralmente, realizado através de transportes rodoviários²⁰. As vias que ligam Fortaleza à Jijoca de Jericoacoara são respectivamente: BR-116, BR-220, CE-85, CE-422, CE-354, CE-402 e CE-179. O trajeto ora é marcado por fazendas (especialmente as de caju) ora por pequenos núcleos urbanos de outros municípios.

Jericoacoara é o distrito mais importante de Jijoca de Jericoacoara, fato que levou até mesmo a emancipação municipal, desmembrando-se de Cruz²¹ em 1990. Aproximadamente 20 quilômetros marcam o caminho que vai da sede municipal à Vila, cortando um campo de dunas que integra o PNJ através de trilhas definidas pela administração do Parque (e que nem sempre são respeitadas). Os veículos são tracionados (4x4) e devem possuir autorização prévia para realizar esse trajeto²², ou deverão ser dirigidos por um condutor autorizado²³. Não existem ônibus ou transporte público que faça a ligação entre os dois lugares. O percurso é realizado por jardineiras ou caminhonetes organizadas através da Associação dos Motoristas de Caminhonetes²⁴.

Todo o percurso se dá sobre a areia clara, uma vegetação espaça e rasa, muito vento e sob o balanço da caminhonete, sempre na companhia de turistas. Os motoristas, normalmente, não querem sair com menos de seis passageiros, ficam esperando encher ou rodam em alguns pontos específicos de visitação, como as lagoas próximas à sede municipal procurando passageiros.

Existem, ainda, três outras entradas para Jericoacoara: pela Praia do Preá, pelo Mangue Seco e pelo Guriú. Todas acompanham a borda da praia na maior parte do percurso. Essas entradas foram delimitadas após o zoneamento ambiental²⁵ do PNJ, que

²⁰ O transporte aéreo, via helicóptero, também foi constatado, mas o acesso é bem menor devido os altos custos.

²¹ “A 29 de junho de 1923, Jericoacoara foi elevada à categoria de Distrito por Lei Municipal nº 94, com área de 510 quilômetros quadrados. Na época, pertencia ao município de Acaraú. Em 1985, passou a pertencer ao município de Cruz. Desde 7 de setembro de 1990, com a emancipação de Jijoca de Jericoacoara, consolidou-se como distrito mais importante do novo município” (FONTELES, 2004, p. 131).

²² Vinculados à Cooperativa de Bugueiros de Jericoacoara ou à Associação dos Motoristas de Caminhonetes de Jijoca de Jericoacoara ou possuir cadastro na prefeitura municipal, no caso dos moradores da Vila com automóvel próprio.

²³ Vinculado à Associação dos Condutores de Turismo de Jijoca de Jericoacoara.

²⁴ Durante todo o período da pesquisa o preço da passagem se manteve em R\$ 10,00. No entanto, para moradores que necessitam da utilização do transporte nenhuma quantia era exigida ou apenas quando trazem bagagem, como quando fazem compras nos mercados em Jijoca de Jericoacoara, obviamente pelos preços serem menores que na Vila.

²⁵ “Zoneamento Ambiental do Parque Nacional de Jericoacoara – Plano de Uso Público das Trilhas de Acesso ao Parque” elaborado em conjunto pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Ceará

elaborou trilhas de acesso à Vila, devido se tratar de uma área reservada por leis ambientais. Entretanto, a entrada pela Lagoa Grande (saindo de Jijoca de Jericoacoara) é ainda o principal trajeto utilizado para o ingresso na Vila. Vale, ainda, ressaltar que todas as entradas possuem guarita, mas na maioria das vezes encontram-se vazias²⁶.

Após pouco mais de meia hora no interior da caminhonete pela trilha principal entra-se subitamente na Vila, deparando-se de imediato com uma paisagem distinta. Agora o toque humano se faz irremediavelmente visível. Casas, pousadas, estabelecimentos comerciais, restaurantes e uma mistura suportável de sons (motor dos carros, pessoas conversando, música de outros carros e restaurantes).

Ao entrar em Jericoacoara (ainda durante o dia) um movimento intenso de pessoas e carros pode ser facilmente percebido. Ainda mais, no final da tarde, quando a praia parece atrair as pessoas em sua direção. É o pôr do sol que como um ritual religioso atrai as pessoas para a presença do “Astro-Rei”, que deita e encontra-se com o mar. Uma multidão se dirige ao ponto mais alto para ver tal encontro.

Caminhando pela vila é fácil enxergar o intenso comércio no primeiro pavimento das edificações. O segundo, geralmente, é ocupado por residências ou pequenas pousadas (Figura 2). Os produtos comercializados são muito diversos, passando desde os alimentícios (mercados, açougue, peixaria, padaria, restaurantes) até lojas especializadas (prataria, autopeças, de tatuagem). Existe, assim, um conjunto de equipamentos e serviços que são característicos da vida urbana. São lavanderias, academias de musculação, escolas e lojas de esportes náuticos, cursos de línguas, escola, posto de saúde, cybercafés, padarias, consultório odontológico, sorveterias, agências de viagens, pet shop, correios, SPA, aulas de Yoga, farmácias, restaurantes, clínicas de massoterapia, serviço de paisagismo e arquitetura. Mais recentemente foram construídas uma Unidade de Pronto Atendimento e um Centro de Referência Social.

(UFC), Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

²⁶ Em entrevista com o Chefe do Parque Nacional de Jericoacoara em 2013 esse é um dos problemas enfrentados na administração do Parque, devido não ter funcionários contratados para a função. Mais recentemente, esse é um dos principais argumentos utilizados pela Administração para se estabelecer uma Parceria Público-Privada (PPP).

Figura 2 – Divisão da função das edificações entre comercio e moradia/hospedagem



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

As ruas são assimétricas e tortuosas, ora largas, ora estreitas. Sem pavimentação – o que contribui com a imagem turística local de uma praia preservada – nem iluminação pública (toda a energia é transmitida subterraneamente). Elas servem ao mesmo tempo de calçadas. Árvores e pequenos jardins expostos nas entradas de algumas propriedades compõem a arborização.

Os becos que ligam as três principais ruas (Rua do Forró, Rua Principal e São Francisco) estão sempre cheios de lojas com suas vitrines expondo roupas, cartões postais, artesanatos e outros produtos e serviços; além dos restaurantes com suas mesas e cardápios sobre tripés que saem do interior para ocuparem uma parte das já apertadas ruelas.

As casas, em sua maioria, são feitas de alvenaria e dão um tom colorido à rua. No entanto, ainda é possível perceber em alguns pontos (e no nível residual) pequenas casas de construção bem simples – feitas de pedra ou taipa²⁷ – contrastando com hotéis e restaurantes com o mais alto padrão arquitetônico.

Há uma diversidade de pousadas, desde as mais simples, com aparência de casas que foram alargadas ou reformadas para tornarem-se hospedarias, como a Ponta Mar Jeri e a Bebelus Pousada; até as mais luxuosas com uma fachada em madeira e vidro, misturando a imagem do rústico com o sofisticado, como a Pousada do Norte e a Pousada Capitão Thomaz²⁸ (Figura 3).

²⁷ Casas com as paredes feitas de estacas de madeiras entrelaçadas coberta e preenchida com barro.

²⁸ A composição paisagística internas dessas pousadas com um padrão mais elevado sempre exhibe o tom verde das plantas misturado ao colorido das flores.

Figura 3 – Pousadas em Jericoacoara



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

Legenda (da esquerda para a direita e de cima para baixo): Pousada Capitão Thomaz, Pousada do Norte, Ponta Mar Jeri e Bebelus Pousada.

Os hotéis não são muitos, mas todos apontam para um padrão extremamente de luxo, com diárias de variam de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00. Dentre eles estão: My Blue Hotel, Onda Blue Brasil, Jeri Village Hotel, Villa Terra Viva e o mais novo Essenza Hotel²⁹. Este último chama atenção devido ser o único com a presença de vigias 24 horas (Figuras 4 e 5).

²⁹ Inaugurado em junho de 2014 com a presença do ex-governador Cid Gomes. A construção desse hotel foi extremamente rápida e claramente não obedeceu as legislações de construção, adentrando uma área de praia imprópria para edificações.

Figura 4 – Hotéis de luxo em Jericoacoara



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

Legenda (da esquerda para a direita): My Blue Hotel e Essenza.

Figura 5 – Vista interna do Essenza Hotel



Fonte: Essenza Hotel (2013).

É importante frisar que a grande maioria dos meios de hospedagem está concentrada nas mãos dos estrangeiros ou pessoas vindas de outros estados brasileiros. Segundo Nascimento (2001), a população nativa possuía 30% desses meios de hospedagem. Contudo, em entrevista com o Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Jijoca de Jericoacoara, Sr. Manoel Carlos Ferreira, com o presidente do Conselho Comunitário, Sr. Elenildo Silva, com o Chefe do PNJ (Administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio), Sr. Wagner Cardoso, em 2014, e em pesquisa de campo direta, esse número não passaria de 20%.

Os restaurantes e pizzarias encontram-se na mesma situação que as hospedarias em relação aos proprietários. Poucos são os que pertencem a moradores nativos. Grande parte deles está vinculada às pousadas e hotéis. A variedade é grande,

do cardápio local ao japonês, mas destacam-se os italianos, devido à bandeira ou mesmo as cores dela estarem estampada em um ponto que seja impossível de não ser notado. Geralmente, mesas e cadeiras feitas de madeira. Alguns possuem o teto feito de palha, dando um toque mais “natural” do lugar. Mas, sem dúvida, a noite, junto à Praça Central, dão luz à rua³⁰ e vida ao lugar. Eles garantem, ainda, um tom romântico no ar, pois muitos aguardam os clientes com uma vela sobre a mesa.

Todo esse conjunto de formas materiais encontra-se, notadamente, acoplado à forma-mercadoria e ao valor de troca. Entretanto, o sentido do valor de uso do espaço de Jericoacoara está, primeiramente, ligado ao habitar. Embora muitos dos antigos moradores tenham deixado a Vila – às vezes por não se adaptar às transformações ao longo do tempo, outras por pensar ter feito um bom negócio ao vender sua propriedade – ainda existem muitas famílias que permaneceram no lugar, principalmente na área periférica chamada Nova Jeri.

As atividades diárias estão quase sempre ligadas ao turismo. O pescador passou de profissão central para marginal nas últimas décadas. Apesar disso, o trabalho sob o sol intenso se reflete como marca na pele desses moradores. São como brilhos dourados que lembram o próprio sol pouco antes do crepúsculo. Distintamente destes, são os moradores que optaram pela residência em Jericoacoara – seja pela ideia da oportunidade de trabalhar com o turismo, ou pelo simples pensamento de morar no “paraíso”, como é o caso de alguns que chegaram ao lugar a 20 ou 30 anos atrás e se estabeleceram, ou até mesmo os “andarilhos” que ficam anos na Vila trabalhando como artesãos. No geral, possuem pele clara, o que por si mesmo os faz evitar o sol nos seus horários de pico. Sua aparência aproxima-se mais da dos turistas que dos moradores nativos.

Uma *veloz fantasmagoria* se realiza na passagem do tempo de um dia. Durante o período das manhãs é notório ver os turistas nos carros de passeio em direção às lagoas ou mesmo nos transportes sinalizando o fim de sua visita ao local. É possível ainda ver um transitar intenso de *buggys* com seus condutores na Rua Principal indagando a todos que por eles passam, oferecendo passeios incríveis por entre as dunas e outros atrativos locais.

³⁰ Vale lembrar que não existe iluminação pública.

O movimento das lojas é, ainda, muito baixo. Muitas nem abrem suas portas nesse período do dia. Na praça central concentra-se a presença de muitos guias de turismo e condutores dos automóveis. Um grupo norte-americano se organiza para deixar a vila, enquanto outro passa por ele olhando a paisagem e tirando fotos, mas não se cumprimentam. Ao lado, cerca de dez metros, um terceiro grupo composto de franceses chega à Vila e imediatamente compram camisetas com o nome “Jeri” e tiram muitas fotos. Quanto aos moradores, mal os vemos. Às vezes uma criança aqui e acolá passa atendendo a um pedido da mãe de ir ao mercado comprar algo complementar para o almoço.

Algo extremamente evidente é o intenso tráfego de pessoas e, principalmente, automóveis – *buggys*, motos, quadriciclos, carros de tração 4x4 e até de passeio –, o que, em pesquisa de campo exploratória, em 2009 os veículos eram em número inexpressivo dentro da vila, resumindo-se, basicamente, aos que realizavam o transporte da sede do município à Vila e os veículos de abastecimento de mercadorias (Figuras 6). Excetuando-se a noite, é raro passar mais de um minuto sem ouvir o som do motor dos veículos. São inúmeros os *buggys* e caminhonetes que circulam pelas pequenas ruas de Jericoacoara, gerando, diversas vezes, uma espécie de congestionamento, o que acaba por incomodar turistas e, principalmente, moradores que, agora, mal conseguem andar nas ruas sem terem seu percurso interrompido por um automóvel.

Figura 6 – Aglomeração de automóveis



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

Os turistas que decidem realizar os “passeios” oferecidos pelos guias são dirigidos para pontos determinados de visitação, como as lagoas. A Lagoa da Jijoca

(também conhecida como Lagoa Azul ou Lagoa do Paraíso, que são pontos diferentes da mesma lagoa), Lagoa da Enseada e Lagoa das Piabas são algumas delas. A paisagem é facilmente vendável, pois se trata de águas cristalinas com uma coloração que varia do azul ao verde, além de algumas serem de baixa profundidade, permitindo uma segurança maior para os banhistas e também o descanso relaxante sobre uma rede sustentada por troncos de árvores a poucos palmos da água (outra imagem muito difundida do lugar). Existem ainda roteiros traçados para o Riacho Doce, o Mangue Seco, a Praia do Preá e a Praia da Tatajuba³¹. (Quadro 4) podemos demonstrar alguns desses roteiros atrelados ao preço.

Quadro 4 – Passeios turísticos ofertados

Local	Preço (R\$)
Tatajuba	160,00
Tatajuba e Ilha do Amor	180,00
Lagoa Azul	100,00
Lagoa do Paraíso	100,00
Lagoa Azul e Lagoa do Paraíso	140,00
Ilha do Amor (Frete)	150,00
Camocim (Frete)	200,00
Preá (Frete)	70,00
Jjoca	80,00
Cruz (Frete)	120,00
Acaraú (Frete)	140,00
Fortaleza via praias	1000,00

Fonte: Cooperativa de Bugueiros de Jericoacoara *apud* Meireles, Dantas, Silva, 2011.

O movimento de saída para os roteiros tem força até aproximadamente às 10 horas. Passado esse horário e afastando-se um pouco do eixo central da Vila quase temos a impressão bucólica de um espaço rural, se não fossem as lojas, mercados e os sem número de carros circulando.

A praia própria para banhistas é virada para o oeste³² e mais recentemente notamos muitas barraquinhas de guarda-sol com três cadeiras cada. Contavam com aproximadamente 75, bem próximas do mar, onde sempre tem alguém oferecendo uma

³¹ As duas últimas praias marcam limites do PNJ à direita e à esquerda, respectivamente. Em ambas (e juntas à praia do Guriú) existem comunidades de pescadores, em parte formadas por aqueles que deixaram Jericoacoara à décadas atrás. Porém, hoje, já é possível ver ações de especuladores visando o desenvolvimento futuro do turismo, pois ambos entraram no roteiro dos “passeios” turísticos.

³² “Era um azul-aquático no céu, um verde-celeste no mar e aqui no chão castanho; tintas misturadas pelo sol quente que, com seu tom amarelado vadio, lidera ao mesmo tempo em que aquece e reestrutura” (CAVALCCANTE, 2010, p. 129).

para as pessoas que se aproximam. O que indica que elas pertencem a algum estabelecimento, restaurante ou bar. A confirmação vem logo em seguida, pois assim que o convite é aceito um pequeno cardápio é entregue aos visitantes. Esse tipo de serviço é algo que não tínhamos notado nos primeiros trabalhos de campo. Há também pouco mais que 10 jangadas ancoradas na praia, bem ao lado de quiosques repletos de pranchas de surf para aluguel ou para os que estão matriculados em escolas especializadas na prática.

Pouco mais que 150 pessoas concentram-se em frente ao mar, contando os banhistas, os que estão praticando algum esporte náutico e os que estão trabalhando nos restaurantes, bares e pousadas. É um número muito pequeno considerando a multidão que entrará em cena posteriormente, a partir do crepúsculo.

O aproximar do meio dia aumenta o movimento na vila. Muitos dos turistas que estavam nos “passeios” retornam nesse horário. Restaurantes e bares começam a atender os turistas que ali chegam. Nesse momento, percebemos que os finais de semana parecem aumentar um pouco esse movimento. Tudo que é considerado caro para os moradores da Vila, para os turistas acaba saindo por um “bom preço”.

Às 14 horas Jericoacoara inteira parece se resguardar a um cochilo³³. Nessa hora o sol é muito intenso e as ruas da Vila não são *meta de ninguém*, todos se escondem em pousadas ou restaurantes. A ausência parece ainda maior as horas que antecedem o meio dia. Mas, surpreendentemente ao final da tarde uma multidão se aglomera na praia e caminha em direção à Duna do Pôr do Sol³⁴. Os estabelecimentos começaram a funcionar em “pleno vapor”. Barraquinhas de bebidas e *drinks* começam a abrir. Formam um corredor que liga a praia à rua principal, quase como se prolongasse a rua por mais alguns metros. Pessoas jogam bola na praia. Crianças oferecem uma rápida experiência de montaria a cavalo. Uma roda de capoeiristas começa a se formar na praia.

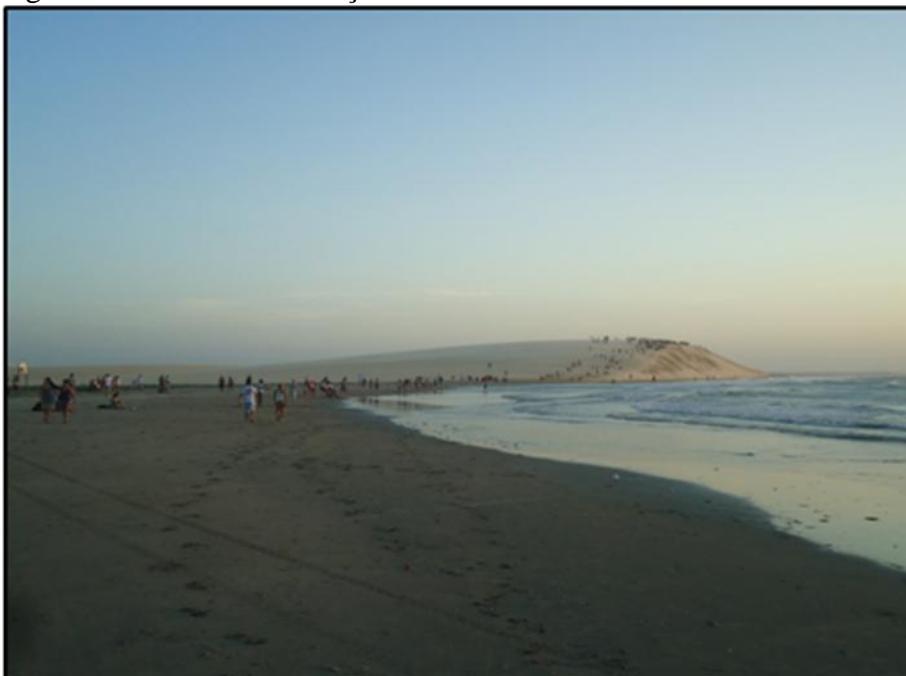
O cair do crepúsculo sob a praia, as ruas e as casas *aviva e palpita* a Vila novamente. Tudo parece começar com uma espécie de ritual de contemplação do sol mergulhando no mar azul acinzentado, *mar superlativo*. O ponto mais alto para a

³³ Expressão popular com significado de um pequeno sono.

³⁴ “A extraordinária variedade de rostos deixou-o numa perplexidade complexa; pareceu-lhe que um demônio havia esmigalhado o mundo inteiro numa infinidade de pedacinhos, e todos esses fragmentos sem sentido, sem rumo, embaralharam-se” (GÓGOL, p.56).

realização desse simulacro moderno é, sem duvida, a Duna do Pôr do Sol³⁵. Sobre ela pessoas jovens, e na maioria casais se agrupam, aglutinam-se. De longe, esse movimento lembra-nos a boca de um formigueiro (Figura 7). Quando o espetáculo termina, começam os aplausos, igualzinho como acontece em praias do Havai³⁶. “De um lado da duna, o sol se despedia, do outro, a lua surgia. Era a hora mágica da mudança de mundos. O princípio feminino assumia o controle, enquanto o principio masculino se recolhia. Espetáculo multicolorido” (CAVALCCANTE, 2010, p. 143).

Figura 7 – Pessoas em direção a Duna do Pôr do Sol



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

Nesse momento o dia, enquanto o masculino, encerra as atividades mais “aventureiras” (os passeios, o banho de mar, os esportes náuticos) e a noite, como o feminino, aporta sob si o romantismo dos amantes nos restaurantes a luz de vela, ao som

³⁵ Um morro de aproximadamente 30 metros de altura com uma de suas bases beijando o mar.

³⁶ Fato reprodutível também em muitas outras praias do mundo. Carlos (2007b, p. 66) descreve a similaridade com que esses momentos ilusórios se reproduzem no nível da mercadoria ao apresentar uma experiência vivida em Honolulu (Havai): “As surpresas não param por aí. O pôr-do-sol reservou-nos um espetáculo à parte, não tanto pela beleza (que era na verdade estonteante, pois o sol se põe no mar), mas como se estivéssemos prontos para ir ao cinema; as pessoas iam chegando, sentavam na areia, obviamente com suas máquinas fotográficas ou de filmar, absolutamente indispensáveis – o surpreende – esperando silenciosamente o pôr-do-sol. Quando este se põe é como se o filme tivesse acabado, pois todos se levantam e saem da praia formando um fluxo que se assemelha à saída do cinema, ou melhor, ao fim de uma partida de futebol, pelo número, só que saem organizada e silenciosamente como se alguém os estivesse dirigindo”.

de boa música e em tom agradável para mais tarde encaminhar-lhes para as pousadas, shows ou festas.

Muitos dos espectadores que estavam sobre a Duna se aproximam dos capoeiristas que ficam a alguns metros da entrada da Rua Principal. Logo percebemos que tal prática é um acontecimento diário e patrocinado por alguns estabelecimentos locais. Ao fim da exibição (também acompanhada de aplausos) os integrantes conversam com algumas pessoas que ainda estão por lá. Entre outras coisas, eles comentam nomes de pousadas e restaurantes locais, além de oferecer cursos de capoeira.

Como vimos, entre a praia e a Rua Principal, as barraquinhas de *drinks* (coquetéis ou batidas) concentram-se e atraem a atenção dos turistas que (quase obrigatoriamente) passam por ali. Idioma não parece ser empecilho para esse tipo de comércio: a maioria dos vendedores fala inglês. Os nomes das bebidas possuem sempre nomes exóticos e cômicos (caipirinha, caipiroska, maracuroska, ciriguelaroska, melancioska, capetinha, mojito, coco-louco, etc.). Em seguida, na mesma rua apresentam-se as lojinhas de artesanato, as banquinhas de açaí e as mesinhas dos artesãos de pulseiras e cordões de palha ou pano, caracterizados com um estilo próprio (sem camisas, tatuados, barbas grandes, cabelos trançados que lembram povos africanos) e até mesmo vendedores de chapéus, que centralizam a presença dos não muitos turistas que permanecem na rua. Mas os restaurantes ainda encontram-se vazios a essa hora. Ao que parece, o fluxo das pessoas que voltavam da praia seguia muito para as pousadas e hotéis que os abrigavam, pelo menos, para tomarem um banho e se prontarem para a noite na Vila.

Afora a Duna do Pôr do Sol, outro ponto atrai os turistas para o “espetáculo” do encontro do sol com o mar: a Pedra Furada (o maior símbolo-imagem comercializado de Jericoacoara), onde podem também assistir ao espetáculo do mar esbravejando suas ondas nas pedras. Apesar dos quase 3 km de distância (sentido leste) este é “ponto obrigatório” para o roteiro do turista que chega à Vila. As pessoas se dirigem de carroça³⁷ ou mesmo a pé para os mais “aventureiros”³⁸. O monumento, que fica logo após o Serrote, possui cerca de dez metros de altura e um buraco no meio,

³⁷ Muitas vezes guiados por crianças.

³⁸ Nesse momento uma exclamação paira sobre nossas mentes: “[...] quantos pés deixaram nela seus rastros!” (GÓGOL, 2013a, p. 4).

dando a pedra um formato de arco. Ao lado dos turistas, que estão sempre acompanhados de suas câmeras fotográficas, alguns vendedores ambulantes (dentre os produtos estão: água de coco, água, refrigerante, cerveja, picolé, etc.) marcam presença (Figura 8).

Figura 8 – Turistas na Pedra Furada em Jericoacoara



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

No meio do ano, período chamado de “alta estação”, a Pedra atrai multidões, pois é possível ver o sol se pondo no mar ao mesmo tempo em que passa por dentro do arco. Portanto, “dentre todos esses atrativos turísticos o principal é a Pedra Furada, sendo sua marca registrada e divulgada no mundo inteiro como o símbolo do lugar” (LIMA, SILVA, 2004, p. 29).

Todo o tempo em Jeri é experienciado com um misto de calor e uma brisa fresca durante o dia. Na parte da noite a brisa é constante e a temperatura é muito agradável.

O cair da noite em Jericoacoara faz com que o movimento de pessoas finalmente supere o dos automóveis. Na praça, nas ruas, nos becos e nos recantos toda a gente caminha, tira fotos, param em alguns estabelecimentos a fim de comer e beber. São restaurantes, bares, pizzarias e até mesmo hotéis e pousadas que contam com o serviço de alimentação incluso nas suas diárias. Esses prédios são a um só tempo palco

de representações, atuações sociais e arquibancadas lotadas de espectadores. Mais especificamente, são balcões, mesas de bares, calçadas de lojas, portões e janelas de casas, bancos de praça, varandas de pousadas, todos muito animados. A noite traz o símbolo da sedução. “Nessa hora, percebe-se um propósito, ou melhor, algo semelhante a um propósito, algo inconsciente ao extremo; os passos de todos se apressam e tornam-se em geral muito irregulares” (GÓGOL, p. 23).

Nas primeiras horas noturnas é mais visível um perfil de turista: a grande maioria dos visitantes encontra-se com suas famílias (pai, mãe, filhos) ou em casais. Esse fato nos trouxe a memória que em alguns trabalhos de campo durante a “alta estação” encontramos dificuldades em achar vagas em hospedagens que não fossem de casal.

As noites são animadas com muito movimento e músicas que saem dos bares e restaurantes, especialmente nos finais de semana. Entretanto, durante todo o período de “alta estação” parece que os outros dias da semana permanecem com um pedacinho do sábado, mesmo no domingo que apresenta um fluxo maior de saída da Vila. É o dia que as pousadas e hotéis mais têm vagas disponíveis para oferecer aos visitantes que chegarão durante a semana. Por outro lado, há também um pequeno fluxo de chegada no final da tarde de domingo, como se as pessoas se preparassem para começar a segunda-feira “a todo vapor” em suas atividades de lazer, quase como se fossem trabalhar na segunda de manhã, só que com mais empolgação e disposição.

O que dá à Vila, muitas vezes, uma aparência bucólica durante partes do dia é imediatamente esquecido à noite. A praça central fica cheia de pessoas com suas câmeras fotográficas tirando fotos umas das outras numa vela de barco escrita “Eu ♥ Jeri”, além dos bares e restaurantes terem um movimento intenso e exalarem música ao vento. As barraquinhas de *drinks* próximas à praia voltam a ser ponto de encontro. A noite traz o sutil e traiçoeiro aroma da “festa”³⁹ (Figura 9).

³⁹ Mais adiante veremos que essa festa pode ser, na verdade uma pseudofesta.

Figura 9 – Barraquinhas de *dinks* durante a noite



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

As noites em Jeri parecem dar continuidade ao movimento do dia. Sempre movimentadas, têm uma variedade de serviços disponíveis até mais tarde. Porém, o fluxo todo parece ter validade curta. Às 23 horas o número de pessoas já é pequeno na rua. Restam ainda os restaurantes que com músicas altas e animadas seguram a atenção e a presença dos turistas. Eles são poucos. O aproximar da meia noite parece lembrar as pessoas que o dia seguinte se aproxima com um novo sol e “passeios maravilhosos, cheios de aventura”. Apesar de alguns estabelecimentos atravessarem a noite com muita empolgação, como os que ficam no Beco do Forró⁴⁰.

No domingo à noite o movimento da Vila fica concentrado na parte central de uma forma mais acentuada, são as pontas mais próximas do mar das ruas São Francisco, Principal e do Forró e nas ruelas e travessas que as ligam umas às outras. Afora isso, um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas pode ser encontrado em cada uma das igrejas (uma católica e mais antiga e outra evangélica).

Tudo é apresentado com uma nova dimensão: dia e noite, som e silêncio, calor e vento, a fala inteligível (questão linguística, ou gestual, ou mesmo mediada pelo dinheiro) e a não inteligível (língua estrangeira e/ou mediação de terceiros), público e

⁴⁰ Um dos pontos mais centrais para aqueles que procuram diversão durante a madrugada. Bares e rua se misturam através do som e da dança por todo o período noturno.

privado, calçada e rua, luz (que a noite emana dos estabelecimentos) e sombra. Tudo é passível de uma reinterpretação que deve estar o mais distante possível da cotidianidade das grandes cidades. Tudo é reunido no lugar, ganhando o “véu mágico” da aparência do diferente⁴¹.

Nesse sentido, de forma complementar a análise da paisagem urbana de Jericoacoara procuramos também uma referência no pensamento de Benjamin (2012, p. 200), onde é possível chegar a um conhecimento *ultravioleta* e outro *infravermelho* do espaço através de fotos e mapas, relacionando detalhe e todo para obter amostras das *extremidades do campo visual*.

Apesar de a paisagem apresentar um momento importante na investigação da produção do espaço de Jericoacoara, ela não se basta, pois não é autoexplicativa. A aparência do fenômeno não coincide com sua essência, mas abre o caminho para sua descoberta. Assim, a paisagem deixa a mostra os vestígios mais evidentes da produção do espaço. A análise da paisagem permite, por fim, a compreensão dos movimentos internos que a compõem, que por sua vez permite revelar os seus conteúdos, superando a expressão caótica inicialmente apresentada.

Procuramos, assim, descrever a paisagem de Jericoacoara como ponto de partida, pois esse movimento nos permite introduzir as contradições do processo de produção desse espaço. O que de certa maneira pode ter aparecido como caótico ou imediato, servirá de base para um trabalho mais minucioso nos capítulos seguintes, onde as contradições e mediações ganharão corpo.

⁴¹ Para Urry (1996) o olhar do turista é atraído para o diferente de sua vida cotidiana.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JERICOACOARA

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasia ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche.
Karl Marx

2.1 Os termos da produção do espaço

Se a forma não pode ser confundida com a essência da “coisa”, entretanto, ela faz parte dela. É um momento constitutivo, o primeiro. Esse movimento nos guia de uma aparência fenomênica e concreta para uma compreensão mais aprofundada dos processos internos e fundamentos.

Vimos que a paisagem de Jericoacoara aponta elementos produzidos por relações humanas desenvolvidas ao longo dos anos. Entretanto, essa não é uma relação linear e lógica. O movimento que vai do objeto à atividade não se atém às facilidades mistificadoras da descrição empírica. Ele vai além. Esse movimento não está livre de erros. Procede por tateamentos, avanços e retrocessos. É característico do *método de investigação*. Porém, permite que se vá mais fundo na compreensão das propriedades do objeto. Do produto à produção, essa *démarche* mostra que a consciência vem da prática e não da abstração idealista. Mas, esse movimento precisa ser entendido com a calma que exige. É preciso, agora, trilharmos um caminho mais geral para retornarmos as especificidades da Vila.

Partimos da noção de produção de Marx, da qual o fundamento não se atém à ideia restrita da produção dos objetos, permitindo pensar, antes de tudo, a vida social do homem, suas características comuns e suas particularidades no tempo e no espaço. Desse modo, a história do homem é a história de sua produção. O homem produz a si mesmo na sua relação histórica com a natureza. Ele é natureza ao mesmo tempo em que se separa dela. Através da mediação da atividade produtiva ele transforma objetos naturais em objetos humanos, produtos. Nesse processo, o homem passa

progressivamente a apropriar-se da natureza. Modificando-a ele muda a si mesmo, criando e satisfazendo necessidades além das naturais⁴².

Ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo, produz a si mesmo, com todas as características e determinações materiais que lhe constituem. O homem cria seu mundo, o produz como um mundo humano (ou desumano). Porém, este mundo torna-se estranho a partir do momento em que os referenciais que conduzem à sua produção deixam de serem humanos para servirem ao capital. Há uma inversão do mundo e a criatura domina o seu criador. As necessidades humanas passam ao crivo atento dos interesses objetivos das coisas.

No capitalismo a produção do homem é reduzida à condição da produção de qualquer outra mercadoria. Quanto mais avançam os conhecimentos das técnicas que permitem a dominação da natureza pelo homem – das capacidades produtivas – menos o homem pode se apropriar da natureza trabalhada por suas mãos. Quanto mais o homem produz o mundo menos o mundo lhe pertence. A inversão prática do mundo se caracteriza assim: os objetos (produtos do trabalho humano) passam a dominar o homem. Sob o mundo da mercadoria o homem é visto por si mesmo e pelos outros como mero meio, instrumento para se conseguir outros produtos. Torna-se meio para o valor enquanto perde seus valores humanos. Marx (2012a) aponta três tipos de estranhamentos que decorrem de um tipo mais geral entre o homem e o próprio homem, são eles: 1) o estranhamento do produtor com seu produto; 2) o estranhamento do produtor no próprio ato de produção e; 3) o estranhamento do homem com seu próprio gênero humano.

No primeiro encontra-se a relação de inversão do mundo, ou seja, o mundo deixa de ser o mundo do homem para ser o mundo das coisas. O trabalhador é despojado de sua vida e dos objetos do seu trabalho num processo de objetivação, coisificação de si mesmo. O trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho. Este resultado lhe aparece como algo estranho. Assim, os produtos do trabalho são cada vez mais abundantes e independentes dos trabalhadores. Este momento marca a redução da apropriação ao estranhamento.

⁴² É importante atentar que a noção de produção supera a tradição da ciência positiva em separar sujeito e objeto. Permite entendermos a atividade humana dialeticamente, indo além da formalização que pressupõe a ideia de objeto anterior ao sujeito. Aponta a unidade concreta de ambos.

A relação do homem com a natureza modifica-se na modernidade. Ele encontra meios para efetivar seu domínio sobre esta. No entanto, o século XIX parece ter gestado uma marca que perdura até os dias atuais: quanto mais o homem se apropria da natureza mais privado dos meios de vida ele é. De um lado ele possui cada vez menos de seus produtos e, de outro, a natureza imediata deixa de ser o lugar de sua sobrevivência. Dessa forma, o trabalhador torna-se servo de seu próprio produto, isto é, na modernidade o produto (mercadoria) é tudo, o homem é nada.

O segundo refere-se ao não reconhecimento do trabalhador no processo de produção. O trabalho na relação de exterioridade faz com que o homem negue a si próprio. O capitalismo esclarece a todos os trabalhadores o quão mortífero é o trabalho, ao ponto deles só se sentirem donos de si novamente fora do âmbito do trabalho. A satisfação das necessidades alheias ao produtor acaba por revelar-lhe o sentimento de que ele pertence a outrem e não a si mesmo. O homem perde-se nas relações de produção capitalista. Ele nega as possibilidades de realização da verdadeira atividade criativa.

O terceiro tipo de estranhamento refere-se ao homem enquanto ser genérico. Para Marx o homem é um ser genérico tanto na prática quanto na teoria⁴³. Pois se relaciona consigo mesmo enquanto gênero vivo, enquanto ser universal. No relacionamento com o outro, o homem, produz sua própria vida histórica e social, isso quer dizer que sua vida genérica é a própria vida produtiva. É na relação com a natureza, na produção de objetos e de si mesmo⁴⁴ de forma consciente que o homem se distingue da atividade vital animal, sendo, portanto, um ser genérico. Porém, a própria consciência que lhe libertou da condição animalesca agora o aprisiona. “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*” (MARX, 2012a, p. 84-85).

Assim, o trabalho estranhado objetiva a vida genérica do homem, separando-a intelectual e operativamente. O homem passa a ver no outro apenas um

⁴³ O debate sobre elemento essencial que marca o homem enquanto ser genérico vem do pensamento de Hegel.

⁴⁴ O homem separa-se da natureza ao mesmo tempo em que é natureza.

meio para sua vida individual, perde o reconhecimento recíproco do gênero humano. Nesse sentido, o homem está estranhado de sua própria essência humana⁴⁵.

O mundo das coisas, produto do trabalho do homem é, agora, o nosso mundo. Estranho mundo! O estranhamento do produto, da produção e do homem reduz as relações sociais à funcionalidade individualista, isto é, a produção efetiva das coisas é a desefetivação dos produtores. Uma contradição chameja: o homem “descobre” o mundo, domina a natureza (inorgânica) apenas para perder a si mesmo.

Como resultado do trabalho estranhado, a propriedade privada aparece diretamente norteando toda a produção. Ela passa a ser dialeticamente o produto e o meio do trabalho estranhado. É dessa forma que a apropriação dá lugar ao estranhamento.

Desse modo, temos que a noção de produção não se restringe ao âmbito fabril, mas sim às relações sociais em sua totalidade. Esse foi o legado que Marx deixou em suas críticas à economia política. Esse caminho permite pensar as relações cotidianas e os espaços fora do âmbito do trabalho (sem esquecê-los).

O homem ao produzir a si mesmo (enquanto ser genérico) através de sua relação com a natureza, produz também o seu mundo. Porém, essa relação não pode ser compreendida no âmbito da produção individual, mas apenas enquanto produção social. Assim, as relações sociais são também relações espaciais e a produção da vida humana, uma *produção do espaço*.

O que afinal diz a noção “produção do espaço”? A resposta a essa questão parte do princípio de que não existe sociedade a-espacial. Cada sociedade teve um espaço que lhe foi característico. Se o homem produz a si mesmo, a sociedade, as relações sociais em um determinado tempo histórico, ele também produz um espaço que lhe é próprio.

Lefebvre (*mimeo*) aponta as características históricas que constituíam cada período da humanidade com um espaço que lhe correspondia. Assim, as sociedades antiga, medieval e moderna tiveram um espaço que aparecia como correspondente das relações de produção desenvolvidas – além de organizações sociais que escapam a essa periodização, como as indígenas.

⁴⁵ “Sociedade da alienação estabelece o trabalhador como um ser que luta por sua sobrevivência, um ser que vive unicamente para sobreviver. Tal função faz o ser humano recair nas funções especificamente animais” (SOBRAL, 2005, p. 89).

A produção do espaço, nesse sentido, é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominando-a) em algo que é próprio do humano. O espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz enquanto ser genérico numa natureza apropriada e condição de sua produção (CARLOS, 2011, p. 33).

Pensar o espaço enquanto produto de uma sociedade específica exige uma (socio)lógica de pensamento que se coloca como momento primeiro de apreensão. No entanto, tal lógica não se basta. Segundo Lefebvre (*mimeo*), o espaço não é meramente o resultado das ações históricas do homem, mas sim participa dialeticamente da própria produção do homem e da sociedade. Há, portanto, uma relação entre produto e produtor que abrange tanto espaço quanto sociedade. Ambos se reproduzem de maneira inseparável, sendo, portanto, a prática social uma prática espacial, ou seja, a produção do espaço integra a produção do homem, enquanto ser genérico.

O espaço ao qual nos referimos não é, portanto, o espaço geométrico, físico, ou mental, mas sim o espaço social. Reunião de todos esses aspectos. Produto do trabalho humano, mas não meramente como suporte, ou conjunto de objetos ou mesmo *sistema de objetos*. Está ligado à reprodução das relações de produção no seu sentido mais amplo.

A compreensão do espaço da sociedade capitalista requer o salto da ideia do espaço como localização e organização dos objetos, como palco das ações e interações humanas para a de que a sociedade, no seu movimento de reprodução, produz e é produzida pelo espaço (CARLOS, 2012). É preciso, ainda, passar da noção da produção *stricto sensu*, onde se refere exclusivamente a produção de objetos, para a noção da produção *lato sensu*, que aponta a produção e a reprodução do homem e da sociedade no movimento histórico de sua constituição. Portanto o espaço não pode interagir com a sociedade, pois isso requer dizer que eles são dois aspectos separados, quando, na verdade, não podem nunca estarem descolados. As relações sociais de produção só podem, assim, ser enquanto relações de produção espaciais e vice-versa. Dessa forma, pretendemos nos deslocar da simples análise de um rigor formal, para uma abordagem dialética situada na relação entre teoria e prática, buscando entender os conteúdos da prática socioespacial relacionada às formas.

É na relação com a natureza que o homem se produz e produz o seu mundo, através da mediação do trabalho. Precisamente, isso quer dizer que a reprodução do homem, enquanto ser genérico, está inseparavelmente vinculada à produção do espaço. Entretanto, o capitalismo marca o espaço de maneira nunca vista em outro período histórico. Sua tendência ao espaço mundial incorpora gradualmente (considerando a dialética entre as continuidades e descontinuidades temporais) as mais diversas atividades do homem, alterando as qualidades e necessidades úteis dos produtos humanos de maneira a redirecioná-los para a realização da mercadoria e de seu valor de troca.

Se cada espaço e sociedade produzem e são produtos de seu tempo, quais as características de ambos em um mundo marcadamente dominado pela forma-mercadoria e a lógica do valor? Até aqui vimos que o homem está estranhado e alienado de seu produto, de sua atividade produtora e de si mesmo. Quanto ao espaço veremos as características que corresponde ao período atual de forma mais detalhada, por hora adiantamos que se trata cada vez mais de um espaço abstrato, com características e formas definidas, apesar da negação de referenciais históricos próprios.

O período moderno aponta uma contradição necessária: o homem produz o espaço socialmente, mas se apropria cada vez menos dele. O estranhamento configura a alienação e a privação do homem e seu mundo. Como resultado, temos uma produção social (do homem, da natureza, do espaço) e uma apropriação privada. O espaço enquanto produto social, resultado do conjunto dos trabalhos despendidos na produção histórica ganha o estatuto de capital ao ser apropriado de maneira individual, isto é, enquanto propriedade privada.

A modernidade apresenta uma mudança nos modos como sociedade e natureza se relacionam. De uma relação direta e espontânea, nos períodos que a precederam, passamos a uma relação de dominação total, através do trabalho⁴⁶ (e de sua organização e instrumentos), do conhecimento e da técnica, desta última. O que não

⁴⁶ “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem” (MARX, 2013, p. 255).

exclui a dialética entre os termos. Na verdade, essa relação não separa o homem da natureza, mas multiplica essa relação. A história da humanidade é a história de sua relação com a natureza. A partir da modernidade esses laços são intensificados, trazendo novos conflitos, onde toda produção e descoberta científica, pela intervenção crescente da técnica, faz com que as transformações da natureza sejam voltadas para a troca.

O espaço, enquanto produto social, revela seus contornos a partir desse momento histórico, ou seja, passa-se do *espaço-natureza* para o *espaço-produto*, e por sua vez, para a *produção do espaço* enquanto campo fecundo da reprodução das relações sociais de produção, ampliando-se em uma bifurcação teórico-prática muito mais ampla: o urbano e o cotidiano. “A matéria-prima da produção do espaço, não é, como para os objetos particulares, um material particular; é a própria natureza, transformada em produto, brutalizada, hoje ameaçada, talvez arruinada, com certeza localizada, cheia de paradoxo” (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 89).

Os homens produzem e reproduzem sua vida através dessa relação interminável com a natureza. Esse é o fundamento das *forças produtivas*, que no período moderno passa ao largo da consciência, do controle e da vontade dos homens, ganha um estatuto abstrato muito forte, mesmo sendo produto concreto do trabalho deles. Dessa maneira, o período histórico que vivemos, não é mais que o afloramento das contradições da vida social. “A modernidade é consagrada a explorar e a viver a abstração. [...] Abstração percebida como concreto, anti-natureza e nostalgia crescente da natureza perdida, tal é o conflito vivido pelo homem ‘moderno’” (LEFEBVRE, 1969a, p. 225).

A modernidade marca a passagem da forma-mercadoria ao primeiro plano. O homem serve-se da natureza para muito além das suas necessidades básicas de reprodução. O uso perde sua força enquanto a troca ascende. Assim, o que define a modernidade são as relações sociais de produção de mercadorias e sua necessária relação de exploração e dominação, pelo trabalho, de uma classe social sobre outra, ou seja, a produção de mais-valor⁴⁷.

Uma mercadoria para ser produzida envolve um valor de uso, uma substância que detenha também um valor de troca. Mas esse *duplo caráter da mercadoria* não se basta. Marx (2013, p. 263) ao explicar a constituição dessa forma (a

⁴⁷ As estratégias para realizar esse objetivo são muito variadas, passando por diversos ramos da produção.

mercadoria) mostra que um outro processo é necessário para a produção da sociedade burguesa, onde um capitalista tem dois objetivos:

Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.

O autor não queria meramente explicar o lucro como mera transferência de valor incorporado a uma mercadoria e depois trocado, mas sim a criação de um valor adicional, incorporado desde a produção: o excedente econômico. Isso só é possível pela existência da *propriedade privada dos meios de produção*, que normalmente permanece nas mãos dos capitalistas (burguesia). Assim, os que não possuem tais meios (o proletariado) tem que vender sua capacidade de trabalho, isto é, a *força de trabalho* para algum proprietário dos meios de produção em troca de um pagamento (salário) para se reproduzir⁴⁸. Essa relação não é tão simples quanto pode aparentar. Ela pode até parecer harmônica ou justa, mas não é! No fundo, o proletário produz sempre um valor acrescido durante o tempo despendido na produção, isto é, produz mais valor do que recebe com a venda de sua força de trabalho. Quem fica com esse valor adicional produzido pelo trabalhador? O proprietário dos meios de produção apropria-se desse mais-valor, só permitindo que os trabalhadores fiquem com uma fração de todo o valor produzido por eles. Assim, constitui-se a exploração, pelo trabalho, de uma classe sobre outra. Vale lembrar que não se trata de uma produção individual, mas sim social, o que novamente nos remete a contradição entre produção social e apropriação privada⁴⁹.

O debate sobre as classes sociais não se encerrou com o século XIX, como querem nos fazer crer os ideólogos da pós-modernidade. Entretanto, ele se desloca e ganha uma amplitude que dificulta barreiras cristalinas no bojo das relações sociais de produção atuais. Frações de classes desapareceram ao passo que novas foram surgindo. Por isso ao nos referirmos ao proletário, enquanto classe social, não estamos pensando na redução ao operariado fabril. Menos ainda apenas nos trabalhadores das chamadas

⁴⁸ Isso quer dizer que a própria força de trabalho se torna uma mercadoria, podendo ser comercializada como qualquer outra.

⁴⁹ Esta contradição marca também a produção social do espaço.

atividades produtivas. A noção deve ser expandida, superada e compreendida em toda sua complexidade.

Para Lefebvre (1973a) o proletariado, hoje, alarga sua base englobando uma parte “*proletarizada*” da *pequena-burguesia*, dos *camponeses arruinados* (sem propriedades fundiárias ou sem meios de produção suficientes para produção), dos *intelectuais*, das *profissões liberais* e um “*sub-proletariado*”, além do operário fabril. A essa compreensão acrescentaríamos muitos dos profissionais ligados ao dito setor de serviços e comércio (vendedores, recepcionistas, garçons, motoristas de ônibus, professores, camareiras, etc.), tendo em vista que também entram nas relações de trabalho e exploração através da venda de seu tempo e força de trabalho. São atividades *não produtivas* do ponto de vista de bens materiais, tangíveis, mas são socialmente necessárias à produção.

Segundo Bensaïd (2008) definições fechadas e normativas das classes sociais dificultaria a compreensão da dinâmica antagônica que surge do processo produtivo, mas o ultrapassa facilmente, tanto no processo de circulação, quanto no da reprodução geral das relações sociais. Desse modo, as classes “[...] são *determinadas* ao longo de um processo em que se combinam as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos” (BENSAÏD, 2008, p. 35).

Nesse sentido, a vitória da modernidade é a “proletarização do mundo” (DEBORD, 2009)⁵⁰. As relações de produção não se realizam somente no âmbito restrito da fábrica, elas agora percorrem todo o processo de reprodução da vida, produzindo, deste modo, um espaço e uma vida cotidiana específicos de um tempo histórico. A escala de exploração e dominação da forma-valor se amplia. O mundo é proletarizado. O que, de um lado, revela a vitória do modo de produção capitalista no nível do mundial, por outro, pode ser seu ceifador, já que a potência da revolução parte do proletariado⁵¹.

⁵⁰ Esta tendência é reforçada por Bensaïd (2008) ao apontar o crescimento vertiginoso do número de trabalhadores assalariados no mundo.

⁵¹ “A este proletariado mundial recai a missão que Marx atribuiu à classe operária como tal: negar o existente, des-construí-lo (em linguagem actual) ou «des-estruturá-lo» para em seguida o reconstruir, radicalmente metamorfoseado” (LEFEBVRE, 1973a, p. 92). Nesse sentido, o capital produz o seu contrário, o seu outro, limite de si mesmo. Portanto, “O agente que, apesar de tudo, torna a convergência das resistências, para além dos múltiplos efeitos de dominação próprios à reificação mercantil, é o próprio capital” (BENSAÏD, 2008, p. 34).

A expansão da condição proletária mundialmente não significa que todas as classes tenham sido engolidas nessa imensa massa de explorados. Logicamente, a existência destes pressupõe a dos exploradores. A burguesia também ganha novas roupagens para além dos capitalistas industriais e dos grandes latifundiários. Entretanto, apesar do surgimento de novas frações e formas de exploração tal classe reproduz o mundo (o seu mundo) através da forma da propriedade privada dos meios de produção. Para se assegurar disso comunicação, educação, direito e, principalmente, o Estado figuram como elementos centrais⁵².

Não podemos esquecer que, como disseram Marx e Engels (2010, p. 40), “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. Isso quer dizer que no centro da compreensão da modernidade encontra-se uma contradição fundamental, principalmente, entre os que possuem os meios de produção e os que vendem a força de trabalho para esses proprietários. Portanto, a modernidade não é nada mais que um momento do capitalismo.

O moderno se realiza na vida prática dos indivíduos. Sua reprodução encontra no cotidiano um lugar de excelência. Podemos perceber como a industrialização e o desenvolvimento tecnológicos (bem característicos desse período histórico) acabam por trazer a tona outras características, que podem por vezes aparecer como secundárias, mas que desde a metade do século passado passam a primeiro plano articuladas umas às outras, em uma totalidade: urbanização, burocratização, institucionalização, ideologização, cotidianidade, especialização do conhecimento e da ciência, criação e recriação de necessidades.

Berman (2010) aponta uma série de características que revelam a nova *experiência de tempo e espaço* que o período moderno produz:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades;

⁵² Note-se que muitos dos profissionais dessas áreas atuam nas chamadas *atividades improdutivas*.

Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 2010, p. 25).

Para o autor, a modernidade não se constitui de um único tempo ou de uma linearidade temporal. Para ele existem três momentos principais: o primeiro vai do século XV ao XVIII, com formas ainda pouco conhecidas; a segunda vai da Revolução Francesa até o século XX, onde ganha vida um sentimento de uma era revolucionária, de grandes e abruptas mudanças na vida social; e a terceira que inicia a partir do século XX, com a expansão do processo de modernização por todo o mundo, englobando elementos novos, como a linguagem e a comunicação.

Para nós, o último período ganha expressão pelo fato de vivenciarmos essa expansão da modernidade para além da economia, adentrando com violência na vida cotidiana. Também contém um momento importante, onde a industrialização dá luz a um processo que a *supera*: a urbanização.

Diante do discurso da ideologia pós-moderna, que sustenta a afirmação de que todo esse período foi superado e que vivemos “novos tempos”, onde a “cultura” é o paradigma central e a história, agora, perde sua importância, é preciso levantar a seguinte questão: a modernidade encontrou seu fim ou outras formas de se reproduzir ampliadamente? Se a modernidade está relacionada ao modo de produção capitalista (e esse não deixou de existir), então ela ganha novos contornos. As formas da transitoriedade e mudança, assim como da permanência e imutabilidade lhe são próprias⁵³. Os motivos já foram expostos por Marx e Engels (2010, p. 43):

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse

⁵³ “A modernidade é o transitório, o fugidivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, 2010, p. 35). Baudelaire já expunha como os pintores e escultores modernos sempre se remetiam às figuras do passado, principalmente da antiguidade. Para ele por mais que a modernidade fosse uma época que retomasse as modas e estilos anteriores, com o “belo”, ela continha uma certa “beleza misteriosa”, por menor que fosse, e o objetivo do poeta, do artista era percebê-la. Assim, a tentativa de tornar a modernidade tudo o que ela não é (transformá-la em antiguidade novamente) é simplesmente retirar toda a “beleza misteriosa” que a vida do homem invariavelmente contém.

abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

A modernidade traz em si a lógica do racionalismo técnico e lógico, que por sua vez arrasta o modo de produção capitalista. Assim, em conformidade às colocações de Marx e Engels, Gouverneur (2005) afirma que o capitalismo para manter-se na linha de evolução constante deve manter algumas tendências básicas: desenvolvimento da mecanização, interdependência crescente entre os trabalhadores, concentração crescente de capital nas mãos de pequenos grupos, expansão do assalariamento e da produção mercantil. Porém, isto implica em mais uma contradição (bem conhecida, diga-se de passagem): a do lucro e das satisfações das necessidades sociais. O autor afirma que esse panorama acaba por gerar a generalização do “reino da mercadoria”:

O crescimento do capital-mercadoria resulta sobremaneira de constante diversificação da produção capitalista. Essa multiplica os bens materiais lançados no mercado, invade os serviços, estende-se a todos os domínios da vida (cultura, comunicações, etc.): o crescimento capitalista é a generalização do “reino da mercadoria”⁵⁴ (GOUVERNEUR, 2005, p. 208).

A própria mercadoria adentra as relações sociais mais íntimas, realizando uma mediação entre os objetos úteis. Isso quer dizer que seu objetivo é trocar e ser trocada por outras mercadorias de diferentes usos. Portanto, ela possui duas características próprias. Ao analisar a mercadoria⁵⁵, Marx (2013) diferencia valor de uso de valor de troca, no qual o primeiro faz referência à qualidade, substância de um objeto, ao seu conteúdo material e sua capacidade de satisfazer necessidades⁵⁶, enquanto o segundo caracteriza-se “[...] inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na

⁵⁴ No original lê-se : “L’accroissement du capital-marchandises résulte tout autant de la diversification constante de la production capitaliste. Celle-ci multiplie les biens matériels lancés sur le marché, envahit les services, s’étend à tous les domaines de la vie (culture, communication, etc.): la croissance capitaliste, c’est la généralisation du «règne de la marchandise»”.

⁵⁵ “Começar com as mercadorias se revela muito útil, porque qualquer pessoa tem contato e experiências diárias com elas. Estamos constantemente cercados de mercadorias. A forma-mercadoria é uma presença universal no interior do modo de produção capitalista. Marx escolheu o denominador comum, algo familiar e comum a todos nós, sem distinção de classe, raça, gênero, religião, nacionalidade, preferência sexual ou o que for. Tomamos conhecimento das mercadorias de maneira cotidiana e, além disso, elas são essenciais a nossa existência: temos de comprá-las para viver” (HARVEY, 2013, p. 26).

⁵⁶ Note-se que no capitalismo, o estudo das necessidades não se refere mais às humanas, mas sim às do próprio capital.

qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013, p. 114).

Para o autor, quando se entra na relação de troca, os valores de uso são esquecidos (o que não significa que desaparecem), pois o que passa a ter importância é o princípio de equivalência entre os objetos, ou seja, sua quantificação e abstração, já que um valor de uso pode valer tanto quanto outro, tendo proporções determinadas. A mercadoria, dessa forma, só pode existir na medida em que contiver a duplicidade entre valor de uso e valor de troca, que é o que caracteriza seu próprio *valor*.

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria (CARLOS, 2012, p. 60).

Enquanto produto social, o espaço possui valor, contém trabalho incorporado de diversas gerações expresso na paisagem. Na modernidade, ele encontra uma tendência de destacar-se cada vez mais dos contornos da realidade prática, isso quer dizer que ele torna-se cada vez mais abstrato, mas é ao mesmo tempo uma abstração que se revela como *força prática concreta*. Isso quer dizer que ao partirmos da compreensão de que o espaço é produto social é preciso termos clareza que tanto atividade e coisa quanto o aspecto objetivo e subjetivo⁵⁷ não estão cindidos. Isso quer dizer que o espaço é simultaneamente concreto e abstrato. No primeiro caso ele é matéria física, no segundo possui contornos mensuráveis e serve de base para um conjunto de relações que se juntarão à sua concretude.

Entretanto, a produção do espaço enquanto mercadoria revela sua condição de trocabilidade, ou seja, vende-se, compra-se e aluga-se o próprio espaço através da forma da propriedade privada. Esse processo de “igualar” as diferentes qualidades de trabalho armazenadas no espaço (suas singularidades) tornando-o algo mensurável, quantificado e com uma forma equivalente não poderia resultar em outra coisa que não a sua própria abstração. O caráter útil enevoa-se, reduzido, no mais das vezes, à própria condição de ser trocável.

⁵⁷ O lado subjetivo da produção contempla linguagens, desejos, imagens e representações.

O capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político. Esse espaço abstrato apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. E também no espaço das auto-estradas, dos aeroportos, das redes de informação (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 45).

A modernidade é, portanto, o período onde o valor domina as relações sociais a ponto de sufocar as qualidades úteis dos produtos do trabalho social. O substancial destes produtos pouco importa, desde que eles possam ser trocados. Essa é a caracterização da riqueza no modo capitalista de produção⁵⁸. Desse modo, Marx (2013) só afirmou que a riqueza no capitalismo se expressa como um acumulado de mercadorias porque ela se apresenta como uma soma de valores, onde o valor de troca é a sua riqueza e as necessidades úteis são abstraídas no ato da produção. Esse é o momento apontado pela passagem do *ser* para o *ter*.

Na abordagem de Debord (2009) o momento atual já se encontra em um estado ainda mais degradado, onde o *ter* deteriora-se para o *parecer*. Entretanto, não se trata meramente do privilégio da visão como sentido superior, mas sim da inversão do real por uma representação ideologicamente materializada. Esse momento histórico é caracterizado, então, como *sociedade do espetáculo*, onde contrariamente do abuso do mundo da visão, temos uma relação social concreta mediada pelas imagens.

A noção de espetáculo resume todo um complexo de relações existentes na sociedade contemporânea, de modo que a mercadoria aparece em tal grau de acumulação que se torna espetáculo, passando a substituir a própria realidade por sua representação. Partindo de Marx, Debord (2009, p. 13) afirma que “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”.

A lógica do espetáculo figura-se na inversão e *negação da vida*, ao mesmo tempo em que afirma a forma-mercadoria como única forma de vida social, ou seja, negando qualquer tempo histórico, fazendo com que a consciência humana seja submetida a um “presente perpétuo”. Para Jappe (2008, p. 17) o espetáculo consiste na “[...] contemplação passiva de imagens, que ademais foram escolhidas por outros, substitui o vivido e o poder de determinar os acontecimentos do próprio indivíduo”.

⁵⁸ É importante lembrar que esse processo não ocorre sem contradições, retrocessos e/ou resistências em prol do valor de uso.

Para ele a difusão da forma-mercadoria, que é uma característica da modernidade, subordina a qualidade à quantidade tanto quanto o concreto ao abstrato, isolando os indivíduos no interior de uma reprodução voltada para as necessidades do capital, enquanto o espetáculo é, na verdade, um desenvolvimento posterior reduzindo o real e sua multiplicidade a uma única forma abstrata, tornando-se o equivalente não só dos bens, mas de toda atividade social.

Desta forma, a modernidade é a sociedade do espetáculo. O reino do fetichismo e do consumo. Um mundo fragmentado, separado. [...] Neste sentido, para Debord, a sociedade capitalista é a negação da humanidade e somente a recuperação desta poderá promover a negação da sociedade capitalista. Enfim, trata-se de uma crítica da sociedade capitalista. Uma acusação do seu caráter alienante, fetichista, espetacular (VIANA, 2010, p. 05).

Entendemos, assim, que o espetáculo não é mais do que um momento da modernidade: o contemporâneo. Nesse tempo histórico, que o pensamento não compreende por completo, pois ainda há muito que se descobrir, o homem passa a parecer senhor da natureza, a dominá-la, mas ao mesmo tempo parece escravizar a si mesmo⁵⁹. No entanto, isso não se dá na escala individual, mas sim na das classes sociais, como vimos acima, notadamente com o domínio burguês.

Debord (2009) deixou uma incrível contribuição para a compreensão da noção de produção para além dos limites materiais. Para ele o mundo produzido enquanto espetáculo é o próprio mergulho nas contradições objetivas e subjetivas da mercadoria. O autor aprofunda as teorias do fetichismo e da alienação de Marx⁶⁰. De acordo com Merrifield (2005), a crítica de Debord ao fetichismo e à alienação foi uma *obra de arte política única*, pois foi uma tentativa legítima de armar a classe trabalhadora para inverter e negar a realidade atual de sua vida, através da agitação e mobilização pela formação dos conselhos operários e em oposição ao torpor pacífico da vida social.

Essa constatação nos apresenta mais um elemento de mediação na produção do espaço: a ideologia. Esta atua como mediação entre a consciência e a realidade de

⁵⁹ “O homem acaba por ficar parecido com aquilo que gostaria de ser” (BAUDELAIRE, 2010, p. 14).

⁶⁰ “A «imagem» e o «espetáculo» de que fala Debord devem ser entendidos como um desenvolvimento posterior da forma-mercadoria. Têm em comum a característica de reduzir a multiplicidade do real a uma única forma abstracta e igual. De facto, a imagem e o espetáculo ocupam, em Debord, o mesmo lugar que a mercadoria e respectivos derivados ocupam na teoria marxiana” (JAPPE, 2008, p. 31).

maneira a ocultar os reais interesses de classes no processo produtivo. No próximo tópico veremos esse debate com mais profundidade.

Temos diante de nós características que assinalam a produção socioespacial contemporânea. A exploração de uma classe social sobre outra gera novas formas de relações entre sociedade e natureza, onde o trabalho assalariado é o selo da proletarização mundial. O homem produzido como um ser estranhado de seu produto, de sua produção e de si mesmo revela um espaço produzido com as mesmas condições alienadas, pois toda sua produção (material ou não) encontra-se voltada para a mercadoria. A negação da vida faz-se visível através da tendência à abstração das relações sociais e espaciais demarcando contradições imensas, como a apropriação privada (garantida na forma da propriedade privada) dos produtos sociais.

Feito esse prelúdio, agora é possível começar a compreender os termos da produção do espaço de Jericoacoara. Enquanto um espaço transformado para atender as necessidades do fenômeno turístico, a Vila se reproduz enquanto espaço do espetáculo, na medida em que revela uma tendência de dominação do espaço pelo capital e a forma-mercadoria, acelerando o tempo e comprimindo o espaço (características da modernidade) com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, o que conseqüentemente visa o aumento da produção e a diminuição do tempo de circulação, ampliando a forma-mercadoria, além de revelar o controle da vida cotidiana. No entanto, ainda é preciso entender que essa produção do espaço de Jericoacoara pode conter algo que ainda não foi inteiramente capturado, o que lhe é residual, o que ainda se realiza para o uso, para a apropriação revelando uma relação contraditória, uma luta pelo espaço.

A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital. Novos padrões culturais invadem a vida cotidiana metamorfoseando antigos valores com a introdução de novos signos e comandando novos comportamentos (CARLOS, 2011, p. 15).

O espaço social de Jericoacoara é, sem dúvida, um produto social. Ao mesmo tempo em que vivem e agem os moradores da vila, construindo cotidianamente suas relações de sociabilidade (inclusive com os turistas), atuam forças sociais e

políticas, notadamente o capital privado e o Estado, que visam dominar esse espaço. Através dessa relação prática, revelam-se ao pensamento duas dimensões da produção do espaço: as *representações do espaço* e os *espaços de representação*⁶¹. De um lado, a forma política estatal age sobre o espaço de Jericoacoara a fim de dominá-lo por completo através das políticas de “preservação”, de turismo e urbanização; de outro, os habitantes, que sentem o peso dessas ações em seu cotidiano, mas não meramente de maneira passiva⁶², pois ao assumirem e interiorizarem os discursos do Estado estão eles contribuindo para essa dominação espacial (social), mesmo que de maneira conflituosa e contraditória.

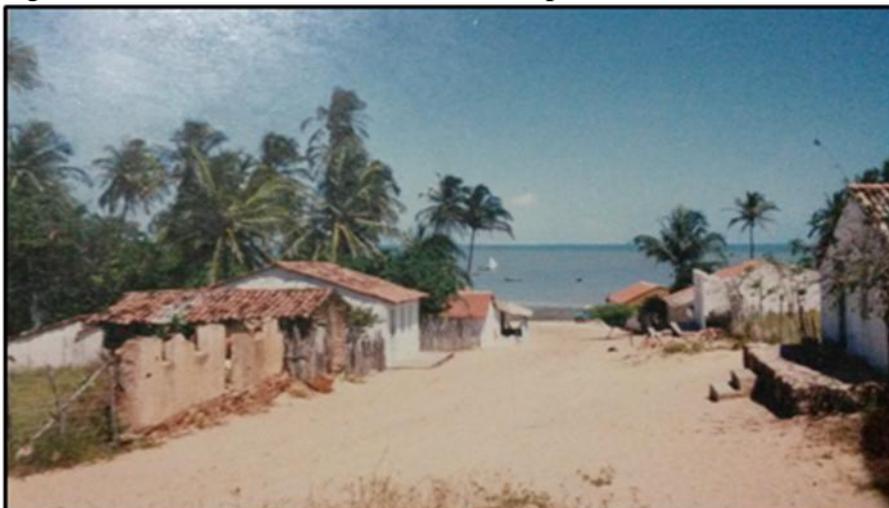
A passagem de uma antiga vila de pescadores para um dos lugares de maior atração de turistas no estado do Ceará, marca a história da produção desse espaço⁶³. Tanto as formas quanto as atividades tiveram uma grande alteração ao longo do tempo. De modo mais específico a urbanização da Vila – que passa desde a modernização das construções, do crescimento e variedade de serviços, das relações cotidianas até a manutenção paisagística de uma estética “natural”, conservando uma ideia do rústico – e as atividades ligadas ao turismo marcaram o ritmo das transformações locais (Figuras 10 e 11).

⁶¹ “As *representações do espaço* seriam penetradas de *saber* (conhecimento e ideologia misturadas) sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, ainda que revisáveis. Verdadeiras ou falsas? A questão não tem sempre um sentido definido. A perspectiva é verdadeira ou falsa? Abstratas, certamente, as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço representado dependendo de uma lógica que os faz, cedo ou tarde, explodir porque incoerentes. Os *espaços de representações*, vividos mais que concebidos, jamais se sujeitam à coerência, não mais que à coesão. [...] O espaço de representação se vive, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; – a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado” (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 37).

⁶² A passividade é uma característica crescente na sociedade do espetáculo, apesar de contraditória.

⁶³ Evidentemente, a vila de pescadores não marca as primeiras ocupações desse espaço. Na verdade, sua formação foi bem similar com a de outros lugares da zona costeira cearense. Isso quer dizer que quase toda a extensão que margeia o mar que aponta para uma ocupação tradicional de comunidades de pescadores, remonta ao século XVIII com a presença muito forte dos indígenas e mais no século XIX com o processo de “cultura de contato” (PORTO ALEGRE, 1993), onde os índios, procurando a sobrevivência étnica e permanência no espaço vão misturando gradativamente os elementos culturais com outros povos, notadamente sertanejos que se dirigiram para o litoral procurando melhores condições de sobrevivência, especialmente com o mar (na fuga de secas ou mesmo de domínios dos possuidores das terras no sertão). Para Ratts (1996) aos poucos os índios foram sendo denominados de “caboclos” pelos censos da Província do Ceará, o que contribuiu para que a historiografia comumente vista sobre o Ceará negasse a existência das populações indígenas e negras no estado, sendo portanto considerados como “povos invisíveis”. Entretanto esse retorno prolongado ao período foge do foco de nossa pesquisa e por tal motivo nos limitamos nas transformações ocorridas a partir da década de 1970.

Figura 10 – Desembocadura da Rua Principal no mar na década de 1980



Autor: Jürg Adrian Bryner (arquivo pessoal de fotos – década de 1980).

Figura 11 – Desembocadura da Rua Principal no mar em 2014



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

No entanto, como afirma Lefebvre (*mimeo*) nenhum espaço desaparece por completo, sempre há “interpenetração” de espaços, ritmos e oposições. Mesmo que o observador desatento situado no presente não consiga vislumbrar a Jericoacoara das décadas passadas, ela está lá, com seu *espaço-natureza* cercando a Vila ou mesmo em seu interior (as ruas de areia, uma árvore ou uma duna) e com seu *espaço religioso* fixado na figura da antiga igreja de pedra. Esses espaços continuam a existir, coabitando com o espaço *prático-sensível*. Nesse sentido, é possível compreender os traços da história da produção do espaço de Jericoacoara como um processo não linear.

Por outro lado, a modernidade aponta para o sentido da dominação de um espaço sobre os outros, esse espaço é o abstrato. A tecnicidade é o principal alibi desse

processo de dominação dirigido principalmente pela forma política estatal. A propriedade privada regulamentada na Vila atende ao objetivo do valor de troca. Conduz o espaço de obra à produto, sem, no entanto, encerra-lo completamente nessa noção. Um tal espaço se opõe (e por vezes impede) a apropriação pelo uso.

Jericoacoara era um espaço apropriado para o uso, pois era um espaço de consumo improdutivo (atividades cotidianas, vida familiar, festas). Com o avanço do fenômeno turístico e as demarcações e títulos da posse das propriedades a apropriação foi subjugada e em parte aparece como paródia de si mesmo, simulacro. Porém, isso não significa dizer que não existam formas outras de apropriação, somente que ela sobrevive num segundo plano, muitas vezes subversivo. O homem não pode viver sem apropriar-se do espaço onde vive, mas a época moderna realiza uma caça predatória às formas de apropriação para o uso, mesmo esse contendo algo de irredutível, numa podendo desaparecer.

O espaço produzido da Vila vai além da instrumentalização. Ele é concreto, com contornos precisos, simétricos e dissimétricos, práticos e sociais, vividos e concebidos. Há, de um lado, uma certa organização do espaço, com ruas e ruelas bem estreitas, bares e restaurantes sempre com movimentos intensos, pousadas e hotéis com seus fluxos de entrada e saída, mercados padarias e lojas repletas de mercadorias, casas e estabelecimentos com seus muros bem pintados, geralmente em tons coloridos dissimulando o que está bem a frente e, no mais das vezes, passa despercebido: a propriedade privada. Por outro lado, há uma organização dos trabalhos, com um rico setor de serviços – englobando empregos no setor de hotelaria, transportes, alimentícios –, comércio – com lojas e mercados diversos – e um setor produtivo – construção civil, pequenas manufaturas e pouquíssimos artesãos. Tal espaço é uma *abstração concreta*, assim como o capital, a mercadoria e o dinheiro. É produto e ao mesmo tempo produtor, é, enfim, característico da modernidade e sua tendência à vida abstrata, porém sem nunca conseguir se descolar de sua base primeira, a matéria, o concreto.

Assim, os produtos do trabalho do homem escapam à sua vontade, à sua consciência, ao seu controle. Eles assumem formas *abstratas* (o dinheiro, o capital) que, em lugar de serem reconhecidas como tais e servirem como tais (isto é, como intermediários abstratos entre os atores individuais), tornam-se, ao contrario entidades soberanas e opressivas. E tudo isso para o benefício de uma minoria, de uma classe privilegiada, que utiliza esse estado de coisas e o mantém. O abstrato torna-se assim, abusivamente, um concerto ilusório e,

todavia, demasiado real, que oprime o concreto verdadeiro: o humano (LEFEBVRE, 2009a, p. 42-43).

Deste modo, é possível perceber em Jericoacoara, no plano material, suas formas, estruturas e funções associadas à dimensão física do espaço urbano, como produto das mudanças nos conteúdos sociais, extrapolando a esfera produtiva, devido a lógica do processo de valorização adentrar as relações cotidianas. Essa transformação marca a passagem do lugar de consumo (improdutivo) para o consumo do lugar, que mira o espaço como produto a ser lapidado para garantir uma acumulação futura.

A produção do espaço de Jericoacoara compreende, assim, três elementos que são imanentes à reprodução do homem e interpenetram entre si: o *espontâneo* (natural, biológico), onde o homem se relaciona com a natureza através do trabalho, relacionado com o espaço enquanto *meio* para o desenvolvimento da vida, caracterizado na paisagem de alguns pontos da Vila. Tal espontaneidade marca o primeiro momento da produção do espaço da Vila. Com o crescimento do número de casas ou mesmo a ampliação das antigas casas, passando pelo crescimento de pousadas, pequenos estabelecimentos comerciais. Com o passar dos anos as casas foram sendo compradas por pessoas de outros lugares (na maioria estrangeiros que já pensavam nas oportunidades financeiras que poderiam estar por vir); hotéis, restaurantes, mercadinhos e escolas de esportes náuticos foram sendo construídas, mesmo sem infraestrutura adequada (sem esgoto, saneamento básico, sem sistema de abastecimento de água, sem luz elétrica⁶⁴). Dos longos corredores de areia que vinham do interior e da duna para o mar foram formando-se as ruas, e com o tempo estreitando-se. Da aproximação das casas umas das outras foram surgindo os estreitos e sinuosos becos que ligam as ruas.

O segundo elemento se refere ao *refletido*, com certo conhecimento sobre o espaço e a vida, iniciando uma consciência ainda em desenvolvimento, assim como a técnica e o conhecimento científico, mas real, que permite a ação, relaciona-se ao espaço como *condição* necessária ao pensamento e a organização das relações sociais. A expansão das ideias ambientalistas na Vila pode servir com exemplo, devido ter a presença de tais debates entre os moradores registrados nos documentos do Conselho Comunitário.

⁶⁴ Luz e água foram uma das primeiras exigências para o crescimento do turismo, quanto a pavimentação das ruas ou iluminação pública até hoje não há devido decisão da própria comunidade.

O *ilusório* (transposições alienantes, abstratas, morais, religiosas) marca o terceiro elemento, abrigando o lugar das sombras da realidade, onde se passa da divisão do trabalho para ilusões ideológicas, separando a prática da teoria, criando diversas especializações, obscurecendo e dirigindo a prática socioespacial a partir de esquemas sistemáticos, que partem do plano mental, pertinente ao espaço como *produto*, ligado à reprodução das relações de produção. “Em cada época o elemento ilusório, particularmente de caráter moral, veio completar em aparência a realidade e dar aos indivíduos a impressão de uma realização total que não era mais do que uma velharia” (LEFEBVRE, 2009a, p. 60). Tal elemento captura os anteriores e os utiliza de maneira a seguir os interesses da classe dominante. O Estado é uma forma central para o desenvolvimento político de tais ações, como os projetos urbanos e turísticos destinados à Jericoacoara.

Temos, agora, expostos diante de nós alguns termos que norteiam nosso entendimento da produção do espaço de Jericoacoara: a) dominação do espaço pelo capital; b) controle da vida cotidiana no mundo da mercadoria; c) aceleração do tempo e compressão do espaço; d) formas de relação entre espaço e Estado; e) os sujeitos da produção; f) apropriação residual voltada para o uso; g) formas de organização do trabalho e das atividades. Passaremos agora para o debate sobre o fenômeno turístico, suas ideologias e as formas que influenciam nesses termos apresentados.

2.2 A ideologia turística espetacular

Como entender o fenômeno turístico, que a cada dia ganha mais expressão? É preciso entendê-lo no movimento histórico-social da realidade. O turismo é uma atividade moderna que só ganha sentido no âmbito da reprodução das relações sociais de produção do espaço, consumindo primordialmente o espaço e o tempo como produtos centrais.

A sociedade contemporânea controla muito bem esses dois elementos. Aliás, os tem como imprescindíveis para a sua própria reprodução. As cisões na vida social são muito evidentes: tempo de trabalho, tempo de lazer, tempo de consumir, tempo “livre”, tempo “ocioso”. O turismo age, tendencialmente, comprimindo esses tempos em um só, realizando a forma do valor através do consumo.

A dominação do tempo e do espaço ocorre de forma simultânea, através da forma social da mercadoria e do capital, produzindo um tempo e um espaço próprio, o abstrato, suprimindo as diferenças e privilegiando o homogêneo. Ambos são fragmentados, parcelados e comercializados. Portanto, o turismo encontra-se em um contexto muito além de seus limites aparentes. Envolve as práticas sociais e espaciais.

O movimento histórico da produção do espaço da modernidade abre o caminho para a compreensão de tal fenômeno. Os espaços produzidos para o turismo surgem num determinado momento do capitalismo: a industrialização. Segundo Ouriques (2005), a relação entre trabalho e “tempo livre”⁶⁵ (fora do ambiente de trabalho) é fundamental para a compreensão do turismo enquanto forma programada de lazer. Para o autor, houve uma *preparação dos trabalhadores* para formas específicas de lazer na modernidade. As altas jornadas de trabalho marcaram o século XIX, restando apenas o tempo da reposição das forças vitais dos trabalhadores no tempo fora das fábricas. Entretanto, a luta dos operários pela redução da jornada de trabalho foi crescendo, como demonstrado por Marx (2013). Paulatinamente os trabalhadores gozavam de mais tempo para si mesmos e suas formas de lazeres – que incluíam ringes de boxes populares, futebol de rua, brigas de galo, feiras, bebedeiras em tavernas, etc. Entretanto, estes divertimentos populares não foram considerados “civilizados” pela burguesia.

A legislação (braço direito do capital) atuou muito bem nesse controle, proibindo alguns desses lazeres como as brigas de galo e aumentando os impostos sobre a comercialização e produção das bebidas alcoólicas. Nesse sentido, outras formas de lazeres são superestimadas, como a corrida de cavalos, tão adorada pela arruinada aristocracia inglesa e mantida pela burguesia em ascensão, além das excursões, defendida também pelo discurso religioso do período, já que eram realizadas pregações durante os trajetos. Obviamente este último divertimento era exclusivo da classe

⁶⁵ É preciso atentar que a denominação “livre” para o tempo gasto fora do lugar de trabalho pode não ser realmente livre. A expressão surge da ideia de que ao deixar sua posição diária no emprego, o trabalhador, estaria finalmente desprendido das amarras de seu captor, o capital. Entretanto, como veremos logo em seguida, o capital não se satisfaz com o tempo de vida do trabalhador apenas nos processos de exploração direta de mais-valor, ele tenta dominar o tempo do indivíduo por completo. Assim, os lazeres tornam-se tempo de consumo, realização da forma-valor.

capitalista, mas o crescimento e popularização das ferrovias a expandiu para os trabalhadores (OURIQUES, 2005)⁶⁶.

Os finais de semana e as férias remuneradas foram conquistas dos trabalhadores, respectivamente, dos séculos XIX e XX, que marcam o crescimento do “tempo livre”. No entanto, apenas este último século passa a conhecer o turismo como forma de consumo desse tempo direcionado ao lazer.

Dessa forma, a conquista do tempo fora do âmbito do trabalho pelos trabalhadores perde simultânea e substancialmente sua autenticidade e espontaneidade. A estressante rotina do trabalho fez com que a busca pelo lazer aumentasse. Porém, não bastava para o capital ter o controle da vida dos trabalhadores dentro dos processos produtivos (*stricto sensu*), era preciso garantir a realização do capital, através do consumo do “tempo livre”, de forma “civilizada”. A captura desse tempo de forma programada revela o avanço das formas do capital sobre a vida cotidiana de maneira que não pode ser limitada aos processos fabris. “Não só o trabalho, mas também as outras actividades humanas, o chamado «tempo livre», são organizados de modo a justificar e a perpetuar o modo de produção vigente” (JAPPE, 2008, p. 22).

A expropriação generalizada marca a supressão ou captura do tempo voltado para actividades lúdicas espontâneas (jogo e festas populares) por uma lógica que visa a busca incessante por lucros, ao contrário dos que acreditam que hoje gozamos de mais “tempo livre” para nossos próprios interesses, ou que temos mais ócio.

Para Henriques (1996), a sociedade industrial afim de regular o funcionamento da vida cotidiana de modo a garantir a fidelidade do individuo ao trabalho institui as férias e o “tempo livre”. Segundo o autor,

O turismo propriamente dito – com as características formais e materiais que se lhe reconhecem actualmente (férias, infra-estruturas hoteleiras, serviços de apoio diverso,...) e o valor simbólico e cultural que se lhe atribui – é um produto da sociedade moderna capitalista e industrial. De facto foi nestes dois últimos séculos que, lentamente, se acumularam as condições (culturais, materiais e organizativas) que permitiram ao turismo conquistar a alargada base social que hoje o caracteriza e passar a participar efectivamente nas rotinas da vida familiar. Foi a nova ordem social, económica e cultural instaurada pela Revolução Industrial que possibilitou, em última análise, o desenvolvimento do turismo moderno (HENRIQUES, 1996, p. 28).

⁶⁶ “[...] foi indispensável para a classe burguesa disciplinar o ócio dos trabalhadores: aumentando o tempo de trabalho, reduzindo os feriados e festividades, inserindo modificações no uso do espaço público – a rua” (OURIQUES, 2005, p. 28).

A gênese do turismo está, portanto, intimamente ligada ao capital, como uma atividade moderna de caráter mercadológico e fetichista, ocupando um lugar central nas relações sociais atuais (trabalho, status, lazer). A reprodução das relações sociais de produção exige que compreendamos que a extração de mais-valor não se realiza somente no interior das fábricas, assim, o setor de serviços passa a incorporar cada vez mais trabalhadores e, em especial, as atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, que, ganham a cada dia mais força nos discursos e nas práticas do Estado.

O tempo externo ao ambiente de trabalho que antes era utilizado para o descanso e recuperação física do trabalhador para seu regresso à fábrica, hoje têm funções sociais e psicológicas também. O trabalho, na modernidade, assume um caráter predominantemente abstrato, isso quer dizer que se volta à forma-valor como seu próprio fundamento. É uma caracterização do tempo de produção, como explica Marx (2013, p. 116):

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.

Todavia, não é o trabalho individual que irá definir a substância dos valores, mas sim o trabalho humano homogêneo, ou seja, o tempo de trabalho médio socialmente necessário para se produzir algo. Portanto, é a partir desse tempo médio de produção de um valor de uso que se determinará a “grandeza do valor”. São as médias da produção de uma mercadoria equiparadas às médias da produção de outra mercadoria que expressarão as dimensões do valor delas. E uma vez corporificado o valor de uma mercadoria, o mesmo estará cristalizado, podendo-se apenas alterar o seu preço.

Com a abstração dos caracteres concretos do trabalho, o trabalhador perde a noção de totalidade do processo produtivo, sendo mais fácil aliená-lo de dos produtos de seu trabalho. O ritmo repetitivo de uma mesma tarefa não só retira a consciência da totalidade da produção como desgasta excessivamente o trabalhador. Daí é que o chamado “tempo livre” ganha importância crescente. Não no sentido de melhorar as condições de vida do trabalhador, mas como meio de aproveitar esse tempo para fazê-lo consumir os produtos que ele mesmo fez. Como vimos o capital se apodera da categoria tempo de uma forma assustadora.

O espaço não escapa a essa lógica. Os ditos “espaços de lazeres” são muitas vezes apresentados como espaços de “não-trabalho”, com outras formas, funções estruturas. No entanto, estão intimamente ligados ao trabalho (que não deve ser visto como atividade fabril, contendo todos os tipos de emprego ligados ao turismo – hotelaria, de alimentos, comércio – além de conter vários outros tipos de trabalho produtivos, como os ligados a construção civil) através do consumo dirigido. São espaços produzidos (socialmente) com signos da felicidade, da alegria, da liberdade. Representam a unificação na separação, reproduzidos pelas relações de produção ainda através da exploração da força de trabalho. Nesse sentido, o “tempo livre” é o alvo central do fenômeno turístico, levando as atividades ligadas ao lazer a serem consumidas produtivamente.

Para Boyer (2003) o turismo encontrou muita resistência durante o século XIX devido os ideais burgueses do trabalho serem dominantes. Muitos deles nem sequer tiravam férias, enviavam suas famílias para viagens sem nunca acompanhá-las. Segundo o autor, a difusão do turismo só acontece no século XX, primeiramente pelo status que passam a exercer as viagens enquanto lugar de riqueza de conhecimentos e experiências e segundo pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, dando início o que chama de *turismo de massa* ⁶⁷.

A distinção entre viagens e turismo deve ser levada a sério, entendendo-se a história milenar das viagens na história do homem, enquanto o turismo resguarda-se a época moderna, através da mediação da forma-mercadoria nas relações entre viagens, hospitalidade e produção do espaço e de imagens.

É contundente a colocação de Bey (2009) ao explicar que, antes da modernidade, as viagens e peregrinações conservavam uma relação muito íntima entre o *espaço secular do lar* e o *espaço sagrado do santuário* que levava a uma produção crescente de “baraka”⁶⁸, mesmo que fosse consumida pelos visitantes. Para ele quanto mais consumo de *baraka* existisse mais ela era produzida, pois tinha um significado próprio que não se resumia ao consumo produtivo.

⁶⁷ “As diversas mídias tecem elogios aos lugares turísticos, às atrações, levam a descobrir países distantes. Esta difusão salta etapas, engloba diferentes estratos. A ‘clientela virtual’ amplia-se rapidamente” (BOYER, 2003, p. 34).

⁶⁸ Geralmente traduzida como benção.

No decorrer dos séculos, talvez, um dado lugar sagrado tenha atraído milhões de peregrinos – e ainda assim, de algum modo, apesar de toda a contemplação e admiração e reza e compra de souvenirs - o lugar reteve seu significado. E agora – depois de 20 ou 30 anos de turismo – esse significado se perdeu. Aonde ele foi? Como isso aconteceu?

Para o autor o turista nunca consegue ter uma experiência concreta com os lugares devido todo ato ser mediado por imagens, a exemplo das câmeras fotográficas que revelam a importância que tem a imagens de estar no lugar, mesmo sem, de fato, estar lá. É apenas um estado de “corpo presente”, sem, no entanto, estar completo. Para ele, essa “armadura de mediação pura” serve ao mesmo tempo como proteção contra qualquer possibilidade de frustração como uma “mandíbula predadora, abocanhando imagens”. A compra do turismo é a compra de imagens.

A realidade passa a ser apresentada de maneira mistificada, isso quer dizer que o caráter concreto das relações sociais passa a ser mediado por representações valorizadas. Assim, como o *fetichismo da mercadoria* apresentado por Marx (2013) oculta a substância do trabalho humano despendido no processo de produção deixando como aparência uma relação fantasmagórica entre os produtos desse trabalho, a própria mercadoria ao expandir sua forma ao espaço, às viagens, às relações de trabalho e lazer, enfim, às relações cotidianas dá ao valor um movimento quase que autônomo através da forma do dinheiro e das imagens.

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 148).

A partir dessa inversão concreta do mundo através do fetichismo da mercadoria a vida social *parece* se organizar aquém e alhures da vontade humana, como se fosse algo natural e imutável. Para Jappe (2008) o conceito de fetichismo não se limita à *esfera da consciência* ou mesmo como um dado falso da realidade, mas sim, indica a subordinação da vida humana às *leis da natureza do valor*, que busca incessantemente o seu crescimento mediante a realização do trabalho abstrato e da supremacia do valor de troca sobre o *plano do uso*. Já em Debord (2009) o fetichismo da mercadoria realiza-se no/pelo espetáculo, substituindo o mundo sensível por imagens que aparecem como concretas.

Dessa forma, a presença o turista nos lugares é mediada por uma série de imagens elaboradas previamente tanto por estratégias do marketing, quanto são construídas pelos próprios turistas. Seria essa uma presença fantasmagórica, onde é preciso cada vez mais obter provas da passagem pelos lugares através de fotos (coleção de paisagens) e *souvenirs*? Se não, o problema é resolvido com a presença corpórea e mental dos “visitantes”, ainda com mediações, mas sem apagar seus rastros. Se sim, a deterioração do *ser* para o *parecer* se concretiza de forma exemplar, revelando a realização do valor em sua mais profunda contradição.

Considerar lugares onde o turismo passa a ser a atividade econômica central como não-produtivos significa limitar a compreensão da produção do espaço. O turismo envolve uma gama de atividades que vão desde o comércio e serviços até uma ala produtiva materialmente, como a requisição de infraestruturas básicas de energia, estradas, saneamento básico, além da construção civil. Porém, essa separação existe apenas no plano mental, pois o turismo atua de maneira direta na produção do espaço, alterando relações cotidianas, representações e o próprio lugar. O capital, através do turismo, realiza uma espécie de “criação destrutiva” dos referenciais socioespaciais.

Entre o modo de produção capitalista e o espaço não há uma relação direta, transparente, mas sim, descompassos, mediações, ideologias, ilusões o que nos leva a pensar na relação do espaço com o próprio espetáculo, através de imagens fetichizadas, o que nos remete à relação espaço-espetáculo. Na concepção de Rocha (2006), tal relação é denominada “territórios do espetáculo”, definidos da seguinte forma:

De modo geral considera-se “territórios de espetáculo” os espaços criados pelo modo de produção existente, com exibição do luxo, do requinte, do consumo das mercadorias (coisas, divertimentos, lazer etc.), levando à espetaculosidade da vida e simultaneamente à reconversão da forma da mercadoria na forma do dinheiro, portanto, à valorização de capital (ROCHA, 2006, p. 16).

Para a autora, os territórios do espetáculo não se restringiriam somente a atividade turística, mas sim a qualquer recorte do espaço que passou pelo processo de territorialização por agentes sociais que o levaram à espetaculosidade, ou seja, a valorização do espaço⁶⁹. Nesse sentido, a noção de espetáculo ganha importância para

⁶⁹ A valorização paisagística dos lugares através do turismo não é uma descoberta recente no debate geográfico. Em um de seus escritos menos conhecidos, Ratzel (1987) já havia apresentado, em 1923, a característica da expansão do valor de troca sobre os elementos da paisagem em alguns lugares na Suíça e

nossa pesquisa, tendo em vista que o fenômeno do turismo em Jericoacoara transporta o real para o plano do abstrato, da imagem autonomizada. A paisagem, apresentada no capítulo anterior, agora encara o plano da representação estética.

Mediada pelo turismo, a produção do espaço da Vila apresenta na paisagem a imagem que se vende do lugar, uma imagem espetacularizada do natural, muito embora a vida urbana não ser ocultada dos ritmos cotidianos. Assim, a conservação dos elementos vindos de uma natureza passada não é mais que sua própria paródia, onde domina o valor de troca. O duplo movimento do morto e do vivo na paisagem está vinculado à dialética forma-conteúdo. O que revela e o que esconde tal paisagem?

Tudo aparenta ser encantadoramente diferente em Jericoacoara: os ritmos diários, as incríveis “aventuras”, a proximidade com a natureza, o conforto e segurança de uma pequena vila onde se pode desfrutar das madrugadas (sempre muito animadas), o relaxamento e ruptura com o cotidiano frenético das grandes cidades. Esse mundo fantástico que o lazer turístico proporciona se apresenta encantadoramente atraente e divertido. Entretanto, render-se às sutilezas das representações imediatas significa não realizar o esforço de desvendar o mundo real. Ao nos colocarmos na direção da realização de uma investigação dialética tentando nos despir da fixidez positivista que considera a realidade e sua manifestação fenomênica formas idênticas. É preciso, pois, aventurar-se a

“[...] descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, de encontrar ‘a autêntica realidade’ do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, de desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas” (KOSIK, 1976, p. 20).

A essência e a aparência da *coisa* não coincidem, mas não são independentes uma da outra. No mundo fenomênico reside a *coisa em si*, apesar de não estar imediatamente explícita. Apenas a *decomposição* como momento de método pode apontar para a compreensão de tal *coisa*, desde que não se perca do horizonte a relação com a *totalidade*. Desse modo, se o trajeto entre a sede de Jijoca de Jericoacoara e a Vila pelos imensos campos de dunas pode *parecer* uma aventura para os turistas é porque, na *realidade*, toda a ousadia e o risco foram subtraídos da vida cotidiana desses “cidadãos civilizados”, como demonstra um trecho da matéria publicitária da Revista

na França. Entretanto, o autor parece não trabalhar mais com esse caminho de investigação nas obras posteriores.

Viaje Mais feita por Tales Azzi (2009, p. 31): “‘Bem que podiam asfaltar essa estrada, né?’”, pergunta uma senhora sacolejando na caçamba da caminhonete. ‘Mas aí perde a graça da história’, responde o outro com um sorriso”. Em outro trecho, o autor afirma: “Faz parte do astral local esquecer-se de automóvel e celular. Chegar de jardineira ou caminhonetes é como um ritual de iniciação” (p. 34). A captura do cotidiano representa, sem sombra de dúvidas, um dos elementos mais centrais para a compreensão do atual estágio de reprodução do capital⁷⁰.

Dessa mesma maneira se apresentam as festas noturnas e os passeios de *buggy*. Como vimos, a noite é o período onde os carros deixam de circular e a animação começa na praia, logo após o episódio diário do crepúsculo, quando os turistas se deparam com a roda de capoeira (organizada pelo Mestre Serê, com patrocínio de alguns estabelecimentos locais), com o som do restaurante Sky e com as barraquinhas de bebidas e *drinks*. Em seguida, bares, restaurantes e a praça central se avivam com o movimento de pessoas.

As ruas também são tomadas, ocupadas por famílias, casais ou pequenos grupos de amigos. É nessa hora de intensidade de encontros no espaço público que o valor de uso parece reclamar sua existência. Simulada ou não, a apropriação do espaço pelo corpo se faz presente. A busca pelo lúdico é como a subida para respirar após o mergulho atemporal na cotidianidade dirigida.

O retorno ao imediato, ao orgânico (portanto à natureza) entretanto superados, produz diferenças imprevistas. Os ritmos, através da música, de maneira indecisa e desajeitada mas eficaz, retomam seus direitos. Eles não se deixam esquecer, mesmo se a simulação e a mimesis suplantam uma verdadeira apropriação do ser e do espaço naturais. Mesmo se o apelo do corpo vira em seu contrário: a passividade completa sobre a praia diante do espetáculo do mar, do sol... (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 245).

Jericoacoara, enquanto lugar funcionalizado para o turismo reforça a soberania do valor de troca sobre o espaço e tempo e simultânea e contraditoriamente lembra os consumidores desse espaço a irreduzibilidade do uso, mesmo mediado por imagens e signos do prazer, do gozo e da felicidade elaborados previamente.

Há vinte ou trinta anos atrás os forrós improvisados e as tertúlias, com comidas disponíveis em marmitas e bebidas, como o moco de caju⁷¹ nos finais de

⁷⁰ Veremos com mais profundidade os elementos que mostram esse direcionamento programado do cotidiano no último capítulo.

⁷¹ Bebida fermentada feita com caju, semelhante ao vinho. Também conhecido como aluá.

semana, além das serenatas em noites de lua cheia e das festividades religiosas, como o reisado⁷² e as festas juninas marcavam o uso do espaço e do tempo de maneira improdutivo. O objetivo central gravitava em torno do gozo e do prazer, misturados, inclusive, aos costumes religiosos. A sociabilidade da Festa fortalecia os laços de solidariedade entre a comunidade e ao mesmo tempo era um momento legítimo de encontros. Amizades e casamentos, que duravam toda uma vida, formavam e solidificavam-se nesses momentos.

Até mesmo situações produtivas como as “farinhadas” tornavam-se verdadeiros divertimentos, revelando a característica central de tal atividade: o trabalho concreto. A descrição feita por Vasconcelos (2011 p. 13) sobre a comunidade de Borges – uma outra vila de Jijoca de Jericoacoara – representa muito bem esses períodos:

Na época das farinhadas era trabalhoso, mas era divertido. Os agricultores madrugavam para arrancar mandioca. As mulheres raspavam, dois homens puxavam roda para cerrar a mandioca. A noite vinha o melhor. Os jovens vinham ajudar as moças a lavar a goma. Sempre um casal puxava água e outros carregavam, muitos namoros e casamentos surgiam durante as farinhadas. Era um trabalho misturado com lazer.

Essas festividades e momentos produtivos em Jericoacoara atraíam pessoas de comunidades próximas, assim como os habitantes da Vila participavam também das comemorações de seus vizinhos. O majestoso campo de dunas não era empecilho. O transporte era feito a cavalo ou jumento, a pé ou nas jangadas, mas a alegria e sociabilidade era motivo suficiente para o esforço.

Com a ascensão do turismo a festa ilusória torna-se consumidora e consumida. Os eventos e festivais planejados anualmente pelo Estado como forma de atrair mais turistas (principalmente nos períodos conhecidos como “baixa estação”) tentam, com um sucesso apenas superficial e efêmero, recriar a Festa. Seu sentido ulterior não pode jamais ser atingido em sua totalidade pelas representações do lazer mediado pelo valor. Porém, a miséria com que se apresenta o cotidiano nessa *sociedade burocrática de consumo dirigido* é tão evidente que momentos como esses, de festas programadas e pouco autênticas, aparecem como uma válvula de escape, um voo (de Ícaro⁷³) em busca do uso e do gozo.

⁷² Festa popular realizada em comemoração ao dia de Reis (referência aos Três Reis Magos da bíblia).

⁷³ Personagem da mitologia grega que ganhou asas feitas das penas de aves e coladas com cera produzidas por seu pai Dédalo afim de se libertarem do labirinto do Minotauro. Porém, Ícaro,

É provavelmente o *réveillon* o evento que mais concentra turistas em Jericoacoara. O marketing turístico é muito incisivo sobre esse evento, como podemos ver na Figura 12 elaborada pela Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara. Em termos de números, são cerca de 10.000 pessoas num lugar que tem uma população aproximada de 2.400 pessoas. Nesse período a Vila fica parece tornar-se ainda menor devido a grande quantidade de turistas. São pessoas de vários países e de outros estados brasileiros.

Figura 12 – Marketing turístico do reveillon de Jericoacoara



Autor: Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara (2014).

Os dias que antecedem a *festa ruidosa* são de um intenso movimento: ruas disputadas entre as pessoas e os automóveis, filas nas padarias e mercadinhos, restaurantes lotados, o barulho incessante do motor dos veículos, além do som alto que emana deles. Na noite da virada do ano uma multidão de branco se dirige à praia. O tom colorido é agora visto com desdém e desconfiança. Reúnem-se estrangeiros, moradores locais, da sede do município e comunidades próximas. O poder das autoridades sempre faz-se presente, seja na figura do prefeito e seus subordinados, na força policial ou dos órgãos de regulação (ICMBio, Departamento de Transito do Ceará – DETRAN-CE –, SEMACE, etc.). E ao fim e ao começo, uma chuva de fogos de artifício sebe e se aninha no céu durando algumas dezenas de minutos coroadando e colorindo o mar. Esse *prazer infantil pelos estrondos* é contemplado com o sentimento de “renovação pessoal” e de

contrariando as indicações de seu pai, voou próximo demais do sol e a cera derreteu, fazendo com que ele caísse sobre o mar e morresse.

que o ano trará tudo de bom, toda a felicidade possível por ter começado maravilhosamente em um “paraíso”.

Apesar da afirmação de Lefebvre (*mimeo*) de que a praia seria o único lugar de encontro do homem com o gozo encontrado na natureza, a produção do espaço social do mundo moderno revela-nos uma relação cada vez maior de perda do gozo com o próprio produto da atividade criativa. Tal espaço passa a ser cada vez mais abstrato tanto mais a forma da propriedade privada se generaliza. O produto do trabalho torna-se estranho aos seus produtores.

As representações do espaço manipulam os espaços de representação e a apropriação, na sociedade do espetáculo, fica subjugada à propriedade privada na vida prática de tal modo que até mesmo o próprio corpo sofre ataques de desapropriação. O “culto ao corpo” aparece na modernidade como paródia da idade antiga. As academias, o esporte, as cirurgias plásticas figuram como simulacro do “corpo perfeito”, ligadas ao campo da pura estética, aparência. Em Jericoacoara essa relação liga-se diretamente às práticas náuticas, à exposição passiva da pele ao sol, à massoterapia e as academias de musculação. O corpo torna-se fachada, reduzido a mera imagem. Nesse sentido, é que Lefebvre (*mimeo*) coloca a reapropriação do corpo e do espaço enquanto parte do projeto revolucionário de transformação radical da sociedade.

As ruas que conservam a aparência tradicional do lugar, sem calçamentos e iluminação pública ao mesmo tempo em que apresentam traços de um espaço-natureza não conseguem esconder a incrível sedução mercadológica exposta nas pousadas, restaurantes e lojas, que ocupam a maioria do campo visual da parte central da Vila.

Na arquitetura, a manutenção das formas locais tradicionais vem mudando ao longo do tempo devido o aumento do tamanho vertical das construções e o surgimento de hotéis e pousadas luxuosas. Entretanto, o predomínio da imagem do rústico permanece, mesmo que agora esteja atrelado simultaneamente com o ideário do requinte e do conforto.

Os restaurantes mostram a diversidade culinária, que vai desde os pratos típicos locais (como o peixe frito ou cozido acompanhado de farinha de mandioca) até os cardápios elaborados com pratos que vão dos italianos aos japoneses. A maioria, segue o padrão estético das formas simples e rústicas, mas inegavelmente reforçam o poderio do nível do mundial.

Dois processos marcam diretamente o espaço social de Jericoacoara neste momento. O primeiro revela-se na passagem do espaço de consumo ao consumo do espaço, reposto no movimento de constituição da sociedade urbana, discutido no próximo tópico. O segundo repõe a contradição entre transformação e permanência ligado intimamente com a relação da *ordem próxima* com a *ordem distante*. A primeira concentra a sociabilidade da vizinhança, a prática espacial no nível mais profundo do cotidiano, a categoria do lugar está centro. A segunda é “[...] a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes” (LEFEBVRE, 2009b, p. 52).

A relação entre local e mundial está escancaradamente exposta na Vila. Tal relação vem caracterizando as transformações socioespaciais ao longo do tempo. O choque entre as *ordens* altera os conteúdos e formas do lugar. Entretanto, apesar de não coincidirem elas se interpenetram, sem se extinguir. O espaço é, então, mediato e imediato. Do espaço de representação, das festas, do lúdico, do trabalho concreto, dos contos e narrativas dos pescadores, dos mitos e lendas, da religiosidade, das afetividades comunitárias que assinalavam o espaço precedente, hoje, deparamo-nos com uma espécie de simulacro inautêntico reproduzível dia após dia sob o signo da (pseudo) festa. Apesar desta não perder por completo sua dimensão do uso, mas agora enquadrado sob um valor de uso, característico da forma-mercadoria.

A Pedra Furada é o símbolo que mais apresenta Jericoacoara como produto turístico. Ela funciona como artefato-imagem do valor de troca do lugar. É uma das paradas oficialmente programadas para contemplação. O que ela tem de tão especial? Seria a formação em arco? A monumentalidade esculpida pela natureza? O por do sol de junho-julho que atravessa o arco antes de tocar o mar? Talvez todos esses elementos sejam verdadeiros, porém, fica claro ao olhar qualquer página da internet com os comentários dos turistas⁷⁴ sobre o “passeio” que por trás de todo o falatório da “paisagem incrível”, da “vista espetacular”, do “lugar único” ou de uma “maravilha da natureza” o que teve mais relevância foram os registros fotográficos. Por isso é que muitos reclamam do caminho até o monumento – tendo em vista o a maior parte dele só pode ser feita a pé –, já que, como compraram previamente a imagem do lugar vendia

⁷⁴ “E quem os escuta falar percebe que mentira se esconde no viajar” (BENJAMIN, 2012, p. 69).

pelo marketing turístico, esperavam as mesmas facilidades encontradas nos outros locais visitados, como a chegada de automóvel.

Da mesma forma acontece com a Duna do Por do Sol. O ponto que mais concentra os turista num mesmo instante para uma mesma função: observar o sol se encolher no mar até desaparecer. De fato, é uma imagem admiravelmente colorida. A mistura das tonalidades do amarelo, vermelho e violeta encantam. Mas não seria esse um fenômeno diário? Para Urry (1996, p. 29), “A contemplação visual torna extraordinária certas atividades que, caso contrário, seriam apenas mundanas”. Essa mistificação de um fenômeno natural repõe a forma-mercadoria no primeiro plano, devido sua programação como um evento no qual é seguido pela venda da capoeira (sob o álibi da cultura) e das bebidas nas barraquinhas e bares.

O crepúsculo parece, então, ressoar os sons mágicos “Pedra Furada” e “Duna do Por do Sol”. Momentaneamente, tudo que o turista contempla, deseja e consome são essas imagens programadas. Esse fetiche de um *evento diário e milagroso* torna-se um ato repetitivo, como uma “tradição inventada” (HOBSBAWN, 2008).

É preciso entender que nem toda afirmação ideológica é falsa, mas dificilmente revela seus motivos ulteriores por trás e ao realizarem esse ocultamento de interesses travam uma luta política, onde o verdadeiro e o falso misturam-se e tornam-se meros apêndices no plano do discurso. Este, pode, então, ter um lado verdadeiro empiricamente, mas em termos de valores mais profundos é falso. Em outras palavras, a imagem da Pedra Furada funciona como um grande atrativo turístico, como um selo de autenticidade e unicidade do lugar, que ao ser capturado pela fotografia acaba servindo como prova cabal da passagem do turista.

A experiência dos turistas com o lugar só pode ser falseada se lhe for subtraída sua autenticidade. As mediações, como as câmeras fotográficas e os automóveis, contribuem para a autotraição dos próprios motivos que os levaram à “conhecer o paraíso”. Nesse sentido, não é possível separar a produção do espaço da produção das representações sobre o espaço. A imagem espetacularizada constitui a produção concreta do espaço social de Jericoacoara.

As imagens que se destacam de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada *parcialmente* apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudomundo *à parte*, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem

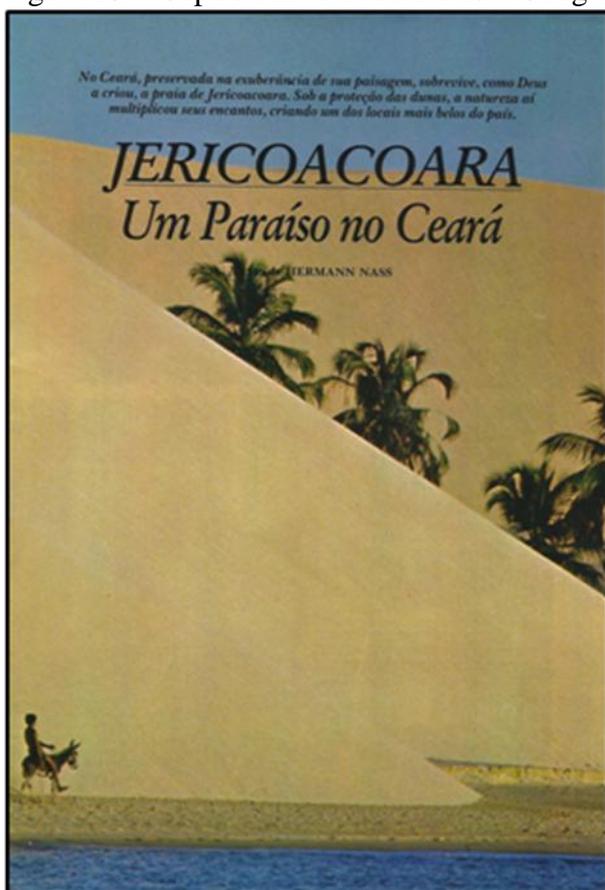
autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo (DEBORD, 2009, p. 13).

O Estado ao lado da iniciativa privada são os maiores produtores da imagem que vende a Vila. Os veículos vão desde as feiras de turismo nacionais e internacionais aos discursos em jornais, revistas, panfletos, cartazes de agências de viagens nos aeroportos e telenovelas⁷⁵. Integra o plano das representações vendidas: as formas de artesanato (que atualmente nem sequer são produzidas no local, a maioria vem de Fortaleza), a culinária, a paisagem, a estética dos moradores (ideia do pescador), a distância e afastamento do lugar, a fantasia romântica de natureza, os esportes náuticos.

A construção desta imagem não é algo recente. A criação da Área de Proteção Ambiental (APA) em 1984 parece ter sido um dos principais motes para esse processo, atrelando paisagens exuberantes à ideia da proteção ambiental. No mesmo ano a Revista Geográfica Universal lança uma matéria sobre Jericoacoara, vendendo-a como um “paraíso” escondido sob as dunas (Figura 13). Em 1997 a mesma revista lançou uma matéria sobre as praias cearenses, com destaque para a Vila.

⁷⁵ Enquanto escrevemos esses parágrafos, na novela Babilônia, da Rede Globo, exibida no dia 10 de julho de 2015, dois personagens dialogam sobre uma viagem para Jericoacoara, exaltando as belezas cênicas locais.

Figura 13 – Capa da matéria da Revista Geográfica Universal sobre Jericoacoara



Autor: NASS, 1984.

Saíram matérias específicas sobre o lugar no Jornal O Povo de 1987, na Revista Os Caminhos da Terra de 1997, no programa Fantástico, da Rede Globo, em 1987 e em uma série de revistas que vão de 1987 até o final da década de 1990⁷⁶. Durante esse período a maior parte do discurso estava vinculado à exuberância cenográfica, a preservação ambiental, à natureza bucólica e à ideia de uma comunidade de pescadores em total harmonia com a natureza. Todo esse marketing atraiu milhares de turistas todos os anos e aumentou o interesse do Estado na elaboração de planejamentos turísticos mais incisivos ao local.

A publicidade em torno do lugar fez com que o fluxo turístico, nacional e internacional, se tornasse incompatível com a infra-estrutura local, trazendo problemas à população receptora, desequilibrando os ecossistemas, criando um turismo desordenado, comprometendo a qualidade de vida dos moradores (FONTELES, 2004, p. 149).

⁷⁶ Para maiores detalhes ver Fonteles (2004).

Em 2009 já é possível perceber que os discursos de “vila de pescadores” começam a ser deixados de lado e o apego às belezas paisagísticas impera solo. As revistas Viaje Mais (Figura 14) e Horizonte Geográfico trazem matérias que apontam a tentativa de manter a imagem do lugar atrelada a de um paraíso harmônico, obscurecendo as contradições que revelam que a Vila deixou de ser uma comunidade de pescadores e tornou-se um espaço produzido voltado para as demandas do turismo. De modo mais explícito: “O turismo mudou a cara da vila, é verdade. Mas esqueça aqueles relatos apocalípticos que dão conta de que Jeri já era. [...] Jeri continua sendo uma pequena vila de praia, e só” (AZZI, 2009, p. 32-33). E

Localizada a cerca de 300 quilômetros de Fortaleza, Jeri, como é conhecida, há muito tempo arrebatava corações. [...] A fascinação que a praia exerce sobre seus visitantes começa por suas incríveis belezas naturais, uma harmoniosa mistura de dunas de areias branquinhas, lagoas de águas tépidas e transparentes, vastos coqueirais, insólitas formações rochosas, uma pequena colina a beira-mar, conhecida por todos como Serrote, e um mar esverdeado a perder de vista (VASCONCELOS, 2009).

Figura 14 – Capa da matéria e da revista Viaje Mais



Autor: AZZI, 2009.

A publicidade elaborada sobre Jericoacoara pelos vários tipos de mídia coloca o espaço na condição de produto capitalista a ser consumido pelos turistas. A

criação de imagens que exaltam as “qualidades únicas” do lugar recoloca a sua história como paródia de si mesmo⁷⁷.

O turismo é, assim, uma ideologia que dissimula suas estratégias de produção, fragmentação, troca e consumo do espaço. Seus reais objetivos nunca aparecem explícitos, estão sempre sob um véu progressista e modernizador⁷⁸.

Mas o que significa compreender o fenômeno turístico enquanto componente de um discurso ideológico relacionado à produção do espaço de Jericoacoara? Conforme a assertiva de Eagleton (1997), da qual compartilhamos, quanto mais ideologias surgem e mais fortes tornam-se menos elas são estudadas⁷⁹. Em termos de ciências sociais o pensamento pós-moderno parece ser o novo guia das pesquisas, descreditando do conceito de ideologia de três modos: a) rejeita a noção de representação (inclusive a *empírica*); b) procede com um ceticismo epistemológico que ataca a noção de verdade⁸⁰, onde o relativismo figura como palavra-chave; c) tenta tornar redundante a noção de ideologia através da reformulação das relações entre racionalidade, interesses e poder.

Retomando a pergunta acima, nosso objetivo neste tópico é entender as formas e estratégias utilizadas para promover o turismo em Jericoacoara. Nesse sentido, é preciso pontuar, de início, que a noção de ideologia não se refere apenas ao plano da metafísica, ela é antes real e material. Isso quer dizer que para além das noções clássicas

⁷⁷ “Esses lugares, no entanto, renascidos na ‘poética’ dos jornalistas, que retratam a hospitalidade, religiosidade, que encobre o castigo e a pobreza, apresentam a culinária, o folclore, as festas, projetando-os como atrativos turísticos. Assim, a única história que permanece é a do consumo, pois tudo o mais é encoberto pelo tempo do banal. Os simbolismos utilizados para legitimar a exploração de um lugar são extraídos da cultura, gastronomia, dos mitos, lendas, lugares, recobrados de forma caricaturada e reunidos na imagem criada no espetáculo para a pseudo-satisfação de quem faz turismo” (ROCHA, 2006, p. 73).

⁷⁸ De forma elucidativa, o trecho a seguir serve como um ótimo exemplo de discurso ideológico promotor do turismo: “Inúmeros são os benefícios que a indústria do turismo traz para uma localidade. Em primeiro lugar, está a geração de empregos diretos e indiretos na hotelaria, restaurantes, bares e similares, setor de transportes, agentes de viagem, setor financeiro, atividades culturais e esportivas, no comércio varejista e departamental, entre outros. O segundo benefício diz respeito ao efeito multiplicador que os gastos diretos e indiretos dos turistas proporcionam à medida que são reciclados pela economia de uma localidade. Um terceiro benefício, pode-se destacar, vem das receitas dos impostos gerados pelos turistas e cobrados pelos governos. E um quarto benefício seria o fato de o turista também incentivar a exploração dos produtos locais” (TRIGUEIRO, 2001, p. 2-3).

⁷⁹ Apesar de apresentar um recorte, de certa maneira, reducionista sobre a noção de ideologia ao creditar à Geografia um campo específico na elaboração de tal noção, Moraes (2008) apresenta a mesma conclusão, nas palavras do autor: “[...] apesar de proclamada morta na academia, a ideologia aparece cada vez mais presente no debate político e nas páginas da imprensa” (p. 38).

⁸⁰ Para Bensaïd (2008) a pós-modernidade consagra a vitória da mercadoria até no nível cultural e artístico, levando a uma “crise de veracidade”, onde o cinismo e a indiferença reinam.

do verdadeiro e do falso, a constituição de uma ideologia atinge tanto formas de consciência quanto de *vivência*. Se de um lado ela serve a um poder (de classe) dominante, de outro ela faz concessões aos subalternos de forma a persuadi-los com desejos e necessidades, nutrindo esperanças de melhores condições para suas vidas (EAGLETON, 1997).

Dessa maneira, é preciso entender o turismo como um fenômeno materialmente capaz de transformar as práticas sociais e a partir daí entendermos a captura ideológica das formas de consciência voltadas para a reprodução do capital⁸¹.

Portanto, a crítica ao turismo, que esboçamos aqui, tem um duplo aspecto: crítica das ideologias turísticas (marketing, propaganda midiática, discursos) e crítica das práticas turísticas (políticas direcionadas para tal atividade redutora do espaço, do tempo, do ócio e das viagens à forma-mercadoria através de interesses e estratégias de classe). Essa crítica, vinculada à teoria crítica-radical, permite desmascarar as estratégias que ocultam a luta de classes.

A mediação das relações sociais de lazer pela forma-mercadoria habita o coração da definição do fenômeno turístico. Tudo que o envolve passa ser coberto com uma manta de equivalência, trocabilidade, ou seja, ganha valor. A natureza: alvo-chave de discursos como o do “ecoturismo”, vendendo uma imagem romantizada de um suposto reencontro com o natural. Praias: relaxamento, diversão e aventura são os atrativos centrais. Campo e serras: atrelado ao discurso do natural e da ideia de “fuga da cidade”, barulhenta e tumultuada. Cidade: conhecimento, contato com culturas diferentes, arquiteturas e monumentos fantásticos e lugar de encontro e consumo disponíveis em grande escala. Enfim, lugares, pessoas e objetos são encarados apenas como artefatos, adornos de uma forma mercadológica de lazer.

A crença ideológica que promove o turismo não é um absurdo ou um completo contrassenso. Possui uma certa racionalidade, codificando desejos e necessidades reais, seja do lado dos turistas e seu consumo espacial, seja do lado daqueles que tem suas atividades diárias ligadas ao turismo. Segundo Eagleton (1997) uma ideologia é eficaz ao dar algum sentido real na prática das pessoas, captando

⁸¹ Dialeticamente as formas como o turismo se reproduz também mudam de acordo com as práticas sociais.

desejos e necessidades já existentes para modificá-las em seguida, entrando no terreno próprio das subjetividades e esperanças para tornarem-se atraentes.

Devem ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes. Em resumo, para terem êxito as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (EAGLETON, 1997, p. 26-27).

Os ideais turísticos justificados pelos discursos do Estado, tomam quase a forma religiosa na sociedade espetacular, aonde pessoas e fenômenos naturais se tornam objeto de contemplação para os turistas, como é o caso de moradores que ficam próximos às poucas jangadas na praia (muitas nem sequer servem a sua real função, sendo apenas um objeto-artefato para os turistas tirarem suas fotografias), da visão do pôr do sol sobre a duna (com aplausos) e da roda de capoeira logo em seguida, ainda na beira da praia, bem próximo às barracas de bebidas e lanches.

A natureza é, então, a matéria prima para a produção do espaço. A paisagem reduzida à imagem caracteriza a ascensão do valor de troca do espaço e do caráter fetichista de sua produção, que oculta a incorporação do trabalho humano sob a forma artificializada do “natural”. A passagem do espaço-natureza para à produção social do espaço realiza-se no mesmo movimento que marca a passagem de uma produção espontânea do lugar para as representações do espaço.

A dialética do processo de produção do espaço permite, ainda, que compreendamos uma espécie de sobreposição de espaços, do preexistente ao atual. Isso quer dizer que mesmo artificializada, como imagem espetacular, o espaço-natureza não desapareceu por completo. Não há uma linearidade espacial que tenha apagado de Jericoacoara suas especificidades locais, apesar da tendência à homogeneização do espaço mundial. A autenticidade paisagística é mantida como fachada para facilitar a processo de troca. É desse modo que o espaço da Vila expressa a tendência à abstração.

A partir do desenvolvimento das relações de produção capitalistas nota-se uma separação crescente entre o homem e sua própria *specie* (como ser genérico) e deste com a natureza, onde esta última passa a ser reposta de forma representativa, contemplativa. É dessa maneira que a vida passa a ser espetacularizada como uma tentativa de suprir o tão procurado “elo perdido” com o “natural”. O espaço produzido

cada vez mais voltado para a mercadoria revela sua condição reprodutível, homogêneo, espetacularizado, reduzindo a realidade ao plano da imagem (de uma cidade antiga, da natureza, do cultural, da felicidade) que, de um lado, se distancia de sua base real e, por outro, passa a ser repostado artificialmente. O mundo do capital se expande, transformando-se em mundo do espetáculo.

Jericoacoara estaria, assim, presa entre a tendência abstrata do espaço homogêneo mundial e a permanência das formas heterogêneas enquanto imagem mercadológica. Esse paradoxo expressa nada mais, nada menos que a contradição entre forma e conteúdo, que o mundo urbano em desenvolvimento aprofunda.

2.3 A reprodução capitalista do espaço urbano

O turismo, enquanto fenômeno gestado no âmbito da reprodução das relações de produção, só ganha sentido na realização da sociedade urbana. Isso quer dizer que as condições do trabalho humano sob o capitalismo realizam a desefetivação do homem genérico ao mesmo tempo em que não se limitam mais ao campo fabril. É bem verdade que esse processo teve sua gênese a partir da revolução industrial, juntamente com as outras tendências necessárias para a contínua reprodução do capital (avanço técnico, divisão e assalariamento do trabalho).

O crescimento da indústria fez com que fossem acumulados nas cidades os meios de produção (força de trabalho, matérias-primas, técnicas e ferramentas). Os trabalhadores expropriados do campo, que perderam ou venderam suas propriedades dirigiam-se para centros urbanos a procura de melhores condições para sobreviver. Até hoje a indústria representa um importante fator no estudo das migrações. Ao venderem sua força de trabalho para um capitalista industrial esses trabalhadores passaram a realizar atividades muito especializadas no processo produtivo, de maneira a aumentar a produtividade. Aos poucos, perderam o conhecimento e o controle da totalidade da produção. Não há mais um autorreconhecimento nos produtos produzidos, acarretando em estranhamentos e alienações (o que se torna característica fiel da produção capitalista, incluindo, nesse rol, o espaço) revelando uma inversão do mundo. Enfim, as relações materiais de produção são o ponto de partida para compreender a sociedade atual, que, de várias formas, não deixou de ser moderna.

O desenvolvimento da indústria marca a gênese do “reino da mercadoria”. Entretanto, não se resume ao lócus da fábrica. Como vimos, esse momento marca o controle do tempo e do espaço pela forma-mercadoria. Apodera das cidades, enquanto campo privilegiado, sufocando tais espaços ricos de vida e movimento, que acompanham a história das sociedades. Essa primeira fase de aglomeração nas cidades caracteriza o que Lefebvre (2009b) vai chamar de *implosão*.

Com a centralidade das cidades nos territórios nacionais aglutinam-se também grande parte da população⁸². A cidade passa a ser vista não apenas como localização ou concentração de pessoas sob a influência da industrialização. Ela mesma torna-se alvo de estratégias que visam seu controle, delimitando os espaços da vida da classe proletária. Isso quer dizer que *explodem* (para continuar nos termos lefebvrianos) as periferias. Esse contexto marca o surgimento de uma nova realidade: a urbana. Assim, esta estende a noção de produção, elevando-a para além da grande indústria.

Lefebvre (2009b) demonstra que essa passagem da industrialização para a sociedade urbana contém uma série de discontinuidades, além de representar uma mudança radical nas relações sociais. Trata-se de um processo conflitante entre dois aspectos: *industrialização* e *urbanização*. O que não impede o desenvolvimento das cidades e da realidade urbana. Para o autor, o fenômeno da *implosão-explosão* da cidade é o momento onde há uma concentração gigantesca populacional, de serviços e de poder ao mesmo tempo em que a cidade explode, alargando seus contornos pelo território em enormes periferias, mais ou menos distantes dos centros. Esse fato decorre de um processo crescente de valorização dos espaços centrais, que acaba por transformar antigas moradias em escritórios, bancos, lojas e apartamentos. Entretanto, esses espaços centrais continuam sendo locais de intenso movimento e vida. Eles carregam as características e contradições da modernidade, como entre as mudanças e permanências.

Apesar dos processos de industrialização e urbanização estarem intimamente ligados à história da cidade no período moderno, esta não demarca o limite da nova realidade. A problemática urbana diz respeito à formação de uma sociedade que

⁸² Esse panorama não se restringe à formação das cidades europeias. Todavia, não pode ser entendido como um movimento homogêneo e sincrônico espacial e temporalmente. No Brasil, apenas a partir da metade do século passado é que a população urbana passa a ser superior à rural, concentrando-se nas cidades. Ainda assim, mesmo hoje o campo brasileiro ocupa grande parte do território, empregando força de trabalho que supera, em quantidade, a maioria dos países da América do Sul e do Norte. Porém, é preciso dizer, ainda, que essa realidade camponesa já não é a mesma frente ao avanço da urbanização.

é tendencialmente mundial (LEFEBVRE, 2008a). A generalização da forma-mercadoria caracteriza o primeiro momento, ao passo que a ampliação das relações de produção ao nível da vida cotidiana e do espaço denota um salto imenso na história do homem. O domínio do capital aprofunda-se na realização da vida social e na prática socioespacial.

A reprodução das relações de produção não se concretiza mais somente na indústria, no trabalho ou nas relações de trabalho. Elas respiram novos ares, quer sejam: o cotidiano, o urbano e a produção do espaço enquanto reprodução da vida. Esse processo de urbanização não é homogêneo, apesar de essa parece ser sua tendência. Ele ainda está em marcha, é real e virtual simultaneamente. Lefebvre (2008a, p. 24) afirma que “A problemática urbana impõe-se à escala mundial. [...] A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las”. Para o autor, o urbano contém uma dualidade, que não o permite ser definido

[...] como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível* (LEFEBVRE, 2008a, p. 26).

Nesse sentido, o urbano se materializa através de uma realidade dialética que ao mesmo tempo em que permite e abriga a reprodução das relações capitalistas é também um tempo e espaço vivido, que mantém ainda a dimensão do uso e por isso mesmo contém o possível na forma de resistência à forma mercadoria e da realização da humanidade do homem. É nesses termos que o autor acima explica a real e virtualidade do urbano, para além de qualquer lógica formal.

No plano do mundial, a urbanização vincula o desdobramento da forma-mercadoria ao plano da prática socioespacial, revelando, conseqüentemente, outro processo que a complementa e expande, a reprodução do espaço, que está diretamente atrelada a reprodução da própria sociedade⁸³. Portanto, se faz necessário, compreender este movimento, considerando a acumulação do capital através de sua reprodução, o que permite compreender o movimento dialético da divisão do trabalho humano. Para Carlos (2008, p. 34),

A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo

⁸³ É digno de nota a relação entre uma *ordem distante* e uma *ordem próxima* que longe de separar e delimitar o local e o mundial, permite uma análise dialética da realidade.

trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção do modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz).

Segundo a autora o processo de reprodução estaria ligado a uma dupla compreensão: realização e acumulação do capital e; desenvolvimento da vida humana, envolvendo desde as relações biológicas até as relações de produção de modo inseparável. Encontrando, assim, dois significados contraditórios, que se expressam, por um lado, na aproximação dos meios de produção e circulação, e, por outro, na concentração das pessoas como consumidores. Em outro momento a mesma autora coloca que

O processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e por ela determinado. A reprodução coloca a perspectiva de compreensão de uma totalidade que escapa ao plano do econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que pressupõe a totalidade. Portanto, a noção de produção articulada àquela de reprodução das relações sociais *latu sensu* – num determinado tempo e espaço (CARLOS, 2001, p. 63).

A reprodução aparece no movimento da história como uma relação dialética entre manutenção e transformação, atualizando os termos da modernidade. Partindo dessa compreensão, tal movimento é central para pensarmos o espaço de Jericoacoara: a contradição entre transformação e permanência, que nos acompanhou em todo o processo de pesquisa.

A reprodução configura a continuidade da produção capitalista, através da não interrupção da famosa fórmula de Marx, $D - M - D'$, todavia, ela não se resume a produção *stritu sensu* de objetos e mercadorias, pois, como vimos, a produção em sentido amplo, se refere à própria produção da vida, ou seja, a reprodução das relações sociais.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2012, p. 87).

A produção das condições materiais é, na verdade, a produção do mundo pela relação do homem com a natureza. É a reprodução da própria existência humana em todas suas dimensões. Portanto, produção e reprodução não se separam. Daí a importância que o espaço ganha na modernidade, enquanto “campo aberto” à reprodução da forma-valor. O espaço, visto dessa maneira, tende ao mundial. Torna-se o lugar da reprodução, e Jericoacoara sendo funcionalizada como “espaço de lazer” voltada para turismo não escapa a essa compreensão.

Na passagem da industrialização para a *urbanização inteira da sociedade* revelam-se mais claramente as questões da reprodução das relações sociais se instalando no cotidiano, produzindo, assim, um novo espaço, o mundial.

Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008b, p. 47-48).

A reprodução contém em si a produção, porém ela é um momento histórico da própria produção que se realiza no plano do lugar e no cotidiano através da relação espaço-tempo. Ela repõe constantemente os elementos que prolongam a dominação do capital sobre o homem, ao mesmo tempo em que se qualifica como momento de recriação da vida humana.

Não é novidade o fato de as metrópoles atraírem o excedente de capital produzido alhures, caracterizando as mais variadas formas de investimentos, além da explosão crescente do setor de serviços. Esse processo caracteriza a urbanização capitalista já há algum tempo, expressando-se na forma da concentração e acumulação (da produção, distribuição e consumo). Harvey (2011) mostra como o processo de urbanização está intimamente ligado a absorção desse excedente de capital:

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho total global é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado. Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011, p. 137).

Para o autor, o capitalismo está sempre voltado à produção de um excedente, que unido a crescente tendência de aglomeração populacional nas cidades, o

que significa disponibilidade de força de trabalho, revela as condições básicas necessárias para a realização da urbanização.

Entretanto, a fronteira metropolitana parece não ser mais suficiente às necessidades da forma-mercadoria. Novos espaços entram, então, no jogo estratégico da reprodução ampliada do capital. O turismo apresenta-se como uma das pedras angulares da produção do espaço voltado para tais objetivos. É nesse sentido que o litoral nordestino vem sendo transformado atendendo às condições da reprodução urbana capitalista⁸⁴.

Segundo o autor acima, o desejo de dominação do tempo, do espaço e da natureza acompanha a sociedade capitalista, o que revela o projeto de expansão do capital pelo mundo de modo cada vez mais rápido⁸⁵. Assim, “A diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital. Se a diversidade geográfica não existe, então tem de ser criada” (HARVEY, 2011, p. 133).

É nesse sentido que o fenômeno turístico reforça a tendência à urbanização mundial. Se, de um lado, o processo de urbanização paradoxalmente abarca o desenvolvimento da vida, entrando em um novo momento da produção do homem – vincula a sobrevivência do uso e da apropriação social como resíduo ao mesmo tempo em que faz predominar a autoridade da troca. De outro, procura estender a característica da modernidade de domínio destrutivo sobre a natureza, tornando-a rara. A procura pelo que sobrou da natureza aumenta ao passo que seu valor. Ela torna-se mercadoria muito bem vendida pelo turismo e suas ideologias. Sua reposição mediada pelo valor de troca recoloca-a como uma nova possibilidade de crescimento do lucro⁸⁶. Fetichizada, a relação entre sociedade e natureza é agora mediada por uma nova realidade: a urbana.

⁸⁴ A procura por “novos espaços” para a reprodução do capital não se resume na atividade econômica do turismo. O agronegócio invade o campo e transforma a vida campesina realçando a dominação da propriedade privada, controlando e privando a apropriação do espaço para o uso. A indústria persiste mantendo suas características fundamentais de exploração da força de trabalho, ampliação do mais valor e, mesmo com sua flexibilização produtiva, a tendência a queda da taxa de lucros. Nas cidades o setor imobiliário se mostra como uma grande possibilidade de investimento, fazendo da própria cidade um negócio. Esse movimento de expansão da forma-mercadoria no espaço já se revela mesmo em cidades de menor porte, interioranas. Na escala da metrópole, o capital financeiro tem cada vez mais força, caracterizando uma destruição criativa, gerando segregações gritantes e conflitos dos mais variados. “Novos” e “velhos” espaços são, agora, alvos da reprodução capitalista do espaço urbano.

⁸⁵ O autor denomina essa tendência de “compressão do tempo-espaço”, pois além da velocidade com se espalham as formas capitalistas, as distancias de interação para a troca são, simultaneamente, comprimidas.

⁸⁶ “Na condição de raridade, a natureza transforma-se numa ‘mercadoria nova’, incorporada ao momento da reprodução, ou seja, se antes era recurso natural, que sob a forma de mercadoria participava como

Em Harvey (2014) a urbanização está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo através do investimento do excedente da produção na construção e/ou reconstrução de novas formas urbanas. Para o autor, os dados que apontam o aumento da produção capitalista mundial, também mostram, ao mesmo passo, o aumento das taxas de urbanização. Nesse sentido, ao nos depararmos com uma taxa de urbanização de Jijoca de Jericoacoara em 32,68% (IPECE, 2014)⁸⁷ vemos, de um lado, o investimento do excedente do capital em infraestruturas na vila de Jericoacoara, mas, de outro lado, a crescente demanda turística da vila alarga as fronteiras da cidade de Jijoca de Jericoacoara no sentido da atração de mais pessoas em busca de oportunidades de emprego ligadas ou ao serviço público ou ao turismo diretamente. Em outras palavras, o turismo na Vila é a mediação não apenas para a urbanização dela própria, mas de todo município e seus arredores.

As transformações verificadas em Jericoacoara a partir do crescimento do setor de serviços modernos em todo o município de Jijoca de Jericoacoara e suas proximidades, marca da expansão do processo de urbanização como conteúdo da atual reprodução do espaço. As atividades que se desenvolvem na sede do município e em Jericoacoara ligadas ao setor de serviços tem como pressuposto o fenômeno do turismo, que por sua vez, realiza transformações profundas na infraestrutura local visando seu próprio crescimento.

O mercado imobiliário em Jericoacoara constrói uma arquitetura que evoca os referenciais tradicionais do lugar (característica do marketing produzido) buscando apresentar um estilo próprio e único (reprodução da arquitetura rústica das casas dos pescadores em hotéis e pousadas, telhados de palha em restaurantes e lojas) com um objetivo de criar ou reforçar uma identidade visual. O “natural” é reproduzido como imagem e presentificado na paisagem.

Portanto, a lógica dos “espaços produtivos” incorpora os “espaços improdutivos”. A passagem da produção para a reprodução das relações sociais faz com

matéria-prima do processo produtivo, agora, é a própria natureza que se torna mercadoria cuja venda se realiza através do mercado imobiliário ou turístico. Assim, se a crise ecológica é produto da acumulação capitalista – da separação entre o tempo do processo de produção continuada do capital e do tempo dos processos de reprodução da própria natureza – o capital encontrou uma tática de efetivar lucros a partir dessa situação” (CARLOS, 2015, p. 51).

⁸⁷ É importante entender que esse dado estatístico só figura no plano da forma urbana. Afinal, como seria possível medir matematicamente o avanço do urbano nos termos que estamos trabalhando nessa dissertação? Como uma fórmula poderia expressar o espraiamento dos conteúdos urbanos?

que não só o trabalho seja organizado com o intuito de prolongar o espetáculo, mas outras atividades sociais entram também nessa lógica, como o tempo de lazer. A sociedade do espetáculo é marcada pela reprodução das relações sociais de produção, que caracteriza uma ampliação do processo de valorização, notadamente no e pelo espaço, com a diversidade das formas da exploração do trabalho através da extração de mais-valor, assegurada pela forma estatal.

A sociedade espetacular realiza-se neste mesmo processo de reprodução das relações de produção, elevando a um grau de deterioração da vida cotidiana ainda maior no mundo urbano. O processo de reprodução do espaço do espetáculo em Jericoacoara não se restringe a concentração de atividades improdutivas ou ao setor de serviços turísticos. Existem atividades produtivas diretamente ligadas ao lugar e orientadas para o turismo, o caso mais evidente é a indústria da construção civil, que atua na edificação desse espaço dando os aspectos formais que possui, além de toda infraestrutura construída para que se possa chegar a ele. Partindo dessa concepção chegamos ao termo *indústria do turismo*, que entende que o turismo não se restringe somente às atividades “não-produtivas”. Segundo Carlos (2007b, p. 64)

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, “espetáculo” para uma multidão amorfa através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão e, deste modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação.

Para a autora, o turismo engloba um conjunto de atividades produtivas e não produtivas, pois o processo de reprodução supera o âmbito fabril, chegando às relações sociais e ao próprio espaço e tempo. Assim, o fenômeno conteria, de um lado, um setor amplamente produtivo (construção civil construindo estradas, aeroportos, hotéis, restaurantes, centros comerciais; indústria têxtil produzindo camisetas com slogans de lugares; indústria de bebidas e alimentícia; indústria editorial com a confecção de guias turísticos) e, de outro, um amplo setor de serviços e comércio, que vai desde as atividades de informatizadas (atendimento pela internet ou por telefone) até os guias turísticos ou os motoristas de ônibus.

Nesse sentido, o turismo não se restringe somente às atividades improdutivas. Assim como a sociedade urbana ultrapassa (contendo em si) o processo

de industrialização, o fenômeno turístico é, hoje, uma das atividades que mais cresce em escala mundial, pois põe em movimento a economia espetacular, atrelando produção e circulação das mercadorias (incluindo o espaço) e caracterizando-se, assim, em uma espécie de “[...] lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço” (DEBORD, 2009, p. 112).

Desse modo, Jericoacoara apresenta uma urbanização mediada pelo turismo, isto é, abrange o movimento que vai da produção à reprodução das relações sociais de produção englobando tanto a reprodução vital do homem no plano do lugar, quanto a reprodução da forma-mercadoria, ligada ao plano do mundial. Uma tal urbanização concentraria tanto os termos das atividades produtivas quanto das “não-produtivas”, expandindo e transformando a fronteira entre o urbano e o rural através do tecido urbano⁸⁸. Ela não se limitaria a forma urbana, pelo contrário, carrega os conteúdos sociais da vida urbana, seus significados, desejos, necessidades, enfim, o modo como se organiza a vida social.

Da perspectiva que traçamos nesta dissertação, Jericoacoara longe de ser um “paraíso natural” ou um “oásis em meio às dunas”, ou mesmo uma “comunidade de pescadores” reproduz-se como um espaço urbano. Independente das formas conservadas na paisagem como imagem que remete ao natural a realização da vida se dá através dos conteúdos da sociedade urbana. Essa constatação não se realiza sem conflitos entre gerações ou sem contradições, notadamente entre o uso e a troca do espaço. Mas ao ser o turismo um fenômeno urbano ele não atará somente as características espaciais, mas sim todo o modo como a vida cotidiana se desenvolve mediada por novos elementos como a mercadoria e o dinheiro. A sociabilidade entre os moradores do lugar altera-se no tempo e no espaço.

Dessa forma, a sociedade do espetáculo, busca a anulação de todas as fronteiras territoriais, de classes, etnias e religiões. Ela reúne. Mas reúne na *separação*. Com o aumento da alienação do homem e de seu produto (o mundo – concreto, real, imaginário, social, econômico) a consciência da produção (portanto de classe) também

⁸⁸ No próximo capítulo apresentamos as características da formação do tecido urbano no litoral cearense através do planejamento voltado para o desenvolvimento do turismo.

foge ao seu controle. O objetivo dessa reunião não é outro, senão aproximar os homens da forma-mercadoria, ou seja, intensificar as trocas. Essa relação dialética união-separação é, também, contraditória, ambígua, conflituosa e angustiante, característica da modernidade e seu movimento transitório. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo” (DEBORD, 2009, p. 30).

O espaço do espetáculo nega as possibilidades de experiência com a própria realidade do espaço. Esse raciocínio nos leva a pensar em lugares que já passaram ou que passam pelo mesmo processo de transformação, que se prende ao turismo, assim como Jericoacoara. É incrível como este espaço poderia estar em qualquer outro lugar do mundo, ele é quase artificial, bem próprio de um espaço abstrato levado às últimas consequências. A realidade da vida social que foi aos poucos sendo esvaziada de seus referenciais tradicionais, torna-se cada vez mais formal, levada a ser recomposta através dos discursos dos espaços de lazer ou “naturais”, porém esse espaço-imagem já aparecem em segundo grau, quase como metalinguagem espacial. O espetáculo tenta preencher o vazio, mas somente o faz em um movimento tautológico de negação da própria vida. Nesse contexto, Jericoacoara produz e é produzida para o espetáculo.

A produção do espaço da Vila sob tais características integra no movimento constitutivo do espaço-mercadoria, no âmbito da reprodução de relações sociais “entre pessoas, mediadas por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14) produzidas no e pelo espaço ao mesmo tempo em que é consumido de acordo com as leis da reprodução do capital, através de um processo que “[...] tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado” (CARLOS, 2008, p. 85).

Ao mesmo tempo em que a especialização técnica produz espaços fragmentados e funcionais há uma tendência à sua homogeneização através da mundialização. Nesse contexto, o espaço é ainda hierarquizado pelas funções que lhe são atribuídas (espaços de trabalho, de lazer, de habitar). Revelam-se conflitos dos mais variados tipos entre o público e o privado, contradição central pautada na produção social e coletiva e uma apropriação privada. Os espaços são cada vez mais direcionados para o valor, reduzindo as formas de apropriação para o uso. A produção é voltada para

o mercado. Jericoacoara, entendida a partir do processo de reprodução do espaço atrelado ao de produção aponta o repetitivo, produzindo simultaneamente a cotidianidade e o espaço como mercadoria. Daí novas contradições são gestadas, não só *no* espaço, mas, sobretudo, *do* espaço.

O espaço da Vila é funcionalizado para realização do turismo e simultaneamente dominado e concebido pela forma política estatal de um lado e pelo mercado turístico de outro, dificultando as formas de apropriação para o uso, devido a realidade do tempo e do espaço vividos terem sido esquecidas nesse grande processo de troca. Fonteles (2004, p. 102) já havia constatado esse processo:

Em Jericoacoara está ocorrendo a decadência do uso, prevalecendo, desde a entrada do turismo, o valor de troca mercantilizada. Anteriormente a troca era feita com finalidade de uso, envolvendo produtos consumidos na comunidade: trocava-se peixe por gêneros alimentícios e produtos hortifrutigranjeiros. Hoje existem espaços “sofisticados” construídos para trocas mercantis. Com relação à hospedagem, por exemplo, os primeiros turistas que chegaram à comunidade hospedavam-se nas residências dos pescadores. Atualmente existem pousadas conectadas às redes globais por meio de agências de viagens e de revistas especializadas em turismo, deixando, no entanto, grande parte dos moradores nativos fora desse mercado.

O consumo do espaço revela conflitos entre o valor de uso e o valor de troca, na medida em que as qualidades físicas, mentais e sociais são negligenciadas em detrimento da realização quantificável para ser vendido no mercado, alterando os acessos e fortificando da propriedade privada. No plano do local revela a contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada e no plano do global, a funcionalização e fragmentação do espaço para poder ser comercializado (principalmente pelas atividades ligadas ao turismo).

O movimento que vai do espaço de consumo ao consumo do espaço retoma a dialética entre produção e consumo. Marx (2011a; 2013) já demonstrou a inseparabilidade dos termos na constituição da realidade social. Produção e consumo se determinam e se completam um no outro. Esse mesmo movimento vai da produção das coisas à produção do espaço e, em seguida, à reprodução do espaço. Isso quer dizer que as questões levantadas sobre o espaço abstrato da produção capitalista são repostas em um outro nível ainda mais adensado. O Estado, controlador máximo da reprodutibilidade das condições do capital fragmenta e hierarquiza o espaço, sempre sob espetáculos apresentados como autênticos.

Mas esse espaço socialmente abstrato não está livre de contradições. O não-reprodutível (de certa maneira a natureza, a sociabilidade da vizinhança, as festas, arquitetura e tradições locais, como a medicina popular) o contrapõe num misto de presença e ausência. Entretanto, tal espaço é opressor. O que não se consegue repor sob seus prismas é espremido, massacrado, humilhado. Sobrevive, quando muito, no nível do residual e, mesmo assim, de maneira tímida.

Jericoacoara tendo seu espaço produzido para a troca tem suas paisagens, como matéria-prima, vendidas como cenário, imagens, através de um *marketing* que faz do espaço o alvo central do consumo. “Não é difícil perceber que a principal estratégia do mercado de turismo é o estabelecimento de antíteses entre realidade e imaginário, entre a festa e o cotidiano, entre os lugares de trabalho e os lugares de lazer” (SILVA, 2004, p. 22). Assim, a Vila passa a ter na trocabilidade sua existência real. O turismo, enquanto nova atividade econômica produz o espaço enquanto mercadoria utilizando as características do próprio lugar, representando uma nova possibilidade de realização da acumulação do capital no momento da reprodução do espaço voltado para o mercado, sufocando as possibilidades de apropriação para o uso.

Na realidade podemos afirmar que a produção dos espaços de turismo e de lazer se realiza como consequência do desenvolvimento do mundo da mercadoria, que num determinado momento da história, produz o espaço enquanto valor de troca, numa sociedade em que todos os momentos da vida cotidiana se encontram penetrados e dominados pela realização da mercadoria. O turismo e o lazer entram nesse contexto histórico como momento de realização da reprodução do capital, enquanto momento da reprodução do espaço – suscitadas pela extensão do capitalismo. Assim, a atividade turística captura o espaço, tornando-o mercadoria de desfrute, passível de ser consumida diferencialmente (CARLOS, 2011, p. 119).

O resultado é a produção de um espaço abstrato, definido pela alienação reificante que o mundo da mercadoria impõe aos diversos lugares. Os planos e projetos turísticos realizados pelo Estado contribuem e constroem eles mesmos esse espaço. É um espaço concebido por uma lógica que nada tem de transparente. O vivido é suprimido, o tempo histórico e a natureza são vividos como nostalgia.

A lógica dos espaços voltados para o turismo é a de consumir o espaço produtivamente, assegurando as necessidades da reprodução ampliada do capital. É, portanto, lugar da acumulação. O mundo moderno não produz somente objetos tradicionais da indústria, produz, desde algum tempo, o próprio espaço, impondo à vida cotidiana o reino fetichista do valor de troca, uma racionalidade homogeneizante, que

acaba por alterar os comportamentos dos habitantes gerando novo signos direcionados ao consumo. Uma tal racionalidade é inerente ao processo de reprodução das relações sociais, característico do momento atual de urbanização. Jericoacoara demonstra claramente a reprodução das formas e conteúdos urbanos.

Para Cruz (2001) a relação da urbanização com o turismo pode ser percebida de três formas, onde um dos fenômenos pode vir antes, simultaneamente ou depois do outro. A autora fala que alguns pequenos povoados litorâneos podem ter um processo de urbanização a partir das práticas turísticas, desenvolvendo infraestruturas específicas. Nesse sentido, entendemos que a análise da forma é imprescindível, afinal toda forma reclama um conteúdo, ou seja, não existe “pureza” nas formas. Porém, o método dialético exige que não fiquemos presos em nenhuma das partes. Do ponto formal, as demandas turísticas de um lugar fariam com que o Estado produzisse um espaço específico para atendê-las. É preciso lembrar que a análise formal é insuficiente, porém indispensável. Da mesma maneira que a compreensão da fetichização da forma “significante-significado”. Se prender somente à ela quer dizer não entender a totalidade da problemática urbana. Ela aceita todas as ideologias vindas do espetáculo (que engloba o consumo dirigido) e os repões na ordem do dia. O fenômeno urbano contém também um conteúdo próprio.

Esse consumo não se restringe ao de bens materiais, mas extrapola-os com o consumo de espetáculos. Dessa forma, a publicidade pode ser encarada como um dos principais bens de consumo, incorporando, como retóricas, os fragmentos já separados do ser humano (arte, poesia, literatura).

Torna-se assim a própria ideologia desta sociedade, cada ‘objeto’, cada ‘bem’ se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consume-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica etc. A produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais produtivas ou organizadoras. O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca. Sob a aparência de signos e de significações em geral, são as significações desta sociedade que são entregues ao consumo (LEFEBVRE, 2009b, p. 69).

Jericoacoara poderia ser entendida, de certa forma, como um lugar que teve as formas urbanas palpáveis construídas pela decorrência da atividade turística, mas, certamente, o modo como as relações sociais se davam no cotidiano já traziam, em si, as características da sociedade urbana. Pode-se falar qual dos dois fenômenos veio

primeiro? Talvez. Entretanto, nossa compreensão é de que há uma simultaneidade, devido a urbanização englobar o turismo como um fenômeno que lhe é próprio.

Para Carlos (1999, p. 179), que contribui com as noções de produção e reprodução do espaço enquanto mercadoria, o turismo “[...] representa a conquista de uma importante parcela do espaço que se transforma em mercadoria (e que entra no circuito da troca), como é o caso de praias, montanhas e rios, tornando-se um novo e rentável ramo da atividade produtiva, sob essa determinação”. O espaço aparece, assim, como mais um produto a ser consumido, entrando nas relações de troca de equivalentes, revelando que mesmo o chamado “turismo ecológico” não foge a essa lógica, continuando a produzir uma diferença aparente⁸⁹. Tal *slogan* se põe como “alternativo”, como externo à lógica comum do consumo das paisagens e do espaço. Enquanto o discurso ecológico diz buscar o encontro com uma natureza autêntica, a retórica turística promete a identificação com o valor de uso. Todavia, não passa de metalinguagem, pois o valor de troca reina majestosamente nos lugares selecionados para tal seguimento.

Ao mesmo tempo em que o turismo possibilita a reunião das pessoas com os lugares desejados (muitas vezes existentes apenas no plano mental, imaginário construído propositalmente através do marketing turístico) ele também os separa, tanto no plano físico, com o afastamento do real e aproximação gradual de uma imagem construída, quanto no plano da consciência, mistificando-a. Todo encontro que as viagens (enquanto realização do gozo e do uso) produziam, encontra seu negativo no turismo.

Esse momento marca a produção do espaço a partir de estratégias da reprodução, onde a forma-mercadoria se expande ao mundo todo. Como mediação, nos deparamos com a constituição de um discurso, que vende os lugares de forma deliberada, com uma explosão de propagandas publicitárias em âmbito mundial da zona costeira cearense a partir do desenvolvimento das práticas turísticas. Todavia, esse processo revela uma contradição central do processo de reprodução do espaço: a existência da propriedade privada (definindo acessos) e a apropriação (pelo uso) desse espaço. Nesse sentido, a lógica da valorização adentra na produção espacial, tornando-a

⁸⁹ A lógica da mercadoria e da espetacularização do espaço engloba não só a modalidade de turismo ecológico ou de “massa”, mas também outras como os chamados: turismo rural, de aventura, sustentável, verde, de natureza, alternativo, comunitário, etc.

mercadoria e, conseqüentemente, inserindo-a no circuito da troca alterando a vida cotidiana.

Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, o espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos (CRUZ, 2002, p. 17).

Esse consumo espacial em Jericoacoara representa a ausência do *estilo*, dominando as formas do passado, do arcaico, na esperança de reviver os diferentes estilos. Mas, na realidade, tal espaço perde progressivamente seus referenciais históricos, embora conserve formas espaciais (no plano da paisagem) ligadas às imagens de uma natureza romantizada. Com efeito, a modernidade

[...] na qualidade de ligada ao crescimento econômico e técnico, aos processos acumulativos, não produz um estilo, ou bem ela se debate contra o tédio na ausência de estilo, ou bem ela tende a se voltar para o arcaico, a retomar os estilos, mitos e símbolos anteriores ao crescimento acumulador (LEFEBVRE, 1969, p. 110).

A produção do espaço do espetáculo em Jericoacoara está marcada pela contradição entre realidade e fantasia. Ele precisa ser formalmente (no plano da aparência) diferente do espaço cotidiano do trabalho, conquistando o desejo dos turistas, mas ao mesmo tempo impõe aos lugares a lógica da reprodução da forma-mercadoria⁹⁰. Esse espaço é programado para capturar as concepções mentais que as pessoas possam ter sobre ele. Concentra, de um lado, todo o olhar⁹¹ e, de outro, a consciência. A produção da imagem de um “paraíso” é sua arma favorita. Assim, se produz uma estratégia de marketing visando intensificar a venda e o consumo do espaço local⁹².

⁹⁰ Seria o turista um sonhador aos moldes do apresentado por Dostoiévski (2009)? Aquele que se desgruda da realidade, permanecendo num mundo próprio, lindo, fascinante, atraente, enfim, fabuloso? Um mundo que num piscar de olhos desaba e perdem-se todos os resquícios de lembrança dele, mas não há preocupação, afinal, logo outro sonho virá, e encherá o peito novamente de alegria?

⁹¹ “Quando o mundo se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrario do diálogo. Sempre que haja *representação* independente, o espetáculo se reconstitui” (DEBORD, 2009, p. 18).

⁹² “A principal função do marketing é facilitar o processo de troca. Isto é, marketing é o estudo do mercado, da mesma forma que geologia é o estudo da terra, que grafologia é o estudo da escrita, e psicologia é o estudo do comportamento da mente. Portanto, o marketing é o facilitador do processo de troca entre as organizações que visam ou não ao lucro e ao mercado” (TRIGUEIRO, 2001, p. 2).

O consumo do espaço como mercadoria reproduzível mesmo enquanto imagem esmaga o plano do vivido que é direcionado para a troca – além do campo visual. Vale lembrar que o espetáculo não se restringe ao abuso do mundo da visão ou a um conjunto de imagens, mas sim é uma relação social concreta mediada pelas imagens. É uma crença que se materializou, objetivou, tornou-se uma *ideologia*. Porém, as mídias, apesar de ser apenas um aspecto restrito do espetáculo, tem um papel importante, notadamente no marketing turístico produzindo signos da alegria e satisfação nos espaços espetacularizados, assim como comportamentos e necessidades, controlando o desejo. Esse reino das imagens exige uma aceitação passiva do que é e poderia ser a realidade. “Não diz nada além de ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’” (DEBORD, 2009, p. 16-17). São elas, as imagens, operando através da publicidade e do marketing turístico que promovem a valorização e o consumo dos espaços.

O poder público, em parceria com a iniciativa privada, tem redirecionado o marketing turístico, despertando o interesse da mídia nacional, montando cenários paradisíacos, associando o exótico à preservação ambiental, construindo uma paisagem ideal que satisfaça os desejos dos consumidores, principalmente dos que buscam no turismo ecológico a oportunidade de um relacionamento mais íntimo e primário com a natureza (FONTELES, 2004, p. 125).

A imagem de Jericoacoara é construída de forma simplificada das somas das ideologias, crenças e ideias que as pessoas têm dela. Logo, essas impressões são capturadas por uma estratégia de publicidade que visa divulgar uma imagem que será fixada na mente das pessoas, direcionando as memórias no local, já que a experiência com o lugar encontra-se alterada, esvaziada de outro sentido que não o da imagem de si mesmo como prova e representação da presença, além do que a realidade espaço-temporal foi subtraída, o que resta são as imagens construídas anteriormente⁹³.

O marketing é a criação de necessidades apenas realizadas pelo processo de troca e na captura e controle do próprio desejo pelo mercado. Portanto, ele não opera somente no nível da circulação, está tanto neste quanto no da produção, já que cria

⁹³ As câmeras fotográficas servem de prova da passagem por um lugar, quando, na verdade, revelam que a pessoa nunca esteve realmente no lugar. Ela não viveu, não experimentou o lugar. Não passam de fantasmas assombrando ruínas – caminham num espaço abstraído, uma paisagem mental, presos ao mundo das imagens sem conseguir ter uma experiência verdadeira com o lugar.

necessidades e os produtos correspondentes para satisfazê-las. Ele representa de perto o estrangulamento do desejo.

Jericoacoara não é mais visitada, mas sim comprada, de lado como espaço da alegria e do lazer e do outro como oportunidade de um “bom negócio”. O turista leva na mala tanto os *souvenirs* locais (artesanato, camisas, saias) quanto as imagens (fotografias e vídeos) e uma supérflua memória (que logo se tornará um borrão nostálgico).

É nesse contexto que o espaço de Jericoacoara vem sendo consumido a cada dia. Na verdade, ele já é produzido com esse intuito. O desenvolvimento das relações de reprodução capitalistas gera uma separação crescente entre o homem (o habitante) e a natureza (artificial, rara), onde esta última passa a ser repostada de forma representativa⁹⁴ e, assim, a vida passa a ser espetacularizada como uma tentativa de suprir o que foi perdido. Estas várias modalidades são na verdade formas de tornar a atividade turística digerível, pois seu caráter destrutivo, finalmente pode ser enxergado, gerando conflitos com a própria população residente, revelando que o próprio espaço produzido por seus habitantes acaba por ficar fora do alcance e da consciência deles.

Dessa maneira, o segundo tipo de estranhamento – apontado anteriormente – ganha novos contextos. Do não reconhecimento do sujeito produtor no processo produtivo, onde o mesmo só reconhecia a si fora do trabalho, passamos agora, na sociedade urbana, a uma captura mais ampla através do tempo de lazer, significando que o indivíduo é expropriado de si até fora do trabalho. Para Merrifield (2005, p. 61),

No tempo de lazer, os trabalhadores tornaram-se consumidores, meros portadores de dinheiro; a vida privada tornou-se o domínio da publicidade, da moda, da conveniência e alimentos processados, do cinema e das estrelas pop e telenovelas glamorosas, do sonhar com o que você já sabe está disponível, a um custo. [...] Tempo livre e tempo de trabalho congelados em “tempo espetacular”. Todas as fronteiras entre a vida econômica, política e privada têm-se, assim dissolvido. Todo o tempo e espaço de consumo tornou-se matéria-prima para novos produtos, para novas mercadorias [tradução nossa]⁹⁵.

⁹⁴ As mudanças nas relações entre homem e natureza estão na base da compreensão da modernidade.

⁹⁵ No Original, lê-se: “In leisure time, workers became consumers, mere bearers of money; private life became the domain of the advertisement, of fashion, of convenience and processed food, of movie and pop stars and glamorous soap operas, of dreaming for what you already know is available, at a cost. [...] Free time and work time congealed into ‘spectacular time’. All boundaries between economic, political and private life have thereby dissolved. All the consumable time and space became raw material for new products, for new commodities”.

Segundo o autor, o trabalho alienado se generaliza em “vida alienada”, onde o tempo abstrato reina pela representação de um eterno presente. Entretanto, não apenas o tempo, mas o espaço também guarda as marcas de uma apreensão e difamação capitalista, organizando-os, ordenando-os e vigiando-os. Esse processo marca não só o isolamento social dos indivíduos (uma forma de estranhamento do próprio homem), mas também a *supressão da rua* através da produção planejada capitalista do espaço. Assim, as contradições entre o público e o privado vão se reapresentando com maior adensamento na vida urbana.

As redefinições socioespaciais no plano do lugar tendem a reproduzir as relações sociais e a repor as condições para a acumulação do capital. Esse papel o fenômeno turístico vem desempenhando com maestria em Jericoacoara. Dessa maneira, é preciso retornar à noção de produção do espaço, entendendo que a característica que faz do homem um ser alienado de seu produto, produção e de si mesmo não se limitam à produção de objetos. O espaço da Vila é, agora, reproduzido arrastando essas características expressas em duas contradições: a) manutenção das formas espaciais como imagem para garantir a função de troca do espaço, ao passo que os conteúdos urbanos se assentam na vida cotidiana dos moradores, mas não sem gerar conflitos; e b) o estranhamento generalizado que marca o processo de produção do espaço sobrevive através da forma da propriedade privada, o que reforça o domínio do valor de troca sobre o valor de uso.

Apesar do domínio do mundo das coisas, o homem ainda é o sujeito produtor, mesmo que toda sua consciência do processo esteja esfumada. Isso quer dizer que apesar de o trabalho ser algo estranho ao homem, ele é humano. As categorias do estranhamento e alienação surgem da contradição entre os produtores e os apropriadores (RANIERI, 2001). A acumulação capitalista realiza-se, por meio do espaço, na privação dos produtos do trabalho humano através da forma da propriedade privada. Os conflitos de classe não deixaram de existir nessa nova sociedade urbanizada. Se, de um lado, o crescimento populacional e do setor de serviços vem ocorrendo gradualmente na Vila, de outro, essa demanda vinda do fenômeno turístico acaba por gerar um tipo de expropriação e segregação espacial, onde a parte central passa a ser ocupada por restaurantes e meios de hospedagem raramente de propriedade dos moradores tradicionais. Atrelado a essa nova organização da vida, uma nova divisão

do trabalho vem se formando, onde esses antigos habitantes e/ou seus filhos (que não possuem boa instrução, em geral), normalmente, ocupam os cargos empregatícios mais básicos, ou quase invisíveis, como coloca Nascimento (2014), tais como camareiras, ajudantes de cozinha, vigias, jardineiros, ou, quando muito, recepcionistas, e garçons. Assim, entendemos que as lutas de classes ganham uma nova dimensão no mundo urbano, mas se mantêm devido às contradições do próprio capital, pois são universais e estão na base do capitalismo, sendo ora incorporada à reprodução, ora se opondo⁹⁶. A luta de classes define as identidades sociais e simultaneamente ganham uma nova dimensão com a direção e controle do cotidiano.

A passagem da produção para a reprodução do espaço de Jericoacoara é, então, mediada pelo turismo, enquanto fenômeno que prolonga o reino da mercadoria, transformando o espaço. Entretanto, essa mediação ganha formas específicas através da forma jurídica e dos planejamentos urbano-turísticos desenvolvidos pelo Estado.

⁹⁶ No último capítulo retomaremos esse debate, aprofundando as contradições entre as classes, na tentativa de mostrar as continuidades e descontinuidades existentes entre a tendência do controle do mundo da mercadoria e as irredutibilidades mantidas no e pelo uso.

3 ESTADO E NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO DE JERICOACOARA

Eu vi – oh, meu Deus! – vi o infeliz Ivan Matviéitch entre as terríveis mandíbulas do crocodilo, já erguido horizontalmente no ar e agitando desesperadamente as pernas. Mais um instante e desapareceu.

[...]

Esgravatar! – exclamou o patrão. – eu não vou permitir esgravatar crocodilo. Agora, virá ainda muito mais publicum, vou pedir funfzig copeques, e Karlchen não precisará mais comer.

[...]

Eles tem razão – observou tranquilamente Ivan Matviéitch. O Princípio econômico em primeiro lugar.
Fiódor Dostoiévski

3.1 Estado e Planejamento urbano-turístico: a formação do tecido urbano litorâneo cearense

Até aqui tentamos apresenta o movimento da reprodução capitalista, em sua relação local-mundial, através das *formas* do valor e da mercadoria. Entretanto, há uma outra *forma* que ao mesmo tempo em que nasce dessas já apresentadas separa-se delas e garante o mesmo movimento de reprodução em uma outra dimensão: a *forma política*. Partiremos, neste capítulo, do planejamento urbano e turístico como realização concreta da ação dessa *forma política*, que se expressa na figura do Estado.

As contradições da modernidade realizam-se na e através da produção do espaço. A tendência do valor de troca vencer o valor de uso materializa grande parte dos conflitos da vida urbana, no movimento geral da reprodução da sociedade. Isso quer dizer que o espaço, o tempo, a natureza e o cotidiano passam a ser orientados para o processo de reprodução do capital, marcado pelo processo de *implosão-explosão* da cidade atual no movimento de reprodução do espaço urbano que supera os limites tradicionais da cidade. Esse percurso revela também a cidade como estratégia da reprodução das relações de produção, mas isso não ocorre de modo aleatório. O Estado tem uma participação central nesse processo. Sua ação por meio de planos e projetos revela-se por meio da fragmentação e hierarquização do espaço, delimitando, no limite, as novas fronteiras de expansão da acumulação do capital, notadamente por meio do setor imobiliário e do turismo.

Nesse sentido, há uma nova dinâmica nas cidades que se expressa em conflitos (de classes): expulsões, desapropriações, segregações e remoções são faces da mesma moeda. O processo de valorização do espaço passa pela estratégia da forma política estatal, que vem nos mostrando um extremo processo mundial de expulsão das populações mais carentes dos centros urbanos, empurrando-as para as periferias. É importante, ainda, dizer que não se trata de uma continuidade universalizante ou linearidade processual. Esse movimento contém descontinuidades e mesmo heterogeneidades marcadas pelo grau de acirramento da luta de classes.

A explosão da cidade em periferias expande as relações urbanas, concretizando a tendência à urbanização da sociedade. Esse processo de mundialização transforma as antigas relações socioespaciais no plano do lugar. A análise do papel do Estado é central para entender esses novos arranjos, que, de um lado, afasta os habitantes dos centros urbanos e, de outro, concentra-os nos seus arredores. A relação campo-cidade é, assim, alterada não podendo ser entendida sem entender uma nova dialética entre centro e periferia.

Essa nova realidade surge no plano do lugar como alterações nas atividades desenvolvidas, nos espaços de trabalho e moradia, nas formas arquitetônicas das construções, na dinâmica cotidiana, nos espaços de lazer, etc. Uma nova divisão do trabalho é apresentada não apenas aos habitantes do lugar, mas aos próprios lugares. É nesse sentido que o Estado apresenta o planejamento como instrumento necessário e urgente para a reorganização dessa nova vida urbana.

O tecido urbano⁹⁷ contém uma forma específica, produzida no entorno das cidades, como epicentro, e daí proliferando-se pelo território, alterando as antigas formas das pequenas aldeias ou vilas.

Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida urbana e

⁹⁷ A formação do que Lefebvre (2009b) chama de *tecido urbano* apresenta-se por meio do espraiamento das formas e conteúdos urbanos por todo o espaço, o que, no cerne, significa que o urbano não se restringe nem se confunde com a cidade. A cidade tem uma história que vem desde a chamada Antiguidade (cidade arcaica, política), passando pela Idade Média (cidade medieval, política, mas essencialmente comercial e artesanal), chegando até a cidade moderna (com as características do capitalismo industrial e mais atualmente financeiro). Já a urbanização é um momento específico da modernidade, onde a indústria é superada pelo que ela mesma induziu: o urbano. É o modo como a vida social se realiza e se organiza mundialmente.

“cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos (LEFEBVRE, 2009b, p. 19).

Nesse sentido, podemos perceber no território cearense, partindo da metrópole Fortaleza, a dilatação das formas urbanas em direção a todo litoral do estado⁹⁸, incluindo, obviamente, descontinuidades em meio a essa tendência. Não significa dizer que o campo deixou de existir, apenas que há uma nova tendência que envolve toda a sociedade, que não se limita mais nem ao modo de vida rural nem ao industrial. É nesse sentido que a centralidade da contradição cidade-campo desloca-se para a contradição centro-periferia. Sendo que esta não encerrou àquela, mas a englobou. Assim, o urbano aparece no curso da explosão da cidade, através e com o tecido urbano. Revelando as centralidades, os encontros e suas monumentalidades ao mesmo tempo que as contradições e as lutas de classes. Sua importância reside na ampliação da noção de produção, no momento em que o mundo da mercadoria invade as particularidades da vida privada, encontrando um lugar para sua reprodução em escala cada vez maior.

As transformações ocorridas no litoral cearense nas últimas quatro décadas, no sentido do avanço do domínio do capital sobre o espaço nos marcam como *testemunhas oculares* desse processo. O tecido urbano que tem Fortaleza como epicentro se espalha por todo o litoral cearense, mas não de modo simultâneo e contendo descontinuidades (na continuidade). Num primeiro momento, adentra a Região Metropolitana ao mesmo tempo em segue para o litoral oeste até o município de São Gonçalo do Amarante, especialmente com as segundas residências. Silva (2006, p. 48) corrobora para o entendimento dessa expansão das formas urbanas partindo de Fortaleza ligada ao nível da *forma jurídica* sobre a delimitação da Região Metropolitana:

A metrópole expande sua malha pelo sertão. Não se pode negligenciar que a questão urbana/metropolitana assumiu ares de extrema importância na abordagem das cidades. A legislação mudou. Hoje os estados podem criar suas regiões metropolitanas. Quanto ao desmembramento, a lei anterior só permitia a criação de novos municípios na região metropolitana quando os

⁹⁸ Num primeiro momento o litoral concentra esse conjunto de infraestruturas que facilitam a circulação geral e a velocidades com que os conteúdos da vida urbana seja difundidos e vividos mais rapidamente, mas essa formação não se restringe a ele, na verdade, adentra o continente e intensifica relações com outras cidades, seja no movimento da produção ou da circulação, sem, no entanto, formar uma continuidade espacial, isso é, há interditos entre os espaços das cidades que ainda conservam relações fortes da vida do campo.

mesmos resultavam de desmembramentos de seus municípios matriciais, formadores do espaço metropolitano. No de Fortaleza, sua Região Metropolitana era formada por cinco municípios: Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape e Caucaia. Do desmembramento da malha municipal original, foram criados os municípios de Maracanaú, Eusébio, Guaiúba e Itaitinga, perfazendo nove municípios. Atualmente, são treze municípios que compõem a região metropolitana. Horizonte, Pacajus, o Chorozinho e São Gonçalo do Amarante são os que foram incorporados mais recentemente, por força de lei estadual.

Num segundo momento, volta-se para o litoral leste quase todo (até aproximadamente Fortim) e depois segue rumo ao oeste, até Camocim (Figura 15). Os municípios das extremidades de ambos os lados vão sendo incorporadas com menor celeridade e principalmente pelo interesse no turismo como interligação regional (a oeste com o Piauí e Maranhão e a leste com o Rio Grande do Norte), além da expansão das usinas eólicas em boa parte da zona costeira cearense, atualmente.

Figura 15 – Momentos da expansão do tecido urbano no litoral cearense



Fonte: SEMACE (2015).

Adaptação: Denys S. Nogueira.

Podemos dizer que o turismo é, em larga medida, o fenômeno mediador da reprodução das relações de produção no espaço litorâneo cearense, prolongando a tendência da urbanização da sociedade, através de políticas orientadas pelo Estado. É através do turismo que o litoral entra, a partir da década de 1980, na lógica de valorização espacial de forma muito rápida.

Para Dantas (2009), por mais que já na da década de 1970 existissem políticas estaduais que já vislumbravam o turismo como importante atividade

econômica⁹⁹, elas não resultaram em grandes mudanças devido o governo ter voltado sua atenção para o desenvolvimento da indústria. Porém, os dados levantados pelos diagnósticos desses planos permitiram uma melhor elaboração e ação dos que viriam posteriormente.

No Ceará pode ser notado o processo de expansão da atividade turística no litoral através das concepções do espaço elaboradas pelo Estado, na forma das políticas públicas. O Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral Cearense (PRODETURIS), elaborado em 1989, marca a primeira investida do Estado (na figura do governo estadual) em transformar o litoral em mercadoria. Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES, 1999), tal programa mapeou o litoral do estado em quatro regiões turísticas:

- Região I – Região Metropolitana de Fortaleza;
- Região II – Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca;
- Região III – Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati, Icapuí, Pindoretama e Fortim;
- Região IV – Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Jijoca de Jericoacoara.

Todavia, as ações desenvolvidas se restringiram, além do zoneamento e diagnósticos turísticos, a poucas obras de infraestruturas e regulamentações jurídicas – incluindo, leis de preservação ambientais e normatizações de uso e ocupação do solo –, que ainda ficaram concentradas da região II. Apesar disso, o Programa serviu como orientação para futuros investimentos do setor privado e para a criação de novos planos. “Naquele contexto definiu-se a imagem turística do Ceará, um destino de praia e de eterno verão, garantido pelo baixo índice pluviométrico, pelas temperaturas elevadas e presença do sol o ano inteiro” (SETUR, 2014b, p. 95). A criação desta imagem casa com a descrição de Dantas (2009) sobre a mudança da imagem construída sobre o Ceará, em que a apresentação do sol, das praias e das paisagens exuberantes substitui a da seca e da fome, principalmente nos discursos do Estado¹⁰⁰ (Figura 16).

⁹⁹ Dentre as quais estavam o Plano de Governo do Estado do Ceará de 1971, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará de 1975, o II Plano de Metas Governamentais de 1979 e o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará de 1979.

¹⁰⁰ O autor relaciona a alteração da imagem, no plano político, a mudança no governo: decadência das antigas oligarquias agrárias e a ascensão de grupos políticos voltados para o setor industrial e a modernização de outros setores produtivos.

Figura 16 – Imagem positiva do Sol vendida pelo Estado



Fonte: SETUR, 2011.

De fato, a experiência do PRODETURIS acabou servindo para a elaboração de um outro plano, mas desta vez em escala regional. Tratava-se do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), elaborado pelo Governo Federal – na figura do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de financiamentos junto ao BNDES¹⁰¹. O objetivo era o desenvolvimento do fenômeno turístico na região Nordeste do país através da construção de infraestruturas básicas, como construção de estradas, saneamento básico, aeroportos, portos, praças. Representa um dos maiores planos do Estado para a reprodução do capital por meio de uma nova atividade econômica que se difere tanto da produção camponesa, quanto da industrial (em seu sentido *stricto*) e exibiu tamanha importância que acabou tendo duas etapas regionais¹⁰² e outra nacional¹⁰³.

O PRODETUR-NE foi criado em 1991 pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR – extinta, hoje substituída pelo Instituto Brasileiro de Turismo, embora a sigla tenha sido conservada) em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰⁴, porém, segundo o BIB (2010) só teve os investimentos liberados a partir de 1994. Um dos seus intuitos era fortalecer os governos estaduais

¹⁰¹ “O PRODETURIS, que forneceu as bases técnicas e conceituais para proposta do PRODETUR-CE, constitui um evidente diagnóstico territorial, característico de outro instrumento fundamental ‘das tecnologias da gestão estatal do território’ e dos processos políticos de construção de novas territorialidades” (BENEVIDES, 1998, p. 326).

¹⁰² A primeira etapa vai até 2004 e no mesmo ano começa a segunda, com o objetivo de dar continuidade àquela além de ampliar o número de municípios onde o Programa atuaria.

¹⁰³ Iniciado em 2009 em outras áreas de interesse que ainda não tinham recebido investimentos dos Programas anteriores.

¹⁰⁴ Portaria Conjunta 1 de 29 de novembro de 1991.

incentivando-os a criar programas próprios que se vinculassem à suas ações, definindo áreas e ações específicas.

Para Cruz (2002) o PRODETUR-NE I complementa as políticas dos megaprojetos turísticos¹⁰⁵, basicamente ampliando o setor hoteleiro com infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, sendo privilegiadas as áreas litorâneas através do discurso das “potencialidades turísticas”, constituindo binômio sol e mar.

Segundo o BNB (2005a) o objetivo básico da 1ª etapa era desenvolver socioeconomicamente a Região Nordeste através da atividade turística, contribuindo especificamente com a construção de infraestruturas básicas e o fortalecimento institucional nas áreas de atuação do Programa, voltando-se tanto para a melhoria das condições de vida quanto para a atração dos investimentos privados ligados ao turismo. Em seus próprios termos, a ideia central era reforçar as potencialidades da “[...] Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico regional através de investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística” (BNB, 2005a, p. 6). O Estado passa a tratar a região Nordeste (em foco, o litoral) como um produto mercadológico, que deve ter “condições materiais e institucionais” de “concorrer” nacional e internacionalmente.

As ações do PRODETUR-NE se concentraram nas obras ligadas a construção de rodovias, saneamentos e aeroportos, que, segundo o BNB (2001), foram responsáveis por aproximadamente 84% do valor total do programa, o que de forma direta representou um crescimento dos fluxos turístico, passando de 4% ao ano, antes de 1997, para 12%. Para Silva (2010) o PRODETUR-NE foi o grande responsável não só pela criação de infraestruturas básicas nos lugares de sua atuação, como também

¹⁰⁵ “Um conjunto de ações, deliberadas pelos poderes públicos estaduais do Nordeste, em torno do objetivo comum de desenvolver o turismo na Região por meio de megaprojetos [...]. Essa política não foi instituída por diploma legal (como o PRODETUR-NE) e somente pôde ser apreendida a partir da análise daquele conjunto de ações, deflagradas por cinco dos nove estados que compõem a Região, no sentido da implementação de megaempreendimentos turísticos em seus respectivos territórios” (CRUZ, 2007, 79-80). Para CRUZ (2002) essas políticas eram comandadas por alguns governos estaduais do Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia) com o objetivo de urbanizar as localidades turísticas. Todavia, além do PRODETURIS, é notável a participação do Governo do Estado do Ceará nessas políticas de turismo que antecederam ao PRODETUR-NE. Primeiramente, já em 1973 demonstrava interesse no setor turístico ao transformar, na cidade de Fortaleza, a antiga Cadeia Pública em Centro de Turismo e; segundo, em 1987 criou o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PDIT-CE).

expandiu a malha viária inter-regional e reforçou as viagens aéreas com a criação e reformas nos aeroportos, fazendo com que pudessem existir voos diretos entre as capitais nordestinas e outros países.

De acordo com Cruz (2002), a maior parte das obras edificadas não é de exclusividade turística, sendo, no fundo, infraestruturais, o que caracteriza as ações do Estado no espaço, proporcionando facilidades para o movimento da circulação – em se tratando do turismo, significa especificamente circulação de capital e de pessoas (como mercadorias).

Dessa maneira, complementando políticas públicas já expressas na década de 1970 com a ascensão política de novos grupos atrelada ao impulso do Governo Federal em fortalecer os governos estaduais nordestinos, o Governo do Estado do Ceará criou o PRODETUR-CE, recebendo recursos nacionais e fazendo financiamentos em bancos estrangeiros, com o objetivo principal em atrair investidores e fluxos internacionais.

Especificamente, os municípios selecionados nessa primeira fase foram: Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi. Os mesmo já delimitados pelo PRODETURIS, como sua Região II. Sob a denominação de Costa do Sol Poente, esse grupo de municípios foi escolhido devido uma carência em infraestruturas básicas em relação à Fortaleza, Região Metropolitana e os municípios próximos mais próximos do litoral leste. De maneira geral, produziu condições para que a circulação fosse intensificada, possibilitando o desenvolvimento de equipamentos turísticos de caráter privado.

Durante a e execução dessa primeira etapa do PRODETUR-CE foram realizadas algumas obras, como: a) Rodovia Costa do Sol Poente que liga fortaleza ao Litoral Oeste do estado (23,9 milhões de dólares); b) Aeroporto Pinto Martins em Fortaleza (58,6 milhões de dólares); c) sistema de abastecimento de água e sistema de esgoto sanitário de Paraipaba (1,4 milhões de dólares); d) elaboração de estudos e projetos rodoviários (1,5 milhões de dólares); e) sistema de esgoto sanitário de São Gonçalo do Amarante (1,8 milhões de dólares), do Pecém (1,7 milhões de dólares) e de Paracuru (1,5 milhões de dólares). Nesse inteirem, o Governo do Estado volta tanta atenção ao fenômeno turístico que em junho de 1995 cria a Secretaria do Turismo (SETUR-CE), substituindo a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do

Ceará (CODITUR), visando fortalecer e vender a imagem das paisagens (principalmente as litorâneas) do estado, atraindo consumidores nacionais e estrangeiros.

Além dos investimentos públicos captados por meio do PRODETUR-NE e reinvestidos com o objetivo de expandir os espaços de acumulação (HARVEY, 2006) e reprodução do capital através do turismo e favorecendo a iniciativa privada, o Governo do Estado do Ceará concedeu diversos incentivos fiscais – os mais comuns foram Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) – e estruturais – construção de pequenas estradas, encanamento e abastecimento de água, energia elétrica e comunicação – favorecendo várias propriedades privadas (*resorts*, hotéis, restaurantes, etc. Tais políticas possibilitaram não apenas o crescimento de capital local, mas atraiu o capital estrangeiro caracterizado no mercado imobiliário e na rede hoteleira. Notadamente, no caso do Cumbuco há uma forte expressão do capital português nas figuras do Grupos Vila Galé e Placitude¹⁰⁶.

A segunda etapa do PRODETUR-NE foi iniciada em 2004 – oficialmente, mas na prática apenas no ano seguinte começou a ser executado – e visou simplesmente dar continuidade a primeira, além de incorporar parte dos territórios do estado do Espírito Santo e Minas Gerais. Foi disponibilizado um montante de US\$ 400 milhões, gastos em infraestrutura, saneamento básico, transportes, consultoria e capacitação profissional¹⁰⁷ para atividades ligadas ao turismo, obras de urbanização e “requalificação”, fortalecimento institucional de estados e municípios¹⁰⁸ e obras de proteção e preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural.

De maneira geral o PRODETUR II se pauta: a) no fortalecimento dos governos municipais, preparando-os para melhores condições de gestão turística e favorecendo a implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs); b) no planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento, orientados para realização de obras de saneamento básico, abastecimento de água,

¹⁰⁶ Segundo Cavalcante (2012) tal grupo tem atuado fortemente no mercado imobiliário, construindo diversos condomínios, além de possuir postos de combustíveis, uma loja de *kite surf* e uma locadora de veículos.

¹⁰⁷ É importante entender que essa é uma estratégia que visa legitimar as atividades turísticas de maneira prática para a população, inserindo-a profissionalmente.

¹⁰⁸ “O fortalecimento institucional deve resultar na eficácia da gestão do turismo; ampliação da participação da sociedade no controle social; redução dos impactos negativos das atividades turísticas; e melhoria no atendimento” (PAIVA, 2010, p. 206).

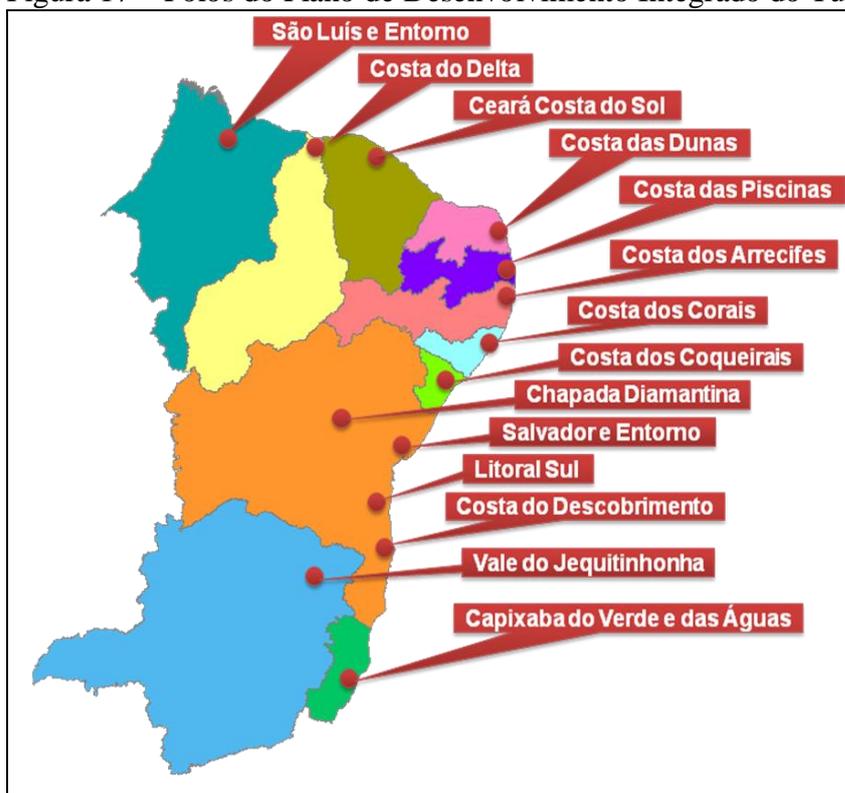
transportes e de programas de conscientização ambiental (coleta de resíduos sólidos); e c) promoção e apoio de investimentos do setor privado, através de consultorias e cursos voltados para assuntos empresariais e de turismo.

Um elemento discursivo, antes pouco abordado, ganha muito destaque nessa nova fase, a “sustentabilidade”, devido às avaliações feitas da primeira etapa do Programa pelo próprio Estado apontarem para evidências negativas socioambientalmente¹⁰⁹. É lógico, que tal “reconhecimento” figura no sentido de promover uma “nova etapa” que seja “comprometida” com a preservação ambiental. Estabelece-se que os investimentos junto ao BID só serão liberados com a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)¹¹⁰, delimitando polos de turismo em cada estado. Os governos estaduais logo trataram de construir seus planos, totalizando em 14: Costa dos Corais (AL); Costa do Descobrimento (BA); Chapada Diamantina (BA); Linha Sul (BA); Salvador e Entorno (BA); Ceará Costa Sol (CE); Capixaba do Verde e das Águas (ES); São Luís e Entorno (MA); Vale do Jequitinhonha (MG); Costa das Piscinas (PB); Costa dos Arrecifes (PE); Costa do Delta (PI); Costa das Dunas (RN); Costa dos Coqueirais (SE) (Figura 17).

¹⁰⁹ Trata-se da metalinguagem do Estado. Constrói-se um novo discurso sobre um antigo garantindo e justificando sua ação contínua.

¹¹⁰ “O PDITS é o instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão. Deve, portanto, constituir o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico” (CEARÁ, 2011, p. 3 – do Anexo A – Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PDITS).

Figura 17 – Polos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável



Autor: Denys S. Nogueira (2015).

Tal Plano consistia em uma avaliação dos investimentos realizados durante a primeira fase do PRODETUR-NE, com um diagnóstico socioambiental relatando os impactos e os apontamentos de um plano de ação com estratégias bem definidas para o desenvolvimento de um turismo “sustentável”. Segundo o BNB (2005b) os PDITS tinham como algumas de suas obrigações:

- Definição geográfica da área de planejamento e da estratégia para o desenvolvimento do turismo;
- Elaboração de diagnóstico socioeconômico, ambiental e demográfico de cada Polo, de modo a apresentar sua importância para o Programa;
- Realização de uma avaliação crítica do fornecimento de serviços públicos, em termos infraestruturais e de capacidade administrativa do governo estadual e municipal;
- Avaliação estatística da demanda de turistas, assim como estimativa e estratégica para identificar demandas futuras e previsão de seus impactos;

- Elaborar um plano de ação (incluindo os investimentos públicos e privados necessários) para realização dos objetivos traçados, levando em conta os custos e os cronogramas, assim como indicadores periódicos de referência.
- No caso dos polos prioritários, o PDITS deverá abordar a análise dos impactos das ações e investimentos financiados na primeira fase do PRODETUR/NE, partindo do levantamento dos problemas socioambientais a serem corrigidos. Realizada essa análise, os polos poderiam justificar a inclusão de outros municípios não participantes, mas que foram indiretamente afetados.

Segundo o BNB (2005b, p. 8) o objetivo central do PRODETUR-NE II tinha como propósito a “[...] melhoria da qualidade de vida da população residente nos pólos turísticos situados nos Estados participantes do Programa”; e os específicos voltavam-se para: “a) o aumento das receitas provenientes da atividade turística; b) melhoria da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios”. Figuram como objetivos secundário ainda: a) promoção do desenvolvimento sustentável do turismo; b) melhoria das condições de vida para as populações locais através do aumento de postos de trabalho e renda, acessibilidade à serviços urbanos e melhoria da gestão municipal sobre os usos e ocupações do solo.

Além dos PDITS, foi exigida a construção de *Conselhos Turísticos*¹¹¹ para cada polo visando a participação de outras instituições¹¹² nas decisões dos planejamentos, aparecendo, assim, as ações do PRODETUR-NE como democráticas e decididas por toda a população. Os planos elaborados para cada polo deveriam passar em primeira instancia pelos seus respectivos conselhos para só então seguir para uma

¹¹¹ “Conjunto de membros participantes, estruturado para cada pólo de turismo, com representação definida para assegurar a participação equilibrada entre os setores público e não governamental, estabelecidos no BNB, atuando como foro para estabelecimento de acordos sobre estratégias e prioridades em seu respectivo polo” (BNB, 2005b, p. 4).

¹¹² No que tange ao Conselho Turístico do PDTIS do Ceará algumas das instituições participantes foram: BNB, IBAMA, SETUR/CE, Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado (SEPLAN), 8 prefeituras municipais (Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Trairi, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Aquiraz), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Instituto Terramar, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-CE), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Ceará (SENAC-CE), Serviço Social do Comércio (SESC), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (FECOMÉRCIO), Fortaleza Convention & Visitors Bureau.

Equipe Central de Gestão do Programa¹¹³. A ideia era que os conselhos fiscalizassem e fortalecessem as ações nos respectivos polos turísticos, de forma a identificar os principais produtos turísticos, aumentando a arrecadação tributária, a preservação do patrimônio cultural e ambiental e melhorando a qualidade de vida.

As obras desenvolvidas pelo Estado nas duas etapas acabaram, de fato, atraindo investimentos da iniciativa privada ao passo em que se realizavam. A expressão mais clara é o crescimento do setor hoteleiro, seguido dos serviços ligados à alimentação (restaurantes, bares, mercados) e comércio, das empresas de transportes rodoviários e das agências de turismo. O crescimento do setor hoteleiro pode ser expresso na tabela a seguir:

Quadro 5 – Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos do Ceará: 1997-2008

1997			2008			Variação (%) 1997/2008		
MH	Uhs	Leitos	MH	Uhs	Leitos	MH	Uhs	Leitos
479	11.744	23.769	1.018	24.743	63.619	112,5	110,7	167,7

Fonte: SETUR, 2009.

Notas: a) MH=Meios de Hospedagem; b) Uhs= Unidades Habitacionais e c) Leitos.

Sob o manto do discurso da participação da população nas decisões das implementações dos recursos do PRODETUR é que se situavam os PDITS e Conselhos Turísticos. Na verdade, as pessoas encontram-se reunidas na *separação*¹¹⁴, e a linguagem é a do espetáculo¹¹⁵, que dificulta as possibilidades de um diálogo

¹¹³ “A ECG conta com uma equipe básica constituída por um Coordenador Geral, um especialista financeiro, um especialista em projetos, um especialista em licitações e aquisições e um especialista ambiental. [...] A ECG é apoiada também por equipes descentralizadas (ED), localizadas nas agências estaduais do BNB que contam, cada uma, com pelo menos um Coordenador Local, que é responsável pela orientação técnica e operativa que deve ser concedida às Unidades Executoras Estaduais, um engenheiro especializado em inspeções ambientais, que é responsável pelas visitas e inspeções periódicas das obras e um especialista financeiro que é responsável pela coleta de informações relativas a desembolsos provenientes dos Estados e pelo apoio à ECG nos aspectos financeiros do Programa” (BNB, 2005b, p. 20).

¹¹⁴ Tal separação refere-se ao estranhamento do homem com a própria realidade, produto de sua história produtiva, ao mesmo tempo em que não se reconhece enquanto ser genérico, enfim, é a representação da vida cotidiana comandada pela forma-mercadoria. Assim como coincide a generalização do espetáculo com a tendência da urbanização da sociedade, as grandes aglomerações nas cidades poderiam apresentar um reencontro do humano, mas ao contrário, este homem afasta-se de si, em profundos isolamentos, marcando o reino do individualismo, do hedonismo e do egoísmo.

¹¹⁵ A linguagem espetacular se afirma no momento em que o homem perde sua unidade e aliena-se no processo produtivo de si mesmo. Ela situa-se na outra margem do diálogo, de uma comunicação real e direta, pois está a todo instante repondo as ideologias dominantes dessa sociedade. O avanço das técnicas dos *mass media* nada tem de neutro, reforçam a soberania da classe burguesa. “Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a

verdadeiro, afirmando a todo instante a sociedade atual, produzindo uma enorme passividade contemplativa. “A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência” (DEBORD, 2009, p. 17).

Os municípios cearenses eleitos nessa segunda fase superam muito o número da primeira etapa, totalizando dezoito, que agrupados forma o chamado *Polo Costa do Sol*: Acaraú, Amontada, Aquiraz, Barroquinha, Camocim, Caucaia, Chaval, Cruz, Fortaleza, Granja, Itapipoca, Itarema, **Jijoca de Jericoacoara**, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Viçosa do Ceará. Na prática a construção do Polo fortaleceu institucionalmente os municípios, acirrando as disputas políticas pelas prefeituras, além de elaborar estratégias para construção de infraestruturas que visassem à promoção do turismo voltado aos investimentos privados. A escolha desses municípios, que se localizam no litoral oeste cearense, foi baseada em estudos da SETUR-CE que diziam ser essa área subutilizada apesar de seu potencial turístico.

Enquanto a primeira fase do PRODETUR acaba por focar seus investimentos em infraestruturas rodoviárias e na construção do aeroporto Pinto Martins, além de obras de saneamento básico, a fase dois amplia as construções em vias rodoviárias e fortalece as gestões institucionais com capacitação profissional.

A ideia da elaboração dos polos turísticos era fazer com que uma organização regional fosse possível, incentivando projetos futuros entre municípios e estados, o que acabou sendo o pressuposto para o *Projeto Rota das emoções*, que liga os estados do Ceará, Piauí e Maranhão¹¹⁶. Na verdade, essa “integração regional” era um projeto antigo já expresso no PRODETURIS e a concentração dos investimentos das duas fases do PRODETUR-CE no litoral oeste apenas materializam esse “desejo das coisas” sobre o homem, “desejo de serem trocadas”¹¹⁷. Os termos em que se propõem uma união regional são os da competitividade espacial, isso é, o Estado expressa seus

administração dessa sociedade e qualquer contato entre os homens só se podem exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, é porque essa ‘comunicação’ é essencialmente *unilateral*; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administrando. A cisão generalizada do espetáculo é inseparável do *Estado* moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe” (DEBORD, 2009, p. 21).

¹¹⁶ O objetivo do Projeto é atrair fluxos turísticos pautados em três centros turísticos que estão em franca ascensão no Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Jericoacoara (CE), Delta do Parnaíba (PI) e Lençóis Maranhenses (MA).

¹¹⁷ Nada mais que o aspecto fetichista da mercadoria.

objetivos em tornar o Nordeste em uma região que possa competir no mercado turístico com outros lugares do mundo, notadamente com a região do Caribe.

A terceira fase do PRODETUR, que inicia em 2009, não se restringe mais ao Nordeste. O “sucesso” em tornar o espaço mercadoria foi tão grande que o Estado passa a elaborar planos para todo o território nacional, criando o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional). Nessa etapa o BNB deixa de ser uma figura central, assumindo essa função o Ministério do Turismo com auxílio do Banco de Desenvolvimento da América Latina (Cooperação Andina de Fomento – CAF), mas ainda ligado aos financiamentos do BID.

O enfoque, agora, volta-se para polos turísticos já desenvolvidos, principalmente as capitais e metrópoles, devido ser um dos pré-requisitos para elegibilidade no Programa os municípios com mais de 1 milhão de habitantes. Entretanto, a forma de gestão aparece como descentralizada, isso é, cada município poderá gerir seus recursos com maior autonomia em relação aos governos estaduais. Foram destinados US\$ 2 bilhões para investimentos em todo o país, levantados pelas três instituições coordenadoras.

Dentre os objetivos iniciais do Programa estavam: criação de condições para o desenvolvimento do Plano Nacional de Turismo, aumento da capacidade de competição dos lugares turísticos (“destinos turísticos”) no mercado mundial e uma gestão pública descentralizada. Abaixo apresentamos os cinco componentes estruturais norteadores elencados pelo PRODETUR Nacional e seus respectivos fins (além dos discursos ideológicos do Estado):

- Estratégia de Produto Turístico: produzir um espaço programado para seduzir as pessoas visando “maior rentabilidade” através de estratégias de um planejamento que tome os termos da “concorrência turística” alinhado aos investimentos privados;
- Estratégia de Comercialização: produção da imagem dos lugares para que possam ser vendidos com maior facilidade através de planos de marketing;
- Fortalecimento Institucional: preparação e capacitação turística profissional dos funcionários do Estado, em âmbito estadual e municipal;

- Infraestrutura e Serviços Básicos: investimentos em infraestruturas e serviços não necessariamente ligados ao turismo nos municípios (saneamento básico, abastecimento de água, transportes);
- Gestão Ambiental: discursos e leis de preservação do patrimônio a ser comercializado (natural ou cultural).

Segundo o BID (2010), o objetivo geral do Programa no estado do Ceará era o aumento de emprego e renda gerado através de um turismo diversificado, isto é, além de consolidar o estado no segmento “sol e praia” era preciso apresentar outras “potencialidades turísticas”, como as serras e os patrimônios históricos. Nesse sentido, foram priorizadas as regiões do Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba, além da capital Fortaleza (todas atendendo ao requisito de 1 milhão de habitantes).

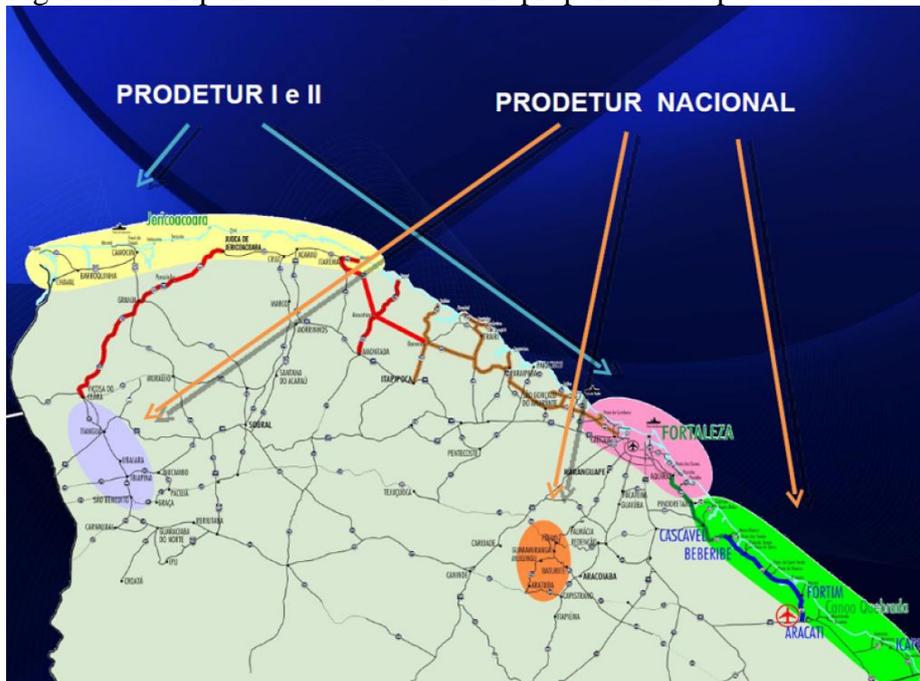
É importante dizer, ainda, que o litoral oeste, alvo das ações do Estado nas duas primeiras etapas do PRODETUR, não foi esquecido durante a execução da terceira etapa. O Governo do Estado do Ceará em parceria direta com o CAF elabora o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste, realizando obras de urbanização e preservação ambiental em quase todos os municípios litorâneos da região. Especificamente, em Jericoacoara as ações foram: construção do Espaço Multiuso de Jericoacoara; ampliação do estacionamento; reestruturação dos becos da vila.

É, portanto, visível o poder das intervenções políticas do Estado na produção do espaço, transformando lugares em mercadorias a serem consumidas passivamente e não apenas no plano da materialidade. Segundo Cruz (2007, p. 12) “A capacitação profissional para o setor de turismo e o *marketing* público das localidades turísticas são outras frentes de atuação do Estado, não apenas no Nordeste, mas também em muitas localidades brasileira” (CRUZ, 2007, p. 12).

Na Figura 18 e no Mapa 1 podemos perceber, facilmente, a materialização desse processo no litoral cearense, caracterizando o que apontamos anteriormente como *tecido urbano*, tendo em vista que as ações do PRODETUR I ficaram concentradas em Fortaleza e boa parte da Região Metropolitana, com o PRODETUR II e o Nacional há uma expansão física das estruturas necessárias para tornar muitos lugares em espaços voltados para o turismo e o espetáculo. Nesse sentido, Lefebvre (2008, p. 15) afirma que “O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas

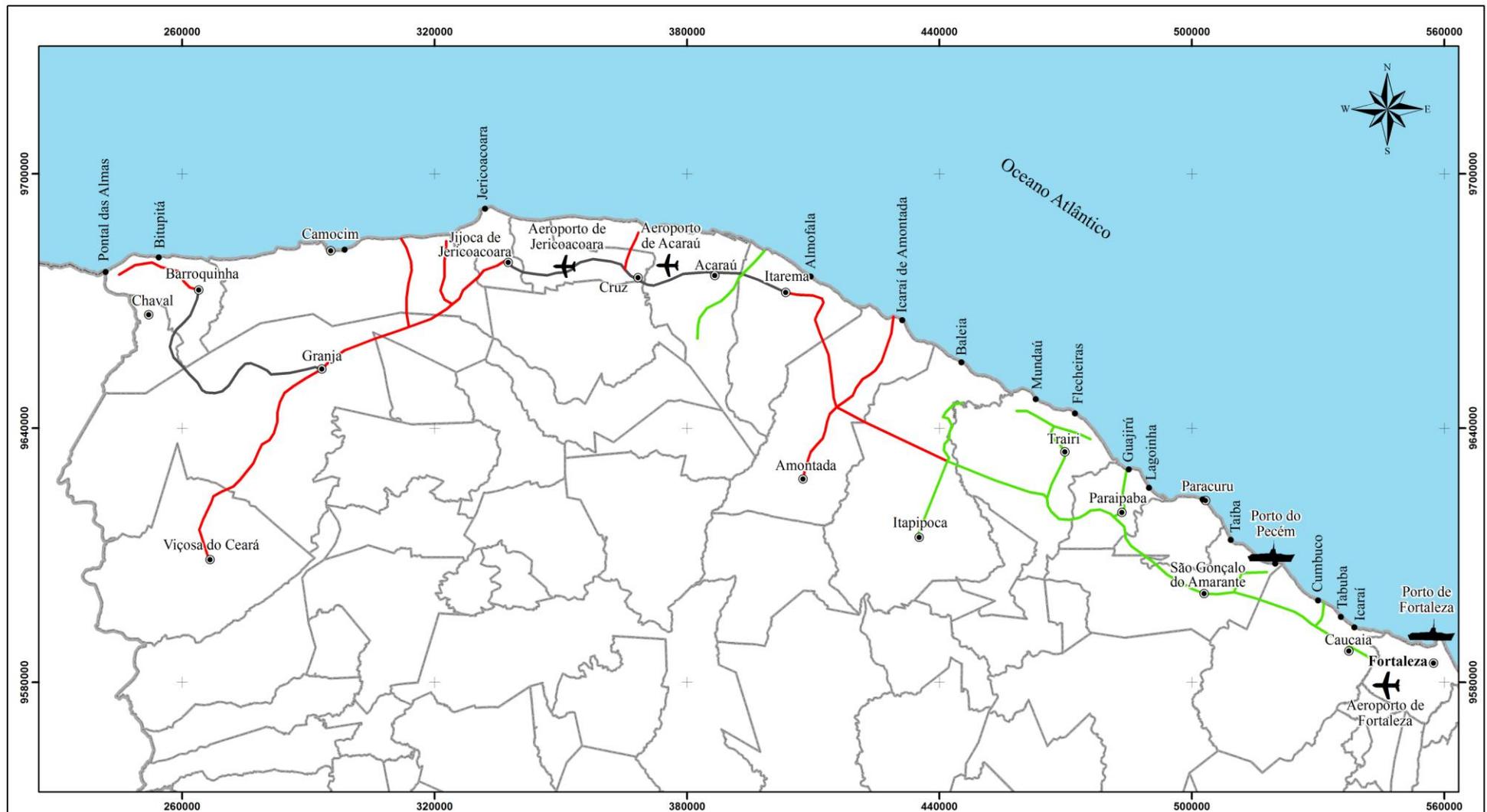
palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”. Assim, conclui o autor, “[...] uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano”.

Figura 18 – Expansão do tecido urbano proporcionado pelas 3 fases do PRODETUR.



Fonte: SETUR, 2013.

Através da ação do Estado é possível perceber novas configurações espaciais voltadas para atender as demandas da expansão do fenômeno turístico em todo o litoral cearense, expressas principalmente através dos investimentos na circulação. Torna-se visível o espraiamento de uma estrutura viária acompanhada de obras infraestruturais e de urbanização partindo de Fortaleza em direção as extremidades territoriais leste e oeste. Nesse sentido, a metrópole concentra uma importância muito grande como ponto de recepção e distribuição dos fluxos urbanos e turísticos, respectivamente pelos meios de transporte aéreo e rodoviário.



Universidade de São Paulo
 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-graduação em Geografia Humana

Dissertação: A produção do espaço do espetáculo em Jericoacoara-CE.

Autor: Denys Silva Nogueira
 Orientadora: Profª Drª Ana Fani Alessandri Carlos

Mapa 01: Tecido urbano através das vias de acesso ao Litoral Oeste

- LEGENDA**
- Aeroportos
 - Portos
 - Sedes municipais
 - Localidades praianas
 - Limites municipais
 - Financiamento das rodovias litorâneas PRODETUR 1
 - PRODETUR 2
 - DERT

Informações adicionais

Sistema de Coordenadas:
 Universal Transverso de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000
 Escala: 1:900.000
 Fontes: IBGE, 2010.



O Estado é, certamente, o principal agente na produção do espaço voltado para o turismo. Sua lógica de planejamento não se limita ao espaço, sufoca a própria vida urbana – pois a vê com os olhos do período industrial –, visando o espaço da reprodução da vida social por completo. Não lhe basta mais o domínio dos espaços produtivos, o habitar e os espaços voltados o lazer tornam-se alvos dessa racionalidade. Encoberta em discursos ideológicos, é creditada como “arte”, “técnica” ou “ciência”; aparece como “clara”, “transparente”, dissimulando e escondendo a realidade urbana. Esta ideologia carrega um duplo fetichismo: o da *satisfação*, que negligencia as necessidades sociais, produzindo novas necessidades, notadamente realizadas no consumo generalizado; e o do *espaço*, de modo a aprofundar as contradições de sua produção, não resolvendo o conflito entre o uso e a troca, mesmo pregando ser o grande aniquilador do “vazio” do espaço (LEFEBVRE, 2008a).

Para Rocha (2006, p. 69) o PRODETUR como um todo

[...] consolidou as intenções dos poderes público e privado de transformarem o Nordeste num paraíso tropical para a prática do turismo; muito embora, saiba-se que, para a concretização desses projetos, foi necessária a expulsão de comunidades pesqueiras de seus locais de moradia e, por conseguinte, da ruptura de um modo de viver ligado ao mar, à terra e às tradições locais.

A ação do Estado não só permite esse domínio do espaço pelo capital (estrangeiro, principalmente) como incentiva e faz de tudo para assegurar sua presença, construindo uma infraestrutura básica para os serviços urbanos que o turismo prescinde, como saneamento básico, abastecimento de água potável, esgoto e vias para transporte (terrestre e aéreo), utilizando discursos como da geração de emprego e renda, do desenvolvimento social e, principalmente, do desenvolvimento sustentável, que é vago, omissivo, ambíguo.

Entretanto, é preciso atentar para os equívocos na compreensão da forma política estatal. É comum vermos a definição de Estado como organização política, complexo territorial, ideia de nação ou povo (demograficamente), conjunto de leis, ou mesmo confundindo com governos específicos. Procuramos nos debruçar sobre uma bibliografia que permitiu caminhar para a compreensão do Estado a partir da orientação marxista e, nessa perspectiva, é fundamental esclarecer que o Estado é tratado como forma política inseparável das relações de produção e reprodução capitalistas, além de possuir um conteúdo explícito de classe.

Para Marx (2010b), Hegel acreditava que Estado e sociedade civil eram coisas distintas, e o primeiro é quem formava o segundo, isso é, o Estado é quem fundava o povo. Essa constatação vinha, contudo, do plano do pensamento, pois para Hegel o Estado incorporava tudo na prática. No entanto, o autor supracitado dá os primeiros passos – já nessa obra – no sentido da compreensão do Estado a partir das relações concretas. Em outras palavras o Estado só pode surgir das relações materiais de produção e não ao contrário como colocava Hegel.

Poulantzas (1985) realiza uma crítica a toda tentativa de se criar uma “teoria geral do Estado”, pois essa caracterização não permite compreender as estruturas que formam o próprio Estado, prendendo-se a esquemas muito abstratos e generalistas. Para o autor uma generalização teórica do Estado pode até ajudar a explicar as “[...] leis de transformação que marcariam em seu lugar próprio as metamorfoses deste objeto, de um modo de produção a outro, isto é, a passagem-transição de um Estado a outro” (POULANTZAS, 1985, p. 24). Porém, as especificidades de cada forma de Estado estariam comprometidas com uma teoria tão generalista que não poderia nem mesmo apontar as características de um Estado socialista ou de transição. Contudo, o autor não descarta uma concepção geral que contém características comuns a todas as sociedades, mas ao lado desta concepção deve vir uma específica, com elementos próprios a cada uma.

As transformações do Estado estariam, assim, ligadas às transformações nas relações de produção para Poulantzas (1985). Em sua concepção o Estado seria uma relação de forças, caracterizando uma espécie de *autonomia relativa* com relação à economia. O autor tem claramente influência na teoria da hegemonia de Gramsci. Todavia, nosso entendimento vai de encontro a esse, aproximando-nos mais de uma *teoria materialista do Estado*¹¹⁸. Isso quer dizer que partimos dos fundamentos das relações sociais de produção, do modo como se organizam os diferentes tipos de trabalhos, as classes sociais, a dominação da natureza, enfim, a vida social, que atrelada ou gravitando em torno da troca de propriedades de qualidades distintas possibilita o surgimento do Estado como necessidade desta sociedade.

¹¹⁸ “A teoria materialista do Estado diferencia o ‘Estado’ de outras formas históricas de dominação política. Sob o termo Estado, compreende-se o ‘Estado moderno’, implantado como aparelho centralizado de força com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa [...]” (HIRSCH, 2010, p. 22).

Nesse sentido, não são todas as sociedades que conheceram o Estado, sua origem liga-se ao período moderno e a divisão de classes: escravos e senhores de escravos, camponeses e proprietários de terras, operários e industriais. No mundo urbano, entretanto, essas relações de classe ganham uma nova dimensão, mas não deixam de existir. O Estado aparece como ente terceiro, mediador do conflito de classes, de maneira a apaziguar os contrastes e, ao mesmo tempo, legitimar a dominação de uma sobre a outra. Ele aparentemente está acima da sociedade, como amenizador do conflito entre as classes. Vindo do interior da sociedade ele aparece cada vez mais estranho à ela.

O Estado não pode ser pensado de modo abstrato, como se pertencesse a toda sociedade em geral, quase como um dado natural de toda comunidade humana. É evidente que ele alinha-se ao poder da classe dominante de várias maneiras e, simultaneamente, aparece como vontade geral através de uma autoridade que lhe é própria e ímpar: o direito. O conteúdo da forma política estatal é um conteúdo de classe, isso quer dizer que a classe que domina os meios de produção precisa institucionalizar essa dominação econômica por meios políticos e jurídicos também. Entretanto, o Estado não existe somente porque é vantajoso para a burguesia ter algo que esconda sua dominação sob um véu puro e cristalino com o ar de impessoalidade. Essa é apenas a camada aparente, o que não quer dizer que seja exatamente falsa, mas pouco contribui para o desvendamento da ideologia que justifica o próprio Estado. É preciso ir ao fundamento, ir à gênese do processo e entender as relações reais que produzem tal ideologia.

Para Pachukanis (1988) o surgimento do Estado tem íntima relação com a formação das cidades na transição do mundo feudal para o mercantil, devido esses espaços representarem, com o passar do tempo, uma ruptura dos recursos do senhor feudal com os da comunidade política, fazendo surgir os fundos municipais comuns, que só aos poucos foi se consolidando enquanto instituição permanente. Para o autor, a separação dos recursos pessoais do senhor feudal e dos recursos comunais permitiu o surgimento de empregos que se mantivessem com estes últimos recursos, deixando, assim, as funções de administração de serem pagas diretamente pelo Senhor feudal. Desse modo, os serviços públicos tiveram seu surgimento atrelado às cidades, seu substrato material. Nesse processo, a monarquia absolutista apenas ampliou

territorialmente o domínio da administração pública e a burguesia o aperfeiçoou com sua forma jurídica, dando-lhe o caráter de ente terceiro e impessoal que media as trocas e traz garantias aos possuidores de mercadorias. O caráter da sociedade moderna é, assim, o berço da formação do Estado¹¹⁹.

Para Gruppi (1986), o Estado representa, de um lado, o poder de dominação sobre os homens e, de outro, o controle sobre o território – fato que por si mesmo reforça a colonização do humano. Trata-se, portanto, da dominação da forma-mercadoria sobre o homem, o que caracteriza a produção social como produção de estranhamentos. Apenas sobre uma base econômica social é possível desenvolver as formas política e jurídica, ou seja, a classe que domina economicamente a sociedade domina também politicamente.

Uma vez afirmada assim a relação de determinação entre relações econômicas e formas políticas, Estado, Direito e a própria cultura, temos um método que permite entender o que é o Estado, como e por que ele surge. Isso permite fundamentar cientificamente uma teoria do Estado. Não é o Estado que determina a estrutura econômica, mas sim o contrário (GRUPPI, 1986, p. 27).

Dessa maneira, o autor afirma que o fato de o Estado ser uma superestrutura não o faz menos importante ou o separa totalmente da sociedade. Para ele, o Estado ao mesmo tempo em que surge das relações econômicas é essencial para sua reprodução, pois sua função é a da garantia da reprodução social.

¹¹⁹ Nas relações de exploração pré-capitalistas o elemento teológico marca fortemente o caráter do poder de classe. Afinal, “A sociedade medieval não conheceu um Estado no sentido hoje atribuído ao termo. Ela foi caracterizada pela ampla coincidência entre dominação econômica e política” (HIRSCH, 2010, p. 62). O fetichismo religioso é justificado por si mesmo. Já nas relações capitalistas a exploração necessita de mediações. É necessário que primeiro se reconheçam mutuamente os proprietários para que seja possível a troca. Sendo “livre” e proprietário de sua própria força de trabalho o proletário pode vendê-la ao capitalista, que por sua vez é proprietário dos meios de produção, assim cada consumidor e vendedor pode ser entendido como sujeito jurídico. Essa relação se estabelece não mais de forma imediata, mas tem, agora, interferência e legitimidade de um outro elemento central com poderes reconhecidos e aceitos pela comunidade que abriga tais relações: o Estado. A forma que essa relação assume é a do contrato. De um lado, há a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, caracterizado na realização cotidiana da produção. De outro lado, o Estado aparece não como agente direto da exploração, mas sim como intermediário. Ele não obriga, política e teologicamente, o trabalhador a servir a um industrial ou empresário específico. Assim, essa forma se erige como impessoal e independe dos representantes da classe dominante. Somente quando esses desdobramentos da troca, enquanto conteúdos sociais, são reconhecidos pelos membros de uma sociedade é que um poder público pode ser composto pelo poder político de classe. Antes do capitalismo, no feudalismo por exemplo, as classes detinham distinção não apenas econômicas, mas políticas e normativas, isto é, um aristocrata só podia ser julgado por aristocratas, assim como a participação na política se restringia à eles. Todas as outras camadas sociais não podiam participar das decisões de sua própria sociedade. Não havia separação entre a sociedade e a forma política, esse hiato só nasce com a modernidade.

O Estado só aparentemente se separa da sociedade, pois possui conteúdo e forma definidos socialmente. De um lado, sua substância é composta pela classe burguesa, não podendo existir, assim, um estado proletário; de outro, sua forma política é correlata da forma-mercadoria. Por essa composição, o Estado não pode ser compreendido como um bem comum da sociedade, pois sua função visa a reprodução do capital ao passo que prolonga o domínio de uma classe sobre outra. Dessa maneira, “[...] a ‘força pública’, a da administração do Estado, intervém por sua vez para restabelecer o curso ordinário das coisas, o funcionamento das leis e o poder de decisão da classe dominante” (LEFEBVRE, 1968a, p. 74).

Nesse sentido é que a forma política capitalista se assenta sobre uma base em parte concreta e em parte abstrata: o Estado. Este é, de fato, uma forma nascida do crescimento da importância que ganham as relações de troca. Como um mediador, um ente terceiro regulando e assegurando as trocas de propriedades distintas, o Estado surge como uma forma política necessária à reprodução do capital. Ele diferencia a forma de exploração da força de trabalho, fazendo com que não precise mais ser direta, como a servidão ou a escravidão. Ele não aparece como a figura de um burguês em uma relação imediata de exploração da força de trabalho do proletariado. Está apartado da constituição das classes sociais, como Marx (2012b) demonstrou ao explicar o governo de Luis Bonaparte na França na metade do século XIX, onde este teria, supostamente, tirado a burguesia do Estado, retornando a uma monarquia absolutista, quando na verdade, fica claro que não é mais necessário que um burguês controle o Estado para que a sociedade seja burguesa, ou seja, Marx percebe que o Estado é uma estrutura burguesa, extremamente necessária ao capitalismo. Portanto, burgueses, nobres, militares, chefes religiosos ou mesmo proletários pedem administrar o Estado que ele continuará a ser uma forma política do capital. No fundo ele serve para garantir a realização da mercadoria, da propriedade privada dos meios de produção e das relações jurídicas de exploração contratual das relações de trabalho. Segundo Mascaro (2013a, p. 18):

Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede

necessária de trabalho assalariado. A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados.

Para o autor – em conformidade com Pachukanis (1988) – a forma política estatal está intimamente ligada à forma-mercadoria e a forma jurídica, não existindo uma autonomia da primeira quanto às outras, ou seja, a forma política do Estado não pode ser entendida por si mesma, ou por suas configurações internas, ela parte de um conjunto de relações externas a ela. Assim, o Estado passa a ser mais que mero ente terceiro mediador de troca, possuindo uma forma política que constitui e é constituída pelas e para as relações sociais de reprodução do capitalismo.

Ao nos referimos à forma política estatal não estamos querendo nos restringir a um país ou conjunto de países, mas a uma forma de organização que irradia toda a sociedade, um poder *espetacular integrado*¹²⁰, ou uma *ordem distante*¹²¹. Tal forma tenta engendrar o espaço social a ponto de querer domá-lo e dirigi-lo a sua maneira. Seu objetivo? Não poderia ser outro: assegurar a reprodução do capital, que hoje se realiza tendo o espaço como “campo” privilegiado.

Armados desse arcabouço teórico, podemos entender a expansão do turismo no Nordeste brasileiro, através dessas políticas públicas, revelando toda uma alteração das relações sociais e espaciais. Na maioria das vezes, transpondo os ideais e promessas da modernidade através do processo de urbanização com planejamentos voltados aos novos interesses particulares capitalistas, o que conduz a uma série de problemas, corroendo até mesmo os próprios elementos naturais que sustentam, de certa forma, a atividade turística, gerando conflitos, principalmente, no que diz respeito ao uso e

¹²⁰ “A sociedade modernizada até o estágio do espetacular integrado se caracteriza pela combinação de cinco aspectos principais: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo” (DEBORD, 2009, p. 175).

¹²¹ “A ordem distante se institui neste nível ‘superior’, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela” (LEFEBVRE, 2009b, p. 52).

ocupação do espaço de comunidades que tinham sua vida social pautada nas atividades rurais.

O espaço litorâneo cearense é transformado pela força brutal do Estado, ele entra por completo no modo de produção capitalista, objetivando a produção de mais-valia. O tecido urbano faz com que muitas localidades, que possuíam sua sociabilidade pautada numa vida rural, choquem-se violentamente com os novos conteúdos ligados à vida urbana, alterando os conteúdos da vida social. Um exemplo banal, mas real é a mudança das medidas das propriedades fundiárias, que passaram de módulo rural (medida em hectares) para a fragmentação do espaço em lotes urbanizados (medidos em m²), evidenciando a valorização do próprio espaço litorâneo. Contudo, esse não é um processo que ocorre ao mesmo tempo em todos os lugares, apesar da tendência à homogeneização do espaço há descontinuidades.

Nesse sentido, a noção de produção do espaço abre os caminhos para pensar os processos de formação socioespacial, localizando o momento em que o capital invade a vida social dos indivíduos dessas localidades litorâneas mediando suas relações. O espaço produzido por esses planos e programas turísticos segue na direção das necessidades da acumulação capitalista, reproduzindo um espaço abstrato, em que as diferenças no tempo e no espaço vão se esvaindo.

É nesse contexto que o litoral cearense presencia as transformações nas relações de produção e reprodução, onde conflitos relativos às formas de uso e ocupação do solo revelam fortes processos de expropriação e segregação de comunidades tradicionais pesqueiras. Conflitos esses que não se resumem ao embate político direto. Em sua maioria são vivenciados nas relações cotidianas, podendo aparecer de formas mais “sutis” ou menos evidentes, mas nunca perdem o conteúdo de classe expresso na contradição entre o valor de uso e o valor de troca na conformação da propriedade privada. Esses habitantes, que marcam a história de ocupação do litoral, veem suas tradições, atividades, cresças e culturas serem transformadas a cada avanço do mundo da mercadoria. De geração para geração as identidades e laços afetivos com o lugar são alterados.

3.2 Direito e regulação ambiental: as particularidades do turismo em Jericoacoara

Apresentada pelas estratégias de marketing como um paraíso tropical, de *povo alegre e hospitaleiro*, que mantém as tradições culturais vivas – *o artesanato, o forró, as festas juninas, a pesca artesanal e a gastronomia típica*¹²²–, Jericoacoara passa por um processo intenso de transformações, no movimento de passagem da reprodução do espaço pela mediação da atividade turística, quando o lugar passa de uma comunidade tradicionalmente pesqueira a polo de turismo internacional, atraindo pessoas de todo o mundo.

Uma exuberante paisagem atrelada à ideologia do “paraíso”, construindo uma imagem com tantas características naturais foi, no início da década de 1980, lugar de encontro de muitos viajantes e mochileiros que procuravam por um “maior contato com a natureza”. A incidência desses fluxos foi significativa ao ponto de chamar a atenção do Governo do Estado do Ceará para políticas de conservação ambiental, já visando o desenvolvimento do turismo como atividade econômica. Criou-se, assim, em 1984, a APA de Jericoacoara¹²³ (a primeira em Unidade de conservação praieira do Brasil), administrada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de “proteger e preservar: a) os ecossistemas de praias, mangues e restingas; b) dunas; c) formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico; d) espécies vegetais e animais principalmente quelônios marítimos; e) aves de rapina e praieiras” (BRASIL, 1994).

É importante lembrar que as décadas de 1970 e 1980 significaram a ascensão do discurso da sustentabilidade em todo o mundo¹²⁴. Tal discurso apresenta-se como o novo paradigma, porém, tem por objetivo esconder as contradições da reprodução social e os reais motivos de sua existência. No caso de Jericoacoara, as leis de preservação estão intimamente interligadas com as políticas de promoção do turismo.

Com a instauração da APA houve uma divulgação massiva na mídia (como vimos no capítulo anterior), que acabou por atrair um número de turistas de forma muito rápida. Para Molina (2007) tal fato foi o grande impulsionador das transformações

¹²² Em folheto distribuído pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Jijoca de Jericoacoara.

¹²³ Decreto Federal nº 90.379, de 29/10/1984.

¹²⁴ 1972: Conferência Ambiental em Estocolmo; 1973: cria-se no Brasil a Secretaria Especial do Meio Ambiente; 1981: Política Nacional de Meio Ambiente; 1988: primeira Constituição brasileira a incluir normas sobre o meio ambiente.

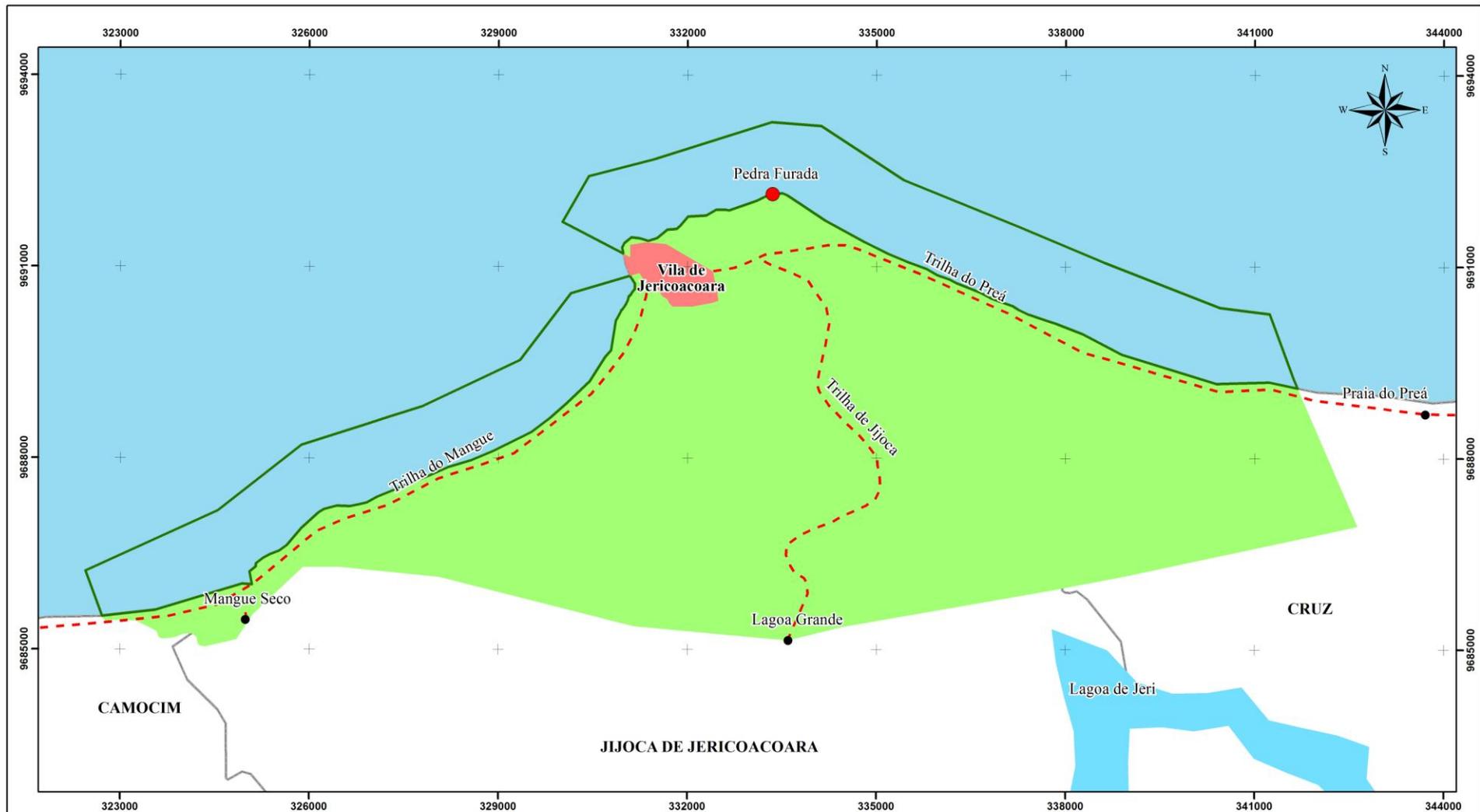
espaciais em Jericoacoara. A normatização do espaço em APA autoriza (em termos legais) a permanência da população tradicional, porém, limita a utilização do espaço e dos recursos naturais. Foram criadas delimitações territoriais chamadas de “Sistema de Terras”, que passaram a ser definidoras das atividades. O Sistema de Terra VIII representa a Vila, os outros sete referem-se: I) Serrote¹²⁵; II) Base do Serrote; III) Campos de Dunas; IV) Praias; V) Lagoas; VI) Manguezais; e VII) Tabuleiro.

Cada Sistema passa a ter uma especialização funcional. Redefinem-se as áreas de plantio, de criação de animais, de habitação, de pesca, os trajetos e os fluxos. Essas delimitações foram alteradas em 2002, com a transformação da APA em PNJ¹²⁶ (Mapa 2), excetuando-se apenas o Sistema de Terra VIII, que permaneceu como APA apesar de também ter seus limites alterados (ampliação da área de edificação). A administração estatal permaneceu a mesma até 2007, quando passa para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)¹²⁷.

¹²⁵ Formação geológica formada de rocha cristalina “[...] de idade pré-cambriana do Complexo Granja, composta de gnaisses e quartzitos, ferríferos cataclados e silificados e cobertos com depósitos eólicos de sedimentos arenosos provenientes do setor leste da planície. O serrote aflora na forma de plataforma de abrasão marinha escalonada, apresentada como escarpas verticais voltadas para o mar, sendo o limite norte da planície e do parque nacional de Jericoacoara” (ARRUDA, 2007, p. 37).

¹²⁶ Decreto Federal nº 9492, de 4 de fevereiro de 2002.

¹²⁷ Criado pela Lei Nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, com o intuito específico de administrar as Unidades de Conservação a nível nacional.



Universidade de São Paulo
 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-graduação em Geografia Humana



Dissertação: A produção do espaço do espetáculo
 em Jericoacoara-CE.

Autor: Denys Silva Nogueira
 Orientadora: Profª Drª Ana Fani Alessandri Carlos

Mapa 02: Delimitação do Parque Nacional de Jericoacoara e vias de acesso

LEGENDA

- Porção continental do Parque Nacional de Jericoacoara
- Porção oceânica do Parque Nacional de Jericoacoara
- Vila de Jericoacoara
- Pedra Furada
- Vias de acesso a Jericoacoara
- Localidades
- Limites municipais
- Lagoas

Informações adicionais

Sistema de Coordenadas:
 Universal Transverso de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000
 Escala: 1:60.000
 Fontes: IBGE, 2010
 Ministério do Meio Ambiente, 2002.



A Vila ficou de fora da recategorização em PNJ, pois a legislação que regula esse tipo de Unidade de Conservação (UC) não permite a ocupação humana. É uma área de proteção integral com o objetivo de “[...] proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica” (BRASIL, 2002). No entanto, o que significou essa alteração? Na vida prática dos habitantes, muito pouco. Entretanto, é evidente como ainda hoje se mantém a arborização da Vila com árvores nas vias ou construção de jardins nas propriedades, além das ruas sem pavimentação e de não haver iluminação pública (Figura 19). Essa foi uma das exigências dos moradores, representados na figura do Conselho Comunitário, á época da realização de obras ligadas ao PDDU e ao Projeto de Requalificação Urbana da Vila de Jericoacoara, ambos de 2001. Em parte, isso se deve a ciência dos moradores sobre a UC que eles habitam, já que se articularam em um Conselho Comunitário¹²⁸ desde 1984, a fim de participarem ativamente das decisões relativas à comunidade e a defesa da UC¹²⁹.

¹²⁸ Por se tratar de uma comunidade pequena, os moradores da Vila reconheciam e legitimavam a existência do Conselho Comunitário, tanto como ponto de apoio às diversas reuniões de Associações (moradores, bugueiros, barraqueiros de caipirinha) e de atividades educativas (aula de violino, capoeira, balé, violão, teclado) para a comunidade, como enquanto instituição que defendia os interesses ambientais e políticos locais. Com a realização das entrevistas, percebemos que o Conselho é visto, recentemente, com desconfiança por grande parte dos moradores. Foram vários os depoimentos que relataram a perda da força política, além do enfraquecimento de suas ações na própria comunidade.

¹²⁹ “O nativo percebeu que é necessário preservar o ambiente onde vive, pois é nas belezas naturais de Jericoacoara que o Turismo se apóia e, por conseguinte, é dele na maioria das vezes, que depende sua renda” (LIMA, SILVA, 2004, p. 40).

Figura 19 – Arborização e ruas sem pavimentação em Jericoacoara



Autor: Denys S. Nogueira (2013).

As políticas de preservação em Jericoacoara acabam por revelar a presença do Estado de forma mais intensiva dirigindo a vida social dos moradores, suas atividades econômicas e culturais através de sua ação na produção do espaço. Além de deixar as inquietantes questões: preservar para que e para quem? Estado se utiliza então de uma outra forma que lhe corresponde, o direito.

A autoridade que o Estado lhe garante se relaciona com a forma jurídica, que se expressa por meio do direito. No entanto, é preciso compreender os fundamentos dessa relação de forma mais profunda.

Em nossas relações sociais um elemento que, certamente, não pode ser negligenciado é o jurídico. Seja qual for o tipo de trabalho que se exerça atualmente ele tem uma regulação de base legal ou pelo menos uma ou duas normas a seu respeito. Os *direitos trabalhistas* pretendem abranger as relações empregatícias nas mais distintas constituições, do oriente ao ocidente. Para as formas de consumo – que hoje passam até pelo consumo à distância, disponíveis através da Internet – existem os *direitos do consumidor*. Mas o que a regulação jurídica ainda não alcançou¹³⁰?

¹³⁰ Existe, hoje, uma série de “direitos” que podem ser percebidos facilmente nas relações sociais, principalmente através da linguagem cotidiana. São “direitos humanos”, “direito de ir e vir”, “direito à moradia”, “direito à educação”, “direito à cultura”, enfim, um quase sem fim de regulações que oscilam

No plano das ideologias o Estado passa a elaborar leis que regulem o espaço sob o álibi da preservação ambiental. Mas, anteriormente, existe uma materialidade que explica tal investida: no processo mais amplo da reprodução capitalista por meio do espaço, este volta para si todo o “olhar” das formas de direção dessa sociedade.

Para Alfredo (2001) o turismo, além de caracterizar a expansão do controle do espaço visando a reprodução da forma-valor, aparece como uma *ilusão necessária* da sociedade contemporânea com o objetivo de ocultar suas contradições com a natureza através das “crises ecológicas” e da representação de um suposto equilíbrio. Isso nos leva a pensar sobre a suposta “necessidade” da conservação ambiental que os decretos e normas apontam. Há um conflito interno na tal “sustentabilidade turística” da vila, onde ao mesmo tempo em que o Estado prega os ideais de preservação dos “ambientes naturais” de dunas, lagoas, fauna e flora é ele mesmo quem regula e tenta atender as demandas da atividade turística comprometendo no passar dos anos os atributos paisagísticos que servem de instrumento para a produção e venda do lugar. O processo de reprodução constante que o turismo exige acaba por tornar-se, paradoxalmente, sua própria condição de depreciação.

A criação da APA não regulou apenas o espaço público, ela estabeleceu normas para as edificações particulares também.

O Decreto Federal N° 90.379,29 de outubro de 1984, que dispõe sobre a implantação da APA, em seu artigo 8º, proíbe construções que descaracterizem os componentes arquitetônicos locais ou que prejudiquem a paisagem natural. Mesmo assim, observa-se uma crescente descaracterização e sem uma fiscalização ostensiva em defesa do patrimônio público (LIMA, SILVA, 2004, p. 46).

As regras legais que proibiam essa “descaracterização arquitetônica” já foram elaboradas para não serem cumpridas a rigor, devido o poder do avanço das formas capitalistas na produção do espaço. É preciso lembrar que se trata de um poder de classe: sujeitos que já haviam realizado um processo de acumulação de capital e decidiam investir na atividade econômica do turismo, pois esta já apontava no horizonte como um novo setor para as relações de reprodução da forma-mercadoria.

entre o direito público e o privado. Este último se impõe de forma mais intensa para a análise devido sua crescente importância diante das representações de nossa sociedade. Todos querem ter “seu direito” assegurado. Quantas vezes já ouvimos a frase “eu tenho direitos”?

Entretanto, se o descumprimento fosse realizado por moradores nativos – pescadores ou novos (sub)empregados das ascendentes atividades turísticas – logo o Estado agia em “defesa” da lei. Tal fato foi relatado em diversas entrevistas com os moradores, que apontaram que até mesmo calçadas e alpendres que haviam construídos foram destruídos ao mesmo tempo em que não entendiam os motivos presenciarem a cada dia novas construções de pousadas e hotéis com estilos arrojados e totalmente fora dos padrões que estavam habituados. Assim, desde a década de 1990 constituiu-se um contraste nas formas espaciais da Vila, caracterizando uma contradição de classe na paisagem. “Fundamentalmente, isto é, do ponto de vista puramente sociológico, a burguesia assegura e mantém o seu domínio de classe mediante seu sistema de Direito Penal, oprimindo as classes exploradas” (PACHUKANIS, 1988, p. 123).

Assim como o Estado, o direito enquanto fenômeno e expressão política autônoma tem sua gênese na modernidade. As formas anteriores que se referiam ao direito ainda não tinham desenvolvido a completa dimensão do fenômeno. Esse fato deve-se ao desenvolvimento das relações materiais de produção, isto é, mesmo os chamados “direito romano”, “direito canônico” ou “direito natural”¹³¹ tinham intrínsecas relações com as relações teológicas.

Somente a partir da época moderna é que o direito liga-se de modo direto ao Estado (em suma compreensão materialista), ganhando uma forma que lhe é própria. Assim, Estado e direito deixam o elemento teológico para ganhar uma forma política independente. Ambos nascem de relações materiais de produção, por exemplo, o direito comercial surge porque há necessidade de se legitimar o comércio, enquanto o Estado, porque há necessidade de assegurar que os contratos de troca sejam cumpridos (MASCARO, 2013a). Nesse contexto, a modernidade é marcada pelo surgimento das constituições dos Estados Nacionais, construindo suas Constituições Civas¹³², tendo

¹³¹ Essa corrente aparece em vários momentos da história. Na antiguidade, Aristóteles já apresentava sua concepção de “direito natural” baseada nas necessidades naturais do cidadão, onde a compreensão, por exemplo, da fome poderia ser superada pelo roubo sem que isso viesse a ser uma violação à norma. No medievo o “natural” era vinculado com as feições religiosas, onde todas as justificativas da norma eram tidas como divinas. Por fim, os defensores desta corrente na modernidade se ancoram numa concepção racional apontando para a propriedade privada como a gênese “natural” dos direitos, seu maior defensor é Kant e sua teoria dos imperativos categóricos.

¹³² O primeiro código jurídico da modernidade surgiu em Portugal, devido ter sido o primeiro Estado Nacional a se unificar com intuito de proteger seu comércio marítimo e seus produtos. No entanto, ainda tinha suas normas dentro dos limites do Absolutismo, que marca a transição para a modernidade no campo prático e o pensamento do período anterior no plano filosófico. No plano da filosofia do direito esse período transitório marca a passagem do pensamento kantiano para o pensamento hegeliano, ou seja,

como grande referência a francesa, fruto da revolução burguesa do final da década de 1780.

Marx, em *Sobre a questão judaica*, já apresentava uma leitura crítica sobre o direito, relacionando-o com sua constituição histórica: a sociedade burguesa. Para ele o debate sobre os direitos do homem e do cidadão, expressos na Constituição francesa de 1793, aponta quatro direitos imprescindíveis da sociedade burguesa: liberdade, igualdade, segurança e propriedade privada (MARX, 2010a).

A liberdade e a igualdade¹³³ são apresentadas no limite da regulação jurídica da revolução política burguesa, que rompe com os paradigmas da organização política feudal. São, portanto, características do *homem egoísta*, separado, isolado hermeticamente como um universo em si mesmo, isso quer dizer que os conceitos de igualdade e liberdade não passam da igualdade e liberdade perante a lei¹³⁴.

A segurança é o conceito que mais agrada o homem separado, egoísta, pois eleva, através da força policial, a garantia da pessoa (jurídica), dos direitos (burgueses) e da propriedade privada. É, portanto, a segurança do egoísmo. E por fim, o direito à propriedade privada é o centro gravitacional da sociedade burguesa. É onde a liberdade individual se realiza na prática, assegurada socialmente.

Portanto, nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade. Muito longe de conceberem o homem como um ente genérico, esses direitos deixam transparecer a vida do gênero, a sociedade, antes como uma moldura exterior ao indivíduo, como limitação de sua autonomia original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a conservação de sua propriedade e de sua pessoa egoísta (MARX, 2010a, p. 50).

O que Marx esclarece aqui é, no fundo, o conteúdo das relações jurídicas e como elas se tornaram possíveis através das condições materiais do modo de produção.

o juspositivismo (marca da ascensão do direito ligado intrinsecamente ao Estado) substitui o jusnaturalismo (razão individualista, que sustenta ainda as ideias absolutistas). “O Estado já é burguês. A própria burguesia, que defendia um direito universalista, consolidava-se no poder de cada Estado nacional e se adaptava às contingências específicas valendo-se do direito positivo que agora lhe pertencia. A burguesia, que passara séculos defendendo uma filosofia do direito jusracionalista [herança iluminista], agora era juspositivista. Sua visão filosófica, que se pretendia eterna e universal, paradoxalmente mudou” (MASCARO, 2013b, p. 238)

¹³³ Ambas são bandeiras defendidas desde a Revolução Francesa, a *Grande Revolução Burguesa*.

¹³⁴ “[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo” (MARX, 2010a, p. 49).

Desse modo, seguindo esta orientação é importante lembrar que o Direito é um fenômeno moderno, produto das relações de produção capitalistas.

Estado e direito não se descolam de sua base material, precisamente reforçada na ascensão moderna da tendência à produção do espaço abstrato. Em Jericoacoara o significado da instauração da APA e sua subsequente redefinição normativa do uso dos recursos naturais proibiram, ainda, a retirada de pedras do serrote, de barro das encostas das dunas e da madeira do mangue para a construção das casas, o que passa a mudar as formas e os materiais que constituem as edificações. Entretanto, é preciso entender que o acesso aos novos materiais permitidos para construção exigem uma mediação pelo dinheiro, afinal não podem ser utilizados assim que retirados diretamente da natureza, é preciso uma produção (industrial).

O capital age por meio do direito no controle da vida social não apenas de forma direta através da exploração pelo trabalho, mas também elimina as formas alternativas ao seu domínio. Para construir suas casas, os moradores, a partir desse momento, precisariam de dinheiro para comprar materiais de construção. A rentabilidade da atividade pesqueira não era suficiente, induzindo muitos dos habitantes que não possuíam casas a se submeterem as atividades ligadas ao turismo ou venderem suas casas buscando comprar o construir outras em outros lugares.

Hoje é dominante a construção do tipo alvenaria, existindo poucas exceções (a exemplo da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima, que fica na Rua da Matriz). Fica, então, inscrita na paisagem uma destoante oposição aparente entre o “rústico” e o “moderno”. Essa forma encontra-se em um processo onde a preservação da imagem do “tradicional” e do “rústico” faz parte do marketing que é vendido sobre Jericoacoara, pois vale lembrar da preocupação visual que muitos estabelecimentos tem em construir uma aparência inautêntica do “natural”. Porém, não há como negar a mudança estrutural e paisagística de muitas construções que se projetam para um público cada vez mais seleto de turistas.

Essa questão se tornou mais complexa quando foi criada a Instrução Normativa Nº 4, de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que aprovou o aumento do tamanho e a construção do segundo pavimento nas edificações. Medida que foi tomada de modo autoritário tanto pelo Governo Federal (na figura do IBAMA), quanto pela Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara, sendo um dos componentes previstos no PDDU de

Jericoacoara¹³⁵. A comunidade organizada através do Conselho Comunitário elaborou uma Comissão de Contra Proposta à medida, à qual trazia várias questões sobre essa “reestruturação urbana” da vila. A maior parte do documento legitima a ação do Estado, mas existem discordâncias em alguns pontos, como por exemplo, essa expansão das edificações, que foi rejeitada pelo fato de que traria um turismo massivo para a vila, o que entra em conflito com os interesses defendidos pelo Conselho, que expressava o desejo por um turismo “ecologicamente correto”. Fonteles (2004, p. 122) aponta que

O que está ocorrendo em Jericoacoara atualmente é um sinal muito evidente da exclusão da população local na gestão da Área. [...] os moradores já explicitaram a sua preocupação com a nova realidade, sobretudo com a publicação da Instrução Normativa nº 5, alterando drasticamente os padrões arquitetônicos da Vila, possibilitando a verticalização do lugar. Este fato vai permitir que a rede hoteleira seja ampliada de forma bastante intensa. Possivelmente, a comunidade terá dificuldades em suportar os impactos ambientais e socioculturais e não terá capacidade de carga suficiente para tamanha alteração¹³⁶.

De fato, após da aprovação da ampliação das edificações houve (e ainda há) um avanço enorme nos meios de hospedagem. De acordo com a SETUR no mesmo ano que em que foi aprovada a construção do segundo pavimento o número de meios de hospedagem aumentou de 44 para 59, chegando em 2008 a 82, contando com hotéis, pousadas e albergues. MATHEUS (2003) apresenta já em 2003 um total de 94 pousadas, devido sua pesquisa englobar não só os estabelecimentos registrados como meio de hospedagem, mas também os que ainda não tinham registro e atuavam como “hospedagem domiciliar” (residências em que seus proprietários chegavam a alugar alguns quartos para turistas por baixos preços).

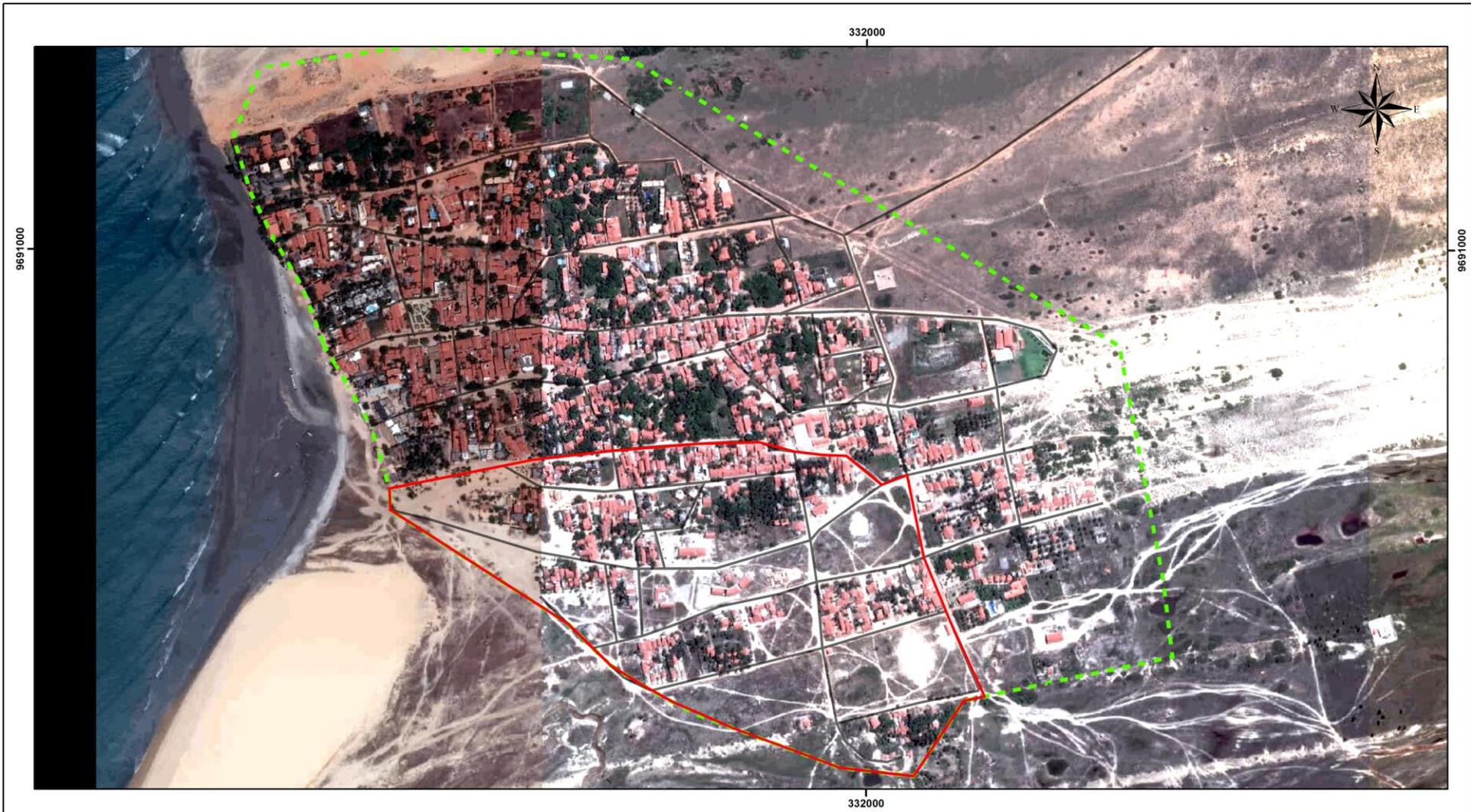
Nos períodos de alta estação a procura por Jericoacoara como “destino turístico” é tão grande que chega ser difícil encontrar hospedagens com vagas. Muitas sinalizam até com placas do tipo “Não temos vaga”, logo na entrada. A partir dessa constatação começaram a surgir áreas de camping com custos bem menores em relação às pousadas e hotéis, entretanto, no período do *réveillon* (período onde a Vila é mais procurada) até mesmo estes ficam lotados. Essa superlotação acaba por gerar alterações nas dunas e, conseqüentemente, nos ventos devido ao grande fluxo de turistas que

¹³⁵ Segundo Lima (2007, p. 60) “O plano diretor foi aprovado pela Prefeitura, pela Câmara de Vereadores, antes mesmo de ser concretizado”.

¹³⁶ Aqui, há um erro quanto ao número da IN, onde lê-se “nº 5” deve-se ler “nº 4”.

chegam à Vila e aos “passeios” turísticos locais (MEIRELES; DANTAS; SILVA, 2011).

Como vimos, Jericoacoara esta localizada em uma ponta cercada por um parque de dunas móveis, porém, com o avanço do fenômeno turístico houve uma expansão física da Vila (Sistema de Terra VIII da antiga recategorização da APA), que foi legalizada em 1999 pelo PDDU. Tal expansão foi iniciada com a ocupação na borda sul da vila pelos moradores que venderam suas propriedades na área central, formando uma espécie de periferia. Por tratar-se de um dos maiores polos turísticos do estado, o Governo do Estado junto com a Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara, através do Projeto de Requalificação Urbana da Vila de Jericoacoara, tratou de incluir e regular essa periferia, construindo várias casas com o mesmo padrão arquitetônico para esses moradores, que ficou conhecida como “Nova Jeri” (Mapa 3). Tudo muito bem articulado com o Governo Federal, já que este é quem altera os limites da UC. Entretanto, esse foi o alibi para projetar de forma que ficasse oculta aos turistas que visitam o local e simultaneamente impossibilitar novas ocupações desse tipo.



Universidade de São Paulo
 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-graduação em Geografia Humana



Dissertação: A produção do espaço do espetáculo
 em Jericoacoara-CE.

Autor: Denys Silva Nogueira
 Orientadora: Profª Drª Ana Fani Alessandri Carlos

Mapa 03: Vila de Jericoacoara

LEGENDA

-  Vila de Jericoacoara
-  Nova Jeri
-  Vias da vila de Jericoacoara

Informações adicionais

Sistema de Coordenadas:
 Universal Transverso de
 Mercator
 Datum: SIRGAS 2000
 Escala: 1:5.000
 Fontes: Google Earth.



No subtópico sobre o Planejamento do Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara (ICMBIO, 2011b) fica explicitada uma preocupação com o crescimento demográfico da Vila, apontando para movimentos migratórios de chegada e saída. A questão levantada em tal documento é a de que deve haver um monitoramento da população para não permitir que ocorram mais ocupações “ilegais”.

Nesse sentido, é preciso considerar o histórico da formação da população da Vila. Segundo Fonteles (2004) Jericoacoara possuía 731 moradores até 1980, sendo a maioria mulheres. No ano de criação da APA registrou-se uma diminuição desse número para 580, com predominância de crianças e jovens até 15 anos¹³⁷.

Essa redução da população se deu devido a busca de novas oportunidades de emprego nas cidades pela população mais jovem. Entretanto, com a instauração da APA e o crescimento do fluxo turístico esse quadro se inverte, de modo que em 1989 chega a aproximadamente a 650 habitantes (GALVÃO, 1995). Posteriormente, esse número passa para 950 em 2000 (MOLINA, 2007), para 1.200 em 2004 (FONTELES, 2004) e 2.328 em 2006 (MOLINA, 2007).

Para Fonteles (2004) o turismo foi o principal motivo de fixação e retorno da população, que já havia deixado a Vila e perceberam que poderiam voltar e trabalhar como empregados nos hotéis, pousadas, bares, restaurantes, como guias ou mesmo montar um negócio próprio. O autor relata ainda que nos períodos de alta estação constata-se um acréscimo populacional composto tanto de ex-moradores quanto de adventícios que buscam nas atividades ligadas ao turismo uma fonte de renda adicional. Entretanto, esse movimento populacional não pode ser lido de modo harmonioso. Com o crescimento do turismo ocorreu também uma espécie de expulsão de parte da população para mais longe da faixa de praia ou mesmo da própria Vila. Como vimos, a formação da “Nova Jeri” nasce desse processo, porém, esse movimento está ligado com a especulação imobiliária. Muitos dos moradores que venderam suas propriedades na área central migraram para outras comunidades, como Guriú, Borges ou Preá. Outros passaram a residir na Sede de Jijoca de Jericoacoara ou mudaram para Camocim.

¹³⁷ Qualitativamente, esses habitantes foram caracterizados da seguinte maneira: “[...] constata-se um grupo populacional predominantemente rural, onde suas atividades estão voltadas para o extrativismo animal (pesca) aparecendo secundariamente as atividades: comércio, criação de pequenos rebanhos, a lavoura de subsistência e artesanato” (UECE/NUGA, 1985, p. 101).

Os antigos pescadores que não conseguiram se adaptar às mudanças na Vila procuraram continuar com a atividade da pesca, mesmo em outros lugares. Alguns moradores tentaram regressar. Em várias das entrevistas realizadas, os moradores nativos que ainda habitam o local relataram casos de antigos moradores que venderam suas casas há alguns anos atrás e não conseguiram mais retornar, pois não compram mais pelo preço que venderam. Foi dessa constatação que a ocupação que depois viraria a “Nova Jeri” foi se formando: moradores que mesmo vendendo suas propriedades não conseguiram deixar seu lugar, ou outros que até chegaram a sair, mas não se adaptaram e retornaram, ocupando uma área de fronteira entre a Vila e o PNJ. No entanto, essa “ocupação desordenada”¹³⁸ foi rapidamente alvo de um plano homogeneizante do Estado, onde o aspecto visual da Vila não poderia ser “prejudicado”.

A propriedade privada emerge como soberana. Mesmo em um movimento espontâneo de retorno de antigos moradores para a Vila a ação do Estado, por meio da forma jurídica, caracteriza e determina as formas de uso e ocupação do solo. O direito, portanto, não pode ser encarado como uma característica abstrata da sociedade, mas sim como um fenômeno histórico que corresponde a um período determinado da sociedade onde a oposição de interesses privados justifica sua existência. Uma passagem que esclarece muito bem o momento em que a forma jurídica ascende é apresentada por Engels e Kautsky (2012, p. 18-19):

O dogma e o direito divino eram substituídos pelo direito humano, e a Igreja pelo Estado. As relações econômicas e sociais, anteriormente representadas como criações do dogma e da Igreja, porque esta as sancionava, agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado. Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social – isto é, por meio da concessão de incentivos e créditos – engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade – normas jurídicas estabelecidas pelo Estado –, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado. Além disso, uma vez que a concorrência, forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias, é a grande niveladora, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado de guerra da burguesia.

Os autores combatem o reformismo de Anton Menger, que defendia que a luta do proletariado deveria estar pautada nas formas do direito¹³⁹. Para eles, os trabalhadores

¹³⁸ Termos do próprio Estado (ICMBIO, 2011b).

¹³⁹ “Essa *legalização da luta de classes* significa que as formas de luta do proletariado só são legalmente reconhecidas se observam os limites que o direito e a ideologia jurídica estabelecem. Assim, a greve só se transforma em *direito* de greve se os trabalhadores aceitam os termos que a ela emprestam licitude: a greve

não poderiam cair na ilusão jurídica burguesa, mas sim “enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 21). No entanto, entendiam que as *reivindicações jurídicas* fazem parte de qualquer programa de partidos políticos, porém elas não poderiam ter mais que uma existência temporária, sendo alteradas a cada avanço dos trabalhadores, assim uma revolução socialista não pode contar com uma *nova filosofia do direito*.

Os autores apresentam como o direito figura no limite burguês, não podendo, portanto, existir um “direito socialista”. Esta tese já havia sido esboçada por Marx (2013), revelando o entrelaçamento da forma jurídica com o capital. O autor apresenta uma série de conflitos entre os trabalhadores e a legislação trabalhista e como esta normatização chega a regular e naturalizar a exploração da vida dos proletários quase que completamente (capturado até sua infância com altas jornadas até para crianças).

Marx (2013) mostra como a luta de classes no “estrito campo jurídico” é muito penosa para o proletariado, pois estes viram por anos a violação das leis que os “protegem”. Muitos trabalhadores se calavam diante de tal descumprimento da norma por medo de perderem os empregos, outros nem sequer tinha instrução suficiente para perceberem que estavam sendo lesados. Os maiores conhecedores das normas legais eram (e ainda são) os burgueses, o que lhes permitia planejar estratégias, normalmente burlando as leis. Mesmo nos casos em que donos de fábricas eram descobertos, por denúncia ou fiscalização, eles não se intimidavam, já que os infratores eram julgados pelos próprios infratores¹⁴⁰, além do que a confecção das leis eram elaboradas de forma a permitir brechas que, no mínimo, demorariam para serem percebidas e fechadas, enquanto isso, o tempo andava sobre o tapete vermelho do sangue dos trabalhadores. “Mas o capital respondeu: ‘Que os meus atos me caiam na cabeça. Só reclamo a aplicação da lei, a pena justa cominada na letra já vencida’” (MARX, 2013, p. 359). A burguesia rapidamente aprendeu, então, a se proteger organizadamente através de sua maior arma: o Estado.

A burguesia, que por muito tempo não tivera enfrentado nenhuma barreira, ao se deparar com uma organização da classe proletária no século XIX acabou cedendo algumas leis, porém, no instante seguinte descobriu que com a mesma moeda poderia

não pode desorganizar a produção colocando em risco o processo do capital, questionando, portanto, a dominação burguesa dos meios de produção” (NAVES, 2012, p. 14).

¹⁴⁰ Muitos juízes eram também donos de fábricas conforme afirma o próprio Marx: “Mas para que servia todas aquelas intimações ao tribunal se estes, os *county magistrates*, os absolviam? Nesses tribunais, os próprios senhores fabricantes sentavam-se para julgar a si mesmos” (MARX, 2013, p. 360).

revidar. Foi deste modo, que com a “*ajuda de óculos jurídicos*” procurou redigir leis trabalhistas “*numa linguagem ambígua e retorcida*”, transformando todas as formas de legislação (e hoje mais especificamente as constituições nacionais) em sua “*serva fiel*”.

Marx (2013) demonstrou que em vários casos a “voracidade de lobisomem” do capital em busca de mais-trabalho encontrou apenas um limite parcial nos “grilhões da regulação legal” pressionados pelas reivindicações dos trabalhadores de vários ramos da produção industrial. No fundo, ele revelou que a luta de classes no plano jurídico não pode ser revolucionária, apesar de não poder desconsiderar os avanços em direção da união da classe trabalhadora em um determinado momento histórico. A forma jurídica tem referência em uma classe, a burguesa.

Nesse sentido, aqueles moradores que tentaram retornar à Vila e não conseguiram mais adquirir um imóvel ou terreno foram os que ocuparam e formaram a Nova Jeri. Despossuídos de seus produtos (espaço, história e identidade) passam a procurar sobrevivência através das atividades ligadas ao turismo. Vale lembrar que o aumento exponencial dos preços dos terrenos e imóveis não se restringe somente ao crescimento do turismo na Vila (fato que por si mesmo tem valorizado muitas das praias nordestinas). É preciso considerar que estamos diante de normas que limitam, regulam e recortam o espaço, de modo que é possível compreender o fenômeno que Lefebvre (1973, *mimeo*) chama de *raridade do espaço*. Jericoacoara está cercada pelo PNJ¹⁴¹, que tem limites territoriais bem delimitados: horizontalmente, há um regulação sobre o espaço da Vila, que demarca cada fronteira, além dos tipos de uso de cada fração desse espaço; e verticalmente, há leis que restringem a altura para as edificações, ambos definidos pela Instrução Normativa nº 4 de janeiro de 2001.

Dessa forma, a expansão física da Vila fica diretamente restrita e o preço do solo urbano aumenta bruscamente. Durante as entrevistas quase todos os moradores relataram a tentativa de estrangeiros (nacionais e internacionais) em comprar suas casas por quantias tentadoras. São casinhas que muitas vezes não chegam a 80 m² com preços aproximados a 800 mil reais. Presenciamos, portanto, o momento em que o próprio espaço se torna raro através de estratégias da forma política estatal e do desenvolvimento do próprio capital no movimento da reprodução das relações de produção.

¹⁴¹ Mesmo antes da criação do PNJ já vimos que haviam leis que regulavam e fragmentavam o espaço e os usos que se faziam dele.

A raridade do espaço é em si uma realização contraditória do grau de desenvolvimento do capital, isto é, o capital procura cada vez mais formas de se reproduzir e, nas últimas décadas, o lugar preferido tem sido o espaço (produzido como mercadoria, nesse sentido), porém, as formas de apropriação desse espaço são privadas, o que aponta que o desenvolvimento do capital gera seus próprios limites.

O turismo acaba sendo o grande mediador da rentabilidade dos que investem na aquisição imobiliária em Jericoacoara. É considerada uma atividade econômica de retorno rápido, diferenciando-se, por exemplo, de alguns setores da produção industrial.

Essa rápida valorização do espaço não se resume apenas a Vila, pelo contrário, com o aumento da publicidade sobre o lugar e a criação dos “passeios” novos espaços estão sendo alvos da especulação turística. A praia do Preá e o entorno das lagoas de Jijoca Jericoacoara já apresentam pousadas e restaurantes em pleno funcionamento. Fato que também levou ao acréscimo do preço do solo. Segundo o ICMBio (2011b) tal especulação estaria proporcionando as bases para a construção de grandes empreendimentos turísticos. Temos, assim, um processo de valorização de espaços pautados na venda da natureza (e da imagem construída sobre ela), tendo Jericoacoara como epicentro.

O controle do espaço por estratégias da forma política estatal procura dirigir também os fluxos na Vila. Como vimos no primeiro capítulo, a circulação de veículos é muito intensa e em posse desse conhecimento, os gestores estatais (SETUR, Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara, IBAMA, DETRAN/CE, ICMBio) junto com organizações privadas (associações de comerciantes ou de serviços ligados ao turismo, Conselho Comunitário e empresários locais) passaram a realizar diversas reuniões para debater o tema do controle de trânsito na Vila, elaborando medidas que visavam um domínio maior por parte do Estado sobre o lugar.

Tal fato levou, no réveillon de 2010, a construção de um estacionamento na entrada da Vila, administrado pela Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara, DETRAN/CE, Polícia Militar do Turismo e ICMBio. A partir de então a medida foi mantida até hoje.

O objetivo da criação de tal estacionamento era reduzir drasticamente a circulação dos automóveis particulares dos turistas na Vila, obedecendo à Lei Municipal nº 289 de 30 de dezembro de 2010, que só permite o fluxo de veículos particulares de moradores, transporte de cargas ou trabalhadores locais, devidamente cadastrados na

prefeitura municipal, no entanto, é muito comum o descumprimento à norma¹⁴². Além do plano jurídico não resolver o problema colocado como um impasse para a livre reprodução turística, o que acaba realmente gerando incômodos para moradores, parte dos turistas e gestores estatais são os veículos usados especificamente para as atividades turísticas (os “passeios” – buggys e caminhonetes) e dos usados para fazer o trajeto entre a sede do município e a comunidade.

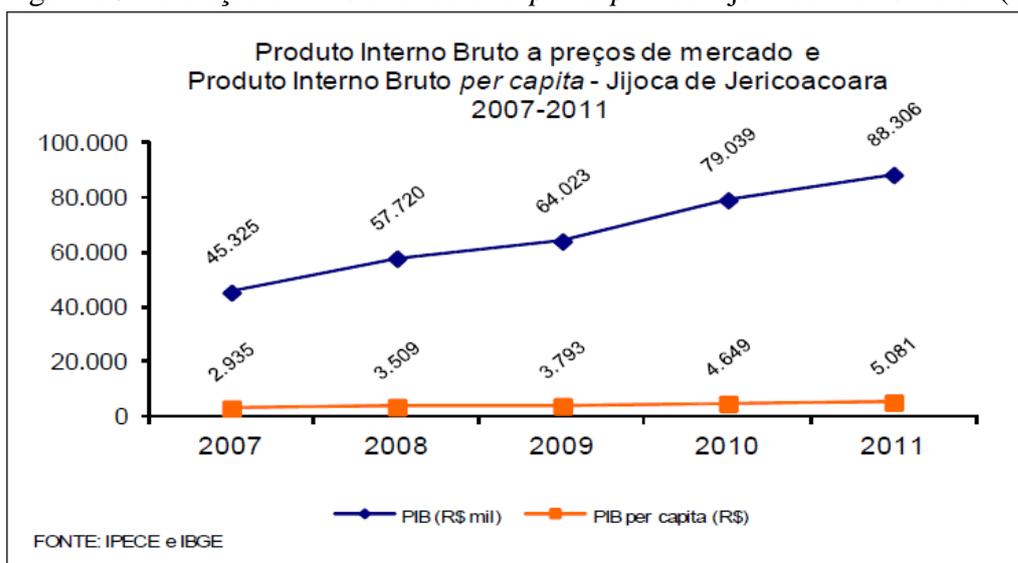
Em um dos relatórios para o Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara (ICMBIO, 2009) consta que deve haver um controle do número de passeios por dia em cada roteiro turístico (mangue seco, cavalo marinho, etc.). Entretanto, é evidente que o único controle existente é o do dia e do capital, em outras palavras, somente o aproximar do por do sol e a falta de demanda turística pelos passeios limita esse fluxo.

Um outro apontamento desse relatório que figura totalmente no nível formal é o de que os empreendimentos turísticos deverão ser, de preferência, geridos pela população da Vila ou do entorno (Jijoca de Jericoacoara, da praia do Preá, Guriú, etc.). Apesar da grande maioria dos condutores ou mesmo dos trabalhadores ligados ao setor de serviço de transporte ser nativo é preciso considerar que cerca de 80% das propriedades está concentrada nas mãos de moradores não nativos, ou seja, de empresários que migraram para a Vila para trabalhar com atividades ligadas ao turismo.

Em termos numéricos a distinção entre os tipos de trabalho dos habitantes se relaciona diretamente com a desigualdade de renda, revelando-se na contradição entre o crescimento do PIB a preços de mercado e a quase estagnação do PIB *per capita* do município de Jijoca de Jericoacoara (Figura 20).

¹⁴² Pachukanis (1988, p. 119) explica como a violação do direito já em si considerada com fundamento na realização da mercadoria. “O delito pode ser considerado como uma modalidade particular da circulação na qual a relação de torça, ou seja, a relação contratual, é estabelecida imediatamente ou, melhor dizendo, através da ação arbitrária de uma das partes. A proporção entre o delito e a reparação reduz igualmente a uma proporção de troca”. Veremos no próximo tópico com maior aprofundamento como o direito é uma forma que surge das relações materiais de troca de equivalentes.

Figura 20 – Relação entre o PIB e o PIB *per capita* de Jijoca de Jericoacoara (2007-2011)



Fonte: IPECE (2014).

Essa disparidade representa uma contradição calcada na luta de classes. De um lado, o crescimento do PIB do município aponta pra uma maior circulação e acumulação de capital, principalmente ligado ao setor terciário. De outro é evidente a concentração desse capital no calculo do PIB *per capita*, uma vez que ele representa – no plano da forma – a divisão da arrecadação total dos lucros pela população. Ao passo em que cresce a economia de Jijoca de Jericoacoara através dos investimentos no turismo há uma concentração de renda nas mãos de poucas pessoas¹⁴³. Isso seria uma novidade se não estivéssemos falando de uma sociedade orientada pelo modo de produção capitalista. Portanto, é desnecessário dizer que os moradores nativos são os trabalhadores precarizados, que ocupam postos de trabalho mais básicos e que exigem pouca instrução, ficando acentuado o real lucro com os empregadores do setor hoteleiro, os donos dos bares e restaurantes e os proprietários das agências de turismo, que em maioria são pessoas que vieram de outros lugares, principalmente do exterior do país.

Nesse sentido, os conflitos de classe, por mais que não apareçam de forma direta em embates físicos (mobilizações, greves, etc.) em Jericoacoara, marcam sua existência ligada diretamente aos conflitos entre o uso e a troca no processo de produção do espaço. A propriedade privada é o fundamento de toda essa transformação na vida social do lugar. Assim, tanto Estado quanto direito não podem ser horizontes para uma

¹⁴³ Apesar de os dados muitas vezes servirem para mascarar a realidade, essa constatação admitida pelo Estado já apresenta uma desigualdade, por mais que possa ser bem pior na realidade.

transformação real da vida cotidiana. É ainda necessário entender os conteúdos que se relacionam às formas política e jurídica.

Para Stutchka (2009) o direito ganha a característica de relações sociais pautadas pelas classes sociais¹⁴⁴. Tanto o direito, quanto a justiça são conteúdos de classe, sendo que cada sociedade tem sua forma de justiça. O direito apesar de sua forma burguesa teria que ser transformado completamente para ganhar um caráter revolucionário, servindo à classe proletária durante o período de transição. O autor acaba por creditar nas formas do direito um conteúdo a ser preenchido pela classe social, como se já não tivesse um conteúdo próprio: o burguês. A contribuição de Stutchka para a compreensão do direito pode ser entendida, nas palavras de Mascaro (2009, p. 47), da seguinte maneira:

O grande salto teórico de Stutchka é sua identificação do direito na história, como um arranjo que corresponde a um determinado nível da luta de classes. Historicamente tomado, o direito se apresenta como algo distinto do conjunto de técnicas proposto pelo juspositivismo. [...] Falta-lhe, no entanto, uma mirada mais ampla, que abrigue o casual da luta no estrutural da própria lógica do capital.

Sem dúvida, o ponto de ebulição da teoria marxista sobre o direito é encontrado em Pachukanis, que segue fielmente as contribuições de Marx e as amplia. Onde Stutchka encontra um limite na compreensão da forma jurídica, Pachukanis avança¹⁴⁵. Para este, a origem da forma do direito encontra-se na forma-mercadoria – tese já demonstrada por Marx (2013) –, onde o sujeito passa a ser o sujeito jurídico, o proprietário das mercadorias. Desse modo, o proletariado não deveria lutar por um “direito” que lhe fosse característico, mas sim deveria voltar suas forças para a abolição dessa forma derivada das relações mercantis. Assim, até mesmo no período de transição a forma do direito deveria ser esgotada até o processo de sua eliminação¹⁴⁶.

Ora, já em Lenin (2010) – do qual Stutchka era próximo – o direito já era apresentado com seu conteúdo burguês, sendo mantido apenas transitoriamente até o avanço para o comunismo. Ele não defendia a ilusão de um tal “Direito Proletário”:

¹⁴⁴ Antes de Stutchka, Engels (2012) já havia demonstrado o conteúdo de classe da forma política do Estado, assim como sua natureza contraditória e conflituosa de interesses burgueses.

¹⁴⁵ “A teoria geral do direito e o marxismo teve o efeito de uma pequena revolução teórica na jurisprudência. Pachukanis, rigorosamente, retorna a Marx, isto é, não apenas às referências ao direito encontradas em *O capital* – e não seria exagero dizer que ele é o primeiro que verdadeiramente as lê – mas, principalmente, ele retorna à inspiração original de Marx, ao recuperar o método marxiano” (NAVES, 2008, p. 16).

¹⁴⁶ A defesa desse pensamento levou Pachukanis a ser preso sem julgamento e posteriormente dado como desaparecido pelo regime stalinista.

Assim, na primeira fase da sociedade comunista, corretamente chamada socialismo, o “direito burguês” é apenas parcialmente abolido, na medida em que a revolução econômica foi realizada, isto é, apenas no que toca aos meios de produção. O “direito burguês” atribui aos indivíduos a propriedade privada daqueles. O socialismo faz deles propriedade comum. É nisso, e somente nisso, que o “direito burguês” é abolido (LENIN, 2010, p. 114).

Portanto, a forma de um direito que aparece como revolucionária não passa de um equívoco que “[...] proclama a imortalidade da forma jurídica, visto que se esforça por extrair esta forma de condições históricas determinadas que lhe permitiram desabrochar completamente, e se esforça por apresentá-la como capaz de renovar-se permanentemente” (PACHUKANIS, 1988, p. 26). Assim como não há categorias proletárias do valor ou do capital, não pode haver do direito também. O fim de certas categorias do direito burguês não significa a mudança para outra forma de direito que seja proletário. Apenas a eliminação completa das categorias burguesas do direito pode vigorar no horizonte da revolução.

Pachukanis (1988) aponta dois pontos como centrais para todo seu pensamento: aproximar a forma do direito da forma da mercadoria e a denúncia de que a filosofia do direito, que tem base na categoria do sujeito de direito, é, na verdade, a filosofia da economia mercantil, que eleva as formas abstratas do valor e do trabalho, legitimando a exploração do trabalhador na forma do contrato “livre”. Para ele “[...] a defesa dos chamados fundamentos abstratos da ordem jurídica é a forma mais geral da defesa dos interesses da classe burguesa etc.” (PACHUKANIS, 1988, p. 9).

Para o autor a subjetividade jurídica não é só um produto da hipocrisia burguesa, ela é também uma forma de negar a luta proletária. A sua vitória não se restringe ao campo ideológico, ela se revela antes no plano material, relacionada diretamente à forma mercantil, ou seja, é esta quem dá sustentação à categoria de sujeito de direito, apoiada ainda ao mesmo tempo na forma da superestrutura jurídica¹⁴⁷. Assim, a propriedade privada pode ser consolidada, transformando o espaço em mercadoria. Mais especificamente sobre a categoria de sujeito de direito, Marx deixou claro que

¹⁴⁷ “[...] o princípio da subjetividade jurídica e os esquemas nele contidos, que para a jurisprudência burguesa surgem como esquemas a priori da vontade humana, derivam necessariamente e de modo absoluto das condições da economia mercantil e monetária. O modo estritamente empírico e técnico de conceber o vínculo existente entre estes dois momentos encontra a sua expressão nas reflexões relativas ao fato de a evolução do comércio exigir a garantia da propriedade, de bons tribunais, de uma boa polícia etc.” (PACHUKANIS, 1988, p. 11).

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias (MARX, 2013, p. 159-160).

Assim, para que ocorra a troca é preciso antes ser legitimada a propriedade privada, ou seja, só quando o proprietário de mercadorias se reconhece como tal é que ele pode realizar a relação econômica da troca. Nesse momento, faz-se necessário uma mediação jurídica que garanta o acordo de troca, pois não se trata mais de fenômenos da consciência, ideia ou psicológicos, pelo contrário, é uma relação econômica material e objetiva ligada diretamente a forma jurídica. Essa mediação visa a garantia da produção capitalista e de sua reprodução social através da forma do contrato entre os sujeitos jurídicos. Para isso, é necessária, na prática, a criação de leis e decretos que executem coativamente as decisões judiciais.

Para Pachukanis (1988), antes do capitalismo pouco se consegue notar o direito em sua forma total, estando pouco desenvolvido. A oposição entre o direito público e privado quase não existe na organização rural ou feudal. “Foi necessário um longo processo de desenvolvimento tendo como palco principal as cidades, para que estas facetas da forma jurídica se pudessem cristalizar em toda a sua precisão” (PACHUKANIS, 1988, p. 24). Assim, o desenvolvimento dos conceitos jurídicos acompanha o processo de evolução histórica concreta da sociedade burguesa. Não se pode parar na afirmação de que os conceitos jurídicos são simplesmente invenções humanas arbitrárias, pois isso mostra a não compreensão da origem e do desenvolvimento dessas formas enigmáticas assumidas pelas relações humanas reais.

Nesse sentido, apenas a modernidade pôde presenciar todas as condições necessárias para o desenvolvimento completo do direito.

[...] apenas o desenvolvimento do mercado gera a possibilidade e a necessidade de transformar o homem, que se apropria das coisas pelo trabalho (ou pela

espoliação), num proprietário jurídico. Entre estas duas fases não existem fronteiras rigorosas (PACHUKANIS, 1988, p. 81).

A permanência da troca de equivalentes é a segurança da existência do direito. Enquanto a troca dos produtos resultantes de um trabalho humano abstrato for trocada por outros produtos de um outro trabalho humano abstrato existir, será mantida a forma do direito e com ela a forma política estatal. “O aniquilamento do direito e com ele o do Estado só acontece [...], enfim, *quando a forma da relação de equivalência tiver sido definitivamente ultrapassada*” (PACHUKANIS, 1988, p. 28).

A própria burguesia sabe da ineficiência de sua jurisdição penal e ordeira, ligada à infração do quadro da sua sociedade, mas a mantém, pois também sabe que depende dela para se reproduzir e manter sua dominação de classe. A jurisdição criminal nada mais é que o terrorismo cotidiano da burguesia no auxílio da defesa da propriedade privada.

O único significado que as categorias jurídicas possuem é o ideológico, o que não quer dizer que sejam meras abstrações. Elas dependem e se articulam de forma objetiva com as relações de produção, assim como o Estado.

O domínio sólido da jurisprudência é o direito privado, que constitui o “sujeito de direito” como desdobramento do “sujeito econômico”, egoísta e proprietário. O pensamento jurídico encontra sua base e liberdade no direito privado e, de modo mais específico, no direito à propriedade privada. Este somente torna-se o fundamento da forma jurídica na economia mercantil, isso quer dizer que apenas quando ele atinge um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho é que encena a essência da forma jurídica.

Dessa maneira, quando a propriedade passa a ser comprada e vendida livremente no mercado (momento que marca a passagem para a modernidade) é que o sujeito pode expressar a ideia de liberdade arraigada, simultaneamente, a de igualdade (perante a lei), surgindo assim a categoria do *sujeito de direito*. Desse modo, o centro da teoria de Pachukanis sobre a aproximação das formas do direito e da mercadoria já havia encontrado em Engels e Kautsky (2012) um referencial que lhe permitiu

[...] desvendar todo o segredo do direito: o processo de trocas mercantis generalizado exige, para a sua efetivação, o surgimento da *subjetividade jurídica* e dos princípios da liberdade, da igualdade etc. que a acompanham. A emergência da categoria de *sujeito de direito* vai possibilitar, então, que o homem circule no mercado como mercadoria, ou melhor, como proprietário que

oferece a si mesmo no mercado [...]. Desse modo, o direito põe o homem em termos de propriedade, ele aparece ao mesmo tempo na condição de sujeito e objeto de si mesmo, isto é, na condição de proprietário que aliena a si próprio [...]. O direito faz funcionar, assim, as categorias da liberdade e da igualdade, já que o homem não poderia dispor de si se não fosse livre – a liberdade é essa disposição de si como mercadoria – nem poderia celebrar um contrato – esse acordo de vontades – com outro homem se ambos não estivessem em uma condição de equivalência formal (caso contrário, haveria a sujeição da vontade de um pela do outro) (NAVES, 2012, p. 12-13).

Nesse sentido, Pachukanis (1988) aponta a transformação da vida social, revelando a relação jurídica entre dois lados, que se diferenciam e se relacionam mutuamente: o primeiro aponta a totalidade das relações sociais em direção a coisificação, como já são as relações econômicas, onde os homens tem seu significado como coisas; e o segundo a totalidade das relações sociais onde o homem só se define na oposição com a coisa, enquanto sujeito. Portanto, estas duas formas fundamentam a relação mais específica entre o valor (mercadoria) e o homem como sujeito de direito.

A reciprocidade do reconhecimento da propriedade privada significa que cada vez menos será necessário recorrer à violência como garantia. Tal fato mostra-se mais eficaz que a própria ação direta e violenta do Estado em defesa da propriedade, ficando este apenas com casos litigiosos.

A noção de propriedade muda ao longo do tempo. A concepção pré-capitalista de propriedade está ligada a apropriação para a utilização, o que muda com as relações mercantis, pois a apropriação privada passa a ser o pré-requisito para uma posterior alienação, ou seja, para a troca (MARX; ENGELS, 2012). A propriedade tem o mesmo estatuto de uma mercadoria qualquer, ele é impessoal, abstrata, a “propriedade em geral”, não importam mais suas substâncias uteis, mas sim o fato de servir para a troca, de possuir valor. A contradição que revela o fundamento do capital está, portanto, na transformação do trabalho alheio em propriedade privada de seus produtos.

Do ponto de vista do *produtor*, ele vê a si mesmo como um *capital vivo*, é o homem perdido de si. Do ponto de vista do *capital*, objetivamente, o *trabalho* é o homem perdido de si. O homem reduzido a funcionalidade do trabalho, como trabalhador abstraído de suas outras dimensões genéricas reforça a contradição entre capital e trabalho, onde o próprio homem só se efetiva nas modernas condições de produção por meio do capital, ou seja, estranho de si mesmo ele é homem-mercadoria.

De um lado a propriedade privada faz das relações de trabalho, relações estranhadas, realiza a total abstração do homem, sua efetiva não existência. De outro os

produtos tornam-se capital e com isso sua *determinidade natural e social* torna-se *extinta*, suas qualidades e conteúdo efetivo, enquanto uso quase desaparecem nas relações de equivalência.

Em Marx (2012a) a propriedade privada ao mesmo tempo em que é trabalho e capital, é também a relação entre ambos de três maneiras: a) é capital e trabalho unidos no processo produtivo e simultaneamente separados e estranhados; b) encarna o conflito entre as classes capitalista e proletária; e c) resulta em um conflito interno às próprias classes, de modo que ao produtor direto é mais visível em sua exploração diária, mas também no capitalista, sacrificando-o a si no automovimento do capital e do trabalho. Essa é uma passagem da atividade humana, como atividade criadora e orientadora para o uso, para o trabalho abstrato – materialmente representada nas figuras do contrato e do salário.

Portanto, a propriedade privada, base de toda a produção social capitalista, encontra uma correlação direta no Estado e na forma jurídica. Do mesmo modo que o trabalho humano é reduzido ao trabalho humano abstrato, o homem é reduzido ao sujeito de direito (reino da abstração). De um lado, o homem torna-se mercadoria e, de outro, ele é juridicamente o possuidor de mercadorias, isto quer dizer que ele torna-se um sujeito jurídico abstrato¹⁴⁸. O reino da mercadoria exige que seja vontade dos seus possuidores a troca dos produtos do trabalho humano, no entanto, é preciso que exista um reconhecimento mutuo desses possuidores como proprietários privados.

O conceito de mercadoria, segundo Marx, mostra a absurdidade do mundo da mercadoria, identificado, isto é, apreendido na sua identidade, com a racionalidade invertida ou revirada da sociedade dominada por uma classe, a burguesa, que leva até o fim a mercadoria, a troca e o valor de troca, o dinheiro e o poder do dinheiro. A racionalidade inerente ao trabalho, à sua organização, à sua divisão técnica: a burguesia apodera-se dela; ela a capta servindo-se da forma assumida pelo produto; ela a inverte em seu proveito, com a razão tornando-se resultado e reciprocamente; ela consolida esse mundo revirado utilizando o direito, as ideologias, essas *formas* acrescidas à primeira, a do valor de troca (LEFEBVRE, 1968b, p. 86).

Na relação de troca encontram-se os mais variados proprietários de mercadorias, desde o grande industrial e o pequeno comerciante ao proletariado urbano e o camponês arruinado. Todos se encontram em uma íntima relação abstrata (e

¹⁴⁸ “O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O Trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humana o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*. [...] A existência do capital é *sua* existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele” (MARX, 2012a, p. 91).

simultaneamente concreta) de apropriação e alienação. Porém para a teoria jurídica do Estado isso não tem importância alguma. Para esta, as relações que compõem a organização estatal se resumem ao aparente: partidos e seus programas, políticas públicas, número de deputados ou senadores, prazos, licitações públicas, financiamentos e tudo mais que a norma permita e os decretos regulem.

Abstraindo-se por um momento do ponto de vista jurídico é possível notar com mais clareza os interesses de classe ou de determinados grupos em qualquer política pública ou decreto. A reprodução do capital exige, utilizando do direito (instituição necessária ao desenvolvimento do reino da mercadoria), que o processo da valorização do espaço seja ampliado. Em Jericoacoara as normas jurídicas (decretos, instruções normativas, leis) que apresentamos anteriormente mostram-se como acompanhantes do crescimento turístico. Acabam por facilitar a aquisição de imóveis dos empreendedores de diversos ramos (hospedaria, restaurantes, mercados, lojas, bares, agências de turismo, escolas de esportes náuticos), principalmente estrangeiros.

O decreto que permite a construção do segundo pavimento altera o gabarito das construções permitindo a ocupação vertical, mesmo que numa escala ínfima se comparada com as metrópoles. No entanto, já proporciona mudanças na própria forma tradicional das construções assim como na divisão socioespacial do trabalho, que aponta para o crescimento das atividades ligadas ao setor de serviços, tomando o lugar da função residencial e trazendo mudanças nos ritmos da vida cotidiana.

Através das leis de preservação ambiental (APA, PNJ, etc.), dirigidas pela forma política estatal, a forma-mercadoria tenta ocultar seu real objetivo da maximização do lucro sob o véu da “conservação ambiental”. O turismo atrelado ao discurso ambiental multiplica os signos da felicidade, do natural e do bem-estar, na tentativa desesperada de manter o seu sentido econômico.

Nesse sentido, as políticas públicas que analisamos acabam por se resumir em estratégias de marketing para venda do espaço da Vila. Constroem suas bases numa economia política pautada nos dados do desenvolvimento, reduzindo o espaço vivido à mercadoria. Promovem o consumo do próprio espaço em várias dimensões, que não se restringe ao de bens materiais, mas extrapola-os com o consumo de espetáculos.

Além de sua função fundamental na legitimação e regulação das trocas, o Estado incorpora o papel de adaptação do capital a cada mudança que o mundo encontra. O

planejamento como uma das estratégias do Estado, incluindo os discursos ideológicos, constitui a principal arma da produção do espaço de Jericoacoara enquanto espaço-mercadoria. Todas essas implicações dos planos econômicos e políticos materializam-se dialeticamente no plano do cotidiano. Mergulharemos, agora, no universo da vida prática.

4 A VIDA COTIDIANA DE JERICOACOARA

Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo.

Karl Marx

4.1 Memória e sociabilidade

A memória se constitui, de forma ativa, pela ação dos indivíduos em relação a espaços e tempos da realização da vida mediados por objetos e constituidores de relações sociais. As pessoas vêm e vão, mas as memórias que guardam do lugar sobrevivem. Não num nível individual, mas sim social. De pai para filho, de avó para neto, de geração para geração essa memória mostra o histórico e de modo específico em Jericoacoara apresenta o tom da transformação.

Com a introdução de novos valores, as relações sociais se transformam agora guiados pela mediação do dinheiro e da troca e são impressas de outro modo nas formas espaciais. A morfologia da Vila, lida nesta pesquisa através da paisagem cambiante de Jericoacoara, apresenta-se ao observador no traçado das ruas, nos sentidos ocultos da Festa, mas sobretudo, nas atividades diárias que parecem querer apagar os traços do passado, que lembram tudo aquilo que foi perdido em meio ao novo que se anuncia. Aqui a contradição transformação-permanência emerge como dois elementos imbricados dialeticamente na história do lugar. Mas como essa articulação se realiza? Apaga-se o histórico ou mantém-no como mítico?

No plano da vida cotidiana do lugar e para o habitante, a paisagem que conserva características do passado como mero formalismo estético a ser vendido gera certa dor, como uma presença que recria uma ausência. Contudo, essa mesma paisagem pode efetuar conexões afetivas nas fissuras da ausência porque consegue prolongar as presenças dos que já não mais estão lá. O espaço carrega, desse modo, as marcas das relações sociais conflitantes: vida familiar, atividades diárias e habitar. O espaço produzido dessa forma adquire uma vida social própria.

O espaço é uma forma de memória, muitas vezes utilizada para se distanciar de um presente que causa estranhamento. É no nível do lugar que se concentram lembranças de toda a vida de gerações. No âmbito da metrópole o estranhamento com o espaço é muito maior devido às aceleradas transformações por que passa. Todos os dias enormes edifícios

espremem-se um após o outro na cidade, desde prédios residenciais, comerciais até financeiros e de lazer. O bairro muda. Muda a rua, as casas, a vizinhança, o parque, a igreja, o mercadinho, as feiras, etc. O espaço que guarda a memória é destruído para em seu lugar surgirem novas formas, que tão logo serão substituídas também. Jericoacoara, entretanto, ainda apresenta uma íntima relação com a memória, como projeção no espaço dos tempos acumulados. Campo residual corporificado na presença dos moradores que permaneceram no lugar. Mas há especificidades a serem consideradas, enquanto nas metrópoles que são bombardeadas por ações e estratégias que elevam a forma-valor ao seu ápice, a Vila vive uma contradição intensa entre a transformação e a permanência, tanto na forma quanto no conteúdo, num movimento mais lento – um tempo outro – apesar de não escapar a esse jogo bizarro da reprodução capitalista. As gerações mais antigas de pessoas que habitam esse espaço ainda conseguem, em parte, ver e se reconhecer nele. Possuem uma identidade visível nas formas das construções, nas marcas deixadas por seus pés e mãos, nas relações de vizinhança, no ritmo das atividades diárias, etc.¹⁴⁹ Há um reconhecimento do espaço por seus produtores, enquanto que na metrópole as pessoas olham para o espaço e o encaram como produzido, fabricado por outros, colocado à venda no mercado de forma fragmentada e elegante. Sem nenhuma preocupação com a memória ele está lá, bem de frente, encarando-o, humilhando-o.

O espaço da Vila apresenta, nesses termos, contraditoriamente uma vida dupla: *lugar de memória e mercadoria*. Enquanto a valorização do espaço apresenta a tendência a *desnudar a memória*, retirar-lhe a particularidade histórica para que, assim, possa encarnar todo o espírito da mercadoria a própria permanência da população que viveu todo o processo de transformação de trinta anos atrás até os dias atuais configura uma espécie de resistência. Apesar dessa paradoxal dualidade, uma tendência se forma no horizonte: da perspectiva do capital, “[...] qualquer valor que não seja valor de troca é um valor *sentimental*, um valor que deve ser removido do objeto para poder ser ‘livremente’ trocado no mercado” (STALLYBRASS, 2012, p. 65).

Nesse sentido, é preciso apontar as diferenças de classes sociais, onde a formação da propriedade privada distingue os despossuídos dos proprietários. Como vimos no capítulo anterior a esmagadora porcentagem dos estabelecimentos está concentrada nas

¹⁴⁹ Por mais duro que seja viver com os mortos, sem saber, no mais das vezes, como “habitá-los”, como “vivê-los”.

mãos de uma classe que se utiliza da força de trabalho dos moradores que permanecem no lugar em trabalhos precarizados, informais ou “invisíveis”.

São muitos os estudos que mostram a redução da atividade pesqueira pelas comunidades tradicionais (a chamada pesca artesanal)¹⁵⁰. Na maioria das vezes a pesca se torna uma atividade complementar de alguns poucos moradores. Em Jericoacoara este último quadro pode ser percebido sem muitas dificuldades. Os pescadores que ainda se mantêm na atividade são aqueles que não conseguiram se adaptar a outras atividades, muitas vezes pelo baixo grau de escolaridade e informações. Porém, podemos perceber que mesmo nas famílias onde há pescadores a renda familiar é complementada por outras atividades de outros membros da família (filho bugueiro, filha cozinheira, mulher camareira).

Os espaços onde domina a atividade do turismo tentam ofuscar essas contradições de classes com lentes coloridas, desviando a consciência social dos reais problemas. Do lado do proletariado, a posse acaba por ser algo efêmero devido as constantes percas (ou venda de seus pertences) para satisfazer necessidades outras mais fundamentais. É nesse mesmo processo que junto com a perca dos objetos, da casa e do lugar eles perdem também parte de sua história e memória.

Ficou explícito nas entrevistas o elemento nostálgico dos habitantes mais antigos em relação ao modo como a vida cotidiana se realizava há algumas décadas atrás. Eles narram como a organização social da vida era também coletiva. Suas atividades eram, em geral, divididas com amigos e familiares, como é o caso da pesca. Hoje a maior parte deles passa boa parte de seu dia em suas atividades individuais, seja atendendo turistas ou no interior de suas casas. As cores quentes de Jericoacoara antes pintadas com prazer, coletivamente e de modo espontâneo, passaram a serem controladas por uma lógica que se utiliza da forma jurídica que passa a dirigir a formação do quadro e das cores que serão utilizadas. A arte de viver passa a ser reprodutível.

A identidade com o lugar está indissociavelmente atrelada às suas lembranças do espaço anterior ao turismo. Era comum ouvir: “aqui nesse terreno da frente foi onde eu nasci e me criei, hoje é tudo de italianos”; “eu nasci ali perto daquela pousada Capitão Thomáz, sabe... mas quando meu pai morreu meus irmãos decidiram vender”; “antes as coisas eram afastadas umas das outras, hoje é tudo pegado”. Todos os que nasceram e

¹⁵⁰ Lima (2002) no litoral leste e Oliveira (2012) no Cumbuco apresentam muito bem essa realidade.

permaneceram na Vila falam com certo orgulho do feito, como se tivessem resistido a uma inundação e nem sequer pensam em sair de lá. O lugar é ao mesmo tempo, lugar de reprodução da vida e lugar da memória. Daí a importância de se considerar o papel das classes sociais, pois, assim como coloca Bensaïd (2008), somente elas podem produzir um espaço irreduzível da diferença em meio à lógica de homogeneização.

Em um outro sentido, falas como “hoje Jeri é outra” foram muitas vezes repetidas. As alusões se voltavam para o distanciamento existente entre a paisagem social do espaço anterior e o do atual. São poucas as referências do passado ainda inscritas no espaço, apenas escassas casinhas feitas de taipa ou pedra, uma antiga igreja e um cemitério velho. “Não é mais a vila de pescadores que era antes... hoje tem muito comércio, né... tem muitos carros, muita gente e as crianças nem querem mais brincar na rua... nem agente deixa, né...”. As pessoas não têm mais o silêncio e a calma de antes, apenas uma mescla de ruídos sonoros muito alto que se entrelaçam reproduzindo sons parecidos ao de uma cidade. No entanto, assim como na própria cidade há bairros mais barulhentos que outros, a Vila também possui pontos mais silenciosos, é o caso da Nova Jeri, justamente devido ser a parte residencial dos trabalhadores e estes passam o dia em seus afazeres na parte central.

O espaço de Jericoacoara está ao mesmo tempo tão determinado, previsível quanto em transformação. Sempre é possível ver alguma construção nova emergindo no meio de outras mais antigas. Porém, ainda assim a improvisação e imprevisão dos atos, dos encontros permanecem quase como resquício. Apenas as crianças que brincam e correm (quando conseguem soltar-se da guarda de seus pais, geralmente turistas) dão um tom vivo ao lugar, menos programado, levam, por vezes, a aleatoriedade dos passos de seus pais que correm atrás deles chamando-os aos berros.

Apesar da tendência à homogeneização do espaço e dos modos de vida e cultura, Jericoacoara ainda sedia uma multiplicidade de atos e relações heterogêneas. Embora essa diferença seja, a cada dia, metamorfoseada em espetáculo. A ideia do “exótico”, do diferente, também atrai pessoas, e quando essa atração torna-se corriqueira os conteúdos mudam de sentido e a representação preenche o vazio com um fundamento mercadológico. “É nessas grotescas e surrealistas transformações que podemos traçar a emergência da mercadoria a partir da morte da memória material” (STALLYBRASS,

2012, p. 78). Assim, Jericoacoara ao mesmo tempo em que se *integra* na economia mundial através do turismo se *desintegra* de seus referenciais tradicionais.

A sociabilidade da vizinhança que a Vila possuía se dava na rua, lugar de encontros e desencontros, de intensa vida social, do diálogo e da informação, do brincar e de lutar, de ligação entre os locais que dão sentido a vida privada, de criação de identidades socioespaciais. Para Carlos (2007b) é no lugar que o espaço pode ser apropriado para a vida, principalmente por meio dos sentidos e do corpo.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida (CARLOS, 2007b, p. 22).

As relações de vizinhança tinham um forte elemento de solidariedade, onde muitas vezes o morador do sítio o lado agia como um parente, ajudando na criação dos filhos, contribuindo com a família do outro em caso de doença ou morte de um membro da família (ainda mais quando era o patriarca). O modo como se apresentava a vida cotidiana foi sendo rompida pela introdução de novas pessoas no lugar, pela saída de moradores nativos, pela desconfiança com o novo e desconhecido, além do crescimento abrupto da utilização do dinheiro como equivalente de troca, iniciando os empréstimos e as dívidas entre os próprios antigos moradores. No entanto, essa solidariedade entre os moradores, de alguma forma, persiste principalmente ao reconhecer o outro como nativo, exemplo disso são as caronas que alguns motoristas dão a moradores mais pobres ente Jericoacoara e Jijoca de Jericoacoara, ou mesmo o “cafezinho” na casa do “compadre”. Porém, ela reside apenas no nível residual e menos ainda com os “de fora” (pessoas não nativas que hoje habitam o lugar).

A própria relação da hospitalidade mudou. Moradores que na década de 1980 recebiam livremente os turistas em suas próprias casas passaram a mediar essa relação com a forma do dinheiro, cobrando pela hospedagem. Alguns poucos acabaram vendo nessa atividade uma forma de garantia de vida e acabaram investindo no próprio imóvel de modo a aperfeiçoá-lo para a hospedagem. Outros acumularam o dinheiro e aproveitaram e venderam a casa ou terreno almejando uma vida melhor em outro lugar¹⁵¹. Mas fato é que

¹⁵¹ Já vimos essa questão no capítulo anterior com a formação da Nova Jeri.

O advento do turismo transformou a bela virtude humana da hospitalidade espontânea e gratuita num ganha-pão e numa profissão. Mas, nessa grande indústria que é o turismo, é evidente que prevalece a escala de valores dos turistas e dos promotores. Pouco importa o que a população local sente, pensa e quer (KRIPPENDORF, 2012, p. 70).

De várias maneiras essa sociabilidade fica contraditoriamente comprometida com a ascensão do turismo na Vila. As ruas foram tomadas pelos automóveis durante o dia, oferecendo “passeios” a todos que ali passam. De um lado, para os turistas, a experiência com o lugar não pode ser a mesma no interior de um veículo, de outro, para os habitantes, o intenso fluxo de carros tomando o espaço da rua e restringindo o caminhar (mesmo num lugar territorialmente pequeno e de difícil locomoção, devido não existir pavimentação) altera o modo como a vida cotidiana se relaciona com o espaço. Estes últimos acabam por evitar andar na vila pela manhã, que é o período de maior circulação dos carros. A rua passa a ser o espaço do outro, do desconhecido, do estranho. Um certo medo paira sobre o cotidiano, revelando o crescimento dos muros e das câmeras de vigilância¹⁵². O que se tinha como a permanência na rua com as conversas nas calçadas, as brincadeiras das crianças, o movimento do pequeno comércio entre moradores, ou seja, um lugar de vida cotidiana calma e com um ritmo ameno, hoje a passagem rápida dos automóveis subtrai essa experiência, só sendo possível um contato um pouco mais prolongado com o espaço no período noturno.

Jericoacoara apresenta uma vida noturna muito intensa, com lojas, bares, restaurantes e danceterias abertas durante toda a noite, como se exalasse o significado da festa (que como vimos tem um caráter programado, não-autêntico). Entretanto, existe nesse espaço uma mediação básica que captura toda essa aparente vida: a forma-mercadoria. A festa, em seu sentido mais abrangente, nunca chega a se realizar. Falseada, falsificada, ilusória não passa de consumo de signos e espetáculos previamente construídos. Trata-se de uma *pseudofesta* que aparece acoplada/deslocada da cotidianidade, enquanto momento “extraordinário”. Entretanto, é reproduzida com uma facilidade impressionante a cada noite (*mimesis* e simulação).

Para Lefebvre (*mimeo*), no entanto, os espaços de lazer não podem ser entendidos em uma via única de negatividade, eles contêm algo que é residual:

¹⁵² “Onde quer que a rua desapareça, a criminalidade aumenta, se organiza” (LEFEBVRE, 2008a, p. 27).

Ele indica pontos de ataque e de ruptura: o cotidiano e o urbano, o corpo e as diferenças que nascem no seio do corpo das repetições (gestos, ritmos, ciclos). Transição entre os espaços antigos, as monumentalidades e as localizações pelo e para o trabalho de um lado, e os espaços virtuais do gozo e da alegria, o espaço de lazer é o espaço contraditório por excelência. O modo de produção existente produz nele o pior e o melhor, a excrescência parasitária e o ramo exuberante; ele prodigaliza as monstruosidades e as promessas (que não pode cumprir) (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 246).

Para o autor, tais espaços pareciam escapar da dominação que visa o planejamento e funcionalização de seus fragmentos, constituindo-os como “lúdicos”, porém, ele esclarece que isso não passaria de uma ilusão. Se num primeiro momento o tempo de lazer surge como uma conquista da classe operária o avanço das formas capitalistas o tornaram uma indústria sob o controle da burguesia. Tanto quanto os espaços produtivos, eles seriam *alienantes-alienados* e *recuperadores-recuperados*. No entanto, nesses espaços o corpo exige uma certa apropriação. O uso se contrapõe à sua tendência de subjugação pela troca. “Ele quebra sua carapaça temporal e espacial vinda do trabalho, da divisão do trabalho, da localização dos trabalhos e da especialização dos lugares” (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 245).

Nesse sentido, não só o tempo gasto no trabalho é controlado, mas as diversas formas de utilização do tempo pelo humano sofrem com essa lógica. Separações e interações da vida se materializam em espaços funcionalizados. O espaço é alvo da organização da forma política, isso faz com que seja fragmentado para então ser hierarquizado, ou seja, são delegadas áreas mais ou menos valorizadas, com funções bem definidas (industrial, comércio, lazer, habitação, etc.). Perde-se a autenticidade da vida cotidiana, da sociabilidade espontânea para um cotidiano programado, modelado. Sob o véu do turismo e sua fascinante sedução se esconde a efemeridade da vida cotidiana da Vila.

O Estado através de sua forma política, atua na normatização do espaço de Jericoacoara, realizando a função da propriedade privada da terra, redefinindo os usos do espaço. Seu objetivo é torná-lo equivalente ao dinheiro, isso é, valorizá-lo para que seja facilmente trocável. A partir do momento em que foi possível a regulação da propriedade privada, através dos títulos de terra, brilhou nos olhos daqueles pobres pescadores a possibilidade de uma “vida nova” vendendo suas propriedades a preços que para eles pareciam tentadores, quase irrecusáveis, já que a forma do dinheiro não tinha tanta centralidade em suas vidas cotidianas.

Assim, grande parte da população residente da Vila se retirou e foi viver em lugares próximos, como a Praia do Preá, Guriú, Camocim, Cruz e Jijoca de Jericoacoara, geralmente próximos de outros familiares que já viviam nestes lugares. Uma outra parcela da população acabou ocupando outra área da vila com outras funções e formas. Esse processo gradual de expropriação da população tradicional para outros lugares, a alteração das atividades e costumes locais, as mudanças nas formas arquitetônicas e das relações de sociabilidade aponta para a normatização não apenas do espaço, mas também e principalmente do cotidiano, que torna-se cada vez mais repetitivo e empobrecido.

Com os moradores sendo “empurrados” para longe da área central ou retirados da vila o restante das propriedades foi sendo direcionada para as atividades turísticas. Esse fato só foi possível devido a uma estratégia anterior de regulamentação da propriedade privada. A Prefeitura junto ao Governo do Estado realizaram o registro formal em cartório das propriedades da vila para facilitar o processo de compra e venda dos terrenos (troca). Temos assim, a realização da função da forma política estatal no seu mais pleno exercício: a utilização da forma jurídica como garantia da troca.

Todavia, esse processo revela uma contradição central do processo de reprodução do espaço: a existência da propriedade privada (definindo acessos) e a apropriação (pelo uso) desse espaço. Nesse sentido, a lógica da valorização adentra na produção espacial, tornando-a mercadoria e, conseqüentemente, inserindo-a no circuito da troca alterando a vida cotidiana. Dessa forma, dois processos aparecem como complementares: a privatização e a normatização do espaço. O espaço coletivo da vila foi aos poucos sendo transformado em espaço privado, funcionalizado para o turismo.

Que espaço Jericoacoara apresenta ao pensamento? Abstrato? Instrumental? Concreto? Espontâneo? Refletido? Ilusório? Na verdade, esses momentos não se separam na produção do espaço da Vila. Ele é abstrato, pois seu caráter útil só importa enquanto for útil para a troca e consumo, voltando-se a produção para a forma-valor através do fenômeno turístico. Ele passa a ser funcionalmente objetivado, expressamente pelos decretos e instruções normativas, que passam a definir áreas específicas para o plantio, a pesca, a criação de animais, os “passeios” e contemplação, os banhos de mar, as práticas de esportes náuticos, os trajetos dos veículos e pessoas; assim como formalizado, aderindo padrões arquitetônicos específicos para a reprodução do turismo na sua fase atual (distintas das de trinta ou quarenta anos atrás, embora conservando algumas formas como

espetáculo), padrões na construção das edificações e até mesmo nos comportamentos das pessoas, negando assim as diferenças de tempo histórico e sociais. Ele todo não estaria, desse modo, direcionado para uma função específica, como espaço voltado para o turismo?

O espaço espetacularizado de Jericoacoara tenta capturar e reduzir a si as resistências, transformando conteúdos sociais em símbolos-imagens que aparecem como o caminho para a felicidade e a alegria, elas mesma abstratas. Ele nega sua própria história, construindo a impressão de um “presente perpétuo”, imóvel, onde as possibilidades futuras são desacreditadas, principalmente com o bombardeio diário de informações banais¹⁵³.

A preciosa vantagem que o espetáculo tirou dessa *marginalização* da história – de já ter condenado toda a história recente a passar para a clandestinidade e ter conseguido fazer todos esquecerem o espírito histórico na sociedade – foi, antes de tudo, abarcar sua própria história, o movimento de sua recente conquista do mundo. Seu poder já soa familiar, como se sempre tivesse estado presente. Qualquer usurpador tenta fazer esquecer *que acabou de chegar* (DEBORD, 2009, p. 178).

Espaço de poder, alinhado e recortado por uma lógica mais ou menos elaborada absorvendo os antigos sujeitos e revelando um *pseudo-sujeito* concentrador e decisório ligado ao saber, o Estado. Este agindo através do planejamento urbano-turístico se afirma e se crê transparente, claro, sempre caminhando em direção ao “progresso”, ao “desenvolvimento”. Porém, no fundo, ele se revela como o próprio obscurantismo. Nessa sociedade espetacular a ideologia nada é o que parece. O discurso tecnocrata que habita sorratamente o planejamento se eleva ao grau máximo com uma ferramenta que lhe serve muito bem, o marketing.

O que se pode notar com as políticas de preservação em Jericoacoara, é a presença do Estado de forma mais intensiva dirigindo a vida social dos moradores, suas atividades econômicas e culturais através da atuação na produção do espaço.

Assim, o espaço de representação da Vila vai sendo sufocado, fragmentado, instrumentalizado, reduzido a imagens e signos que afastam o conteúdo social. O saber se une à ação servindo a interesses de pequenos grupos sob a supervisão e incentivos da forma política estatal, que rapidamente trata de gerar ideologias sobre essas práticas

¹⁵³ Na sociedade do espetáculo qualquer pensamento que mantenha a utopia, enquanto movimento necessário do método, é condenado pelo discurso de irreal, imaginário ou mesmo infantil. O que importa, para tal ordem, é que se pense o presente repleto de “novas novidades” importantíssimas que a mídia trás a cada instante. O que passa a importar é o instantâneo e o que realmente importa é ocultado.

(muitas já bem conhecidas: geração de empregos, crescimento do município, desenvolvimento econômico).

A representação do espaço espetacular funcionalizando e hierarquizando Jericoacoara como “lugar turístico” acaba vendendo não apenas imagens, mas o próprio espaço socialmente produzido através do planejamento urbano-turístico e do marketing. Manipulado, o espaço é direcionado para a contemplação passiva, ele requer o silêncio dos “usadores”¹⁵⁴. “Para alcançar o objectivo, o espetáculo não precisa de argumentos sofisticados: basta-lhe o facto de ser o único a falar sem esperar resposta” (JAPPE, 2008, p. 18). Portanto, há representações do espaço, ou um espaço (pré)concebido. No entanto, numa dominação de tal tipo, sempre existiu (e ainda existe) algo que seja, dialeticamente, o seu negativo, que lhe escapa. O *espaço vivido*, o da vida cotidiana, é muito mais amplo do que consegue abarcar tal lógica, apesar de todas as suas tentativas.

Nesses termos a contradição entre o uso e a troca se acentua de maneira mais densa. A produção do espaço de Jericoacoara torna-se estranha a seus produtores no sentido de que as formas de uso mudam com o tempo. Do lugar da habitação, da sociabilidade simples, da vizinhança ao lugar dos altos muros, das cercas e das câmeras a vida cotidiana muda e com ela a identidade. O espaço de Jericoacoara se homogeneiza a luz da mundialidade que caracteriza os espaços marcados pelo turismo enquanto atividade econômica. Ao mesmo tempo ele também se fragmenta para encerrar-se no monofuncional como regra, transformando a Festa e o lúdico em espetáculo organizado e ordenado. Esta mundialidade se efetiva no lugar e, mediada pelo Estado, normatiza o espaço pela forma jurídica e prescreve, inclusive, as utilizações do tempo. O turismo, ao se apropriar do litoral cearense, realiza um movimento que vai do fenômeno à atividade produtiva e esta, por sua vez, fomenta a reprodução do espaço. Por fim, sobre o espaço, explodem divulgações ideológicas e discursos, como as dos “valores culturais” e das “danças e comidas típicas”, enfim, das práticas que, coordenadas e direcionadas, conduzem os indivíduos ao consumo do espaço.

O estranhamento deve ser pensado sempre em sua relação dialética e fundamental com a produção do excedente, a apropriação desigual dos produtos do trabalho e a propriedade privada. Ele determina a contradição entre o caráter social da

¹⁵⁴ Termo melhor considerado pelas traduções de Sérgio Martins para a palavra francesa *usage*, distinguindo, assim, da palavra usuários, pois extrapola o convencional uso funcional e liga-se diretamente ao valor de uso.

produção e as formas privadas da apropriação do produto do trabalho humano. Compõe esse rol a produção do espaço, do lugar e do próprio cotidiano. Assim, o homem atual está cada vez mais alienado de seu espaço e seu tempo, ao mesmo tempo em que sua identidade torna-se gradativamente mais abstrata e consciência desse processo produtivo da vida e de seu próprio espaço mais nublada¹⁵⁵.

A normatização passa, então, do espaço para a vida. O uso dominado pela troca se realiza na vida prática como privação, alterando as formas de apropriação do espaço. Nega-se o tempo histórico para afirmá-lo como uma representação bucólica e idílica de si mesmo. Rompe-se, aos poucos, a tênue linha da identidade. Esse controle da vida se revela, ainda, no vestir (padronização: desaparecem as costureiras que faziam roupas sob encomenda) e no caminhar, agora regulado pelo automóvel. A apropriação pelo corpo fica comprometida. A vida muda, seus ritmos, sua linguagem, seus significados nessa interação entre o velho e novo.

A normatização dos usos do espaço de Jericoacoara implica o próprio esvaziamento do sentido das atividades cotidianas. O ato de sentar nas cadeiras na calçada ao final da tarde e “papear” com familiares ou vizinhos, ou mesmo apenas o apreciar do desenrolar da vida (“ver a vida passar”), as brincadeiras na rua ou nos “terreiros” onde as crianças se entretiam por horas (futebol, pega-pega, esconde-esconde, baladeira, etc.) foi cedendo lugar ao rápido movimento do andar dos turistas, aos *buggys* e caminhonetes, às motos, às lojas e restaurantes. O ritmo da vida muda, o pensar e o agir também.

Com as políticas públicas urbano-turísticas desenvolvidas o espaço da Vila passou por um processo intensificado de abstração, prevalecendo a forma homogênea nos conteúdos sociais, que acaba por fazer com que os referenciais tradicionais do lugar sejam rompidos com a história, deixando de ser produto dela. Constitui-se um *espaço amnésico* (CARLOS, 2007a).

A memória, a aparência dos nativos e seus costumes passam a ser mercadoria, compondo uma paisagem imaginada por uma imagem produzida anteriormente por

¹⁵⁵ “O trabalho alienado distorce a característica genérica do ser humano e inverte a vida genérica, a autêntica vida humana, para submetê-la aos interesses da vida individual. Toda a vida em comum, a vida da humanidade torna-se um elemento para satisfazer interesses particulares que podem até estar em oposição fundamental com a vida genérica. As descobertas realizadas pela humanidade, a riqueza do convívio humano, a força coletiva da ação humana passam a ser simples meios para servir a uns poucos indivíduos humanos, ou até para satisfazer a objetos elevados à categoria de entidades vivas, como a mercadoria e o dinheiro” (SOBRAL, 2005, p. 90).

estratégias de *marketing*. Com as câmeras fotográficas chegam, muitas vezes, até se tornarem *souvenir* ornamentando os lugares de origem dos turistas.

A esse nível local se articula uma ordem distante que caracteriza as relações cotidianas, pesando sobre elas. Isso quer dizer que é preciso voltar-se para a produção do espaço social enquanto violência, organizado e dirigido pela forma política do Estado. Entre o micro e o macro a história de Jericoacoara se constitui com transformações profundas, ainda que existam descontinuidades nesse processo.

4.2 Máscaras da cotidianidade

A materialização das relações de produção e reprodução sociais apresenta no seu bojo as características da sociedade capitalista em seu atual estágio espetacular. A produção não se resume à produção de objetos, ultrapassa-a chegando a produção do espaço e do tempo. A caracterização desse contexto em Jericoacoara é marcada incisivamente pelo fenômeno turístico, como produto da expansão da forma-mercadoria como momento da produção de um espaço no seio do processo de acumulação capitalista. Tornando mercadoria o lugar se transforma entre novas formas determinadas ao mesmo tempo em que determina novas relações aonde a manutenção das formas espaciais aparece como conservação paisagística do lugar, posto que o turismo vende as particularidades do lugar através da criação de uma imagem direcionada à comercialização.

Ao lado dessa transformação socioespacial que realça a produção do lugar, conformando o *plano do econômico* (cujas lógicas são a viabilização do lucro), está a constituição de estratégias planejadoras que visam sua realização assegurada através das ações do Estado e da forma jurídica capazes de criarem as bases para o estabelecimento do setor econômico. O *plano do político* estaria articulado, assim, com a forma-mercadoria de modo que este justifica sua própria existência. Os planos e projetos urbano-turísticos no litoral cearense acabaram por construir todas as bases para que este espaço entrasse deliberadamente no processo de troca. De modo mais específico, as políticas de conservação ambiental em torno de Jericoacoara acabaram por assegurar a reprodutibilidade do lugar no mercado nacional e internacional. A forma do direito estaria indissociavelmente acoplada à da mercadoria, pois atua como superestrutura de extrema

importância e necessidade assegurando o processo de troca por meio da constituição objetiva e subjetiva da propriedade privada.

Entretanto, esses dois planos, que por si apresentam, de certa forma, uma relação local-mundial, não encerram a totalidade de nossa análise. Fundamentais, não se bastam. Entramos, assim, no *nível social*, onde todos os elementos apontados anteriormente ganham visibilidade, mesmo que contraditória – o que também marca a própria dialética. É no plano da vida cotidiana que podemos ver como aparecem as alienações, os mitos e os desejos dos habitantes de Jericoacoara. Isso porque seria impossível pensar o crescimento do fenômeno turístico na Vila sem considerar também a formação da sociedade urbana. Os sonhos, angústias e pseudosatisfações são características da produção de novas necessidades, que não já não podem ser entendidas da mesma maneira que no período industrial.

Depois de tantos debates feitos nas ciências sociais nos últimos anos, seria preciso definir o que se entende por vida cotidiana? De certo, nossa perspectiva não é a mesma que os estudos antropológicos vêm fazendo, onde o essencial se resguarda nas vivências prolongadas com os grupos estudados para uma posterior descrição minuciosa dos gestos, hábitos e ritmos. Mais do que descrever os atos e deslocamentos diários, procuramos entender esses elementos no movimento da produção do espaço, isso quer dizer que toda vida se realiza sobre um espaço e tempo determinado e que precisa ser escavado sem deixar de lado os conteúdos sociais que se forma na ordem próxima.

A vida cotidiana é a dimensão da prática socioespacial. Apresenta o encadeamento dos conflitos sociais vividos de maneira diferenciada por cada classe social. Assim, ela engloba simultaneamente os gestos, atividades rotineiras, trabalhos, lazeres, desejos, ilusões, acasos, obrigações, um espaço “banal”, um tempo *pseudocíclico*, certo controle social e os espaços de resistência.

Para Debord (1997) a importância dos estudos sobre o cotidiano só ganha sentido se sua transformação for o objetivo central. Assim, não apenas o trabalho homérico de entender a vida cotidiana em suas várias dimensões¹⁵⁶ é necessário, mas a própria revolução deve partir do plano real, concreto da vida prática.

¹⁵⁶ É sempre bom considerar a impossibilidade de compreensão da totalidade da vida de uma única vez, como já colocava Lefebvre (1991, p. 6), “[...] vida impossível de ser apreendida em sua finitude e sua infinidade, e que encerra o espírito dessa época [...]”.

A vida quotidiana não é tudo, embora se encontre em osmose com as actividades especializadas, a pontos, de certa maneira, de nunca ninguém estar fora da vida quotidiana. Mas se recorrermos à imagem fácil duma representação espacial das actividades, temos também de situar a vida quotidiana no centro de tudo. É dela que partem todos os projectos, e todas as realizações a ela voltam para adquirirem a sua verdadeira significação. A vida quotidiana é a medida de tudo: da realização, ou, melhor dizendo, da não-realização das relações humanas; da utilização do tempo vivido; das buscas da arte; da política revolucionária (DEBORD, 1997, p. 75).

Nesse sentido, dois termos se misturam e entrelaçam de maneira inseparável: cotidiano e modernidade. Já vimos as características mais comuns dessa época que tanto mudou os conteúdos sociais vindos da história no segundo capítulo, porém quais suas reais dimensões na vida prática? O olhar de baixo para cima pode revelar as contradições de todo um período?

Toda sociedade teve uma vida cotidiana que lhe correspondia, com crenças, organização das atividades, um espaço e relações familiares próprias. Ela é então a marca da vida histórica do homem. Os períodos pré-capitalistas conheciam bem o *mix* entre o mundano e o divino, entre o banal e o extraordinário. A religiosidade e a mitologia estavam irremediavelmente ligadas às práticas diárias. Datas, atividades, tempo de produção, festividades tinham um sentido prático amplamente reconhecido por toda a comunidade. As colheitas e oferendas vinculavam produção, consumo e o místico ao passo que as guerras tribais ou territoriais não distinguiam o heroico do movimento diário.

A modernidade modifica com um incrível sucesso a vida do homem. A vida cotidiana deixa de ser mero desenrolar das relações socioespaciais e entra no pensamento. A racionalidade que tal período carrega não se restringe a formação de uma sociedade pautada na forma-mercadoria apenas no plano econômico. Essa é a passagem de uma vida humana espontânea e com certo grau de consciência (pelo menos sobre os sentidos das atividades) para o repetitivo, automático e mecânico.

O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. É isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É portanto aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo, uma estética da decoração desse tempo empregado. É o que se une à modernidade. Por esta palavra é preciso entender que traz o signo do novo e da novidade: o brilho, o paradoxal marcado pela tecnicidade ou pelo mundano. É o audacioso (aparentemente), o efêmero, a aventura que se proclama e que se faz aclamar. É a arte e o estetismo mal discernidos nos espetáculos que o mundo dito moderno apresenta e no espetáculo de si que ele apresenta a si mesmo. Ora, cada um deles, o cotidiano e o moderno, marca e mascara, legítima e compensa o outro (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

O cotidiano é, então, lugar das opressões, da desesperança, do medo, das angústias ao mesmo tempo em que é também lugar da vida, dos sonhos, do riso e da segurança. Esta última característica tem uma existência paradoxal: ela aprisiona as decisões através de demandas vindas de uma ordem distante, inibindo as capacidades criativas e experiências autênticas – já visíveis para boa parte da população –, mas ao mesmo tempo ela é desejada ao ponto de nos sentirmos em ordem consigo mesmo apenas quando delimitamos nossas práticas diárias, quase como se estivéssemos seguindo um roteiro. Esta sensação de segurança entraria na consciência social como o alívio de saber o que fazer, mesmo que muitas vezes não estejamos em total acordo. O que esse paradoxo revela? Numa sociedade pautada pelas relações rápidas e efêmeras a vida cotidiana acaba adquirindo uma existência fantasmagórica. Com uma consciência social nublada apenas a concretude das certezas rotineiras podem proporcionar algum sentimento de segurança.

A modernidade não erige apenas seu espaço como espaço abstrato, ela erige também a vida com essência abstrata. As atividades humanas deterioradas ao ponto de se resumirem à categoria do trabalho (estranhado, alienado, exteriorizado)¹⁵⁷, regidas pela forma do contrato aponta a miséria com que a vida cotidiana no mundo moderno vai se constituindo. A industrialização é ponto chave para esse processo, pois muda os referenciais da produção do homem e de sua relação com a natureza, mas a urbanização é, sem dúvida, o período onde os termos da produção extrapolam os limites fabris, adentrando no espaço, no tempo e no plano do vivido.

Para Damiani (1995) o cotidiano ganha uma importância cada vez maior no momento em que uma lógica racional o invade, fragmentando a vida social e desintegrando a totalidade do homem.

O cotidiano inclui o homem inteiro em seus diferentes momentos: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho; e exatamente quando cada um desses momentos se constitui como tal, sustentado por instituições, organizações, poderes, conhecimentos, é que o tema se torna crucial. (DAMIANI, 1995, p. 110).

Através de transformações no tempo e no espaço a vida cotidiana passa também a ser alterada. A modernidade institui a *cotidianidade*. Lefebvre (1991) explica que a degradação da vida cotidiana por uma racionalidade gestada no período industrial passa a ter como objetivo o domínio completo da vida social, controlando não apenas os

¹⁵⁷ O homem reduzido a condição de trabalhador, perdendo o horizonte de sua totalidade.

tempos e espaços no processo produtivo, mas os espaços-tempos da habitação e dos lazeres, ou seja, o tempo de não-trabalho.

Chegamos ao limiar da vida concretamente vivida em suas várias dimensões, com a produção e a reprodução na escala ampliada (a da sociedade urbana) o âmbito fabril já não é mais a fronteira de atuação dessa racionalidade, e o cotidiano é subsumido pela lógica da mercadoria, dirigido pela economia espetacular¹⁵⁸.

Para Lefebvre (1991) o período histórico que vivemos, não é mais que o afloramento das contradições da vida social que trazem em si a lógica do racionalismo técnico. Para o autor, o cotidiano é um produto histórico, um produto da reprodução do modo de produção capitalista, tendo na figura do Estado um poderoso agente diretor. Assim, também se ilumina a prioridade do espaço (e sua produção) sobre a temporalidade, onde, no plano material, relaciona-se uma ordem próxima e uma ordem distante.

Não se trata, por exemplo, de explorar o *repetitivo*. Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. O estudo da atividade criadora (da *produção* no sentido mais amplo) conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos (LEFEBVRE, 1991, p. 24).

O estabelecimento de um cotidiano institucionalizado acaba por gerar a eliminação do passado histórico. É a morte da historicidade justamente por representações e ideologias (com um objetivo tautológico), não por meio de um resultado, mas de um processo histórico peculiar da sociedade moderna. Sua lógica, portanto, figura-se na inversão e negação da vida, ao mesmo tempo em que afirma a forma-valor e a mercadoria como única forma de vida, ou seja, negando qualquer tempo histórico, fazendo com que a consciência humana seja submetida a um “presente perpétuo”. Entretanto isso não acontece sem contradições. Paradoxalmente há, ainda, aqueles que sentem o desconforto e o incomodo desse novo modo de vida. Estes se situam no nível residual.

A vida cotidiana é o não-filosófico, é impossível de ser apreendida em sua totalidade, é o outro da cotidianidade, que figura no campo do filosófico, ou seja, é

¹⁵⁸ “O crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas, agora, é do libertador que elas não conseguem se libertar. A independência da mercadoria estendeu-se ao conjunto da economia, sobre a qual ela impera. A economia transforma o mundo, mas o transforma apenas em mundo da economia” (DEBORD, 2009, p. 29-30).

pensada, refletida e, portanto, controlada. É o fato da vida cotidiana passar a ser pensada, na modernidade, que a transforma em um alvo de estratégias as mais variadas, mas com um fim comum: seu direcionamento ao consumo. A sociedade urbana mostra de forma incrível como os momentos da economia política estão fortemente interligados. Há um controle da produção conhecido já desde o período industrial (controle das forças produtivas e dos meios de produção) e, agora, com a captura do cotidiano pela racionalidade capitalista o consumo é garantido de forma ampliada.

Uma produção incessante de ideologias cria meios de orientar a produção de acordo com os interesses de um classe ou grupo, misturando conhecimentos, saberes, interpretações e ilusões. Devemos lembrar que essas ações ditas “racionais” encontram-se ocultas em um véu nebuloso de discursos e metalinguagens. Essa racionalidade se perpetua, principalmente pela ação da forma política estatal, articulando o conceito de *organização* com o de *instituição*, fazendo dessa uma prática social operacionalizada do capitalismo¹⁵⁹. Assim,

[...] um planejamento indireto, uma certa organização global se tornam presentes, mas por um caminho desviado. A atividade dos escritórios, dos organismos públicos e das instituições anexas funciona nesse sentido. O conjunto é pouco coerente, vai rangendo e aos solavancos, mas chega a caminhar. Essa estruturação um tanto fraca se cobre de uma ideologia da estrutura, e essa incoerência, de uma obsessão de coerência; do mesmo modo, essa incapacidade para a integração criativa se reveste de nostalgias multicolores: participação, comunidade. O que é que essas organizações organizam? Nada mais que o cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p. 66).

Dessa forma, a vida cotidiana vai sendo estruturada, fragmentada, repleta de *separações* monstruosas, fazendo das organizações e instituições uma nova necessidade. Nesse sentido, Lefebvre (1991) propõe a definição de *sociedade burocrática de consumo dirigido*, pois é possível visualizar tanto o caráter racional (burocrático) e o objeto que é organizado (o consumo) quanto o esforço de dirigir o cotidiano. No fundo, o papel do Estado torna-se cada vez mais central, entrelaçando em uma rede de nós as ordens próximas e distantes.

¹⁵⁹ Cabe dizer que muitos foram os que tentaram entender essa nova problemática da reprodução das relações sociais de produção, principalmente a partir da década de 1960, quando o estruturalismo estava em alta. Entretanto, tal corrente de pensamento não consegue alcançar esse objetivo, pois se trata de uma ideologia, que tenta ocultar o movimento dialético da realidade. “La onda del estructuralismo corresponde a esta situación teórica: centralidad ocupada por gentes que se creen innovadores y que son desbordados, superados por lo real y lo posible” (LEFEBVRE, 1973c, p. 15). A relação que há entre o cotidiano e o método estruturalista não pode ser outra senão a incompreensão. Na verdade, este nunca saiu da escala da superestrutura, fixando-se na ordem distante e ainda assim sem a compreendê-la.

Há uma diversidade de motivos para que as pessoas em seu cotidiano (ou melhor, na cotidianidade) não vejam, geralmente, os acontecimentos históricos por elas vividos como uma programação de toda a vida social coordenada, em parte conscientemente pela classe dominante, e, por outro lado, de modo quase autônomo, dirigido pela busca insaciável do capital por sua autovalorização. De modo mais simples duas categorias históricas concentram esses motivos: ideologia e fetichismo da mercadoria.

A cotidianidade recoloca as contradições entre as classes sociais em um outro nível. Ela aprofunda e oculta a tendência à proletarização do mundo e simultaneamente acentua as diferenças nas formas de uso do espaço, no acesso aos bens de consumo, nos gestos, no comer, no vestir.

Nesse sentido, o mundo moderno produz um espaço, um tempo e uma vida cotidiana direcionados para a homegeneização, tendo o urbano como berço. O sujeito produtor, estranhado no processo de trabalho é agora o homem estranhado de seu próprio produto: o mundo.

Não temos diante de nós apenas o recorte e a organização do cotidiano, mas também a sua *programação*. A sociedade burocrática de consumo dirigido, segura de suas capacidades, orgulhosa de suas vitórias, está se aproximando do seu objetivo. Sua finalidade, meio consciente, meio inconsciente até aqui, torna-se transparente: a cibernetização da sociedade pelo caminho do cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p. 72).

Como é possível haver um controle tão grande do cotidiano? Certamente, não é pela ação de uma instituição suprema, que tenha o domínio de todos os passos da vida cotidiana (apesar do Estado se propor a realizar cada vez mais tal investida). Os diversos domínios desse cotidiano são atribuídos aos “especialistas”, que vão até desde a teoria da informação e da cibernética aos urbanistas, sociólogos, geógrafos, etc., objetivando elevar modelos e estruturas com uma autorregulação e uma coerência interna a toda a sociedade, gerando compreensões e desentendimentos, presenças e ausências, claros e escuros.

A racionalidade formal age, politicamente, com um objetivo específico: estruturar a vida cotidiana, torná-la funcional; consolidando, assim, a cotidianidade. A importância dada às “especificidades” e aos especialistas, que fragmentam o cotidiano, é medida de acordo com o grau de capacidade de estruturação do mesmo. Mas como isso pode passar despercebido? Há toda uma estratégia anterior para que possa acontecer. O *racional* tem de ser transformado em *normal*, seguindo as regras da sociedade burocrática de consumo dirigido. O normal torna-se o *habitual*, que, por sua vez, torna-se o *natural* e

devido a esse processo passa a ser confundido com o racional, formando uma espécie de “sub-sistema”.

Las condiciones de vida de los hombres están dominadas desde hace algunas décadas, por la profusión (relativa), de los bienes de consumo. Del frigorífico a los alimentos congelados, del agua de colonia, a los blanqueadores, del material de cámping a la fotografía, de la televisión al automóvil, la vida diaria se desarrolla en un espacio donde los objetos, tienden a dictar a los hombres, sus pasos y sus gestos y a regir lo que queda de las relaciones humanas. Productos del trabajo humano organizado sobre la base de las relaciones de producción estructuradas por la exigencia de la producción de plusvalía, estos objetos y las condiciones de existencia en las que se insertan no son más que el fiel reflejo de esta organización capitalista de la producción (GRANOU, 1974, p. 11).

No meio desse processo o individuo se encontra preso no conflito entre o privado e o público. Um exemplo claro são as redes sociais atualmente, que fazem com que os indivíduos levem ao público o que antes era privado. Divagações imensas de informações são expostas todos os dias. Há aqui uma verdadeira “coação” social para a aderência a tais redes. Assim, a institucionalização da vida privada, com um controle cada vez mais fácil dos desejos e necessidade, passa a ser um fenômeno crescente. Através de uma ideologia sutil a banalidade da vida cotidiana é acentuada.

Desse modo, a técnica e a tecnicidade aparecem como *álisis*. Mas de quê? A tecnocracia utiliza como *álisis* a aplicação desmedida da técnica na vida cotidiana. Na verdade, ela mesma é um *álisis* utilizado pela forma política capitalista. Aparentemente a utilização racional da técnica e do saber sobre a matéria pode transformar nossa sociedade em científica. No entanto, a própria cientificidade também constitui um *álisis* para a tecnicidade, assim como o contrário também é válido. Essas duas ideologias se complementam. Há, portanto, uma separação e fragmentação do cotidiano em seu próprio plano, que é reforçada pela ideologia do saber.

A alienação dos produtos sociais do homem (o que inclui, sem dúvida, o espaço e o tempo) tende para uma totalidade, criando novas tipologias, como a política, a ideologia, a burocracia, a urbana, etc. Ela tenta apagar seus próprios rastros, tenta ser invisível, inibindo a consciência da alienação generalizada e se tornando uma *prática social* que a combata.

Ahora bien, no importa cuál concepto, no es la cientificidad en general que ha podido intervenir, es la noción de la alienación, generalizada no sin confusión. Ha permitido a inmensas masas humanas expresar su condición, su situación, que no comportan solamente la explotación (del productor y del consumidor como tales, separadamente o simultáneamente) sino la subordinación a una

jerarquía social cada vez más estricta, la sujeción a las decisiones llegadas de arriba, la pasividad. El concepto (o si se quiere, el discurso) de la alienación ha cumplido su función crítica, es decir, reveladora. No ha declarado lo que era menester, sino de dónde se necesitaba salir. Sólo este concepto se ha convertido en una fuerza, penetrado en el movimiento y en las masas, por mediación de una espontaneidad informada y cultivada. (LEFEBVRE, 1973b, p. 189)

A alienação reforça a *miséria do cotidiano*. Utiliza as ideologias para dissimular a realidade, escondendo e afastando a *riqueza do cotidiano*. Ela tenta inibir a consciência criadora, deixando apenas uma consciência passiva e mistificada, que utiliza a linguagem como a *chave da realidade*, como um “sistema”, a metalinguagem.

A relação apresentada por Marx (2013) e Engels (2010) sobre o crescimento proporcional da miséria da vida dos trabalhadores simultaneamente com o crescimento da acumulação do capital nas mãos dos industriais capitalistas no século XIX ganha outras características nos dias atuais. A condição de miséria não se restringe mais à relação material da riqueza. O avanço das relações de produção capitalistas por sobre a vida social tornou essa vida cotidianamente pobre. Os sonhos e desejos foram capturados e reduzidos ao mundo fetichizado da mercadoria e do consumo. As relações cotidianas passam pela mediação crescente de novas tecnologias de comunicação, que implicam diretamente ao consumo massificado (são redes sociais de comunicação instantânea cada vez mais presente em celulares, *tablets* e mini computadores – desde que sejam móveis, portáteis). Ao ponto que as tecnologias de transportes avançam na diminuição do tempo de deslocamento de um lugar para outro, nas grandes cidades e metrópoles o tempo gasto nos trajetos aumenta¹⁶⁰.

Espaço e sociedade se relacionam e se produzem mutuamente. Se na modernidade o espaço tende à abstração e a sociedade apresenta um conjunto de indivíduos isolados e alienados, onde a condição humana revela a desfetivação do homem no reino das mercadorias então o empobrecimento generalizado da vida social marca o atual estágio do capitalismo. Isso quer dizer que a privação e controle das formas do uso atrelado a vigilância da vida cotidiana desemboca como plano e resultado na sociedade espetacular.

O que acontece em Jericoacoara, quando todos esses elementos (modernidade, produção e reprodução do espaço voltado para a forma-mercadoria, turismo, Estado,

¹⁶⁰ De um lado o tráfego de veículos é tamanho que gera engarrafamentos quilométricos; de outro as distancias entre o lugar de moradia e trabalho ou lazer crescem devido a expulsão dos trabalhadores para mais longe dos centros das cidades.

capital, cotidiano) levam a espetaculosidade da vida? Na verdade, esses elementos parecem, por vezes, com o monstro mitológico da Hidra¹⁶¹. Eles se complementam apontando um esvaziamento da vida social.

O turismo acaba por produzir um espaço teatralizado, uma cenografia refinada, que marca a paisagem e caracteriza uma imagem preconcebida pelas estratégias de marketing, metamorfoseando o cotidiano. A ideia de “fuga da cidade” a procura de lugares para o lazer é um discurso muito bem utilizado pela publicidade que constrói a imagem de Jericoacoara. Tal ideologia baseia-se na estética da saída dos tons cinza da grande cidade e o encontro com os tons coloridos e fascinantes da “bela vida” da Vila. No entanto, essa “fuga” não significa a saída do espaço urbano, afinal, como já vimos, o espaço de Jericoacoara é urbano. A transformação do lugar em “destino turístico” requer uma urbanização desse lugar. É nesse sentido que Bensaïd (2008, p. 34) afirma que para compreender os novos arranjos entre o movimento dialético do universal e do singular é preciso “[...] considerar a produção dos discursos e das imagens [como] uma dimensão essencial da reprodução social e da dominação simbólica”.

A Vila possui uma paisagem própria construída historicamente, que gradualmente ganhou às características da sociedade urbana, fazendo com que a relação das formas da cidade com as formas espaciais locais tivessem se constituíssem como uma particularidade frente ao litoral cearense, ainda que no plano da imagem. Um dos fatores que impulsiona o chamado “ecoturismo” (atrelado ao marketing sobre o PNJ) é a ideia romântica que o turismo apresenta de reencontro com o natural, com o selvagem, com o rústico. E Jericoacoara é vendida pelos meios de comunicação por meio de imagens desse tipo. As políticas de preservação, a decisão dos moradores em não permitir a pavimentação nem a iluminação pública nas ruas são estratégias de conservação dessa imagem. Esse percurso revela uma relação muito cara entre essência e aparência¹⁶², onde a artificialidade da paisagem de Jericoacoara é resultado de ações de políticas de proteção ambiental e, em

¹⁶¹ Na mitologia grega era uma grande serpente com várias cabeças e respiração venenosa. Matar a hidra próxima a cidade de Lerna, na Argólida, foi o segundo dos doze trabalhos de Hércules. Porém, cada vez que cortava uma cabeça, duas cresciam em seu lugar. Um sobrinho o ajudou, cauterizando as feridas das cabeças decapitadas. Como a última cabeça era imortal, Hercules a enterrou sob uma grande pedra.

¹⁶² “Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.* [...] mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (p. 22). PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

certa medida, de reflorestamento. Aos olhos do turista tudo aparece como a “natureza”, no entanto, no fundo, há um objetivo na criação desta imagem.

Os empreendedores turísticos materializam os seus projetos propiciando conforto aos clientes em ambientes aconchegantes, sofisticados, propícios à prática dos seus hábitos cotidianos no sentido de sintonizarem-se com facilidade. Sabem, no entanto, que é necessário conservar certos costumes das populações receptoras, construir símbolos, objetos exóticos e transformá-los em mercadoria a ser vendida por preços compatíveis com a clientela (FONTELES, 1998, p. 69).

A urbanização espetacular concentra toda decisão, previamente programada, de um lado pelo Estado, e de outro, pelo seu fundamento, a forma-mercadoria, além das ações privadas direcionadas por esse duplo. O mais-valor produzido no processo de reprodução dos espaços funcionalizados para o lazer torna a urbanização um negócio muito lucrativo aos produtores imobiliários, exigindo do Estado uma atuação efetiva na construção de planos e políticas públicas de turismo. Há, portanto, a exploração de toda a sociedade, não mais só do operário, como de todos aqueles que foram proletarizados.

A sociedade do espetáculo pretende superar todas as barreiras geográficas objetivando expandir a forma-mercadoria na escala mundial, suprimindo o sentido do uso (como forma e horizonte de apropriação), levando-o a uma deterioração encerrada na condição de valor de uso, no jogo do mercado. Tal sociedade oferece-se como conhecimento, quando, na verdade, não passa de uma ideologia da modernidade. Utiliza-se dos conhecimentos ditos “ambientais” discursando sobre a preservação e o uso sustentável dos “territórios tradicionais”, permanecendo no terreno seguro da metalinguagem. De modo específico, o objetivo dessa ideologia em Jericoacoara não é mais do que elevar à troca o espaço produzido, através das práticas turísticas, transformando-o numa das principais praias visitadas pelos turistas do estado do Ceará. Estratégia que vem se realizando com o passar dos anos, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 6 – Praias cearenses preferidas pelos turistas*

Praias	1999	Praias	2008
1. Cumbuco	19,2	1. Cumbuco	16,1
2. Canoa Quebrada	15,3	2. Canoa Quebrada	14,2
3. Morro Branco	11,7	3. Jericoacoara	9,5
4. Porto das Dunas	9,1	4. Icaraí	8,2
5. Jericoacoara	7,0	5. Morro Branco	7,4
6. Outras	37,7	6. Outras	44,6
Total	100,0		100,0

Fonte: SETUR/CE (2009).

*: Excluído o litoral de Fortaleza

O fluxo de turistas é tamanho que nos períodos de férias e feriados prolongados, como o *réveillon*, a infraestrutura e os serviços básicos (abastecimento de água, tratamento de esgotos, coleta de lixo) não são suficientes para atender toda essa multidão. Nas entrevistas com a população e com o secretário de turismo e meio ambiente de Jijoca de Jericoacoara essa intensificação do turismo no lugar não se restringe mais apenas à temporada de férias. Desde 2013 as diferenças entre os períodos da alta e baixa temporada foram perceptivelmente diminuídas. Esse fato decorre de um planejamento turístico que se utiliza da estratégia dos eventos. No calendário anual de eventos do município é possível constatar essa organização, notadamente na Vila:

Quadro 7 – Calendário anual de eventos de Jijoca de Jericoacoara

Mês	Evento	Local
Fevereiro	Carnaval	Sede e Jericoacoara
Março	Festa do Município	Todo o município
Junho	Jeri Ecocultural	Jericoacoara
Junho	Festas Juninas	Todo o município
Junho	Semana do Meio Ambiente	Todo o município
Junho	Festa do Cinema Digital	Jericoacoara
Outubro	Jeri Sport Music Fashion	Jericoacoara
Outubro	Caminhada da Natureza Anda Brasil - Circuito Paraíso	Lagoa de Jijoca
Dezembro	Festa da Padroeira Santa Luzia	Sede
Dezembro	Choro e Jazz Festival	Jericoacoara
Dezembro	Réveillon	Jericoacoara

Fonte: Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara, 2013.

Com a oscilação entre esses períodos os moradores tinham um momento legítimo onde estabeleciam contatos com os vizinhos e amigos na baixa estação. Eles se reencontravam mesmo com os habitantes mais recentes. Entretanto, isso muda com o desaparecimento gradual da distinção entre esses tempos.

Bem anterior a essa organização o Estado já havia percebido esse crescimento dos fluxos turísticos destinados para Jericoacoara, tratando rapidamente de colaborar com novas infraestruturas locais. O Governo Federal através do IBAMA em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) elaborou trilhas que passam pelos campos de dunas ou pelas bordas da praia para facilitar e direcionar o acesso à Vila. Por outro lado, a iniciativa privada logo tratou de construir várias pousadas e hotéis, pois compreendem que muitas das pessoas que “[...] praticam o chamado turismo de natureza não está[ão] disposta[s] a dormir em barracas ou alojamentos precários, o que significa que infraestruturas de hospedagem também são requeridas por praticantes das chamadas

modalidades alternativas de turismo” (CRUZ, 2001, p. 18). No entanto, o turismo desenvolvido não atende as tipologias do “ecológico” ou da “aventura”, caracteriza-se mais como turismo litorâneo massificado.

O espaço de Jericoacoara, longe de ser a fuga da cotidianidade massacrante que pesa sobre a vida social, como prega a ideologia do turismo, é justamente a sua afirmação. É um espaço homogêneo pautado no repetitivo e na artificialidade sofisticada do espetáculo, que reproduz, no plano da imagem, uma suposta espontaneidade natural. É um espaço que revela gestos repetitivos, onde os turistas têm suas manhãs direcionadas para a praia ou para os passeios turísticos, retornando no final da tarde para apreciar o pôr do sol sobre a duna (com aplausos) e as noites nas festas, bares ou restaurantes. O dia seguinte não difere do anterior, revelando um controle do tempo, que por vezes lembra as rotinas industriais.

Urry (1996) argumenta que há uma divisão binária entre o lugar da vida cotidiana e o “lugar turístico”, entre o ordinário e o extraordinário, pois o turista busca o diferente de sua rotina diária, procura o prazer além do habitual. No entanto, entendemos que isso aconteça no plano do desejo artificialmente criado, porque não se consegue fugir do cotidiano. De outro modo, poderíamos pensar que os turistas são atraídos por formas materiais distintas das de seu cotidiano. Este seria o plano da produção do espaço voltado para a criação de imagens fetichizadas.

Esse espaço, sem dúvida, aproxima-se mais da condição de produto do que de obra. Ele é homogeneizado em seus conteúdos para que possa ser trocado, vendido e comprado, como qualquer outro produto. Comporta o “mito da diferença” sob a forma da paisagem apenas para lhe garantir uma maior quantidade de valor. É produzido, prioritariamente, para o aspecto visual, onde o discurso da preservação ambiental é tema prioritário, tratando-se da mediação entre as relações sociais por imagens programadas, o que reforça o caráter espetacular. O espaço, produzido sob tais circunstâncias, tenta ocultar a cotidianidade e a própria realidade do espaço sob o signo da felicidade e do bem estar. São espaços estratégicos, produtos das formas do valor e política, específicas do capitalismo.

O mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado *como ele é*, pois seu movimento é idêntico ao *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo que produzem (DEBORD, 2009, p. 28).

A rua parece ter sido convertida em uma rede organizada pelo consumo dirigido. Com a legislação que possibilitou a construção do segundo pavimento, aumentaram também os meios de hospedagens, as residências e os estabelecimentos comerciais. É comum ver lojas no primeiro pavimento e residências no segundo. O que resulta daí é uma espécie de *mall turísticos* (conjunto de lojas, bares, restaurantes especializados, pequenos comércios) abertos por quase 24 horas. Alguns só abrem à noite e outros só pela manhã. A estratégia é atrair os turistas para o consumo de produtos “diferentes” com a ideia do lugar (como se fossem únicos do local) atrelado à moda (de roupas claras e leves, simulando a ideia de bem-estar e harmonia ou de roupas de banho e esportes náuticos, exaltando a estética do corpo) mantendo a valorização estética da arquitetura “rústica”.

Em entrevista com uma vendedora de loja de artesanatos, ela nos revelou que os produtos não eram produzidos no local, a maioria vinha de Fortaleza. Há uma reprodutibilidade desses produtos “únicos”, com, até mesmo, os *slogans* e imagens de várias outras praias cearenses. Assim, Lefebvre (2008a, p. 28) aponta uma dimensão da rua como vitrine, como se fosse transformada em um desfile entre as lojas. “A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo”.

O espetáculo ao impor a contemplação da produção do espaço enquanto mercadoria em Jericoacoara altera o modo como o lugar será apropriado pelos indivíduos, diferenciados em classes sociais. O processo de reprodução acaba por revelar confrontos entre as estratégias realizadas pelos interesses privados diversos, que veem o espaço, como instrumento necessário para a acumulação de capital e, simultaneamente, como campo fecundo para o consumo de seus produtos, o que inclui o próprio espaço privatizado.

O debate sobre a produção do espaço, centrado no conceito de *reprodução das relações sociais de produção* nos aponta para o cotidiano como ponto fundamental para nossa pesquisa, pois, como vimos, articula o plano da reprodução da vida e do capital. Assim, é possível partir do ponto de vista do habitante, que é quem, de fato, vive as contradições desse espaço na vida prática. Portanto, a cotidianidade não é transistórica, surge no movimento da reprodução do capital, nas relações de produção.

A vida cotidiana deve ser pensada no tempo-espaço da vida privada, do trabalho e do não-trabalho. Hoje esses tempos e espaços da vida foram invadidos e dominados pela reprodução, resultando daí a cotidianidade.

A vida cotidiana apontaria o modo como se realizaria a reprodução, isto é ela apareceria no contexto da reprodução, dominada e organizada como um espaço-tempo, um espaço de cuidados. Tal espaço tende a constituir-se em sistemas, porque a reprodução no mundo moderno não se faz ao acaso, uma vez que é o resultado do mundo da mercadoria, aparecendo, portanto, como programa do capitalismo e do Estado que organiza a vida cotidiana porque organiza a sociedade de consumo (CARLOS, 2011, p. 34).

Em Jericoacoara as mudanças não se dão apenas no âmbito formal do espaço. O cotidiano é transformado de uma maneira avassaladora, não sem causar conflitos entre gerações e estranhamentos generalizados. As atividades tradicionais (pesca, agricultura de subsistência, criação de pequenos animais, tecelagem de redes, produção de alguns utensílios artesanais para uso próprio) que antes eram quase uma herança dos pais¹⁶³, hoje se voltam para as necessidades das atividades ligadas ao turismo. Os trabalhos variam entre camareiras, garçons, lavadeiras, motoristas, guias, cozinheiros, bugueiros, zelador, vendedor, jardineiros, etc. Porém, são raros os casos em que os antigos moradores são os proprietários dos grandes estabelecimentos. Fonteles (1998, p. 67) evidencia diversas mudanças locais com a introdução das práticas turísticas:

Nota-se uma diferença na fala dos nativos, principalmente na dos mais jovens. A gíria mistura-se com sotaques estrangeiros. O hábito de usar cabelo longo, brincos, tornou-se comum no cotidiano do lugar. [...] alterando inclusive o tom e forma de falar dos nativos, com sotaques e expressões que não faziam parte da sua linguagem.

Para o autor antes de 1970 a vida cotidiana dos moradores tinha uma relação íntima com a natureza, com relações de sociabilidade simples, bem característica da vida no campo. A troca de peixes por outras mercadorias era uma prática comum entre os pescadores e *mateiros*¹⁶⁴ ou vendedores ambulantes. Após o crescimento das atividades ligadas ao turismo e da introdução da televisão no lugar a comunidade tem seus referenciais alterados: valores culturais e psicossociais. Para ele, “Até o final dos anos 70 só havia movimento na praia quando as canoas voltavam da pesca. Observavam-se os

¹⁶³ Os pais levavam seus filhos homens para o mar desde jovens para ensinar-lhes a pescar, enquanto as moças aprendiam com a mãe os afazeres do lar, além de outras atividades, como a fazer bolo e tapioca para vender aos pescadores, elas eram chamadas, respectivamente, de “boleiras” e “tapioqueiras”.

¹⁶⁴ Agricultores que moram nas comunidades vizinhas e comercializam com os pescadores.

mateiros, as *boleiras* e *tapioqueiras*, os garotos jogando bola de gude ou pelada” (FONTELES, 2004, p. 134).

Hoje com o turismo, como principal mediador entre a ordem próxima e a ordem distante, os espaços onde o uso não se restringe à forma-mercadoria, associando-se a compra e venda de um pedaço de chão ou a aquisição por tempo determinado desse fragmento encontra-se, talvez, no campo do residual¹⁶⁵.

Na reprodução do espaço de Jericoacoara, no processo de degradação espetacular, o indivíduo perde sua condição de sujeito produtor, reduzindo-se a um “consumidor” passivo desse espaço, revelando a decadência do *usador* em “usuário”. Essa lógica reduz os espaços não produtivos, aqueles da vida cotidiana, da rua, do caminhar, do sentar na calçada no final da tarde, do ócio, da reunião, do encontro a espaços vigiados, estranhos aos habitantes. Tornam-se espaços do medo e da insegurança, normatizados, privatizados. Processo bem característico dos espaços abstratos do capitalismo.

As formas espaciais atreladas ao cotidiano possuem simultaneamente características repetitivas e diferenciais. Mas há porosidades nesse mar de programação. Se, por um lado, o cotidiano aparece como alienação, de outro, ele também contém a possibilidade de superação dessa alienação. Nele se esconde as centelhas de um sentimento que começa meio hesitante e tímido, mas que pode se converter em chamas na situação propícia. O problema que impõe seria a aniquilação das separações vividas de modo alienado, tais como entre a vida cotidiana e a festa. A restituição da unidade do homem se coloca como projeto possível-impossível de uma nova sociedade urbana.

¹⁶⁵ “De acordo com a lógica capitalista, o turismo sujeita ao espetáculo a vida cotidiana, tornando importante o ato de viajar, conhecer lugares e paisagens. Preenche o tempo dos indivíduos amorfos com banalidades: noticiando os lugares considerados ideais para o turismo, os *rankings* dos restaurantes, bares, hotéis, clubes, boates, operadoras, agências de viagens e empresas aéreas” (ROCHA, 2006, p. 46).

CONCLUSÃO

Jericoacoara configura-se como espaço produzido no movimento da lógica do processo de reprodução social do espaço mediado pelo turismo. Essa constatação, formada no processo de pesquisa, aparece como realidade atual, um presente que não deixa de abrigar imensas contradições, inclusive e principalmente na vida cotidiana prática de seus habitantes.

O retorno à história do lugar nos permitiu perceber os percursos particulares de sua transformação, onde a forma-mercadoria aparece como centralidade condutora do presente. Sem dúvida, o modo de vida da comunidade marítima pesqueira produziu o seu espaço: casas de taipa, a igreja de pedra, as jangadas à beira mar (com sua presença alternada durante o dia), a distância entre as construções, os troncos de árvores cortados servindo como mesa para o tratamento dos peixes à sombra de uma árvore fixada na paisagem atual, mesmo com as transformações urbanas proporcionadas pelo turismo. Entretanto, a sociedade urbana corporificada no processo de produção do espaço, vislumbrada na paisagem da Jericoacoara atual inverte o espaço anterior, aquele de uma comunidade com atividades e ritmos cotidianos próprios. Multiplicam-se as construções, muda-se a forma (materiais que a compõem e suas formas arquitetônicas), se eleva verticalmente, enfim, muda a vida do lugar.

Como consequência das mudanças estruturais, ampliam-se os conflitos sociais e as contradições entre o uso e o troca. O espaço é produzido como mercadoria principal que esmaga, subsumindo, o uso. Esse processo não se limita à área de pesquisa – nem ao plano do lugar – ao contrário, se realiza numa área muito mais ampla, em grande parte do Nordeste, expropriando e segregando comunidades que tinham nessas áreas a construção e o sustento de sua identidade, já habitavam esse espaço anteriormente, e são hoje, chamadas tradicionais. Tudo em prol do desenvolvimento do turismo e de sua transformação necessária. Assim, através da expansão do tecido urbano englobando, com sua lógica todo o litoral cearense, muitas dessas comunidades tornaram-se polos receptores de intensos fluxos – estruturados por agências de viagem – mudando os espaços-tempos definidores da vida cotidiana no lugar.

Nossa pesquisa em Jericoacoara justifica-se devido aí presenciamos um dos maiores exemplos do processo de transformação espacial produzida pela mediação do

turismo no estado do Ceará. A pequena Vila viu nos últimos trinta anos seu espaço ser modificado, moldado, planejado para atender aos interesses de grupos e frações de classes que se apropriaram privadamente de seu espaço. A criação de sua imagem enquanto polo internacional de turismo foi resultado de um forte marketing realizado por empresários estrangeiros e nacionais do ramo de serviços e comércio. Entretanto, ao mesmo tempo em que há uma exaltação da imagem paradisíaca e da beleza natural está ocorrendo uma descaracterização do espaço devido aos projetos turísticos e empreendimentos dos mais variados tipos, esclarecendo a contradição transformação-permanência.

É importante frisar que nossa pesquisa não procurou se assentar em noções romantizadas das transformações, como se o espaço de trinta anos atrás fosse melhor. Nossa problemática não partiu de tal aprisionamento. Procuramos entender as mudanças socioespaciais ocorridas tanto na forma quanto no conteúdo de modo que fosse possível passar pelos planos econômico, político e social.

Nosso trajeto foi guiado pela noção de produção do espaço, que qualitativamente nos possibilitou saltar do plano formal da organização dos objetos no espaço. Assim, as ideologias, a forma política e as estratégias do Estado visando a garantia da reprodução do capital através do turismo se revelaram como pontos fundamentais na compreensão espaço-temporal da Vila.

Ao olhar Jericoacoara o observador logo pode sentir que *ao seu redor gira e ressoa uma multidão de pessoas no turbilhão da vida*. Aparentemente é possível ver como as pessoas vivem alegres e satisfeitas com suas mercadorias em mãos, no corpo e sob os pés, como se essa vida fosse *eternamente jovem*. No entanto, se observarmos atentamente é uma vida triste, pobre e monótona com uma vulgaridade, escrava de uma ideologia, *da sombra de uma nuvem que cobre de repente o sol*, oprimindo de vazio e tristeza uma *vida autêntica* que tanto poderia apreciar o sol. Difícil dizer se seria uma vida de fantasia ou a fantasia da vida, mas como toda fantasia, um dia ela deve encontrar seu fim, o turista precisa retornar a “seguridade do seu lar”. Mas adivinhem só o que acaba de lhe aparecer: uma outra fantasia, um outro lugar que lhe é vendido pela promoção do “destino turístico”. É possível ver como a vida se desfaz em pedaços, porém “[...] se não há outra vida, então é preciso construí-la a partir desses pedaços. E no entanto, é uma outra coisa que a alma pede e quer!” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 43).

A crítica do fenômeno turístico é, antes de mais nada, uma crítica do fetichismo da mercadoria de maneira ampliada (pela equivalência e valorização do espaço e do tempo) e de sua ideologia, que subjuga nossas formas de consciência à economia política – a grande ciência do capital.

Ora, o mundo moderno têm na mercadoria as bases da constituição de sua sociedade. Através da forma da troca e da equivalência o processo de industrialização vai além da empresa capitalista, chegando à produção do espaço e do cotidiano. Esse é o momento que vínhamos tentando explicar como *reprodução das relações sociais de produção*. As transformações ocorridas em Jericoacoara não fogem dessa realidade que é, hoje, mundial. Ela tem um importante papel nas mudanças de caráter das atividades econômicas e sociais, direcionando-as para a forma da troca, da generalização do reino da mercadoria que instaura a cotidianidade, através de uma relação entre a ordem próxima e a ordem distante. Essa é a sociedade urbana. Esse deslocamento produtivo que ora abrange a sociedade toda revela mudanças no uso do espaço da Vila, onde o uso sucumbe para a troca.

As imagens espetacularizadas dificultam que vejamos o problema dos lazeres da forma como se apresentam na realidade: separação cotidianidade-lazer. Esse conflito recoloca a relação trabalho-lazer em um novo nível. A restituição da unidade da vida cotidiana com a festa, a arte e a obra faz parte do projeto da humanização do homem, de sua emancipação enquanto homem total e genérico.

Nesse sentido, é preciso retomar o projeto de Marx sobre a emancipação humana, que só se realizaria na eliminação da propriedade privada e seu fundamento, o trabalho estranhado. É preciso superar a velha concepção de homem enquanto mero possuidor, proprietário, isto quer dizer que é preciso superar o modo de reprodução do homem enquanto expressão essencial da propriedade privada.

A dialética do possível-impossível, colocada por Lefebvre, abre o caminho da crítica radical do presente e suas formas sociais, colocando na ordem do dia o projeto revolucionário de ruptura. É preciso, então, ter em foco não apenas o presente e o passado, mas o que se coloca no horizonte, isso quer dizer que tal projeto deve ser simultaneamente teórico e prático. Afinal, as ideologias burguesas não serão superadas se antes não forem superadas as bases materiais que as sustentam. Nossa pesquisa aponta o papel do turismo para essa compreensão.

É impossível separar a compreensão da sociedade, no seu movimento de constituição, dos sujeitos que a produzem e reproduzem, assim como da divisão e organização dos diferentes trabalhos. Jericoacoara não nos serviu apenas um mero estudo de caso, mas sim como estudo da realidade social que se impõem, numa imbricada relação local-global. Com isso queremos dizer que as características apontadas aqui de uma ordem distante se materializam no plano do lugar com particularidades próprias, apensar de conservar muitas das contradições da modernidade, como as que colocamos como antagonismo entre classes sociais. Portanto, se o proletariado tem ainda uma missão histórica a cumprir, qual poderia ser se não a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, da distinção entre classes antagônicas, do Estado, da forma jurídica, dos estranhamentos, enfim, o prolongamento do projeto que visa *mudar a vida*?

Não pretendemos encerrar aqui o debate que visa a compreensão do movimento da produção do espaço de Jericoacoara, pois como sabemos, a realidade não é estática e necessita de análises constantes para apreensões das transformações. Entretanto, acreditamos que na medida em que mostramos as características reais que são muitas vezes ocultadas no movimento fantasmagórico da forma-mercadoria e da forma-valor, mostramos também as bases para uma transformação possível da realidade local e mundial. O movimento da negação é passo fundamental para uma revolução, que não pode partir de outro lugar senão do cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Anselmo. Geografia do turismo: a crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como “ilusão necessária”. **GEOUSP**, São Paulo, v. 9, p. 37-62, 2001.

ARRUDA, Maíra Gomes Cartaxo de. **Parque Nacional de Jericoacoara: zoneamento ambiental para o plano de Manejo**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

AZZI, Tales. Jericoacoara: cada vez melhor. **Viaje Mais**, São Paulo, Ano 8, n. 92, p. 30-47, 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Avaliação dos Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do PRODETUR I**. Disponível em: <<http://www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/br0204av.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013. Brasília, 2001.

_____. **Relatório final do PRODETUR NE**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_per_i.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013. Brasília, 2005a.

_____. **Programa de Desenvolvimento do Turismo FASE II – PRODETUR/NE-II – Regulamento Operacional**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/regulamento-operacional-do-prodetur>>. Acesso em: 05 abr. 2013. Brasília, 2005b.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional – Ceará – Manual de Operações**. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/documentos-diversos-pdf/MANUAL%20DE%20OPERACOES-CE.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2012. Brasília, 2010.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **As Potencialidades turísticas do Estado do Ceará**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/cohncimento/setorial/get4is08.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013. 1999.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Aracati (CE) no período colonial: espaço e memória**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2004.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida moderna**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BENEVIDES, Ireleno P. Planejamento governamental do turismo, “meio ambiente construído” e desenvolvimento no Nordeste. In: LIMA, L. C. (org). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Torres Filho e José Barbosa. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido Desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BEY, Hakim. **Superando o turismo**. Tradução: Hudz. Brasil. Disponível em: <http://catarse.110mb.com/hakimbey/superando_o_turismo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984**.

_____. **Instrução Normativa nº 4, de janeiro de 2001**. Anexo 3

_____. **Decreto de 4 de fevereiro de 2002**. Anexo 2

CARLOS, Ana Fani A. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. “Novas” contradições do espaço. In.: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007a.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Edição Eletrônica/LABUR, 2007b.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CAVALCANTE, E. O. **Modernidade seletiva do litoral**: conflitos, mudanças e permanências da localidade do Cumbuco (CE). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALCANTE, Joyce. **Longos trechos de dias líquidos**. São Paulo: Scortecci, 2010.

CEARÁ. **Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR – Ceará – Regulamento Operacional**. SETUR, 2011.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. Colaboração de André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina e Rodolfo Pereira das Chagas. São Paulo: Roca, 2007.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. A cidade (des)ordenada e o cotidiano. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 9, p. 107-116, 1995.

DANTAS, Eustógio W. C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DEBORD, Guy. Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Antologia**. Portugal: Antígona, 1997. p. 72-85.

_____. **A sociedade do espetáculo, seguido do prefácio à 4. ed. italiana e comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. 11. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Noites brancas**: romance sentimental (das recordações de um sonhador). Tradução de Nivaldo dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Kautsky. **O socialismo jurídico**. Tradução de Lívia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESSENZA HOTEL. **Hotel.** (2015). Disponível em: <http://essenzahotel.com.br/?pg=nossa_essencia>. Acesso em: 08 mar. 2015.

FONTELES, José Osmar. Comunidade de pescadores de Jericoacoara – Ceará entra na rota turística. In: VASCONCELOS, Fábio P. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GALVÃO, Alessandro Gagnor. **Jericoacoara sonhada**. São Paulo: Annablume, 1995.

GÓGOL, Nikolai. **Avenida Niévski**. Tradução de Rubens Figueredo. 2. reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2013a.

_____. **Notas de Petersburgo de 1836**. Tradução de Rubens Figueredo. 2. reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2013b.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Tradução de Dario Canali. 7. ed. Porto Alegre : L&PM, 1986.

GOUVERNEUR, Jacques. **Les fondements de l'économie capitaliste: introduction à l'analyse économique marxiste du capitalisme contemporain**. 3. ed. Contradictions : Bruxelles, 2005.

GRANOU, André. **Capitalismo y modo de vida**. Tradução para o espanhol de Herminia Bevia. Madrid: Ed. Alberto Corazon, 1974.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo. Annablume, 2006.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para entender O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HENRIQUES, Eduardo Brito. **Lisboa Turística: entre o imaginário e a cidade**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Tradução de Luciano C. Martorano. Rio de Janeiro: Renavan, 2010.

IBGE CIDADES. **Ceará – Jijoca de Jericoacoara: Estimativa da População de 2014**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230725>>. Acesso em: 06 jan. 2015. 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Avaliação Ecológica Rápida para o Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará – Relatório da Herpetofauna.** Brasília, 2009.

_____. Encarte 3 – Análise da Unidade de Conservação. In: **Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará** –. Brasília, 2011a.

_____. Encarte 4 – Planejamento da Unidade de Conservação. In: **Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará** –. Brasília, 2011b.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil básico municipal de Jijoca de Jericoacoara.** Fortaleza, 2014.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord.** Tradução de Iraci D. Poleti e Carla da Silva Pereira. Portugal: Antígona, 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução de Contexto traduções. 3. ed. 1 reimp. São Paulo: Aleph, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx.** Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro: Forense, 1968a.

_____. Sôbre uma interpretação do marxismo: Louis Althusser. In: LEFEBVRE, Henri. et al. **Debate sôbre o estruturalismo.** São Paulo: Ed. Documentos, 1968b.

_____. **Introdução à modernidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **A re-produção das relações de produção.** Porto: Escorpião, 1973a.

_____. **Estructuralismo y política.** Buenos Aires: La Pléyade, 1973b.

_____. **Mas alla del estructuralismo.** Buenos Aires: La Pléyade, 1973c.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: ática, 1991.

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. 3. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a.

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b.

_____. **Marxismo.** Tradução de Willian Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009a.

_____. **O direito a cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Centauro. 5 ed. 2009b.

_____. **A produção do espaço.** Trad. Grupo —As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (Do original: La

produção de 1^o espace, 4^a ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início de 2006. *Mimeo*.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução de Aristides Lobo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Luiz C.; SILVA, Ângela M. F. da. **O local globalizado pelo turismo**: Jeri e Canoa no final do século XX. Fortaleza: EDUECE, 2004.

LIMA, Ingrid C. **Os ventos da maritimidade no litoral do Ceará - Brasil**: reflexos dos fluxos de veículos no Parque Nacional de Jericoacoara. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução de Nélio Shneider. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 5. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. 1. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1. ed. rev. 1. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2012.

MASCARO, Alysson, L. Pachukanis e Stutchka: o direito, entre o poder e o capital. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **O discreto charme do direito burguês**: ensaios sobre Pachukanis. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

_____. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Filosofia do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013b.

_____. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013c.

MATHEUS, Fabiane M. **A transformação de uma área protegida: Jericoacoara - CE**. Monografia de Graduação. Faculdade SENAC de Educação Ambiental. São Paulo, 2003.

MEIRELES, Antonio Jeovah de A. DANTAS, Eustógio W. C. SILVA, Edson Vicente da. **Parque Nacional de Jericoacoara: trilhas para a sustentabilidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MERRIFIELD, Andy. **Guy Debord**. Londres: Reaktion Books, 2005.

MOLINA, Fábio S. **Turismo e produção do espaço – o caso de Jericoacoara, CE**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Cláudia Regina T. A qualidade dos meios de hospedagem em Jericoacoara. In: **Anais do I Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa – Abril/2001**. Universidade Estadual do Ceará, 2001.

NASCIMENTO, Jorge T. do. **Mudanças e embates no município de Jijoca e no núcleo indutor do turismo de Jericoacoara, CE**. Ituiutaba: Barlavento, 2014.

NASS, Hermann. Jericoacoara: um paraíso no Ceará. **Revista Geográfica Universal**, p. 47-56, 1984.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Prefácio. In: **O socialismo jurídico**. Tradução de Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012

NERUDA, Pablo. **Para nacer he nacido**. 2. ed. Barcelona: Seix Barral, 1979.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

PACHUKANIS, Evgeny B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PAIVA, Maria das Graças de M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 197-213, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PREFEITURA DE JIJOCA DE JERICOACOARA. **Mapa de informações turísticas**. 2014.

_____. **Calendário anual de eventos realizados no município de Jijoca de Jericoacoara**. 2013.

RATZEL, Friedrich. **La géographie politique**. Les Concepts fondamentaux. Paris: Fayard, 1987.

ROCHA, Adriana Marques. **O turismo e a reconstrução de territórios do espetáculo na metrópole Fortaleza**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ. **Gerenciamento Costeiro do Ceará**. (2015). Disponível em: <http://gerco.semace.ce.gov.br/gerco_ceara.asp>. Acesso em 26 out. 2015.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. **Estudos Turísticos da SETUR: Evolução do Turismo no Ceará nº 17**. 4. ed. Fortaleza: SETUR (CE), 2009.

_____. **Ações Promocionais 2011**. Fortaleza, 2011.

_____. **Indicadores turísticos 1995/2013**. Fortaleza, 2014a.

_____. **Polos turísticos do Ceará**. Plano de Marketing Turístico. PRODETUR Nacional. Relatório final – volume I. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/prodetur-nacional/plano-de-marketing/relatorio-final-volume-I.pdf/view>>. Acesso em: 16 nov. 2014. 2014b.

SILVA, Alessandro Ferreira da. Estratégias do mercado e investimento privado imobiliários turístico. In.: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. do L. M. (orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. B.; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M. E.; MEIRELES, A. J. A. (orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SOBRAL, Fábio Maia. **Concepção circular de homem em Marx**: um estudo a partir dos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Editora Nojosa, 2005.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

STUTCHKA, Piotr. **Direito de classe e revolução socialista**. Tradução de Emil von München. 3. ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

TRIGUEIRO, Carlos Meira. **Marketing & turismo**: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE / NÚCLEO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO – NUGA. **Área de Proteção Ambiental – Jericoacoara**. Fortaleza: UECE/NUGA, 1985.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Nobel: SESC, 1996.

VASCONCELOS, José Gilson. **Como vovó vivia**. Sobral: Global, 2011.

VASCONCELOS, Yuri. Jericoacoara, a mais bela praia do Brasil. **Horizonte Geográfico**, nº 85, 2009.

VIANA, Nildo. Debord: espetáculo, fetichismo e abstratificação. In: **Revista Panorama**. Revista dos Cursos de Comunicação da PUC Goiás, n. 1, ano 1, agosto de 2010.